

# Resenha

de Política Exterior do Brasil  
número 110, 1º semestre de 2012

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

**RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL**  
Número 110, 1º semestre de 2012 - Ano 37, ISSN 01012428

© 2012 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

A **Resenha de Política Exterior do Brasil** é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pela Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Ministro de Estado das Relações Exteriores  
Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

Secretário-Geral das Relações Exteriores  
Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

Subsecretário-Geral do Serviço Exterior  
Embaixador Denis Fontes de Souza Pinto

Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação  
Ministro João Pedro Corrêa Costa

Coordenação-Geral de Documentação Diplomática  
Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia  
Secretária Gilsandra da Luz Moscardo de Souza  
Secretário Frederico Oliveira de Araújo

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e Documentação : Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. – Ano 1, n. 1 (jun. 1974)-. – Brasília : Ministério das Relações Exteriores, 1974 - .

202p.

ISSN 01012428  
Semestral.

1.Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I.Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU 327(81)(05)



**Departamento de Comunicações e Documentação**

# SUMÁRIO

## DISCURSOS

21

---

DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF,  
DURANTE O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL – DIÁLOGOS ENTRE  
SOCIEDADE CIVIL E GOVERNO 21  
(PORTO ALEGRE, 26/01/2012)  
27/01/2012

DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF,  
DURANTE CERIMÔNIA DE APRESENTAÇÃO DO CONTINGENTE  
BRASILEIRO DA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A 25  
ESTABILIZAÇÃO DO HAITI  
(PORTO PRÍNCIPE-HAITI, 01/02/12)  
01/02/2012

MENSAGEM DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF POR OCASIÃO DO  
CENTENÁRIO, EM 10 DE FEVEREIRO, DA MORTE DO BARÃO DO RIO BRANCO 27  
(BRASÍLIA, 10/02/2012)  
10/02/2012

DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, NA  
CERIMÔNIA DE FORMATURA DA TURMA DE 2010-2012 DO INSTITUTO  
RIO BRANCO 29  
(BRASÍLIA, 20/04/2012)  
20/04/2012

PALAVRAS POR OCASIÃO DA SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DO  
ANO DO CENTENÁRIO DE MORTE DO BARÃO DO RIO BRANCO 35  
(BRASÍLIA, 10/02/2012)  
10/02/2012

LANÇAMENTO DO PLANO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – DISCURSO DO MINISTRO DE ESTADO, EMBAIXADOR ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA (SÃO PAULO, 02/04/2012) 04/04/2012	39
PRONUNCIAMENTO EM SESSÃO SOLENE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO ALUSIVA AO CENTENÁRIO DE MORTE DO BARÃO DO RIO BRANCO (SÃO PAULO, 02/04/2012) 05/04/2012	43
DISCURSO DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA NA CERIMÔNIA DE ABERTURA DA PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE ALTO NÍVEL DA PARCERIA PARA UM GOVERNO ABERTO - (BRASÍLIA, 17/04/2012) 17/04/2012	47
DISCURSO NA CERIMÔNIA DO DIA DO DIPLOMATA – FORMATURA DA TURMA DE ALUNOS DO INSTITUTO RIO BRANCO (BRASÍLIA, 20/04/2012) 20/04/2012	49
PRONUNCIAMENTO DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA NA 319ª REUNIÃO DO CONSELHO DE PAZ E DE SEGURANÇA DA UNIÃO AFRICANA, SEGMENTO SOBRE A SITUAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU (ADIS ABEBA, 24/04/2012) 24/04/2012	53
REMARKS AT THE FIFTEENTH MEETING OF THE CARIBBEAN COUNCIL FOR FOREIGN AND COMMUNITY RELATIONS (COFCOR) (PARAMARIBO, 04/05/2012) 04/05/2012	57

PRONUNCIAMENTO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,  
ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, SOBRE A SITUAÇÃO NO PARAGUAI  
(RIO DE JANEIRO, 21/06/2012) 61  
21/06/2012

---

## **ATOS INTERNACIONAIS EM VIGOR 63**

---

### **COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES 71**

---

SITUAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU  
04/01/2012 71

FALECIMENTO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU,  
MALAM BACAI SANHÁ 71  
09/01/2012

VISITA A CUBA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,  
ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – HAVANA, 16 E 17 DE JANEIRO DE 2012 71  
13/01/2012

VISITA AO BRASIL DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE NEGÓCIOS  
ESTRANGEIROS DO REINO UNIDO, WILLIAM HAGUE – BRASÍLIA E 72  
RIO DE JANEIRO, 18 E 19 DE JANEIRO DE 2012  
16/01/2012

COMUNICADO CONJUNTO POR OCASIÃO DO ENCONTRO  
ENTRE O MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO DE 72  
AGUIAR PATRIOTA, E O SECRETÁRIO DE ESTADO DE NEGÓCIOS  
ESTRANGEIROS DO REINO UNIDO, WILLIAM HAGUE  
18/01/2012

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA UCRÂNIA, KOSTYANTYN GRYSHCHENKO – BRASÍLIA, 20 DE JANEIRO DE 2012 18/01/2012	76
ONU ESCOLHE BRASILEIRO PARA O CARGO DE SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA (CDB) 20/01/2012	76
PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA NO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL – DAVOS, 25 A 29 DE JANEIRO DE 2012 24/01/2012	76
CONCESSÃO DE VISTO À SENHORA YOANI SÁNCHEZ 25/01/2012	77
VISITA OFICIAL DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF A CUBA – HAVANA, 30 E 31 DE JANEIRO DE 2012 27/01/2012	77
DECLARAÇÃO FINAL DO ENCONTRO MINISTERIAL ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL (IBAS) À MARGEM DO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL 28/01/2012	77
VISITA OFICIAL DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF AO HAITI, PORTO PRÍNCIPE, 1º DE FEVEREIRO DE 2012 31/01/2012	79
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA OFICIAL DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF A CUBA - HAVANA, 30 E 31 DE JANEIRO DE 2012 31/01/2012	80

VISITA AO BRASIL DA ALTA REPRESENTANTE PARA RELAÇÕES EXTERIORES E POLÍTICA DE SEGURANÇA DA UNIÃO EUROPEIA, CATHERINE ASHTON 03/02/2012	81
VISITA AO BRASIL DA MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA GUIANA, CAROLYN RODRIGUES-BIRKETT – BRASÍLIA, 6 E 7 DE FEVEREIRO DE 2012 07/02/2012	82
VISITA AO BRASIL DO SECRETÁRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES DE HONDURAS, ARTURO CORRALES ALVAREZ - BRASÍLIA, 6 A 10 DE FEVEREIRO DE 2012 07/02/2012	82
II REUNIÃO DA COMISSÃO SINO-BRASILEIRA DE ALTO NÍVEL DE CONCERTAÇÃO E COOPERAÇÃO – COSBAN 08/02/2012	82
REUNIÃO BRASIL–MÉXICO SOBRE O ACE–55 10/02/2012	83
CENTENÁRIO DA MORTE DO BARÃO DO RIO BRANCO 10/02/2012	83
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA ALEMANHA, GUIDO WESTERWELLE – BRASÍLIA, SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO, 13 A 16 DE FEVEREIRO DE 2012 10/02/2012	84
VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DA FINLÂNDIA, JYRKI KATAINEN - BRASÍLIA, RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO, 12 A 16 DE FEVEREIRO DE 2012 13/02/2012	84

PRONUNCIAMENTO DA EMBAIXADORA DO BRASIL JUNTO ÀS NAÇÕES UNIDAS, EM SESSÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL DA ONU DE 13 DE FEVEREIRO DE 2012, SOBRE A SITUAÇÃO NA SÍRIA 14/02/2012	85
COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-FINLÂNDIA - BRASÍLIA, 14 DE FEVEREIRO DE 2012 14/02/2012	86
PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, EM DEBATE SOBRE RESPONSABILIDADE AO PROTEGER NA ONU – NOVA YORK, 21 DE FEVEREIRO DE 2012 14/02/2012	88
PRONUNCIAMENTO DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA EM DEBATE SOBRE RESPONSABILIDADE AO PROTEGER NA ONU 21/02/2012	89
VISITA À TURQUIA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – ISTAMBUL, 24 E 25 DE FEVEREIRO DE 2012 23/02/2012	91
MENSAGEM DE SOLIDARIEDADE DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA AO CHANCELER ARGENTINO, HÉCTOR TIMERMAN 23/02/2012	91
ENCHENTES NA BOLÍVIA 24/02/2012	92
APOIO PRESTADO AOS BRASILEIROS EVACUADOS DA ESTAÇÃO COMANDANTE FERRAZ 28/02/2012	92



VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO PERU, RAFAEL RONCAGLIOLO – BRASÍLIA, 1º DE MARÇO DE 2012 01/03/2012	92
SUSPENSÃO DO PROCESSO DE COMPRA DE AERONAVES DA EMBRAER PELA FORÇA AÉREA DOS ESTADOS UNIDOS 01/03/2012	92
VISITA DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF À ALEMANHA - HANNOVER, 4 A 6 DE MARÇO DE 2012 02/03/2012	93
EXPLOSÃO EM BRAZZAVILLE, REPÚBLICA DO CONGO 05/03/2012	93
SEMINÁRIO CONVENÇÃO 169 DA OIT: EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS – BRASÍLIA, 8 E 9 DE MARÇO DE 2012 07/03/2012	94
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA, HÉCTOR TIMERMAN - SÃO PAULO, 13 DE MARÇO DE 2012 09/03/2012	94
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS, XEQUE ABDALLAH BIN ZAYED AL NAHYAN 15/03/2012	94
PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, EM REUNIÃO DO CONSELHO DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS – ASSUNÇÃO, 17 DE MARÇO DE 2012 16/03/2012	95

ELEMENTOS ACORDADOS ENTRE OS GOVERNOS DO BRASIL E DO MÉXICO SOBRE PROTOCOLO MODIFICATIVO DO APÊNDICE BILATERAL DO ACE-55 - CIDADE DO MÉXICO, 15 DE MARÇO DE 2012 16/03/2012	95
DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE MINISTRAS E MINISTROS DE RELAÇÕES EXTERIORES DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUL) – ASSUNÇÃO, 17 DE MARÇO DE 2012 17/03/2012	96
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA BOLÍVIA, DAVID CHOQUEHUANCA - BRASÍLIA, 19 DE MARÇO DE 2012 19/03/2012	99
ATENTADO EM TOULOUSE 19/03/2012	99
MORTE DE CIDADÃO BRASILEIRO NA AUSTRÁLIA 20/03/2012	99
ELEIÇÕES NA GUINÉ-BISSAU - 18 DE MARÇO DE 2012 20/03/2012	99
FALECIMENTO DO PAPA DE ALEXANDRIA E PATRIARCA DA SANTA SÉ DE SÃO MARCOS, SHENOUDA III 21/03/2012	100
II CÚPULA SOBRE SEGURANÇA NUCLEAR - SEUL, 26 E 27 DE MARÇO DE 2012 21/03/2012	100
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO BENIN, BONI YAYI – BRASÍLIA, 22 A 24 DE MARÇO DE 2012 22/03/2012	100

SUBLEVAÇÃO MILITAR NO MALI 22/03/2012	101
SEMINÁRIO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO SOBRE TAXAS DE CÂMBIO E COMÉRCIO INTERNACIONAL - GENEBRA, 27 E 28 DE MARÇO DE 2012 22/03/2012	101
VISITA DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF À ÍNDIA – NOVA DELHI, 30 E 31 DE MARÇO DE 2012 27/03/2012	101
IV CÚPULA DO BRICS - NOVA DELHI, 28 E 29 DE MARÇO DE 2012 27/03/2012	102
QUARTA CÚPULA DOS BRICS - NOVA DELHI, 29 DE MARÇO DE 2012 PARCERIA DOS BRICS PARA A ESTABILIDADE, SEGURANÇA E PROSPERIDADE - DECLARAÇÃO DE NOVA DELHI 29/03/2012	102
COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-ÍNDIA SOBRE A VISITA DE ESTADO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL À ÍNDIA - NOVA DELHI, 30 DE MARÇO DE 2012 30/03/2012	111
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA OFICIAL DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF À ÍNDIA - NOVA DELHI, 30 DE MARÇO DE 2012 02/04/2012	118
ELEIÇÕES PARLAMENTARES EM MYANMAR 05/04/2012	119
SITUAÇÃO NO MALI 05/04/2012	119

VISITA DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF AOS ESTADOS UNIDOS - WASHINGTON E BOSTON, 9 E 10 DE ABRIL DE 2012 05/04/2012	119
COMUNICADO CONJUNTO DO PRESIDENTE BARACK OBAMA E DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF - WASHINGTON, 9 DE ABRIL DE 2012 09/04/2012	120
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF AOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - WASHINGTON, 9 DE ABRIL DE 2012 09/04/2012	126
FALECIMENTO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO MALÁUI, BINGU WA MUTHARIKA 10/04/2012	127
VI CÚPULA DAS AMÉRICAS - CARTAGENA DAS ÍNDIAS, 14 E 15 DE ABRIL DE 2012 12/04/2012	127
VISITA DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF À COLÔMBIA - CARTAGENA DAS ÍNDIAS, 15 DE ABRIL DE 2012 12/04/2012	127
SITUAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU 12/04/2012	128
VISITA AO BRASIL DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO REINO UNIDO PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL, ANDREW MITCHELL 13/04/2012	128
VISITA AO BRASIL DA SECRETÁRIA DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, HILLARY CLINTON – BRASÍLIA, 16 E 17 DE ABRIL DE 2012 13/04/2012	128

PRIMEIRA CONFERÊNCIA ANUAL DE ALTO NÍVEL DA PARCERIA PARA UM GOVERNO ABERTO - BRASÍLIA, 17 E 18 DE ABRIL DE 2012 13/04/2012	129
SITUAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU 14/04/2012	129
VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DA GEÓRGIA, NIKA GILauri – BRASÍLIA E SÃO PAULO, 13 A 19 DE ABRIL DE 2012 14/04/2012	129
RESOLUÇÃO DA CPLP SOBRE A SITUAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU 14/04/2012	130
VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DE MOÇAMBIQUE, AIRES BONIFÁCIO BAPTISTA ALI – 13 A 18 DE ABRIL DE 2012 16/04/2012	131
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA DO CHILE, ALFREDO MORENO 17/04/2012	132
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO URUGUAI, JOSÉ MUJICA - BRASÍLIA, 19 DE ABRIL DE 2012 18/04/2012	132
DIÁLOGO DE PARCERIA GLOBAL BRASIL-EUA - BRASÍLIA, 16 DE ABRIL DE 2012 - COMUNICADO CONJUNTO 18/04/2012	132
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA SÉRVIA, VUK JEREMIĆ - BRASÍLIA, 20 E 21 DE ABRIL DE 2012 19/04/2012	135

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA À ETIÓPIA – ADIS ABEBA, 23 E 24 DE ABRIL DE 2012 22/04/2012	136
VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA À TUNÍSIA - TÚNIS, 24 E 25 DE ABRIL DE 2012 24/04/2012	136
APOIO A REFUGIADOS NA MAURITÂNIA 25/04/2012	136
VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA À MAURITÂNIA – NOUAKCHOTT, 25 E 26 DE ABRIL DE 2012 26/04/2012	136
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, COMÉRCIO E INTEGRAÇÃO DO EQUADOR, RICARDO PATIÑO – BRASÍLIA, 30 DE ABRIL DE 2012 30/04/2012	137
VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA A WASHINGTON – 2 DE MAIO DE 2012 02/05/2012	137
VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA AO SURINAME - PARAMARIBO, 4 E 5 DE MAIO DE 2012 03/05/2012	138
DECLARAÇÃO DE CARTAGENA - REUNIÃO DE MINISTROS DE DEFESA, JUSTIÇA, INTERIOR E RELAÇÕES EXTERIORES DA UNASUL 07/05/2012	138
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA REPÚBLICA ARGENTINA, HÉCTOR TIMERMAN - BRASÍLIA, 15 DE MAIO DE 2012 14/05/2012	139

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DE ASSUNTOS EXTERIORES E COOPERAÇÃO DA ESPANHA, JOSÉ MANUEL GARCÍA-MARGALLO - BRASÍLIA, SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO, 16 A 19 DE MAIO DE 2012 15/05/2012	139
ATENTADO EM BOGOTÁ 16/05/2012	140
FORMAÇÃO DO NOVO GOVERNO DO HAITI 16/05/2012	140
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA HUNGRIA, JÁNOS MARTONYI 17/05/2012	140
ATENTADO NO IÊMEN 23/05/2012	140
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMÉRCIO DA REPÚBLICA DA COREIA (COREIA DO SUL), KIM SUNG-HWAN 25/05/2012	141
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DOS PAÍSES BAIXOS, URI ROSENTHAL 28/05/2012	141
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA NAMÍBIA, UTONI NUJOMA 29/05/2012	142
VISITA AO BRASIL DO REI DA ESPANHA, JUAN CARLOS I – BRASÍLIA, 4 DE JUNHO DE 2012 01/06/2012	142

SESSÃO ESPECIAL DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU SOBRE A SITUAÇÃO NA SÍRIA – PRONUNCIAMENTO DA EMBAIXADORA DO BRASIL, MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO - GENEVA, 1º DE JUNHO DE 2012 01/06/2012	142
VISITA AO BRASIL DO CHANCELER DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA, NICOLÁS MADURO MOROS – RIO DE JANEIRO, 2 DE JUNHO DE 2012 01/06/2012	143
ACIDENTE AÉREO NA NIGÉRIA 04/06/2012	143
FUNDO IBAS – PROJETO AGRÍCOLA NO LAOS 05/06/2012	143
COMUNICADO CONJUNTO - REUNIÃO TÉCNICA BRASIL-ESPANHA SOBRE TEMAS CONSULARES E MIGRATÓRIOS 05/06/2012	144
ELEIÇÃO DE ROBERTO FIGUEIREDO CALDAS PARA A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS 05/06/2012	145
CONCESSÃO DE ASILO 08/06/2012	145
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA UNASUL - BOGOTÁ, 11 DE JUNHO DE 2012 08/06/2012	145
SITUAÇÃO NA SÍRIA 08/06/2012	146



ATENTADO CONTRA MEMBROS DA OPERAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM CÔTE D'IVOIRE (COSTA DO MARFIM) – UNOCI 10/06/2012	147
PARTICIPAÇÃO DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF NA VII CÚPULA DO G20 - LOS CABOS, 18 E 19 DE JUNHO DE 2012 14/06/2012	147
FALECIMENTO DO PRÍNCIPE HERDEIRO DO REINO DA ARÁBIA SAUDITA 16/06/2012	147
COMUNICADO CONJUNTO ENTRE BRASIL E TURQUIA – RIO DE JANEIRO, 21 DE JUNHO DE 2012 21/06/2012	148
COMUNICADO CONJUNTO ENTRE BRASIL E AUSTRÁLIA – RIO DE JANEIRO, 21 DE JUNHO DE 2012 21/06/2012	150
COMUNICADO CONJUNTO ENTRE BRASIL E CHINA – RIO DE JANEIRO, 21 DE JUNHO DE 2012 21/06/2012	155
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA REUNIÃO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, COM O PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, WEN JIABAO – RIO DE JANEIRO, 21 DE JUNHO DE 2012 21/06/2012	158

## **ARTIGOS**

**161**

---

“BRASIL E HAITI: PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO”  
(FOLHA DE S. PAULO, 15/01/2012) 161

“BRICS MEMBERS BRAZIL AND INDIA ARE STRATEGIC PARTNERS  
FOR A NEW WORLD VISION” ARTIGO DE AUTORIA DA PRESIDENTA  
DILMA ROUSSEFF PUBLICADO NO JORNAL INDIANO “THE  
ECONOMIC TIMES” (29/03/2012) 163

“ECONOMIA VERDE, SEM POBREZA”  
(O GLOBO, 20/04/2012) 167

“DIREITOS HUMANOS: O BRASIL EM EXAME”  
(O GLOBO, 23/05/2012) 169

“RIO+20: PROTECTING THE ENVIRONMENT IS NOT ENOUGH”  
(THE GUARDIAN - 20/06/2012) 171

## **ENTREVISTAS 173**

---

“GOVERNING BRAZIL”  
ENTREVISTA CONCEDIDA À PUBLICAÇÃO “BRAZIL CONFIDENTIAL”  
(06/01/2012 A 18/01/2012) 173

ENTREVISTA AO “BOLETIM EM QUESTÃO”  
(SECOM/PR, 23/01/2012) 175

“NUESTRA INFLUENCIA ES CRECIENTE Y TENEMOS CAPACIDAD  
PARA EJERCERLA EN TODOS LOS GRANDES TEMAS”  
ENTREVISTA CONCEDIDA AO JORNAL “EL MERCÚRIO”  
(CHILE, 29/01/2012) 177

“A SHINING EXAMPLE”  
ENTREVISTA CONCEDIDA À PUBLICAÇÃO “THE CAPITAL”  
(ETIÓPIA, 09/05/2012) 183

“MANTEMOS RELAÇÕES CORRETAS COM O IRÃ” ENTREVISTA CONCEDIDA AO “ZERO HORA” (13/05/2012)	187
“SÍRIA TEM ARMA DE DESTRUIÇÃO EM MASSA”, AFIRMA PATRIOTA ENTREVISTA CONCEDIDA AO JORNAL “FOLHA DE S. PAULO” (18/05/2012)	191
BRASILIA DÉFEND LE DIALOGUE AVEC DAMAS EN VUE D’UNE TRANSITION POLITIQUE ENTREVISTA CONCEDIDA AO JORNAL “LE MONDE” (30/05/2012)	195
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b>	<b>199</b>

---



# DISCURSOS

## DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, DURANTE O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL – DIÁLOGOS ENTRE SOCIEDADE CIVIL E GOVERNO (PORTO ALEGRE, 26/01/2012) 27/01/2012

Quero saudar muito especialmente todos os participantes do Fórum Social Mundial e deste fórum temático,

Saudar o Governador Tarso Genro,  
O Prefeito Fortunati,  
Os Ministros que me acompanham,  
As lideranças políticas,

Os representantes dos movimentos sociais que hoje se reúnem neste Fórum,

Companheiras e companheiros,

É uma grande alegria poder voltar a Porto Alegre para participar de mais uma reunião do Fórum Social Mundial. Aqui estive em 2001. Participei, naquela ocasião, do primeiro encontro do Fórum, quando eu ainda era Secretária de Energia do Governador Olívio Dutra, a quem saúdo agora, meu companheiro e meu amigo.

Desde então, esta cidade transformou-se em referência para todos aqueles que buscavam criar uma alternativa ao desequilíbrio da situação econômica e política global. Aqui, se afirmou a ideia de que outro mundo é possível. Aqui estavam, como hoje aqui estão, os que não sucumbiram ao pensamento único, nem acreditaram no fim da história.

Mas muita coisa ocorreu nesses últimos 11 anos. A crise, que estava latente na economia internacional, transformou-se em

crise real a partir de 2008 e não parou de agravar-se. Nesses últimos 11 anos surgiram também coisas muito positivas. Na América Latina, foram sendo construídas respostas progressistas e democráticas aos desequilíbrios internacionais. Na maioria dos países da região, dentre eles o meu país – o Brasil –, estão em curso importantes transformações econômicas, sociais e políticas.

Nossos países crescem, enquanto outras partes do mundo vivem a estagnação, a recessão e, muitas vezes, um grande desemprego. Nossos países reduzem a pobreza e a desigualdade social, e, como eu disse, em outras regiões, aumenta a desigualdade, aumenta a exclusão e direitos são perdidos.

Nossos países, hoje, não sacrificam sua soberania frente às pressões de potências, grupos financeiros ou agências de classificação de risco, mas, sobretudo, nossos países avançam fortalecendo a democracia. Na América do Sul, como diz aquela canção da Revolução dos Cravos, da Revolução Portuguesa: “O povo é quem mais ordena”.

Companheiras e companheiros,

É muito importante que este encontro do

Fórum Social Mundial ocorra poucos meses antes da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – a Rio+20. A crise financeira e as incertezas que pairam sobre o futuro da economia mundial dão uma significação especial à Rio+20.

Em grande parte do mundo desenvolvido, busca-se enfrentar a crise com medidas fiscais regressivas, que têm consequências sociais e ambientais nefastas e trazem consigo perigosas ameaças, como eu disse: o desemprego, a xenofobia, o autoritarismo, a paralisia no enfrentamento do aquecimento global, além de ameaças à paz mundial.

Há poucos meses, estive em Cannes, na reunião do G-20, que nos propunham novo mundo, novas ideias. A despeito dos avanços que eventualmente logramos naquele encontro, confesso que não fiquei satisfeita com os resultados. Não é fácil produzir novas ideias e alternativas quando estamos dominados por preconceitos políticos e ideológicos. Conhecemos bem essa história.

Nos anos 80 e 90, confrontados com profundos desequilíbrios macroeconômicos, foram preconceitos políticos, foram preconceitos ideológicos que impingiram aos países da América Latina o modelo conservador que levou nosso país à estagnação, à perda de espaço democrático e soberano, aprofundando a pobreza, o desemprego e a exclusão social. Hoje, essas receitas fracassadas estão sendo propostas novamente na Europa.

A Rio+20, que terá a participação de chefes de Estado e de Governo, mas também de expressivos setores da sociedade civil, deve ser um momento importante de um processo de renovação de ideias, diferentemente das Conferências das Partes, as chamadas COP. Centrado na importante questão ambiental e nos problemas da mudança do clima, o encontro do Rio vai enfrentar uma questão mais ampla e mais decisiva: estará no centro dos

debates um novo modelo de desenvolvimento, contemplando três dimensões – a econômica, a social e a ambiental.

Queremos que a palavra “desenvolvimento” apareça, de agora em diante, sempre associada à expressão “sustentável”. Ao lado dos objetivos de desenvolvimento do milênio, é necessário estabelecer também os objetivos do desenvolvimento sustentável. Esses objetivos, que abrangem compromissos e metas para todos os países do mundo, têm, no seu centro, o combate à pobreza e à desigualdade e a sustentabilidade ambiental.

Assumimos aqui, como sempre assumimos, ao longo do governo Lula e do meu governo, que é possível crescer e incluir, proteger e conservar. O que estará em debate na Rio+20 é um modelo de desenvolvimento capaz de articular o crescimento e a geração de emprego; a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades; a participação social e ampliação de direitos, a educação e a inovação tecnológica; o uso sustentável e a preservação dos recursos ambientais.

Em Copenhague, há quase três anos, nosso governo assumiu novas responsabilidades nas questões relacionadas à mudança do clima. Apresentamos lá, em Copenhague, para o mundo, e aqui, no Brasil, como compromisso voluntário do nosso governo, a significativa redução de emissões de gás de efeito estufa. Lamentavelmente, alguns outros países relutaram – e até hoje relutam – em anunciar seus esforços para a redução das emissões. Somos o país que, de acordo com as Nações Unidas, mais tem feito pela redução das emissões de gás de efeito estufa em todo o planeta. Esses compromissos são parte integrante da grande transformação que está em curso em nosso país nos últimos nove anos.

No meu governo, quando falamos de desenvolvimento sustentável, eu quero dizer aqui, de forma clara, no que estamos falando:

para nós, desenvolvimento sustentável significa crescimento acelerado de nossa economia para poder distribuir riqueza; significa criação de empregos formais e expansão da renda dos trabalhadores; significa distribuição de renda para pôr fim à miséria e reduzir a pobreza, com políticas públicas que provoquem melhoria da educação, da saúde, da segurança pública e de todos os serviços públicos fornecidos pelo Estado brasileiro; crescimento regional equilibrado da renda, que corrija os desequilíbrios entre as regiões do país, que corrija a condenação de uma parte deste país ao baixo desenvolvimento, como foi o caso do Norte e do Nordeste; criação de um amplo mercado de bens de consumo de massas, que passe a dar sustentação interna ao nosso desenvolvimento; significa também que o Brasil está se transformando, e nós o faremos se transformar, cada dia mais, do ponto de vista socioeconômico, em um país de classes médias; significa desenvolvimento que tenha na sustentabilidade ambiental uma condição imprescindível.

Nossas escolhas, em matéria de energia, de segurança alimentar, de infraestrutura logística, de inovação tecnológica, levam em conta o uso sustentável de nossos recursos ambientais.

Além disso, o desenvolvimento sustentável significa aprofundamento dos mecanismos de participação social e o fortalecimento da nossa democracia; significa incentivo e defesa dos nossos valores, da nossa cultura, da nossa diversidade cultural; finalmente, significa uma inserção soberana e competitiva no mundo.

Companheiras e companheiros,

O grande nó que o presidente Lula começou a desatar, a partir de 2003, era o da exclusão e o da desigualdade social. Estamos ganhando essa batalha, como nos mostram

os 40 milhões de brasileiros e brasileiras que deixaram a miséria e ascenderam às classes médias. E nossos esforços para erradicar essa chaga social, nos próximos anos, será a determinação de fazer cumprir o programa Brasil sem Miséria.

O lugar que o Brasil ocupa hoje no mundo não é consequência de nenhum milagre econômico, como acontecia no passado. É resultado do esforço do povo brasileiro e de seu governo, que souberam optar por um novo caminho. O Brasil, hoje, é um outro país. Ninguém, ninguém, nenhum grupo pode nos tirar isso. Nós somos, hoje, um país mais forte, mais desenvolvido e mais respeitado. Um país que convive harmonicamente com seus vizinhos da América do Sul e da América Latina e do Caribe, e que quer construir com eles um polo de desenvolvimento e de democracia no mundo.

Da mesma forma, abrimos novas relações com os nossos irmãos africanos, com o Mundo Árabe, dando uma especial atenção à Palestina, que esperamos possa constituir-se, brevemente, como Estado livre, Estado pacífico e democrático e com sua soberania garantida.

Nos países chamados BRICS, nós lutamos por uma nova ordem econômica e política mundial multipolar, mais justa, mais democrática. Em todos os fóruns globais, somos partidários do multilateralismo, do desarmamento e das soluções negociadas para todas as ameaças à paz mundial.

Companheiras e companheiros,

A tarefa que nos impõe este Fórum, assim como a Rio+20 e outros eventos que virão, é o de desencadear o movimento de renovação de ideais e de novos processos, absolutamente necessários para enfrentar os dias difíceis em que hoje vive ampla parte da humanidade.

Estudos recentes da OCDE, que congrega os países desenvolvidos, revelam um processo crescente de concentração de renda e aumento da desigualdade nos países desenvolvidos e mesmo em alguns emergentes. A contrapartida disso tudo é, e está sendo hoje, a explosão do desemprego e a expansão da pobreza nos países pelo mundo afora.

Esses dois fenômenos – desemprego e desigualdade social – são particularmente cruéis quando se trata de nações ricas, que conquistaram direitos e agora os perdem. E são também cruéis porque atingem, prioritariamente, os jovens, as mulheres e os imigrantes. A dissonância entre a voz dos mercados e a voz das ruas parece aumentar, cada vez mais, nos países desenvolvidos, colocando em risco não apenas conquistas sociais, mas a própria democracia.

O mundo do pós-neoliberalismo não pode ser o mundo de pós-democracia, como bem apontou, recentemente, um filósofo alemão. A indignação de jovens, de mulheres, de militantes, que ocupam as ruas de dezenas de cidades do mundo, é um sintoma importante que não pode ser desconsiderado.

Nesse contexto, as mulheres desse mundo afora têm tido um protagonismo crescente e determinante para as mudanças. Como afirmei na abertura da Assembleia Geral da ONU, tenho certeza de que nós, mulheres, faremos tudo para garantir que o século XXI seja o século das mulheres.

As organizações da sociedade civil e os governos progressistas, cada um na sua dimensão, podem fazer desses primeiros anos do novo milênio o anúncio de uma nova era. Para isso, é decisivo o fortalecimento dos laços de solidariedade e da cooperação Sul-Sul que unem os nossos povos.

Os grandes movimentos da humanidade são feitos de ação, mas também, de esperança. Foi a esperança que moveu a minha geração,

décadas atrás. Hoje, quando olho para o caminho percorrido e para os objetivos alcançados, só posso dizer a vocês: valeu a pena, companheiros e companheiras.

É essa esperança, é essa esperança que nos une e nos mobiliza para a Rio+20. É essa esperança que deve sempre nos guiar na busca de um novo modo de vida, inclusivo e sustentável.

Sabendo que o papel da sociedade civil será determinante para o êxito da Rio+20, conto com a mobilização, com o engajamento e a presença de vocês no Rio de Janeiro. Eu tenho certeza: um outro mundo é possível.

Até o Rio de Janeiro.



**DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF,  
DURANTE CERIMÔNIA DE APRESENTAÇÃO DO CONTINGENTE  
BRASILEIRO DA MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS  
PARA A ESTABILIZAÇÃO DO HAITI  
(PORTO PRÍNCIPE-HAITI, 01/02/12)  
01/02/2012**

Senhoras e senhores Ministros de Estado que me acompanham nesta viagem: Antonio Patriota, das Relações Exteriores; Celso Amorim, da Defesa; Alexandre Padilha, da Saúde; Fernando Pimentel, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio [Exterior]; José Elito Carvalho Siqueira, do Gabinete de Segurança Institucional e Maria do Rosário, Ministra Secretária dos Direitos Humanos.

Senhor Jaques Wagner, Governador do Estado da Bahia,

General Enzo Martins Peri, Comandante do Exército brasileiro,

General José Carlos de Nardi, Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Brasil,

General Luiz Eduardo Ramos Pereira, Comandante das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti,

Senhores oficiais-generais,

Coronel Luciano Mendes Nolasco, Comandante do Contingente Brasileiro da Minustah, por intermédio de quem cumprimento os militares do contingente brasileiro da Minustah,

Senhoras e senhores jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas,

Senhoras e senhores,

É com grande satisfação que me dirijo ao contingente brasileiro da Minustah e aos trabalhadores haitianos aqui, nesta base. Nas pessoas dos comandantes dos dois batalhões, saúdo todas as mulheres e homens das nossas Forças Armadas que prestam serviço inestimável à estabilidade e à segurança deste país irmão, o Haiti.

Estou certa de que o trabalho do atual contingente se beneficia muito da dedicação, da coragem e do patriotismo dos milhares de militares que os antecederam. O Brasil é grato a todos eles e lembra, com pesar, com orgulho e com especial apreço dos militares e civis que perderam suas vidas no Haiti, inclusive no trágico terremoto de 2010. A eles, nossas homenagens.

Nossa presença da Minustah reflete o histórico compromisso de amizade que une os dois países – o Brasil e o Haiti – e busca dar um novo significado às operações de paz da ONU. Nossa atuação mostra que a segurança coletiva tem de combinar-se com a justiça social, o desenvolvimento e o respeito à soberania nacional dos países.

Como vocês sabem, o Brasil acredita

firmemente no recurso ao diálogo, à diplomacia, como instrumento principal de manutenção da paz e promoção da estabilidade. Insistimos em que uma visão mais ampla e integrada sobre a origem dos conflitos contemporâneos deve ganhar prioridade cada vez maior na agenda das Nações Unidas.

Mesmo quando lidamos com situações extremas, que grande preocupação suscita o seio da comunidade internacional, a ação coletiva dos Estados deve pautar-se sempre pela responsabilidade ao proteger.

Esse é um conceito que, no meu discurso na Assembleia das Nações Unidas, defendi, em setembro de 2011, e que busca garantir uma perspectiva humana realmente em primeiro plano, as pessoas em primeiro plano. No Haiti, como em outras partes do mundo – na África, na Ásia e no Oriente Médio –, no passado e no presente, o Brasil procura formar parcerias solidárias e encontrar fórmulas simétricas e mutuamente respeitadas de cooperação.

Os trabalhos da nossa Engenharia do Exército e das Forças Armadas, crucial para a ação pacificadora, ilustram a dimensão ampliada da presença e da atuação militar brasileira no quadro da Minustah. O esforço humanitário de nossas mulheres e homens de farda na montagem de hospital de campanha e na ajuda emergencial, durante o pós-terremoto, também se enquadra nessa visão.

O governo haitiano pode contar com a colaboração sempre solidária do Brasil, papel ao qual temos dedicado nossos melhores esforços e que conta com o apoio do Poder Executivo, do Congresso Nacional, da sociedade brasileira e, sobretudo, de toda a nossa pátria. Trata-se de exercício de solidariedade, que todos os membros da comunidade internacional também devem continuar a demonstrar, com estreita e respeitosa parceria com o governo e a sociedade nacional do Haiti.

Para tanto, precisamos perseverar em nosso apoio à reconstrução, ao desenvolvimento socioeconômico e ao fortalecimento do Estado haitiano, mas cabe ao Haiti definir as prioridades de seu povo e a melhor maneira de canalizar a ajuda internacional. Isso é indispensável para garantir que o trabalho da Minustah se sustente e possa gerar o ambiente de segurança necessário à futura substituição das forças da ONU por instituições solidamente constituídas no próprio país.

Nesse processo, o Haiti, certamente, encontrará a via da consolidação democrática e do desenvolvimento social e econômico. Vamos continuar a trabalhar para que assim seja. Eu, todo o governo e, tenho certeza, as tropas aqui presentes, somos otimistas.

Felicito a todas e a todos os integrantes do nosso contingente na Minustah, que são, sem dúvida, uma razão de orgulho para o Brasil e otimismo quanto ao futuro do Haiti. Meus agradecimentos a todos aqui presentes!

**MENSAGEM DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF  
POR OCASIÃO DO CENTENÁRIO, EM 10 DE FEVEREIRO,  
DA MORTE DO BARÃO DO RIO BRANCO  
(BRASÍLIA, 10/02/2012)  
10/02/2012**

Ao se completarem, hoje, cem anos da morte de José Maria da Silva Paranhos, o Barão de Rio Branco, a melhor maneira de homenageá-lo é recordar seu legado para o País.

Rio Branco, com pragmatismo e sensibilidade política, desenhou as fronteiras do Brasil pela via da negociação e da arbitragem. Sua obra é a confirmação da vocação pacífica do Brasil e da nossa crença na força do Direito e da persuasão.

Uma vez estabelecidas nossas fronteiras, e já como Chanceler, Rio Branco pôde lançar as bases de uma política externa baseada no diálogo e na cooperação. No plano regional, esboçou iniciativas de aproximação com a América do Sul. Em escala global, soube reagir de forma construtiva às transformações internacionais em curso, sempre buscando ampliar nossos espaços de autonomia.

No momento em que aprofundamos a integração regional e consolidamos uma diplomacia de alcance global, a memória de Rio Branco nos inspira a olhar para o futuro com crescente confiança.



**DISCURSO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, NA  
CERIMÔNIA DE FORMATURA DA TURMA DE 2010-2012 DO INSTITUTO  
RIO BRANCO  
(BRASÍLIA, 20/04/2012)  
20/04/2012**

Eu queria iniciar cumprimentando, e quebrando o protocolo – porque o Itamaraty também tem de quebrar o protocolo -, cumprimentando a turma dos formandos, porque essa turma é o presente e é o futuro do Brasil. Então, começo por cumprimentar a todos.

Cumprimentar também o Embaixador Antonio Patriota, Ministro de Estado das Relações Exteriores, e aproveito e cumprimento o decano dos diplomatas, o Antonio Patriota pai.

Queria cumprimentar as senhoras e os senhores Chefes de Missão Diplomática aqui presentes,

O Embaixador Ruy Nogueira, Secretário-Geral das Relações Exteriores,

Queria dirigir um cumprimento muito especial ao Samuel Pinheiro Guimarães, paraninfo da turma Milena Oliveira de Medeiros,

E também a uma pessoa que deu grandes contribuições para o nosso país, no que se refere a uma visão de Brasil e de presença do Brasil no mundo, de forma bastante inovadora, e que sempre lutou pelo desenvolvimento deste país.

Queria cumprimentar a senhora Raimunda

Carneiro, mãe da secretária Milena Oliveira de Medeiros, que dá nome à turma 2011-2012 [2010-2012], e dizer a ela que nós temos na Milena um exemplo deste novo Brasil que está surgindo. E a mim comove imensamente que essa turma tenha escolhido a Milena. Porque a Milena representa este Brasil de oportunidades, este Brasil que, de fato, poderia ter na Milena uma Ministra, uma grande diplomata e uma Presidenta.

Queria também cumprimentar aqui o senhor Embaixador Georges Lamazière, Diretor do Instituto Rio Branco,

A Secretária Maria Eugênia Zabotto Pulino, oradora da Turma de 2010-2012, que evidenciou algo que nós temos muito orgulho. Primeiro, a boa formação, a clareza na elaboração de suas ideias, e também mostrou a força do que este nosso Brasil, que está surgindo, é capaz de desempenhar e, portanto, é capaz de ajudar a essas mudanças tão necessárias no país.

Queria cumprimentar os senhores e as senhoras embaixadores aqui presentes,

As senhoras e senhores familiares.

Dirigir um especial cumprimento aos pais e às mães por terem este orgulho de verem seus filhos aqui se formando.

Queria também cumprimentar os senhores jornalistas, os senhores fotógrafos e cinegrafistas.

Senhoras e senhores,

A minha palavra inicial é de apreço, como eu disse, às alunas e aos alunos que concluem sua formação no Instituto Rio Branco e passam a integrar, formalmente, o corpo diplomático brasileiro. Eu quero dirigir uma saudação a cada um deles, pela responsabilidade, pelo papel que eles vão desempenhar daqui para frente para o nosso país. Associe-me mais uma vez à perda e ao pesar que nós todos temos pela perda da Milena Oliveira de Medeiros, morta no cumprimento das suas responsabilidades.

Queridas formandas e queridos formandos,

O lugar que um país ocupa no mundo está muito ligado e está prioritariamente vinculado ao papel que esse país ocupa em relação ao seu povo. Enfim, está vinculado às mudanças internas que ele é capaz de realizar ou que ele realizou. E o Brasil não foge a essa regra. A importância que nós temos decorre de todas nossas ações que, de uma forma ou de outra, são reconhecidas nesse mundo absolutamente interconectado, por redes sociais, por jornais, enfim, por todos sistemas de comunicação modernos. E as transformações recentes na nossa economia, a afirmação da nossa sociedade, através do processo de desenvolvimento que distribuiu renda, que abriu oportunidades para o nosso povo, dá uma dimensão a um país firmemente comprometido com a questão da democracia, firmemente comprometido com os direitos humanos, firmemente comprometido com a igualdade e os princípios da distribuição de renda e da melhoria de vida do povo.

Essa visão que transforma hoje o Brasil numa grande nação, numa nação – e aí eu vou divergir um pouco do Samuel – eu acredito que nós temos uma imensa capacidade de nos relacionarmos, não só na

América Latina, mas na África, na Ásia, na Europa, inclusive na América do Norte. E creio que esse posicionamento do Brasil é um reconhecimento por duas coisas. Num mundo crescentemente desigual, num mundo em que todo o desenvolvimento, todo o crescimento tem levado não a uma diminuição das diferenças, não a uma diminuição das diferenças sociais, nem territoriais, mas numa ampliação, num mundo em que, por exemplo, 1% controla 40% por cento da riqueza, e isso tende a se ampliar, num mundo em que a saída da crise tem levado à perda de direitos, à precarização do trabalho e a imensas chagas sociais, o Brasil corre em trilha completa e totalmente diferente.

Primeiro, nesse mundo, nós provamos que no Brasil e não era só no Brasil, algo que era de uma certa forma uma visão distorcida e muito especializada para países em desenvolvimento, que não era possível crescer e distribuir renda. Nós rompemos com isso. O grande respeito que nós temos é porque nós não governamos sem olhar o nosso povo. Um país que deixa seu povo à margem do seu desenvolvimento e do seu crescimento, não é respeitado por ninguém. Nós temos a nossa capacidade de produzir respeito, porque produzimos antes melhorias econômicas e sociais. Estabilizamos a economia brasileira. Não somos mais dependentes do Fundo Monetário. Temos mais de US\$ 360 bilhões em reserva. Controlamos a inflação, mas, sobretudo, tiramos 40 milhões e os elevamos, de situações de miséria, e os elevamos à classe média. Além disso, temos hoje uma política muito clara de continuar o trabalho e prosseguir no rumo de incluir na sociedade brasileira os 16 milhões que ainda vivem à margem, em situação de extrema miséria.

Tudo isso mostra que não somos só um país que valoriza o desenvolvimento econômico – valorizamos sim, até porque

precisamos dele. Precisamos crescer mais rápido para poder distribuir renda, mas, sobretudo, porque melhoramos a vida do nosso povo e transformamos um povo, que era marginalizado e não podia participar dos benefícios do desenvolvimento econômico. Transformamos esse povo em consumidor, em trabalhador, em pequeno empresário e demos a ele oportunidades, através de programas estratégicos, como é o programa de educação, que permitiu que mais jovens tivessem acesso à educação profissional. E garantimos a internalização no nosso país de universidades através do ProUni, que é o acesso do estudante mais pobre a escolas privadas universitárias. Ampliamos as universidades públicas. E mais, hoje percebemos, cada vez mais, que o grande motor para mudar é ciência, tecnologia e inovação.

Nós temos que fazer as duas atividades. As duas tarefas muito diferentes, mas, por isso, que mostram a complexidade do nosso país. Ao tempo que nós combatemos a miséria, nós temos de ser capazes a responder aos desafios do Século XXI: ciência, tecnologia e inovação.

Nós temos, hoje, um bônus que se chama, um bônus ligado à nossa distribuição etária, à nossa matriz de idades, vamos dizer assim. O fato de que durante, até em torno de 2030, nós seremos um país que todos os trabalhadores, todos os empresários, enfim, todas as pessoas ativas, o número delas ultrapassará aqueles que dependem socialmente como as crianças, os jovens em idade de não trabalho e, sobretudo, os idosos. Esse bônus demográfico do país, ele permitirá que o país se desenvolva, e mais do que isso, se nós formos capazes de capacitar a nossa força de trabalho, se nós formos capazes de dar educação de qualidade a todos, de transformar este país, de fato, numa grande potência.

Nós somos, hoje, e isso é algo extremamente volátil, nós somos a sexta potência. Depende

da taxa de câmbio, tem uma variável taxa de câmbio. Mas não é isso que importa. O que importa é que nós sejamos, do ponto de vista do nosso país, do ponto de vista da nossa população, de fato, a sexta economia em matéria de renda per capita e de acesso à educação e aos serviços públicos de qualidade.

É esse país que nós estamos projetando internacionalmente, é esse país que tem o pré-sal, é esse país que é uma potência alimentar, é esse país que não vai deixar a sua indústria, que é uma indústria razoavelmente complexa, ser sucateada por nenhum processo de desvalorização de moedas e nem por guerras comerciais, que usam métodos não muito, eu diria assim, não muito éticos.

Esse país tem uma imensa capacidade de projeção internacional, porque esse país se encontrou internamente. Isso é extremamente importante. É só por isso que nós, hoje, temos extrema capacidade de projeção internacional. Deve-se a nós mesmos. Não se deve a nenhuma simpatia ou nenhuma preferência. Deve-se à força do próprio país. Por isso, eu acredito que é muito importante perceber as relações entre política interna e política externa no Brasil. O que nós defendemos lá fora é o que nós fazemos aqui dentro. E isso é crucial.

Ao mesmo tempo, vivemos num mundo em transformação, num mundo multipolar, um mundo que está mudando, que mudou. Primeiro de uma situação bipolar para uma situação de quase hegemonia unipolar, mas que hoje, percebe-se claramente a multipolarização que existe. Neste mundo, o Brasil tem um papel especial, extremamente complexo. Não é um papel simples que nós podemos fazer uma lista e falar: “primeiro isso, segundo aquilo, terceiro aquilo”. Não é assim, é simultâneo. Simultaneamente, nós temos de ter uma presença fortíssima na América Latina e uma presença que transforma as fronteiras da América Latina e as responsabilidades

do Brasil em relação à América Latina na responsabilidade do país com maior PIB, com maior poder econômico e, ao mesmo tempo, um país que tem de mostrar que uma outra política, de relacionamento internacional é possível. Uma outra política não imperialista, não de subordinação do país menor, não de aproveitamento da força e da imposição de modelos.

Nós temos de mostrar, aqui na América Latina, que é possível uma relação econômica mais equilibrada. Uma relação econômica de integração de cadeias produtivas e que os países, diferenciadamente, ganhem, reconhecendo o papel de cada país nesse cenário, sabendo, inclusive, que há diferenças. Sabendo que há relações diferenciadas também desses países com o mundo.

É importantíssimo que, simultaneamente, saibamos que os BRICS são estratégicos para o Brasil. Nós, os BRICS, somos quase hoje responsáveis por 56%, se não me falha a memória, da taxa de expansão da economia internacional. Os BRICS são diferentes. Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, somos completamente diferentes, mas somos representantes de continentes diversos. Implica num reconhecimento da presença do Brasil em um fórum em que países bastantes significativos e com presença internacional ocupam na cena. Significa que o Brasil tem um diálogo especial e uma relação com, tanto dentro dos BRICS, quanto dentro dos IBAS, que é Índia, Brasil e África do Sul, nós temos um fórum no qual o Brasil não é só ouvido, o Brasil é protagonista.

Acredito que a relação com os países da Ásia é estratégica para o Brasil. É estratégica, porque o Brasil é um grande fornecedor e será sempre um grande fornecedor de commodities, mas será, e eu asseguro a vocês, um grande fornecedor também de manufaturas.

Nós temos de equacionar três amarras do

país e construir o caminho, o chamado quarto caminho. As três amarras são: taxa de juro, taxa de câmbio e impostos altos. E o caminho é a educação de qualidade.

Nós temos, porque somos mais homogêneos, uma grande de possibilidade de presença no mundo. Além disso, nós temos de manter os nossos relacionamentos com a União Europeia e com os Estados Unidos. Nós não só temos, como devemos e podemos. E, hoje, temos também um fórum muito importante que é o G-20, no qual essas discussões podem, em alguns momentos parecer que não saem do lugar, mas elas constituem um espaço completamente diferente do G-8, do G-7 ou do G-9, que várias vezes ocorria no passado. É inimaginável que nós não estejamos sentados na mesa, na negociação. Hoje, é inimaginável.

O Brasil também tem uma característica que nós temos de preservar, de respeitar nós mesmos. O fato de nós sermos um país com uma tradição muito forte de paz, de democracia. Agora, no passado não foi, mas agora, nós construímos o nosso processo democrático.

Temos de respeitar os direitos humanos. Esse processo é um valor. É um valor por que? É um valor, porque o nosso povo é um povo que tem espaço de manifestação, a nossa imprensa tem liberdade e nós estamos acostumados com a diferença.

Nós não nos assustamos quando alguém tem uma posição diversa, nós não deixamos de convidá-lo para comparecer às reuniões. Nós não achamos que nós temos de nos reunir só com as pessoas que pensam igual a nós. É essa característica profunda do Brasil que nos torna um país respeitado em todas as áreas, porque somos um país capaz de diálogo. E isso é um valor que nós temos, um grande valor que nós temos.

Eu queria dizer que todo esse cenário mais complexo vai exigir dos diplomatas



brasileiros duas características. Vocês têm, de fato, de ser generalistas, mas não se iludam. Vocês tem de ser também especialistas. É impossível debater, no plano internacional, se você não souber do que você está falando. Se isso é exigido para um presidente, quanto mais do diplomata, que é fundamental para o presidente ter as informações necessárias. Então, eu digo para vocês o seguinte: não tem só generalista, não.

Eu perguntei há pouco para o Patriota: “Patriota, quantos engenheiros?”. Sabe por que eu perguntei quantos engenheiros? Porque nós vamos discutir ciência, tecnologia e inovação. Eu quero saber quem é melhor em biotecnologia. Eu quero saber como é que eu faço a ponte. Isso é fundamental. A gente não precisa, eu perguntei para o Patriota, mas quero dizer a vocês que a gente não precisa ser formado em engenheiro para entender de algumas coisas. Mas é importante que o Itamaraty tenha engenheiros. É importante. É importante que o Itamaraty tenha físicos. É importante. É importante que o Itamaraty tenha matemáticos. É importante. Porque nós vamos entrar no Século XXI a partir de toda uma situação em que nós já estamos, mas será mais exigida daqui para frente. Esse é o século do conhecimento. Esse é, sobretudo, o século do conhecimento. É o século da capacidade de se dominar certas tecnologias e é o século da capacidade nossa de inventar, de criar. É o século, também, que permitirá que aqueles países que tenham na sua força de trabalho, no seu povo, a sua maior riqueza, seja o país que estará mais bem condicionado internacionalmente. Apesar de nós termos tudo aquilo, petróleo, indústria, nós temos de apostar na qualidade do ensino da população brasileira. Isso é o estratégico e isso vale para o Itamaraty também. E eu acredito que nós temos um caminho de muitas transformações que nós temos que entender rapidamente e

estar prontos para atuar.

Essa flexibilidade também é característica do Brasil. Eu acho que é essa combinação de criatividade com imensa capacidade, ser flexível, de entender rapidamente, de conviver com a diferença que distingue esse país. E torna ele imbatível.

Queria dizer a vocês que para mim foi muito emocionante o fato de vocês escolherem a Milena e não o Barão [do Rio Branco]. Eu acho o Barão uma das personagens mais importantes desse país, porque o Barão foi responsável pelo mapa do país, pela definição do nosso território sem guerra. O Barão foi, talvez, um dos mais hábeis diplomatas que o mundo já viu. Nós sabemos, todos nós, da importância dele, mas eu acho que o ato de escolha não é um ato em detrimento do Barão, é um ato de afirmação das oportunidades que esse país tem de dar para as pessoas.

A Milena Oliveira de Medeiros, e aqui eu encerro dizendo, que esse país, ele tem que ter muitas mulheres. E que eu espero que nós todos aqui, presidentes, diplomatas, alunos, enfim, todos nós aqui presentes sejamos capazes de permitir que esse país tenha muitas Milenas.

Muito obrigada.



**PALAVRAS POR OCASIÃO DA SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DO  
ANO DO CENTENÁRIO DE MORTE DO BARÃO DO RIO BRANCO  
(BRASÍLIA, 10/02/2012)  
10/02/2012**

Quero estender minhas boas-vindas a todos os colegas e amigos que se associam a nós para recordar o legado do Barão do Rio Branco.

É uma honra contar com a presença de familiares de Rio Branco, assim como de ex-Chanceleres, ex-Secretários-Gerais do Itamaraty e ex-Diretores do Instituto Rio Branco.

Também muito estimulante é ver, na platéia, tantos jovens diplomatas. Vocês, que são o futuro da instituição a que por vezes nos referimos como a “Casa de Rio Branco”, constituem parte essencial das celebrações do centenário de José Maria da Silva Paranhos Júnior, às quais tenho o prazer de dar início hoje.

Cumprimento o Embaixador Manoel Gomes Pereira, que, sob a orientação do nosso Secretário-Geral, o Embaixador Ruy Nogueira, vem coordenando, com dedicação e profissionalismo, os esforços de organização dessas celebrações - esforços coletivos, que envolvem vários órgãos do Executivo, representantes do Legislativo e entidades como a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Agradeço a todos o empenho.

Há cem anos falecia, em seu gabinete de trabalho no Itamaraty do Rio de Janeiro, o Barão do Rio Branco. Uma morte que, como é freqüentemente

lembrado, adiou o carnaval carioca - o que, como nós brasileiros sabemos avaliar, dá bem a medida do reconhecimento e do prestígio que Rio Branco logrou obter em vida.

Passado um século, o Brasil e o mundo atravessaram - e seguem atravessando - transformações profundas.

Depois de períodos de regimes autoritários, de descontrole macroeconômico e de agravamento de iniquidades sociais, somos hoje - apesar dos desafios que persistem em diferentes campos - uma democracia madura, uma economia estável e uma sociedade cada vez mais inclusiva.

Após duas Guerras Mundiais e um longo período de bipolaridade, vivemos, neste início de século XXI, um sistema internacional de intensa efervescência geopolítica. Em meio a Primaveras Árabes e a dificuldades econômicas de impacto global, ganha força um processo de desconcentração de poder que parece apontar para alguma forma de multipolaridade.

Um turbilhão de acontecimentos nos separa, nos planos interno e externo, do momento em que Rio Branco foi Chanceler. Em 1912, só para que se tenha uma idéia, eram pouco mais de 50 os Estados independentes.

E, no entanto, a obra e o exemplo do Barão permanecem como referência necessária para o Itamaraty e para o Brasil.

É essa atualidade que nos reúne hoje.

Não pretendo estender-me sobre as várias facetas de Paranhos Júnior. Muito já se disse sobre o diplomata, o estudioso da História e da Geografia do Brasil, o jornalista, o deputado. A figura do Barão será abordada, hoje, pelo Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, com sua conhecida erudição. Faço apenas uns breves comentários.

O tempo não apaga o significado estratégico e decisivo da configuração pacífica de nossas fronteiras. Nem a capacidade de compreender as redefinições em curso no cenário mundial e a elas reagir de forma eficaz.

Rio Branco, superadas as pendências fronteiriças, esboçou as bases para uma agenda de cooperação sul-americana e para uma ação diplomática voltada à conquista de espaços de crescente autonomia e de alcance global para o Brasil.

Tampouco passou despercebido, a biógrafos e outros observadores, o Barão boêmio. Ou o Barão que revelava valores e mesmo preconceitos típicos do século XIX, no qual cresceu e se formou.

Senhoras e Senhores,

Aspecto de especial significado, na trajetória de Rio Branco, é sua índole de estadista capaz de colocar-se além de interesses setoriais e localizados.

Seu compromisso era com o Brasil.

Monarquista, Rio Branco foi Chanceler da República. Na República, esteve à frente do Itamaraty durante os mandatos de quatro Presidentes consecutivos.

Alguns analistas poderão identificar, aí, uma aptidão incomum para ajustar-se às cambiantes circunstâncias políticas. Mas a própria biografia de Rio Branco permite uma interpretação distinta.

A sobrevivência política do Barão parece tributária, acima de tudo, de uma dedicação inabalável ao Brasil.

A atenção aos detalhes que o caracterizou no trato das questões diplomáticas, em particular as de limites; a coragem de, em busca de entendimentos equilibrados, propor concessões justas; a preocupação em influenciar a opinião pública, por meio da imprensa, em favor do que considerava serem os melhores interesses do País - tudo isso reflete enormes qualidades intelectuais e rara capacidade de ação na defesa do Brasil, na promoção dos seus direitos e na construção de um entorno de cooperação; tudo isso revela um estadista na mais pura acepção da palavra.

Assim, é também o Rio Branco homem de Estado que proponho celebrarmos neste centenário.

O Rio Branco que, em discurso às vésperas de sua posse no Itamaraty, afirmou:

“Não venho servir a um partido político; venho servir ao nosso Brasil, que todos desejamos ver unido, íntegro, forte e respeitado.”

Senhoras e Senhores,

Rio Branco está também associado ao Instituto que leva seu nome e, de forma mais ampla, ao recrutamento de novos diplomatas e à formação do quadro de profissionais do Itamaraty ao longo de suas carreiras.

Foi o responsável por introduzir novos padrões de profissionalismo em nossa Chancelaria, preparando-a para os desafios das primeiras décadas do século XX.

Permito-me, assim, concluir com o pensamento voltado para a importância que continuamos a atribuir à capacitação profissional e ao aperfeiçoamento de nossa instituição pela via da meritocracia.

Para um país com 226 Postos no exterior - entre os quais 138 Embaixadas - e relações diplomáticas com 193 Estados, o

dimensionamento de nossos recursos humanos e seu preparo para responder aos desafios contemporâneos têm de ser necessariamente distintos daqueles de 1912.

Mas em certo sentido podemos nos situar no mesmo espírito que inspirou Rio Branco: precisamos ser cada vez mais sul-americanos e cada vez mais sintonizados com o momento vivido pelo conjunto da comunidade das nações. Como às vezes afirmo, mais ancorados em nossa região e, ao mesmo tempo, mais multipolares. Com tudo o que isso implica em termos de conhecimento das realidades econômicas, políticas e culturais de nossa vizinhança e de um cenário global em aceleradas transformações.

Conversei recentemente com o Diretor do Instituto Rio Branco, Embaixador George Lamazière, sobre como refletir no programa de nossa Academia Diplomática esse duplo objetivo. Trata-se de tarefa que, adaptada às circunstâncias de um Brasil mais próspero, justo e democrático, não deixa de inscrever-se em uma tradição passível de ser ligada ao trabalho e à visão de mundo do Barão.

Rio Branco conhecia como poucos o entorno sul-americano e nunca deixou de abrir-se ao mundo. Agiu sempre com pragmatismo, ajustando o instrumento de ação à especificidade de cada situação com que se defrontava, sem limitar-se por conceitos rígidos ou por especulações infundadas. É esse o Patrono a cuja memória novamente rendemos homenagem.

Cem anos após sua morte, o Brasil tem o direito de se orgulhar das conquistas alcançadas.

Isso não significa, naturalmente, que não tenhamos, pela frente, importantes desafios, seja no plano doméstico, seja no internacional.

Mas avançamos a passos largos no projeto de integração regional em suas várias vertentes, que incluem o Mercosul, a Unasul

e a Celac. Desenvolvemos intensas relações bilaterais com todos os países da região e mundo afora. Criamos novas instâncias de coordenação que nos permitem atuar e oferecer uma contribuição em todos os cenários mundiais. Temos uma mensagem a difundir sobre desenvolvimento sustentável, equidade, democracia, defesa dos direitos humanos, cooperação e paz.

Sob a liderança da Presidenta Dilma Rousseff, podemos estar certos de que o pragmatismo, o profissionalismo e o apego aos interesses nacionais que orientaram Rio Branco e até hoje nos unem seguirão possibilitando conquistas de novos espaços com coerência, criatividade e - como diz a Presidenta da República em sua mensagem alusiva ao centenário do Barão - com crescente confiança.

Muito obrigado.



**LANÇAMENTO DO PLANO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – DISCURSO DO MINISTRO  
DE ESTADO, EMBAIXADOR ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA  
(SÃO PAULO, 02/04/2012)  
04/04/2012**

Quero, inicialmente, agradecer ao Governador Geraldo Alckmin o convite para participar do lançamento do Plano de Relações Internacionais do Estado de São Paulo 2011-2014.

Pela sua formação histórica, pelo porte de sua economia e pelo elevado grau de internacionalização do significativo número de suas empresas e instituições, o Estado de São Paulo tem antiga, sólida e crescente vocação internacional.

Sua capital é uma cidade cosmopolita, que a cada momento nos faz evocar seu passado forjado pela imigração de todos os quadrantes do mundo e seu presente de intensa interação internacional.

Sua indústria, sua agricultura e seu setor de serviços estão diretamente conectados com os mercados internacionais e com os centros mundiais de tecnologia e de finanças.

São Paulo é tanto porta de entrada do País quanto de saída de brasileiros para o mundo. O número de conexões áreas diretas a partir de sua capital revela-se cada vez maior, cobrindo não apenas o entorno regional, mas crescentemente pontos extra-continentais.

Os próximos anos ensejarão maior exposição internacional de São Paulo e do Brasil, com a realização dos megaeventos

esportivos. Mais proximamente, teremos a Rio+20, que não deixará de também ter impacto sobre São Paulo.

A candidatura de São Paulo a sede da Exposição Universal de 2020 traz desafio particular para os setores envolvidos com a área externa dos governos estadual e municipal.

O Itamaraty, que está presente em São Paulo por meio do nosso Escritório de Representação, chefiado pelo Embaixador Affonso Massot, não poderia deixar de apresentar-se como parceiro de primeira hora da iniciativa pioneira de São Paulo de lançar plano consolidado para orientar e fortalecer sua atuação na área externa.

Quero registrar o reconhecimento do trabalho que, sob orientação do Governador Alckmin, realizou a Assessoria Especial para Assuntos Internacionais do Governo, na pessoa do Assessor-Chefe, Rodrigo Tavares. Foi um trabalho desenvolvido em interação com o Itamaraty e com atenção às competências e responsabilidades da União e do Estado de São Paulo sob nossa Carta Magna.

É sempre oportuno recordar que a ação externa de Estados e Municípios se situa sob a égide da Constituição Federal, que, em seu

artigo 21, prevê a competência da União de manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais.

Ao institucionalizar suas áreas de atuação externa na forma de Assessorias Especiais ou mesmo Secretarias de Governo, os Estados e Municípios não poderão prescindir da necessária parceria com o Governo Federal, condição indispensável para uma ação internacional do Brasil capaz de manter-se coesa, coerente e eficiente.

No mundo exterior, a ação internacional dos Estados e Municípios brasileiros será sempre vista como parte integrante e inseparável da ação externa do Brasil.

Nessa linha, o Plano de São Paulo concilia adequadamente a contribuição que os entes federados, em sua atuação externa, podem prestar à projeção e à defesa dos interesses do Brasil nos planos regional e global.

Senhoras e Senhores,

Desde o primeiro momento de seu Governo, a Presidenta Dilma Rousseff definiu as prioridades e diretrizes que vêm orientando a política externa brasileira, indicando que a política externa deveria ser – como de fato é – parte do projeto nacional de desenvolvimento.

O Brasil de hoje é um país ao mesmo tempo mais próspero e menos injusto. Conciliamos crescimento econômico, progresso social e consciência ambiental.

O Brasil sediará, em junho, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro. A Rio+20 será oportunidade para reafirmarmos que o manejo sustentável dos recursos naturais, a promoção do desenvolvimento econômico e a erradicação da pobreza são objetivos plenamente compatíveis entre si.

Nosso país se distingue por sua vocação pacífica.

Nossa voz é cada vez mais ouvida e demandada.

O Brasil tem uma presença diplomática que se aproxima do que pode ser a verdadeira universalidade. Mantemos relações diplomáticas com todos os Estados membros das Nações Unidas. Temos hoje 226 postos no exterior, dos quais 8 em processo de instalação. São 138 Embaixadas, 13 Missões junto a organismos internacionais, 3 Escritórios e 72 Repartições Consulares.

A articulação da presença internacional do Brasil envolve, de um lado, o fortalecimento de iniciativas de integração regional e, de outro, uma atuação firme na projeção global do país.

A América do Sul tem condições de ser, para o mundo, um exemplo de cooperação e de boa vizinhança.

O contínuo avanço no MERCOSUL como bloco de integração e dinamismo econômico, a entrada em vigor do Tratado Constitutivo da UNASUL, ratificado pelo Brasil em 2011, e a criação da Comunidade de Estados da América Latina e do Caribe (CELAC) nos dão um quadro institucional que poderá responder às demandas por cooperação em diferentes geometrias, com uma boa divisão de trabalho entre as diversas instâncias.

O desafio, agora, será o de extrair o máximo de resultados das novas estruturas, o que será importante em uma conjuntura internacional que vem sendo favorável à América Latina e Caribe, tanto na economia como na política.

Mantemos relações de forma crescentemente intensa com todos os pólos da configuração multipolar em gestação. Tanto os pólos “consolidados” (EUA, Europa, Japão) como os “novos” pólos (BRICS).

A reconfiguração do poder mundial, que evoluiu para uma geometria crescentemente multipolar, coloca em questão a legitimidade de instituições criadas em outros contextos. O tema da governança global adquire, assim, especial relevância e atualidade – e a Reunião



de Cúpula do BRICS, na semana passada, em Nova Délhi, da qual participou a Senhora Presidenta da República, confirmou uma vez mais essa percepção.

Não há dúvida de que o G-20 é mais representativo do mundo contemporâneo do que o G-8 e, como tal, consolida-se como instância necessária, cuja legitimidade se vê respaldada precisamente pelo maior peso relativo dos países emergentes. Em outras áreas, persistem anacronismos, como na composição do Conselho de Segurança da ONU.

Desde o início do ano passado, os ventos da democracia e da abertura começaram a soprar pelo Oriente Médio e pelo norte da África de forma nunca antes vista.

A experiência do uso da força militar, em nome das Nações Unidas, na Líbia, provocou reações e debates que deixaram entrever a existência de diferenças importantes de atitude sobre como lidar com situações que exigem a proteção de civis e sobre qual a melhor forma de promover a democracia e os direitos humanos no plano internacional.

O mundo enfrenta desafios difíceis em situações como a da Síria, país tão próximo do Brasil – e de São Paulo – por laços humanos e históricos, e que esperamos possa em breve, com a ajuda da comunidade internacional, encontrar seu caminho de paz e democracia, dentro de respeito aos direitos humanos.

A harmonia entre as comunidades judaica e de origem árabe em São Paulo nos impele a crer na possibilidade de paz entre israelenses e palestinos, mas é preciso buscar fórmulas inovadoras. Os mecanismos existentes, como o Quarteto, não têm produzido resultados.

No plano econômico, tornou-se ainda mais evidente que os países emergentes – e muito especialmente os BRICS – passaram a ser os principais motores da economia internacional e atores centrais para a superação da crise.

Nesse quadro, o Brasil tem desempenhado

papel construtivo, contribuindo para reduzir desequilíbrios globais. Mantivemos uma elevada demanda por importações, o que ajudou a mitigar os efeitos recessivos nos nossos parceiros comerciais. Em 2012, os países emergentes já serão responsáveis, pela primeira vez, por metade das importações mundiais.

Com essas credenciais, o Brasil – e a Presidenta Dilma Rousseff tem estado pessoalmente muito atenta a esse tema – tem expressado seu ponto de vista sobre o encaminhamento da atual crise financeira internacional, apontando a necessidade de que o Brasil responda a medidas tomadas por países desenvolvidos e que afetam negativamente nossos interesses, como é o caso das iniciativas de “afrouxamento quantitativo”, que provocam a desvalorização artificial de outras moedas e, conseqüentemente, prejudicam a competitividade das nossas exportações.

Senhoras e Senhores,

Em vários aspectos de suas relações exteriores, o Brasil se beneficiará de maior atenção dos entes federativos à esfera internacional e da articulação deles com o Governo Federal.

O Itamaraty há muito reconheceu a nova realidade da diplomacia federativa e tem trabalhado intensamente, em coordenação com Estados e Municípios, para explorar com eles sinergias na promoção dos interesses do Brasil.

Em 1996 foi criada uma unidade, ligada ao Gabinete do Chanceler, para tratar da diplomacia federativa – uma iniciativa pioneira no Governo Federal – e hoje essa atividade divide com a área parlamentar a atenção da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, ponto focal no Itamaraty para a coordenação da nossa diplomacia com Estados e Municípios engajados em ações externas.

Nessa tarefa, o Itamaraty conta, igualmente, com nove escritórios de representação em nove capitais do Brasil: além de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Manaus, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre.

Muitas outras unidades do Itamaraty – como o Departamento de Promoção Comercial, a Agência Brasileira de Cooperação, o próprio Cerimonial e os Departamentos geográficos e temáticos, além da nossa extensa rede diplomática e consular – também vêm consolidando esse mesmo papel em relação aos Estados e Municípios. Essas unidades ajudam na organização de missões ao exterior, no recebimento de missões e autoridades estrangeiras em todo o Brasil e no desenvolvimento de iniciativas e programas voltados ao aproveitamento das numerosas oportunidades de parceria que o mundo abre hoje ao nosso País.

Dessa forma, o Plano de Relações Internacionais de São Paulo nasce com a garantia de que os órgãos encarregados da sua implementação aqui no Estado de São Paulo terão no Itamaraty um apoio fundamentado no respeito à ordem Constitucional, com vistas à formulação e execução de programas e projetos de ação internacional.

Quero desejar ao Governador Alckmin, sua equipe e a São Paulo êxito na implementação deste Plano. Que ele contribua para reforçar o papel do Estado de São Paulo na continuada ampliação da presença internacional do Brasil e da projeção mundial dos interesses de nosso País para o benefício de todos os brasileiros.

Muito obrigado.

**PRONUNCIAMENTO EM SESSÃO SOLENE DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO ALUSIVA AO  
CENTENÁRIO DE MORTE DO BARÃO DO RIO BRANCO  
(SÃO PAULO, 02/04/2012)  
05/04/2012**

É uma honra poder dirigir-me a Vossas Excelências desta tribuna.

Minhas primeiras palavras são para cumprimentar a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo pela iniciativa, tão oportuna, de realizar esta sessão solene em memória do centenário da morte de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco.

Agradeço especialmente ao Deputado Itamar Borges, autor da moção que propôs a realização desta sessão.

Já há muitos anos, o Ministério das Relações Exteriores incorporou a seu trabalho a dimensão que denominamos “diplomacia federativa”. Procuramos ter presente, em nossos esforços diários, o engajamento com as diversas unidades da Federação, em suas vertentes executiva e legislativa.

Nesse sentido, participei, na tarde de hoje, da cerimônia de lançamento do plano de relações internacionais do Governo Estado de São Paulo.

Minha participação nesta sessão solene se inscreve no mesmo espírito de cooperação e parceria.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores,  
É significativo, para mim, como diplomata

de carreira e como Ministro das Relações Exteriores, que a primeira visita que tenho o prazer de realizar a esta Casa seja em momento alusivo ao patrono de nossa diplomacia.

Quero valer-me desta oportunidade para recordar, com os Senhores, um pouco da obra e do legado de Rio Branco, da importância que teve – e continua a ter – para o Brasil.

Não é por acaso que o nome de Rio Branco está associado àquilo que normalmente se considera como sua maior realização: a solução, por meios pacíficos e dentro do respeito aos direitos legítimos do Brasil, das questões de fronteira que nosso País ainda tinha pendentes no final do século XIX e início do século XX.

Antes mesmo de ser designado Chanceler, Rio Branco defendeu a causa brasileira em dois casos especialmente relevantes, ambos submetidos à arbitragem de autoridades estrangeiras: a chamada “questão de Palmas”, na qual se definiram os limites ainda pendentes entre Brasil e Argentina no trecho da fronteira de Santa Catarina, e a questão da fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa.

Como se sabe, o primeiro caso foi resolvido por laudo arbitral do Presidente Grover Cleveland, dos EUA; o segundo teve como

árbitro o Governo suíço.

Nos dois casos, fator crucial para a prevalência das teses brasileiras foi o profundo conhecimento de Rio Branco dos elementos de geografia e história que fundamentavam os direitos do Brasil. Desde jovem, Paranhos tivera paixão pelos mapas, pelos documentos históricos, e isso em uma época na qual mapas e documentos não eram tão acessíveis como são hoje.

Depois de assumir o Ministério das Relações Exteriores, no Governo de Rodrigues Alves – paulista de Guaratinguetá –, Rio Branco teve que enfrentar o que foi, naquele momento, a tarefa mais difícil para a diplomacia brasileira: a de encaminhar e solucionar a questão do Acre.

Também nesse caso a erudição histórica e geográfica, aliada ao talento diplomático do Barão, foi essencial.

É fácil lembrar essas realizações. Mais difícil, talvez, é avaliar seu significado.

De tão plenamente incorporado a nossa identidade nacional, o legado diplomático de Rio Branco, que contribuiu para o desenho do Brasil essencialmente como o conhecemos hoje, poderia chegar a passar despercebido, sobretudo para as gerações mais recentes.

E, no entanto, o estabelecimento das fronteiras é etapa fundamental para que um país possa se inserir na sua região e no mundo de forma mais afirmativa e confiante, pela cooperação e em favor da paz.

Rio Branco deixou-nos outro legado, talvez menos tangível, que foi um estilo de atuação.

Deixou-nos um exemplo de dedicação ao trabalho bem feito, bem planejado. Um verdadeiro exemplo de profissionalismo, que vem sendo transmitido através das gerações.

Decisivos para suas vitórias diplomáticas foram, invariavelmente, o estudo minucioso das circunstâncias específicas dos casos sobre os quais se debruçou, o exame detido das questões de Direito envolvidas em cada um

deles. Muito esforço, noites varadas na defesa do direito do Brasil.

Associou a atenção ao detalhe a uma percepção particularmente arguta da dinâmica internacional.

Assim é que, neste início de século XXI, Rio Branco se afirma, para além de seus demais atributos, como inspiração para os homens e mulheres que, nos setores público e privado, constroem o Brasil mais próspero e mais justo que todos almejamos.

Uma vez superadas as pendências fronteiriças, Rio Branco pôde voltar-se para a concepção de iniciativas de aproximação e associação com os vizinhos sul-americanos.

Esboçou o pacto Argentina-Brasil-Chile, que muitos consideram uma espécie de antecedente longínquo do MERCOSUL. Entendeu que a um Brasil forte interessava uma América do Sul coesa.

No plano global, soube apreender, como Chanceler, as mudanças no cenário internacional daquele início de século XX e a elas responder de forma construtiva e com critério.

Diante da constatação de que o principal eixo de poder se deslocava da Europa para o Novo Mundo, em direção a Washington, reorientou nossas prioridades e reagiu de forma que contribuiu para fortalecer, dentro do espaço de possibilidades então vigente, a autonomia do Brasil.

Nesse, como em outros temas, Rio Branco revelou-se um pragmático, no melhor sentido da palavra.

Monarquista, não se furtou a colocar seus talentos a serviço da recém-proclamada República brasileira, pondo o Brasil acima de lealdades setoriais.

Condicionado, é certo, pelos paradigmas e premissas próprios do século XIX, em que nasceu e foi educado, não se deixou prender a dogmatismos nem a automatismos.

Em alguma medida, é sobre as realizações do Chanceler que articulou a ênfase sul-americana com uma política voltada para o conjunto do sistema internacional, e que agiu sempre a serviço do que entendia serem os melhores interesses do Brasil, que procuramos, há cem anos, conceber e implementar nossa política externa.

Os tempos mudaram muito desde que Rio Branco chefiou o Itamaraty. O mundo mudou e o Brasil mudou.

Mas suas opções básicas – a América do Sul e a interação com as dinâmicas de tendência global –, estas guardam atualidade.

Guarda atualidade sua atitude de procurar catalisar movimentos de cooperação na região e, ao mesmo tempo, de compreender adequadamente as transformações em curso no cenário global e a elas reagir de modo a melhor posicionar o Brasil.

Em exercício especulativo, creio que Rio Branco veria com bons olhos a União das Nações Sul-Americanas, a UNASUL, assim como o empenho brasileiro em foros como o IBAS e os BRICS.

Rio Branco entenderia como, a nossa maneira, e um século depois, continuamos a privilegiar o entorno sul-americano e a buscar oportunidades abertas por um mundo em processo de aceleradas transformações.

É por isso que afirmo, na cerimônia em que lançamos, no Itamaraty, o ano de celebrações alusivas ao centenário do Barão, que, em certo sentido, podemos nos situar no mesmo espírito que o inspirou: precisamos ser cada vez mais sul-americanos e cada vez mais sintonizados com o momento vivido pelo conjunto da comunidade das nações.

Mais ancorados em nossa região e mais multipolares.

Com tudo o que isso implica em termos de conhecimento das realidades econômicas, políticas e culturais de nossa vizinhança e de

um cenário global cambiante.

Com tudo o que isso implica, também, para as crescentes responsabilidades que assumimos no plano internacional.

Tornamo-nos a sexta maior economia do mundo. Avançamos em matéria de justiça social. Aprendemos que boas políticas de distribuição de renda, além de um imperativo ético, são também boa política econômica. Progredimos rumo a uma consciência ambiental cada vez mais arraigada.

Sem subestimar as dificuldades que persistem, nos projetamos no mundo, em muitos casos, pela força do exemplo.

O desafio que hoje enfrentamos, sob a firme liderança da Presidenta Dilma Rousseff, é o de saber valer-nos das oportunidades que essas circunstâncias nos oferecem para promover nossos valores e interesses e, ao mesmo tempo, aportar nossa contribuição para um sistema internacional em que prevaleça a cooperação. Um sistema internacional com mecanismos de governança mais representativos e, portanto, mais legítimos e eficazes.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores,

Política externa, como sabemos, não se faz no vazio, mas a partir das possibilidades abertas pelo sistema internacional e também das condições objetivas internas do país que representamos.

Um ponto que merece ser lembrado é que a jovem República brasileira, no tempo do Barão Chanceler, era um país de meios modestos, com o que seria um PIB per capita inferior ao de vários vizinhos na América Latina.

O êxito do Barão, quando temos presente essa perspectiva, torna-se ainda mais admirável.

É esse estadista extraordinariamente eficaz que recordamos hoje.

É apropriado que o façamos nesta Casa, que reúne os representantes do povo do Estado de São Paulo.

Porque Rio Branco, embora nascido no Rio de Janeiro, teve o seu lado paulista e paulistano. E, embora diplomata, teve também sua experiência parlamentar.

São Paulo teve especial importância na trajetória de Rio Branco.

Foi na já então respeitada Faculdade de Direito do Largo do São Francisco – cujo Diretor, Professor Antonio Magalhães Gomes Filho, nos honra com sua presença – que o jovem Juca Paranhos cursou a maior parte de sua graduação.

Digo a maior parte porque seu pai, o Visconde do Rio Branco, acabou decidindo enviá-lo a Recife para concluir seus estudos.

Comenta-se que o Visconde, com o cuidado de pai, considerava – já naquela época! – que São Paulo oferecia excessivas distrações para o jovem Juca, distrações que poderiam perturbar sua rotina de estudante.

E o velho Visconde, ainda que talvez excessivamente zeloso, tinha lá suas razões.

Juca Paranhos, como tantos outros estudantes em São Paulo, se instalou numa república de jovens.

E foi em São Paulo que começou a construir para si uma reputação que o acompanharia, de algum modo, até o fim da vida: a de amante da boa mesa, dos bailes, dos saraus.

Ao graduar-se em Recife, José Maria da Silva Paranhos Junior decidiu lançar-se candidato a deputado pela então Província do Mato Grosso.

Eleito, cumpre reconhecer, demonstrou pouco interesse e mesmo certa resistência a dedicar-se ao dia-a-dia do debate parlamentar.

Mas não se intimidou. Foi ao encontro de sua vocação. Continuou a aprofundar seus conhecimentos de história e geografia. Licenciou-se para acompanhar o pai nas negociações que se seguiram à Guerra do Paraguai. E o que aprendeu nas tratativas na Bacia do Prata contribuiria para o desempenho,

mais adiante, de suas complexas missões diplomáticas.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores,

Se ressalto aqui a dimensão humana de Rio Branco, é para afastá-lo da “mitificação” que tantas vezes tem pesado sobre seu nome ao longo dos últimos cem anos.

A monumentalização de Rio Branco, até certo ponto compreensível, acaba, paradoxalmente, por turvar a compreensão do seu real significado para o Brasil.

O exemplo e a obra do Barão são suficientemente eloquentes.

Está aí um personagem cuja memória, para permanecer relevante, prescinde de qualquer tentativa de idealização.

Mais do que patrono da diplomacia brasileira, um homem público que serviu, de maneira exemplar, ao Estado brasileiro, para além de interesses localizados.

Reitero, assim, a satisfação com que participo desta sessão alusiva ao centenário do Chanceler que se referia a São Paulo como o lugar em que passara alguns dos melhores anos de sua vida, e à Faculdade de Direito do Largo do São Francisco como sua Alma Mater.

Sinto-me privilegiado de poder unir-me aos Senhores nesta bela homenagem.

Muito obrigado.

**DISCURSO DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA NA  
CERIMÔNIA DE ABERTURA DA PRIMEIRA CONFERÊNCIA DE  
ALTO NÍVEL DA PARCERIA PARA UM GOVERNO ABERTO -  
(BRASÍLIA, 17/04/2012)  
17/04/2012**

É uma grata satisfação dirigir-me à Primeira Conferência de Alto Nível da Parceria para um Governo Aberto para, em nome do Ministério das Relações Exteriores, dar as boas-vindas a mais de 50 delegações de países amigos aqui presentes, representantes da sociedade civil, da academia, da imprensa e da iniciativa privada.

Na presença da Presidenta Dilma Rousseff, que dentro em breve se dirigirá aos senhores e às senhoras, é motivo de orgulho para a diplomacia brasileira participar, em conjunto com a Controladoria-Geral da União, aqui representada pelo Ministro Jorge Hage, da organização deste evento.

Em poucos meses, a Parceria para um Governo Aberto (OGP) vem crescendo, tomando forma e atraindo amplo interesse junto à comunidade internacional.

A participação na OGP confirma o compromisso do Brasil com a prevalência dos valores democráticos e dos direitos humanos e com a construção de modelos de governança com transparência, prestação de conta dos atos de governo, acesso à informação.

O Brasil participa ativamente de diversas iniciativas internacionais na matéria – entre outras, como Parte da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e no Grupo de Trabalho Anti-Corrupção no âmbito do G-20.

O trabalho de construção da Parceria para um Governo Aberto é o resultado de uma interação produtiva e inovadora entre governos – e destaque, em particular, os membros do Conselho Diretor – África do Sul, Estados Unidos, Filipinas, Indonésia, México, Noruega e Reino Unido, além do Brasil –, organizações não-governamentais, que têm acompanhado e contribuído substantivamente para levar adiante a iniciativa. Esse é o espírito que buscamos desde a concepção da iniciativa: aproveitar a diversidade, compartilhar experiências, intercambiar idéias.

O alto nível de representação dos Governos a esta reunião demonstra o comprometimento de cada um dos membros – dos antigos e dos novos – com os objetivos dessa Parceria.

Estou certo de que ao final desses dois dias de reuniões, sairemos enriquecidos pelo intercâmbio livre de idéias proporcionado por essa Conferência.

Ao reiterar as boas-vindas aos participantes aqui presentes, desejo expressar minha convicção de que nossos trabalhos venham a proporcionar contribuição importante para a consolidação do Governo Aberto no Brasil e no mundo e para o fortalecimento dos laços de cooperação entre os países aqui representados.

Muito obrigado..





**DISCURSO NA CERIMÔNIA DO DIA DO DIPLOMATA –  
FORMATURA DA TURMA DE ALUNOS DO INSTITUTO RIO BRANCO  
(BRASÍLIA, 20/04/2012)  
20/04/2012**

É uma honra contarmos com a presença da Senhora Presidenta da República no Itamaraty no Dia do Diplomata.

Hoje é o dia da formatura dos nossos novos colegas, todos já plenamente integrados e desempenhando funções nas diferentes áreas do Itamaraty.

Estamos lidando com as realidades de um mundo novo e de um Brasil novo.

Está em curso um processo de redistribuição do poder nas relações internacionais. E o Brasil atual – o Brasil da democracia e dos direitos humanos, o Brasil do crescimento econômico, da inclusão social e da consciência ambiental – é ator de crescente influência nesse processo.

Desde o início de 2011, temos envidado esforços em favor de uma política externa que reflita as diretrizes e linhas de ação definidas pela Senhora Presidenta da República. Diretrizes e linhas de ação que colocam a política externa a serviço do desenvolvimento nacional em que estamos todos engajados.

Tem sido intensa, como Vossa Excelência sabe melhor que ninguém, a agenda de visitas a outros países e a participação em eventos multilaterais. Da mesma forma, têm sido numerosas as autoridades estrangeiras recebidas em Brasília, que é hoje uma das

capitais do mundo com maior atividade diplomática.

Na cerimônia de hoje, não caberia passar em revista tudo que foi feito nestes últimos 16 meses. Gostaria, sim, de assinalar algumas ênfases e idéias que vão traçando o perfil da atuação externa do Brasil na Presidência Dilma Rousseff.

Começaria por mencionar a prioridade atribuída a ciência, tecnologia e inovação, com vistas a contribuir para a ascensão do Brasil a um novo estágio de desenvolvimento, fundado em uma economia mais flexível e competitiva. Esta ênfase reflete-se, por exemplo, no temário de várias das visitas realizadas e na cooperação educacional impulsionada pelo “Ciência sem Fronteiras”. Nossas Embaixadas e Consulados estão mobilizados na identificação de oportunidades no exterior para estudantes e pesquisadores brasileiros.

Outra ênfase diz respeito ao contato com o setor privado e o conjunto da sociedade civil. A agenda internacional de Vossa Excelência tem-se caracterizado por uma interlocução estreita e sistemática com representantes de empresas brasileiras que, em número crescente, dirigem seu olhar e seus investimentos para outros

países. Assim foi em Hannover, Washington e Havana.

Há pouco mais de um mês, na viagem presidencial a Hannover, um empresário brasileiro da área de tecnologia da informação comentou que traços distintivos da competitividade brasileira são a criatividade e a imaginação. Precisamos aprender a melhor aproveitá-las.

É possível dizer que uma certa criatividade tem estado presente em contribuições conceituais do Brasil para importantes debates internacionais. Em alguns casos temos conseguido algo que, sabidamente, não é trivial: incluir novos temas na agenda global.

Nas Nações Unidas, em setembro do ano passado, Vossa Excelência lançou o conceito de “responsabilidade ao proteger”, como complemento necessário da chamada “responsabilidade de proteger”. Trata-se de maneira inovadora de dirigir a atenção para aspectos obscurecidos em muitas das discussões sobre o uso da força para a proteção de civis, deixando clara a responsabilidade de quem protege: em hipótese alguma poderá causar mais destruição e instabilidade do que pretende evitar.

Também na esfera das relações comerciais e financeiras introduzimos idéias inovadoras. Em linha com as manifestações públicas de Vossa Excelência, o Brasil ajudou a trazer para a OMC a questão dos efeitos do câmbio sobre o comércio. Após vencermos resistências de todo tipo, conseguimos abrir caminho para o tratamento de tema que passa a ser amplamente reconhecido como atual e relevante.

Essa confluência de ênfases e idéias está no cerne do esforço para a preparação da Conferência Rio+20. O caminho percorrido pelo Brasil na conformação de um novo modelo de desenvolvimento com inclusão social e consciência ambiental; a prioridade atribuída, também na ação externa, a ciência, tecnologia

e inovação; a incorporação crescente, ao nosso trabalho, da perspectiva do setor privado e da sociedade civil; nossa capacidade criativa nos posicionam como anfitrião capaz de fazer da Rio+20 momento histórico na consolidação de um novo paradigma de desenvolvimento.

Senhora Presidenta, caros formandos,

O Brasil quer ajudar a construir uma ordem internacional mais justa e conducente ao progresso econômico e social.

Como observou a oradora da turma, a transformação do sistema internacional não é um movimento natural, pelo qual se possa esperar passivamente. Há que se trabalhar por uma transformação que leve ao surgimento de um sistema internacional mais cooperativo, melhor capacitado para promover o desenvolvimento e a paz.

Estamos especialmente bem posicionados para esse objetivo.

Temos relações diplomáticas com todos os países das Nações Unidas.

Estamos ampliando os quadros do serviço exterior, tanto na carreira de diplomata como na de oficial de chancelaria.

Contamos com uma rede de representações diplomáticas e consulares que figura entre as maiores do mundo.

A partir dessa base institucional, que procuraremos sempre fortalecer, o Itamaraty empenha-se em contribuir para a inserção internacional de um Brasil que articula dois imperativos: o aprofundamento da integração sul-americana, nossa prioridade, e a ampliação de nossa presença em escala global.

No primeiro caso, além da atenção diferenciada à relação bilateral com cada vizinho, nos valem os processos dinâmicos e abrangentes de integração, como o MERCOSUL, a UNASUL e a CELAC.

No segundo caso, trata-se de reforçar parcerias com o mundo desenvolvido e em desenvolvimento: isso envolve não somente

um olhar especial sobre a África, nosso vizinho atlântico, como a consolidação das relações bilaterais com os pólos da ordem internacional que se desenha, sejam potências estabelecidas, sejam emergentes, e a interlocução com o IBAS e o BRICS.

Costumo dizer que os diplomatas brasileiros precisam ser mais sul-americanos e mais multipolares. Precisam ser mais multilíngües. Precisam da visão de conjunto e, simultaneamente, de conhecimento técnico.

Quero registrar meu reconhecimento ao Embaixador Georges Lamazière, que tem introduzido alterações curriculares para modernizar nossa formação profissional.

Assegurar a vitalidade desse espírito de aperfeiçoamento de nosso profissionalismo é a melhor homenagem que podemos prestar ao legado do Barão do Rio Branco, cujo centenário de morte lembramos este ano.

Senhoras e Senhores,

Felicito os formandos pela escolha de seu paraninfo.

O Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães é um talentoso diplomata, um respeitado intelectual, um incansável professor. Como Secretário-Geral, teve uma gestão marcada pelo empenho no fortalecimento institucional do Itamaraty. Continuo a inspirar-me no seu exemplo e na sua visão de um Brasil próspero, justo, democrático e soberano.

Felicito a turma, também, pela justa homenagem que fazem a Milena Oliveira de Medeiros, jovem diplomata cujo desaparecimento prematuro foi profundamente sentido por todos nesta Casa.

Ao cumprimentar seus familiares, quero dizer que a Secretária Milena deixou lembranças indeléveis em todos que pudemos privar de seu convívio. Não me esquecerei de nosso encontro em Malabo, na Guiné Equatorial, durante a reunião ministerial da ASA, quando pude descobrir uma jovem

talentosa e determinada, e conversar sobre sua carreira e sua paixão pela música.

Caros formandos,

Vocês escolheram uma profissão que, abraçada com entusiasmo e espírito público, oferece oportunidades de realização pessoal e profissional praticamente ilimitadas.

A preservação e ampliação do patrimônio da diplomacia brasileira agora é também tarefa de Vocês.

Muito obrigado.



**PRONUNCIAMENTO DO MINISTRO ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA  
NA 319ª REUNIÃO DO CONSELHO DE PAZ E DE SEGURANÇA DA UNIÃO  
AFRICANA, SEGMENTO SOBRE A SITUAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU  
(ADIS ABEBA, 24/04/2012)  
24/04/2012**

(original em inglês)

We favor dialogue and diplomacy and we favor the best possible coordination between regional peace efforts and the multilateral system embodied in the United Nations. In fact, as a country that is deeply involved in an integration effort in its own region, Brazil looks with respect and draws inspiration from what the African Union has accomplished on the eve of its 50th Anniversary on the institutional front, and you are all aware that we have a South American Community of Nations that has been coordinating with Africa through the ASA Summits and I consider that we need to enhance this coordination. From my perspective, there is much to be learned from the African experience and we will continue working together in this spirit. Let me particularly thank the United Nations Representative for Guinea-Bissau, Mr. Mutaboba, for his briefing, as well as the Minister for Côte d'Ivoire, on behalf of the President of ECOWAS, President Ouattara, and the Commissioner for ECOWAS, for providing a framework for these discussions.

Brazil has condemned in the most vigorous terms the military coup and the interruption of the presidential elections in Guinea-

Bissau. We have associated ourselves to the communiqué from the Community of Portuguese Speaking Countries, CPLP, has adopted on the 14th of April, but we could have equally associated ourselves with the communiqué which was issued by the African Union very swiftly, so may I say in passing, on 17th of April, which suspended with immediate effect the participation of Guinea-Bissau in all activities of the African Union and expressed its readiness to hasten the attainment of the objective of restoration of constitutional order in that country. We also thank Angola for its valuable contribution to the efforts towards the stabilization of Guinea-Bissau and the reform of the defense and security sector. Perhaps most importantly, the Security Council, on the 21st of April issued an extremely firm Presidential Statement, which not only rejects the unconstitutional establishment of a transitional national council by the military leadership in Guinea-Bissau, but also welcomes and supports the active engagement and measures taken by the African Union, the Economic Community of West African States, ECOWAS, the Community of Portuguese Speaking Countries, CPLP, and encourages the coordination of these

efforts for the immediate restoration of constitutional order. I believe that this is an extremely important manifestation because, as we look to the future, it provides a basis for an inclusive coordination process, involving all these actors, a process which we believe should work towards a political and military stabilization effort under United Nations auspices.

I believe that we have here an opportunity for history not to repeat itself – and I am quoting here the Commissioner from ECOWAS – because in the past, although the problems associated with Guinea-Bissau are relatively small scale compared with many other challenges, including some that will be addressed here today by this Council in Mali and in Sudan, we are dealing with a country with one and a half million inhabitants with relatively small military forces and a coordinated effort by the international community involving all major stakeholders, could go a long way to convey a message of effectiveness in dealing with peace and security challenges. By contrast, failure in Guinea-Bissau I think would convey a very regrettable sense of impotence in the face of an even comparatively minor peace and security challenge.

It is very much in this spirit that Brazil participates in this meeting today and expresses its readiness and willingness to continue working alongside countries members of the African Union under United Nations auspices to produce a coordination process that will lead to a stabilization effort, a mission of stabilization in Guinea-Bissau that will not only allow for the electoral process to conclude in accordance with Guinea-Bissau's Constitution, but would hopefully create a road map for long term stabilization in Guinea-Bissau through military and political action.

I look forward to continue this dialogue

with all of you here, in South America, in New York and at other venues and I am certain that, given the spirit which I have identified here today, we will be able to succeed. Thank you very much.

(versão em português)

Privilegiamos o diálogo e a diplomacia e privilegiamos a melhor forma de coordenação possível entre os esforços regionais pela paz e o sistema multilateral, personificado nas Nações Unidas. Nesse sentido, o Brasil, país profundamente comprometido com os esforços de integração do seu entorno, vê com respeito e como fonte de inspiração tudo o que já alcançou a União Africana, na véspera de seu 50º aniversário, no plano institucional, e como todos sabem temos uma Comunidade de Nações Sul-Americanas que tem se coordenado com a África por meio das Cúpulas ASA, e considero que podemos incrementar esta coordenação. A meu ver, há muito a se aprender da experiência africana, e continuaremos a trabalhar juntos nesse espírito. Gostaria de fazer um agradecimento especial ao Representante das Nações Unidas para a Guiné-Bissau, Sr. Mutaboba, por seu briefing, bem como ao Ministro da Côte d'Ivoire, representando o Presidente da CEDEAO, Presidente Ouattara, e o Comissário da CEDEAO, por fornecer as balizas para os presentes debates.

O Brasil condenou veementemente o golpe militar e a interrupção das eleições presidenciais na Guiné-Bissau. Associamo-nos ao comunicado que a Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP adotou em 14 de abril, mas da mesma maneira poderíamos ter-nos associado ao comunicado emitido pela União Africana prontamente, se me permitem o comentário, em 17 de Abril, que suspendeu, com efeitos imediatos, a participação da Guiné-Bissau de todas as atividades da União Africana e expressou sua

prontidão para acelerar a busca do objetivo de restaurar a ordem constitucional naquele país. Agradecemos também a Angola por sua valiosa contribuição aos esforços em prol da estabilização da Guiné-Bissau e da reforma do setor de defesa e de segurança.

Talvez mais importante tenha sido a vigorosa Declaração Presidencial emitida pelo Conselho de Segurança, em 21 de abril, que não apenas rejeita o estabelecimento inconstitucional de um conselho nacional provisório pelas lideranças militares na Guiné-Bissau, mas também saúda e apóia a participação ativa e as medidas adotadas pela União Africana, Comunidade Econômica dos Estados da África Oriental – CEDEAO, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP, e apóia a coordenação desses esforços para a restauração imediata da ordem constitucional. Acredito que se trata de manifestação de grande importância, pois, à medida que olhamos para o futuro, ela nos fornece uma base para um processo inclusivo de coordenação, englobando todos esses atores, processo esse que, acreditamos, deve voltar-se para um esforço de estabilização militar e política sob os auspícios das Nações Unidas.

Acredito que temos aqui uma oportunidade de evitar que a história se repita – e aqui cito o Comissário da CEDEAO –, pois, no passado, apesar de os problemas associados à Guiné-Bissau serem relativamente de pequena monta se comparados a muitos outros desafios, incluindo alguns de que se tratará hoje neste Conselho, a respeito do Mali e do Sudão, estamos lidando com um país de um milhão e meio de habitantes com forças militares relativamente pequenas e um esforço coordenado da comunidade internacional envolvendo todos os principais interessados, o que poderia ter grandes implicações ao enviar uma mensagem de eficácia no trato de

desafios à paz e à segurança. Em contraste, um fracasso na Guiné-Bissau transmitiria uma sensação desapontadora de impotência em face de um desafio comparativamente inferior à paz e à segurança.

É neste espírito que o Brasil toma parte nesta reunião hoje, expressando sua prontidão e disposição em continuar trabalhando junto com os países-membros da União Africana, sob os auspícios das Nações Unidas, com vistas a construir um processo de coordenação que leve a um esforço de estabilização, uma missão de estabilização na Guiné-Bissau que permita não só a conclusão do processo eleitoral de acordo com a Constituição da Guiné-Bissau, como também a elaboração de um caminho para estabilização a longo prazo da Guiné-Bissau por intermédio de ações políticas e militares.

Espero poder continuar este diálogo com todos vocês aqui, na América do Sul, em Nova York e em outros fóruns e tenho certeza de que, com base no espírito que identifiquei aqui hoje, teremos êxito. Muito obrigado.





**REMARKS AT THE FIFTEENTH MEETING OF THE CARIBBEAN  
COUNCIL FOR FOREIGN AND COMMUNITY RELATIONS (COFCOR)  
(PARAMARIBO, 04/05/2012)  
04/05/2012**

(original em inglês)

Let me begin by thanking you all for the privilege of taking part in this meeting today.

I bring you a renewed message of my Government's commitment to long-term partnership with the Caribbean region.

On February 2011, I had the honor to participate as a special guest at the 22nd Inter-Sessional Meeting of the Heads of Government of CARICOM, in Grenada.

Since then, more than a year has gone by, and I welcome this opportunity to meet again with CARICOM.

We have maintained high levels in trade between Brazil and CARICOM, with an overall total of over US\$ 4.5 billion in 2011.

Encouraged though we are by figures such as this, we recognize the imbalanced nature of our current trade relationship. Brazil has committed to finding ways to mitigate this circumstance. A study was carried out in 2011 on "Opportunities for CARICOM Exports to the Brazilian Market". An English version of the study, which identifies Caribbean products with a potential to expand exports to Brazil, will soon be released.

In the same spirit, we have been working to improve air connections between the

Caribbean and Brazil. There is already a direct flight between São Paulo and Barbados, which continues to have a very positive impact on tourism and on overall commercial – as well as human – relations within the region. Air connections are crucial for effective regional integration.

Since the flight to Barbados was introduced, nearly two years ago, new possibilities and demands have appeared. We have invited the Inter-American Development Bank and CARICOM to send a team of experts to Brazil to devise a legal framework that will allow for "open skies" between Brazil and CARICOM countries.

Ladies and gentlemen, dear friends,

Despite the strong economic turbulence in the world economy, we have also been able to move forward in our cooperation initiatives.

While we in Brazil have been compelled to make difficult budgetary decisions, the core of what we can share with the Caribbean has been preserved.

The experience we can pass on through technical cooperation initiatives is sure to contribute to the tackling of several important issues in the region.

In the past 12 months, Brazil and

CARICOM have deepened their cooperation, mainly in the agricultural sector.

In this period, ten specific actions have been implemented in personnel training involving all countries of the Caribbean Community, always under the coordination and funding of the Brazilian Cooperation Agency, known as “ABC” (its acronym in Portuguese). 88 experts from every one of the 14 CARICOM countries have benefited from this effort, with an important multiplying effect.

In the context of our continued cooperation, I wish to thank the representative of Trinidad and Tobago for his Government’s disposition to host, on behalf of CARICOM, a model-farm to be implemented by EMBRAPA – the Brazilian Agricultural Research Corporation –, with the financial support of the Brazilian Cooperation Agency. Soon, a team of EMBRAPA experts will head to Port of Spain on a mission to take stock of conditions and evaluate costs so as to plan future action.

Ladies and gentlemen,

Brazil believes in applying internationally the same set of values we uphold in our own national experience. We have built a democratic society that is structurally mindful of human rights. We work to promote growth in our economy without leaving behind those who are in a less favorable situation. On the contrary, we have learned, in practice, that social inclusion, besides being a moral imperative, is also sound economic policy, in so far as it creates powerful domestic markets.

While focusing on our own remaining internal challenges – which we do not underestimate –, we are also highly concerned with the issue of food security worldwide.

This is why we placed much effort in electing Dr. José Graziano da Silva to the position of Director General of the United Nations Food and Agriculture Organization – and I thank all of you, once again, for your

valuable support. We need a FAO that is fully apt to promote food security and to mobilize the most adequate resources to combat hunger in the world.

At the same time, Brazil has been developing policies and practices to face the food security challenge – policies and practices we are ready to continue to share in the form of international cooperation.

We have learned from experience that improving and promoting small scale farming is key.

As a result of our “Family Agriculture” policies, as we call them, today 80% of what Brazilians eat come from small scale farms.

This achievement was made possible in a decade. We have implemented a program in which the Government seeks to stimulate the so-called “weak linkages” of the food-producing sector.

The realization that such progress is actually viable is particularly relevant when many nations, including Caribbean ones, are highly dependant on food imports.

The good news is that Brazilian programs in this area are compatible with Caribbean reality. They have been conceived to strengthen food security from a small-scale approach, as they are based on the idea of promoting production in municipal communities, integrating all partners in sustainable cycles that involve small farms, local schools, hospitals and the private sector in the community area, such as hotels.

Through technical cooperation in these fields, our aim is to help Governments increase food production and enhance food security.

To fulfill this objective, Brazil is ready to offer CARICOM countries know-how and its best practices in areas such as genetic treatment on a variety of species, cultivation methods, irrigation and yielding technology as well as training in farming equipment,

animal husbandry and their sub-products, among others.

Furthermore, there are also important social policies directed to form and organize cooperatives in a way that small farmers may add value to their production without bulky investments or high-end technology.

The Brazilian Ministry of Social Development, as well as that of Agrarian Development, will be ready to provide, over the next months, specific courses in Brazil for CARICOM representatives in order to share with you, whenever there is interest, our policies and the experience we have acquired in this critical area.

More broadly, we will be offering in Brazil, starting August 27th, a five-day course for foreign Government officials in the area of public social policies.

I have in my delegation today a representative of the Ministry of Social Development who will be more than happy to try and address questions you may wish to raise about these and other cooperation possibilities.

Dear colleagues,

Our political dialogue has also become more systematic and more diversified over the past years.

The opening of Brazilian embassies in every Caribbean capital has played a key role in this process. The Brazilian diplomatic missions in all 14 member countries of the Community have allowed us to enrich our mutual understanding and to ensure straightforward communication between our Governments.

On this note, I take the opportunity to acknowledge the opening of the Jamaican Embassy in Brasília and, at the same time, I wish to encourage other CARICOM members, who have not yet done so, to move in the same direction.

I have instructed my team to carry out frequent visits to the Caribbean region in order to meet with local governments and societies, and I myself plan to visit other Caribbean countries later this year.

We are determined to continue to build upon the framework established in April 2010, at the First Brazil-CARICOM Summit, in Brasília. We are following the roadmap established at that pivotal meeting.

There remain outstanding tasks ahead of us. For instance, we still need to turn into reality the political consultation mechanism established in the Brasília Declaration. Likewise, as I have discussed with some of you on previous occasions, we need to organize a ministerial meeting in preparation for the Second Brazil-CARICOM Summit, which could take place some time in 2013.

Yet much has already been done over the last two years.

Mutual discovery of our common heritage was one of the main objectives of the Declaration stemming from the 2010 Summit. The Declaration of Brasília recommended the conduct of studies on slavery and its impact on the formation of our cultures, so as to assign the proper value to the African roots of our shared history.

It was in the intent of meeting this mandate that the Brazilian Government held a series of lectures on the subject, as a part of the Ibero-American Meeting of the Afro-descendent Peoples held last November in Salvador, in the State of Bahia. The lectures were given by the same 15 scholars (one from each CARICOM country and one Brazilian) that contributed with essays to the book “The African Heritage in Brazil and the Caribbean”, which we took the initiative of publishing in 2011, also as a follow-up to the Brasília Declaration.

The bonds that unite us are plenty, and they also include common challenges in a fast-

changing international arena.

Common challenges are better dealt with in a coordinated fashion.

That is why we attach such high value to meetings like this one. That is also why we are truly enthusiastic about the potential of the recently-established Community of Latin America and Caribbean States – CELAC.

Distinguished colleagues,

Before concluding, allow me to refer to the United Nations Conference on Sustainable Development, which we will be hosting in Rio de Janeiro this coming June.

On behalf of President Dilma Rousseff, I would like to reiterate the invitation for your Heads of Government, and yourselves, to attend the Rio+20 Summit.

The summit, twenty years after the first historic conference in Rio de Janeiro in 1992, and ten years after the 2002 Johannesburg summit, is a crucial opportunity to advance the commitments of the world community regarding some of the major challenges of the 21st century.

The 1992 Conference in Rio was a point of arrival. Rio+20 will be the point of departure for the establishment of a new paradigm of development – one that can prove sustainable in its social, economic and environmental dimensions.

This is a major defining issue of our time, affecting all of us and generations to come.

No decision about a new paradigm of development will be viable without a truly representative participation of the international community at large.

We count on the decisive contribution of your Governments to ensure the success of that UN common effort. It will also be the success of each one of our societies.

Thank you very much.

**PRONUNCIAMENTO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,  
ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, SOBRE A SITUAÇÃO NO PARAGUAI  
(RIO DE JANEIRO, 21/06/2012)  
21/06/2012**

Tenho uma breve declaração a fazer. Acaba de ocorrer, no gabinete da Presidenta Dilma Rousseff, uma reunião dos Presidentes da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) presentes aqui à Rio+20. Quase todos estavam presentes. Aqueles que não estavam presentes foram representados pelos seus chanceleres ou embaixadores. A reunião permitiu uma análise dos acontecimentos no Paraguai em função do enfrentamento havido em 15 de junho entre agentes policiais e camponeses e, em particular, dos desdobramentos políticos que se seguiram ao episódio.

Diante da iniciativa dos partidos políticos de promoverem julgamento do Presidente da República, Fernando Lugo, os Presidentes da Unasul decidiram o envio de uma missão de chanceleres que partirá hoje, às 19h, do Rio de Janeiro para Assunção. Eu integrarei essa missão. Ela será integrada também pelo Secretário-Geral da Unasul, o venezuelano Alí Rodríguez, que acaba de assumir a Secretaria-Geral da Unasul. Essa missão se desloca a Assunção no espírito do protocolo adicional do Tratado Constitutivo da Unasul sobre compromisso com a democracia.

Os Presidentes expressaram sua convicção de que se deve preservar a estabilidade e

o pleno respeito à ordem democrática do Paraguai, observado o pleno cumprimento dos dispositivos constitucionais e assegurado o direito de defesa e o devido processo. Os Presidentes consideram que os países da Unasul conquistaram com muito esforço a democracia e, nesse sentido, nós todos devemos ser defensores extremados da integridade democrática da América do Sul. Muito obrigado.

.”



## ATOS INTERNACIONAIS EM VIGOR

Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique para a Implementação do Projeto “Apoio Técnico aos Programas de Nutrição e Segurança Alimentar de Moçambique”

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para a Implementação do Projeto “Transferência de Metodologia para o Controle Genético de Pragas Emergentes e da Qualidade Nutritiva e Funcional no Tomate e no Pimentão – Fase III”

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para a Implementação do Projeto “Limites Permissíveis de Metais Pesados na Agricultura Cubana: Transferência e Adequação da Legislação Brasileira – Fase II”

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para a Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Centro de Tecnologia e Qualidade do Ministério da Sideromecânica

de Cuba – Fase III: Capacitação em Implementação Assistida, Ensaio de Suficiência e Calibração de Instrumentos de Metrologia Industrial”

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para a Implementação do Projeto “Intercâmbio de Experiências e Desenvolvimento de Capacidades Técnicas em Controle Biológico de Pragas Agrícolas entre Brasil e Cuba – Fase II”

Memorando de Entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Governo da República Federativa do Brasil e o Ministério do Comércio Externo e do Investimento Estrangeiro da República de Cuba

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para a Implementação do Projeto “Apoio Técnico para a Expansão e Consolidação da Rede Cubana de Bancos de Leite Humano”

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do

Brasil e o Governo da República de Cuba para a Implementação do Projeto “Fortalecimento da Odontologia no Brasil e em Cuba - Fase 3”

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para a Implementação do Projeto “Fortalecimento da Organização da Pesquisa Clínica sobre Câncer”

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para a Implementação do Projeto “Estabelecimento de Substâncias de Referência para o Controle da Qualidade dos Medicamentos”

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para a Implementação do Projeto “Implementação Física do Banco de Dados Geológicos da República de Cuba”

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do projeto “Elaboração de Política Pública de Comercialização Agrícola para a Agricultura Familiar de El Salvador

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do projeto “Apoio ao Sistema de Inovação no Setor

Agropecuário de El Salvador”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Transferência da Metodologia adotada pelo Brasil para Diminuição do Número de Armas de Fogo e Munição à Disposição da População Civil”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Captação Técnica em Comando de Incidentes, Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas e Atendimento Pré Hospitalar

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Capacitação em Processamento de Frutas: Desidratação e Obtenção de Sucos

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Apoio à Implementação do Programa de Redução da Morbimortalidade Materno-Infantil na República Dominicana

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa em Matéria de Cooperação de Saúde na Zona Transfronteiriça Brasil-Guiana Francesa

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério



dos Negócios Estrangeiros da República da União de Myanmar para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento para a Promoção da Cooperação Técnica Trilateral em Países da América Latina e Caribe

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional do Reino do Camboja para o Estabelecimento de Mecanismo para Consultas Bilaterais

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Popular do Laos sobre Isenção de Visto em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço

Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Democrática Popular do Laos

Memorando de entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Internacional do Café

Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo Básico sobre Privilégios, Imunidades e Relações Institucionais entre a República Federativa do Brasil e o IICA para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada no Brasil sob Cenários Sustentáveis

Memorando de Entendimento entre o

Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Emirados Árabes Unidos sobre Consultas Políticas

Programa Executivo do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Organização da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, de 27 de julho de 1984, para Implementar Ações de Cooperação na Área de Políticas Públicas

Programa Executivo entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Fundamentado no Acordo Básico de Assistência Técnica entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Nuclear para implementar Iniciativas de Cooperação Técnica Triangular nos Campos da Segurança Alimentar e Nutricional e de Redução da Pobreza, em Benefício de Países em Desenvolvimento.

Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia

Declaração de Intenções para a Promoção da Igualdade de Gênero e a Promoção dos Direitos da Mulher e da Criança

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia em Cooperação na Área de Biotecnologia

Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo

## da República da Índia

Programa Executivo de Intercâmbios Culturais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia para o Período 2012-2014

Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para Realização da Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio De Janeiro, Brasil, de 13 a 22 de junho de 2012

Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo Básico sobre Privilégios, Imunidades e Relações Institucionais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, para a Inclusão Social Mediante a Popularização e Utilização de Conhecimentos Científicos e Tecnológicos

Carta de Intenções entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América para reconhecimento mútuo da cachaça e dos Tennessee/Bourbon whiskeys.

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para apoiar a Cooperação Estadual e Local

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre a Implementação de Atividades de Cooperação Técnica em Terceiros Países para a Melhoria da Segurança Alimentar

Memorando de Entendimento sobre a Parceria em Aviação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados

## Unidos da América

Carta de Intenções entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para Apoiar a Segurança Alimentar e Nutricional em Países de Baixa Renda

Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo Básico sobre Privilégios, Imunidades e Relações Institucionais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o IICA para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada no Brasil sob Cenários Sustentáveis

Memorando de Entendimento entre o Instituto do Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Academia Diplomática do Ministério de Assuntos Estrangeiros e Europeus da República da Croácia sobre Cooperação Mútua sobre o Treinamento de Diplomatas

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Geórgia sobre Cooperação Econômica

Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente para Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Democrática da Etiópia

Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Democrática da Etiópia

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo

da República Federal Democrática da Etiópia para Cooperação Técnica na Área de Agricultura

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras para Implementação do Projeto “Apoio ao Fortalecimento e Desenvolvimento do Sistema Nacional de Sangue e Hemoderivados de Honduras”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras para a Implementação do Projeto “Gestão Integrada de Recursos Hídricos em Honduras”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras para a Implementação do Projeto “Capacitação para a Produção de Frutas Tropicais”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras para a Implementação do Projeto “Programa de Educação Alimentar e Nutricional Cozinha Brasil – Honduras”

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica da Mauritânia para a Criação de Comissão Mista

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Agência

de Planejamento e Coordenação da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Cooperação Técnica em Agricultura, Pecuária e Pesca

Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a execução do projeto “Zoneamento Agroecológico no Suriname”

Acordo Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Programa Das Nações Unidas Para O Meio Ambiente (PNUMA)

Programa Executivo relativo ao Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, Visando à Implementação de Iniciativa Relativa ao Impacto do Desenvolvimento Econômico e as Conseqüências sobre os Processos de Urbanização em Países Emergentes

Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Instituto Húngaro de Relações Internacionais sobre Cooperação Mútua para o Treinamento de Diplomatas

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional da Divisão Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde Pública e Bem Estar Social da República do Paraguai”

Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Academia Diplomática Nacional da Coréia do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio da República da Coréia sobre Cooperação Mútua para o Treinamento de Diplomatas

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia para a Implementação do Projeto “Pesquisa e Desenvolvimento para a Fabricação e o Controle da Qualidade de Produtos Biológicos na Colômbia”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia para a Implementação do Projeto “Intercâmbio de Experiências com o propósito de Universalizar, de Maneira Sustentável, o Acesso das Populações de Baixa Renda ao Sistema Financeiro da Colômbia e do Brasil”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para a Implementação do Projeto “Intercâmbio de Experiências de Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação entre o Brasil e o México”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para a Implementação do Projeto “Fortalecimento da Vigilância em Saúde Ambiental Relacionada a Desastres e População Exposta – Fase II”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para a Implementação do Projeto “Aplicação das Práticas Integrativas e Complementares em Áreas Específicas de Saúde”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para a Implementação do Projeto “Fortalecimento da Eficácia de Linhagens de *Bradyrhizobium japonicum* em Soja Cultivada no Semiárido”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para a Implementação do Projeto “Uso de Biofertilizantes e Práticas de Conservação para a Produção Agrícola Sustentável e Proteção do Meio Ambiente”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para a Implementação do Projeto “Capacitação de Técnicos do Instituto Nacional de Pesquisas Florestais, Agrícolas e Pecuárias (INIFAP) em Melhoramento, Manejo e Sanidade de Bovinos e Suínos para Produção de Carne”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para a Implementação do Projeto “Capacitação de Técnicos do Instituto Nacional de Pesquisas Florestais, Agrícolas e Pecuárias (INIFAP) em Melhoramento Genético, Manejo Agrônomico

e Sanidade da Cana-de-Açúcar”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para a Implementação do Projeto “Capacitação de Técnicos do Instituto Nacional de Pesquisas Florestais, Agrícolas e Pecuárias (INIFAP) em Melhoramento Genético e Manejo Agrônomico de Soja”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para a Implementação do Projeto “Intercâmbio de Experiências para a Formação Profissional e Técnica nas Áreas de Pesca e Agricultura”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para a Implementação do Projeto “Apoio Técnico para Expansão e Consolidação da Rede de Bancos de Leite Humano no México”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para a Implementação do Projeto “Capacitação de Pesquisadores no Melhoramento Genético de *Jatropha Curcas* L.”

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para implementação do Projeto “Apoio à Modernização Tecnológica do Sistema de Tribunais Populares da República de Cuba”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Apoio Técnico para a Criação da Rede de Bancos de Leite Humano da República Dominicana”.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Apoio ao Aprimoramento do Sistema de Avaliação da Educação Básica na República Dominicana”.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Capacitação em Biotécnicas Reprodutivas e Melhoramento Genético para o Desenvolvimento da Bovinocultura Leiteira Dominicana”

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Formação, Pesquisa e Fortalecimento Institucional em Políticas Públicas para o Desenvolvimento Econômico e Social”.

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, (Onu-Habitat) para o Estabelecimento das Bases para a Promoção de Cooperação Técnica Triangular Sul-Sul.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo

da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Programa de Educação Alimentar e Nutricional Cozinha Brasil – El Salvador”

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre o Estabelecimento Recíproco de Centros Culturais

Plano Decenal de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China

Carta de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Relativa ao Estabelecimento no Brasil do Centro Rio+, Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável

Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Japão, assinado em Brasília, em 22 de setembro de 1970, entre os dois Governos.

## COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

### SITUAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU

04/01/2012

O Governo brasileiro acompanhou com preocupação os acontecimentos ocorridos na Guiné-Bissau, em 26 de dezembro de 2011, que provocaram a morte de duas pessoas.

Como país amigo e na qualidade de Presidente da Configuração da Comissão de Construção da Paz (CCP) para a Guiné-Bissau das Nações Unidas, o Brasil tem se coordenado com as autoridades da Guiné-Bissau para promover reformas internas naquele país e colaborar para a superação de seus desafios político-institucionais.

O Governo brasileiro associa-se à União Africana em sua manifestação de apoio à Guiné-Bissau e de engajamento permanente em acompanhar os esforços que visem a consolidar a paz e a estabilidade, além de promover o desenvolvimento sustentável na Guiné-Bissau.

O Governo brasileiro seguirá acompanhando os desdobramentos da situação na Guiné-Bissau, em coordenação com os demais membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, e tendo presente a ação da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

### FALECIMENTO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, MALAM BACAI SANHÁ

09/01/2012

O Governo brasileiro recebeu com profundo pesar a notícia do falecimento, nesta manhã, do Presidente da República da Guiné-Bissau, Malam Bacai Sanhá.

Neste momento de dor e de perda, o Governo brasileiro apresenta suas sinceras condolências à família do Presidente e ao Governo e povo bissau-guineenses e reitera sua solidariedade e disposição em dar continuidade aos esforços de cooperação em prol da consolidação da paz na Guiné-Bissau.

### VISITA A CUBA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – HAVANA, 16 E 17 DE JANEIRO DE 2012

13/01/2012

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota realizará visita a Cuba nos dias 16 e 17 de janeiro, para reunião de trabalho com o Chanceler Bruno Rodríguez.

No contexto da preparação da planejada visita da Presidenta Dilma Rousseff, o Ministro Patriota examinará temas do relacionamento bilateral, incluindo o reforço da cooperação técnica e científica, em áreas como saúde e agricultura, e a integração regional. No plano econômico, examinará a participação do Brasil em importantes projetos para a economia cubana, com ênfase no projeto de construção do porto de Mariel.

No quinquênio 2006-2010 o intercâmbio comercial entre Brasil e Cuba registrou crescimento de 30%, passando de US\$ 376 milhões para US\$ 488 milhões. O desempenho positivo se repetiu em 2011, com trocas no valor de US\$ 570 milhões no período de janeiro a novembro.

VISITA AO BRASIL DO SECRETÁRIO  
DE ESTADO DE NEGÓCIOS  
ESTRANGEIROS DO REINO UNIDO,  
WILLIAM HAGUE – BRASÍLIA E RIO DE  
JANEIRO, 18 E 19 DE JANEIRO DE 2012  
16/01/2012

O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido e da Comunidade Britânica, William Hague, realizará visita ao Brasil nos dias 18 e 19 de janeiro.

Em Brasília, será recebido pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e pelo Ministro da Defesa, Celso Amorim. No Rio de Janeiro, o Ministro britânico manterá encontro com o Governador Sérgio Cabral e com o Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Julio Soares Moura Neto.

A reunião entre os dois Ministros marcará o início do diálogo estratégico entre Brasil e Reino Unido em áreas como Desarmamento e Não-Proliferação, Conselho de Segurança das Nações Unidas, Oriente Médio e Norte da África, Direitos Humanos, Erradicação da Fome e da Pobreza e Desenvolvimento Sustentável. Os Ministros Patriota e Hague tratarão, ainda, das perspectivas de intensificação das parcerias em áreas como energia, educação, tecnologia e inovação. Há potencial para expandir a cooperação bilateral no âmbito do programa “Ciência sem Fronteiras”, por meio, inclusive, do fortalecimento da participação do setor privado. Também se tratará da cooperação bilateral para a

organização de megaeventos esportivos.

Os Chanceleres examinarão assuntos de interesse global, a exemplo da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), da crise financeira internacional e da reforma das instituições de governança política e econômica.

O intercâmbio comercial entre os dois países totalizou US\$ 8,57 bilhões em 2011, o que representa aumento de 10,21% em relação ao valor atingido em 2010. No ano passado, as exportações brasileiras com destino ao Reino Unido registraram aumento de 12,4%, alcançando o valor de US\$ 5,2 bilhões. Nos últimos dez anos, o estoque de investimentos britânicos no Brasil cresceu em US\$ 8,4 bilhões, fazendo do Reino Unido o 6º maior investidor no País.

COMUNICADO CONJUNTO POR  
OCASIÃO DO ENCONTRO ENTRE  
O MINISTRO DAS RELAÇÕES  
EXTERIORES, ANTONIO DE AGUIAR  
PATRIOTA, E O SECRETÁRIO  
DE ESTADO DE NEGÓCIOS  
ESTRANGEIROS DO REINO UNIDO,  
WILLIAM HAGUE  
18/01/2012

Em 18 de janeiro de 2012, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio de Aguiar Patriota, recebeu o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido e da Comunidade Britânica, William Hague, para dar início ao Diálogo Estratégico Brasil-Reino Unido, mecanismo inovador voltado para o exame de temas de política externa e discussões bilaterais, refletindo a nova dinâmica do relacionamento entre os dois países. A Parte brasileira saudou a crescente presença diplomática do Reino Unido no Brasil, inclusive



por meio da inauguração, em novembro de 2011, de novo Consulado-Geral em Recife.

Durante o Diálogo Estratégico, os dois governos examinaram ampla variedade de temas e mapearam áreas de cooperação para os próximos quatro anos, bem como a vasta gama de mecanismos bilaterais de que dispõem o Brasil e o Reino Unido com vistas a concretizar essa cooperação. Os dois lados comprometeram-se a desenvolver relacionamento fortalecido sobre temas de política externa.

### Conselho de Segurança da ONU

Brasil e Reino Unido apoiam firmemente a expansão do Conselho de Segurança da ONU nas categorias de membros permanentes e não-permanentes. O Secretário do Exterior britânico, William Hague, reiterou o apoio ao Brasil como membro permanente de um Conselho de Segurança reformado.

### Oriente Médio e Norte da África

Os dois Chanceleres expressaram apoio a reivindicações legítimas por mais participação política, maiores oportunidades econômicas, dignidade e justiça social na região. Ambos os países condenaram o uso da violência contra populações civis e manifestantes desarmados. Expressaram sua esperança de que os governos responderão às demandas populares por reformas políticas e socioeconômicas mediante processos políticos que sejam liderados pelos próprios países, inclusivos, transparentes e pacíficos, voltados a atender efetivamente às legítimas aspirações e preocupações das sociedades, com pleno respeito aos direitos humanos. Brasil e Reino Unido sublinharam a importância dos esforços da comunidade internacional, inclusive das Nações Unidas, da Liga Árabe e outros organismos regionais, no sentido de ajudar no enfrentamento dos desafios atuais em

conformidade plena com o direito internacional.

Os dois Chanceleres manifestaram profunda preocupação com a situação atual na Síria e pediram o fim imediato da violência. Enfatizaram a necessidade de pleno respeito aos direitos humanos e de compromisso firme com o diálogo. Sublinharam que um processo político pacífico é essencial para resolver a atual crise. Ambos os países apoiaram os importantes esforços da Liga dos Estados Árabes na busca de um fim para a crise.

Os dois Ministros sublinharam a necessidade de solução justa e duradoura para o conflito israelo-palestino. Brasil e Reino Unido continuarão a trabalhar ativamente para ajudar a transformar essa ambição em realidade: a criação de um Estado Palestino soberano, independente, democrático, contíguo e economicamente viável, dentro das fronteiras de 1967, convivendo lado a lado com Israel em paz e segurança.

### Desarmamento e Não-Proliferação

Brasil e Reino Unido salientaram a importância da promoção do desarmamento nuclear, da não-proliferação de armas nucleares e do direito ao uso pacífico da energia nuclear. Os dois Chanceleres concordaram em explorar maneiras de trabalhar conjuntamente para prosseguir na construção de confiança entre os Estados nuclearmente armados e os Estados não-nuclearmente armados, como passo essencial para o progresso em matéria de desarmamento multilateral, colaborando para alcançar resultados positivos no Comitê Preparatório do TNP 2012. Brasil e Reino Unido continuarão a trabalhar juntos em agendas fundamentais, incluindo a Cúpula sobre Segurança Nuclear, em março próximo, em Seul'. Os dois Chanceleres sublinharam a importância da Conferência de 2012 sobre o estabelecimento de um Oriente Médio livre de armas nucleares e de todas as outras armas de destruição em massa.

## Ajuda para o Desenvolvimento Global

Brasil e Reino Unido reiteraram seu compromisso comum com a erradicação da fome e da pobreza globais e com a promoção do crescimento inclusivo. Ambos os países expressaram reconhecimento das sólidas conquistas do Brasil na redução da fome e da pobreza. Os dois Chanceleres também reafirmaram seu compromisso com a melhoria da segurança alimentar, inclusive por meio de troca de conhecimentos e experiências e de cooperação mais estreita. Ambos os lados reiteraram a importância da cooperação Sul-Sul e trilateral com países de baixa renda para compartilhar experiências. Avaliaram positivamente o resultado do Fórum de Alto Nível de Busan e manifestaram interesse em prosseguir com o trabalho conjunto em matéria de implementação, como parte da nova Parceria Global. O Brasil e o Reino Unido enfatizaram a importância do progresso em áreas como comércio, investimento e mudança do clima, na erradicação da pobreza no mundo.

## Direitos Humanos

Brasil e Reino Unido acreditam que a promoção e a proteção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, como parte dos valores democráticos de nossos dois países, devem continuar a ser elemento essencial do nosso diálogo de política externa nos próximos anos.

## Defesa e Segurança

Os dois Ministros reafirmaram as ambições estabelecidas no Tratado Brasil-Reino Unido de Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em 2010, que prevê cooperação mais estreita entre os dois países no que tange aos desafios na matéria. Ademais, reconhecendo que atividades

criminosas transnacionais afetam de forma negativa a segurança e a prosperidade do Brasil e do Reino Unido, os dois Ministros concordaram, à luz do Memorando de Entendimento sobre Segurança e Crime, consoante seus respectivos ordenamentos constitucionais e legislações nacionais, incrementar a cooperação bilateral em matéria de segurança, inclusive nos campos do narcotráfico, da segurança cibernética, da segurança na fronteira e da segurança em grandes eventos.

## Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20)

O Brasil e o Reino Unido comprometeram-se a trabalhar em conjunto para que seja bem sucedida a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), a ser realizada no Rio de Janeiro em junho deste ano. Os Ministros concordaram sobre a importância de garantir representação no mais alto nível possível e salientaram a conveniência trazida pelas novas datas da Conferência.

## Mudança do Clima, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Os Ministros saudaram a cooperação eficaz entre nossas delegações por ocasião da conferência sobre biodiversidade de Nagoya, em 2010, e da reunião de Durban sobre mudança do clima em 2011, e manifestaram interesse em prosseguir a parceria exitosa no período que antecederá a Conferência sobre Biodiversidade de Hyderabad e a Conferência sobre Mudança Climática de Doha, ambas em 2012.

## Parceria para o Governo Aberto

Com o Reino Unido juntando-se ao Brasil copresidência da Parceria a partir de abril, os dois países trabalharão em conjunto para garantir o sucesso da Reunião Ministerial de Brasília, em abril deste ano, ao mesmo tempo em que

procederão à entrega de seus próprios planos de ação PGA como demonstração dos benefícios do governo aberto.

### Comércio

Brasil e Reino Unido continuarão a promover o aumento do comércio bilateral e dos investimentos entre os dois países e reafirmaram seu compromisso em evitar o protecionismo. Brasil e Reino Unido apoiam fortemente um Acordo de Associação equilibrado e ambicioso entre o Mercosul e a UE. Os dois Chanceleres saudaram a contribuição positiva das reuniões da Comissão Mista de Economia e Comércio e aguardam com expectativa a primeira reunião do Fórum bilateral de CEOs no final deste ano.

### Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação

Reconhecendo a ambição e a visão do programa “Ciência sem Fronteiras”, promovido pela Presidenta da República do Brasil, Dilma Rousseff, o Reino Unido comprometeu-se a acolher até 10.000 estudantes e pesquisadores brasileiros em 77 instituições do Reino Unido até 2014.

Após o estabelecimento de Grupo de Trabalho por ocasião da Mesa Redonda Brasil-Reino Unido sobre Parcerias na Educação Superior, em junho de 2011, os dois países concordaram que até 2.500 estudantes brasileiros realizarão estudos de graduação e de pós-graduação em universidades britânicas em 2012, com bolsas concedidas pelo Governo brasileiro.

Essa parceria irá fortalecer a cooperação acadêmica entre os dois países e constituirá contribuição valiosa para o desenvolvimento científico e econômico brasileiro. Espera-se que pesquisadores e estudantes britânicos também venham ao Brasil no âmbito do “Ciência sem

Fronteiras”.

O Brasil saudou o recente anúncio de substancial investimento privado britânico em pesquisa e desenvolvimento no setor de petróleo e gás, que deverá conduzir a processos de inovação em áreas relevantes da ciência e da pesquisa. Brasil e Reino Unido também concordaram em promover mais atividades conjuntas em inovação e em pesquisa e desenvolvimento no âmbito de setores-chave da economia e do conhecimento, tais como biotecnologia, ciências da vida e indústrias criativas.

### Esporte

Brasil e Reino Unido têm a honra de sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2012 e de 2016. Os dois Chanceleres reconheceram a forte cooperação já em curso, como resultado dos acordos bilaterais assinados em 2009 e 2010. Essa cooperação deverá continuar por meio de programa coordenado, centrado em planejamento, sustentabilidade, segurança, acessibilidade e legado social.

### Cultura

Os dois Chanceleres sublinharam a importância da cultura na relação bilateral. Reconheceram as oportunidades únicas apresentadas pelo fato de serem sedes dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos – Londres em 2012 e Rio de Janeiro em 2016 – e o interesse mútuo em estabelecer novas e duradouras parcerias entre o Brasil e o Reino Unido no campo da cultura. Referiram-se positivamente aos eventos da Olimpíada Cultural de 2012, no Reino Unido, inclusive à Casa Brasil, em Londres, e à UKBrasil, que terá lugar em todo o País entre setembro de 2012 e março de 2013, mostrando o melhor do Reino Unido em cultura, educação, ciência e negócios.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO  
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
DA UCRÂNIA, KOSTYANTYN  
GRYSHCHENKO – BRASÍLIA, 20 DE  
JANEIRO DE 2012  
18/01/2012

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia, Kostyantyn Gryshchenko, realizará visita ao Brasil no dia 20 de janeiro, quando será recebido pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota. Realizando-se menos de três meses após a visita do Presidente da Ucrânia, Viktor Yanukovich, o encontro entre os Chanceleres demonstra o fortalecimento da parceria estratégica entre os dois países.

Os Ministros examinarão o aprofundamento das parcerias em temas como cooperação aeroespacial, defesa, energia e saúde. Os Ministros tratarão, igualmente, de assuntos de interesse global, como a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e a reforma das instituições de governança política e econômica.

No ano de 2011, o fluxo de comércio bilateral superou US\$ 1 bilhão, valor quatro vezes maior ao registrado em 2003, e as exportações brasileiras atingiram US\$ 425 milhões, o que representa aumento de 44,4% em relação a 2010.

ONU ESCOLHE BRASILEIRO PARA O  
CARGO DE SECRETÁRIO-EXECUTIVO  
DA CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE  
BIOLÓGICA (CDB)  
20/01/2012

O brasileiro Bráulio Ferreira de Souza Dias foi escolhido pelo Secretário Geral das Nações Unidas, Ban-ki-moon, para ser o próximo Secretário-Executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), com mandato de

4 anos.

Bráulio Dias é Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Doutor em Zoologia pela Universidade de Edinburgo e Professor-Adjunto de ecologia (licenciado) da Universidade de Brasília. Antes de ocupar sua atual função, foi Diretor do Departamento de Conservação da Biodiversidade do MMA.

A Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada por ocasião da Rio-92, tem três objetivos principais: a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável de seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização de recursos genéticos.

Os trabalhos da CDB estarão voltados à implementação dos programas, planos e estratégias da Convenção, adotados na X Conferência das Partes (COP) de outubro de 2010, bem como de seus três Protocolos: a) o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança; b) o Protocolo Suplementar (ao de Biossegurança) de Nagoia-Kuala Lumpur sobre Responsabilidade e Reparação, e c) o Protocolo de Nagoia sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de Sua Utilização.

PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO  
ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA NO  
FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL –  
DAVOS, 25 A 29 DE JANEIRO DE 2012  
24/01/2012

Neste ano, o Fórum tem como tema “A Grande Transformação: Estabelecendo novos Modelos”.

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota participará, de 25 a 29 de janeiro de 2012, em Davos (Suíça), da Reunião Anual do Fórum Econômico Mundial. Neste ano, o Fórum

tem como tema “A Grande Transformação: Estabelecendo novos Modelos”. Criado em 1971, o encontro reúne líderes, empresários e acadêmicos de todo o mundo em discussões sobre os principais assuntos da agenda internacional.

O Ministro Patriota participará de sessões sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que tratarão da concepção de um modelo sustentável de crescimento para o século XXI. No dia 26 de janeiro, tomará parte em debate promovido pela Associated Press intitulado “As instituições democráticas do século XX são adequadas para o século XXI?”. Participará, também, de sessões dedicadas à América Latina e ao Brasil.

À margem do Fórum Econômico Mundial, o Ministro Patriota manterá encontros com o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, o Presidente do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Jakob Kellenberger, e os Diretores-Executivos do Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA, Babatunde Osotimehin, e da Human Rights Watch, Kenneth Roth. O Ministro também se reunirá com os Chanceleres do Paquistão, Hina Rabbani Khar, do Peru, Rafael Roncagliolo, e da Suíça, Didier Burkhalter, e com autoridades do México e da União Europeia.

#### CONCESSÃO DE VISTO À SENHORA YOANI SÁNCHEZ

25/01/2012

A Senhora Yoani Sánchez, de nacionalidade cubana, recebeu convite do cineasta Cláudio Galvão da Silva para comparecer à exibição de estréia do documentário “Conexão Cuba-Honduras”, em Jequié – Bahia, prevista para o dia 10 de fevereiro próximo.

Em 20 de janeiro, a Senhora Sánchez solicitou, junto à Embaixada do Brasil em Havana, visto de turista para viajar ao Brasil. O

Ministério das Relações Exteriores informa que a Embaixada já concedeu o visto.

#### VISITA OFICIAL DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF A CUBA – HAVANA, 30 E 31 DE JANEIRO DE 2012 27/01/2012

A Presidenta Dilma Rousseff realizará visita oficial a Cuba nos dias 30 e 31 de janeiro, ocasião em que manterá encontro de trabalho com o Presidente do Conselho de Estado, Raúl Castro Ruz. Trata-se de sua primeira visita a Cuba e à região caribenha na condição de Chefe de Estado.

A visita constituirá oportunidade para aprofundar o crescente diálogo e cooperação no relacionamento bilateral, com ênfase na agenda econômica, que experimentou crescimento importante e grande diversificação nos últimos anos. O comércio bilateral entre Brasil e Cuba registrou valor recorde em 2011, totalizando US\$ 642 milhões (31% a mais que 2010).

A visita contribuirá para aprofundar a cooperação bilateral nas áreas técnica, científica e tecnológica, sobretudo nas áreas de agricultura, segurança alimentar, saúde e produção de medicamentos.

No âmbito das relações Brasil-Cuba, destaca-se o apoio à ampliação do Porto de Mariel, executado por empresa brasileira. Trata-se de projeto estratégico para o aumento do intercâmbio comercial de Cuba. Cerca de 80% do montante necessário à ampliação conta com financiamento brasileiro, no valor total de US\$ 683 milhões.

#### DECLARAÇÃO FINAL DO ENCONTRO MINISTERIAL ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL (IBAS) À MARGEM DO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL 28/01/2012

Final Declaration of the India-Brazil-South Africa (IBSA) Trade Ministers Meeting. Ministers Anand Sharma of India, Antonio Patriota of Brazil and Rob Davies of South Africa, had a meeting of the IBSA (India-Brazil-South Africa) Trade Ministers forum on the sidelines of the 42nd meeting of the World Economic Forum, on January 27, 2012 in Davos, to review the current global financial and economic situation. They recalled the fifth Summit of the Heads of State and Government of the IBSA Dialogue Forum that took place in Pretoria in October 2011 which underscored the importance attached by the three countries to coordination on global issues.

2. The Ministers expressed concern at the weak and unsteady economic situation in many countries and regions, which poses a serious challenge for the economic policy and growth prospects of developing and low income countries. In this context, they emphasized that greater policy coordination is needed to ensure strong, sustainable and balanced growth of the global economy. They recognized that Brazil, India and South Africa are doing their part to promote growth while maintaining economic stability and successfully fostering social development. They reaffirmed their commitment to continue their efforts in this direction.

3. The Ministers underlined the importance of resisting protectionist tendencies in the current global economic scenario, including competitive devaluation and regulatory measures that conceal their real protectionist ends. They underscored the importance that developing countries use WTO consistent measures to achieve their legitimate objectives of growth, development and stability. They also noted that distortions caused by high levels of protection in the form of tariffs and subsidies in agriculture in developed countries continue to undermine the development prospects of developing countries, especially the least developed among them.

4. The Ministers expressed deep disappointment at the current impasse in the Doha Development Agenda (DDA) negotiations. They reiterated the need to conclude the Doha Round as soon as possible, building on the significant progress already achieved and on the careful balance of concessions negotiated since the launching of the Round in 2001. The IBSA Ministers reaffirmed their commitment to continue working on the Doha Development Agenda, especially with a view to facilitate more immediate outcomes that deliver on the development dimension of the mandate agreed upon in Doha in 2001. These early outcomes would be building blocks towards meeting the common objective of concluding the Single Undertaking. The Ministers emphasized that “plurilateral initiatives” go against the fundamental principles of transparency, inclusiveness, and multilateralism. These initiatives weaken the resolve of WTO Members to overcome the substantive gaps that exist among them and also fail to address the development deficit inherited from previous negotiating Rounds.

5. The Ministers also underscored their faith in South-South cooperation, which is a partnership among equals that must be guided by respect for equality, national sovereignty and ownership. Recognizing that South-South cooperation helps developing countries to confront common challenges, the Ministers stressed the importance of such initiatives being implemented through the IBSA Trust Fund.

(versão não-oficial em português)

Em 27 de janeiro de 2012, em Davos, os Ministros Ananda Sharma, da Índia, Antonio Patriota, do Brasil, e Rob Davies, da África do Sul, mantiveram encontro do Fórum de Ministros de Comércio do IBAS (Índia-Brasil-África do Sul) à margem da 42ª reunião do Fórum Econômico Mundial, para examinar a situação econômica e financeira global. Eles

relembrou a V Reunião de Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Fórum de Diálogo do IBAS, realizada em Pretória em outubro de 2011, na qual se destacou a importância atribuída pelos três países à coordenação em assuntos globais.

2. Os ministros expressaram preocupação com a debilidade e a incerteza da situação econômica em muitos países e regiões, o que representa um sério desafio para as políticas econômicas e as perspectivas de crescimento de países em desenvolvimento e com renda baixa. Em tal contexto, enfatizaram que uma maior coordenação entre as políticas econômicas é necessária para garantir um crescimento forte, sustentado e equilibrado da economia global. Reconheceram a contribuição do Brasil, da Índia e da África do Sul na promoção do crescimento, ao mesmo tempo em que mantêm a estabilidade econômica e em que incentivam, de forma exitosa, o desenvolvimento social. Reafirmaram seu compromisso com a continuidade dos esforços nessa direção.

3. Os Ministros sublinharam a importância de resistir a tendências protecionistas no atual cenário econômico global, inclusive a desvalorizações competitivas e a medidas regulatórias que ocultam seu real objetivo protecionista. Ressaltaram a importância de que países em desenvolvimento usem medidas consistentes com as regras da OMC para atingir seus objetivos legítimos de crescimento, desenvolvimento e estabilidade. Notaram igualmente que distorções causadas por altos níveis de proteção, sob a forma de tarifas e subsídios agrícolas, em países desenvolvidos, continuam a prejudicar a perspectiva de crescimento dos países em desenvolvimento, sobretudo daqueles menos desenvolvidos.

4. Os Ministros expressaram profundo desapontamento com o impasse atual nas negociações da Agenda de Desenvolvimento de Doha (ADD). Reiteraram a necessidade de

concluir a Rodada Doha o mais brevemente possível, aproveitando o significativo progresso já atingido e o cuidadoso equilíbrio de concessões negociadas desde o lançamento da Rodada em 2001. Os Ministros do IBAS reafirmaram seu compromisso em continuar trabalhando na Agenda de Desenvolvimento de Doha, especialmente com vistas a facilitar resultados mais imediatos que atendem a dimensão do desenvolvimento do mandato acordado em Doha, em 2001. Esses primeiros resultados seriam a base para a concretização do objetivo comum de concluir o Compromisso Único. Os Ministros enfatizaram que “iniciativas plurilaterais” vão contra os princípios fundamentais da transparência, inclusão e multilateralismo. Tais iniciativas enfraquecem o engajamento dos membros da OMC em superar as substanciais lacunas existentes entre eles, além de não lidarem com o déficit de desenvolvimento herdado de rodadas negociadoras prévias.

5. Os Ministros reafirmaram igualmente sua fé na cooperação Sul-Sul, que é uma parceria entre iguais que deve ser guiada pelo respeito pela igualdade, pela soberania nacional e pela propriedade. Ao reconhecer que a cooperação Sul-Sul ajuda os países em desenvolvimento a confrontar desafios comuns, os Ministros ressaltaram a importância de que tais iniciativas sejam implementadas pelo Fundo IBAS.

VISITA OFICIAL DA PRESIDENTA  
DILMA ROUSSEFF AO HAITI, PORTO  
PRÍNCIPE, 1º DE FEVEREIRO DE 2012  
31/01/2012

A Presidenta Dilma Rousseff realizará visita oficial ao Haiti, no dia 1º de fevereiro, ocasião em que manterá encontro de trabalho com o Presidente Michel Martelly e visitará o Batalhão brasileiro da Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

Durante o encontro, os Presidentes examinarão a agenda bilateral, com ênfase nos aspectos relativos ao processo de reconstrução e desenvolvimento econômico e social do Haiti.

A migração haitiana para o Brasil também fará parte da agenda. Nessa matéria, o Governo brasileiro adotou, no último dia 12 de janeiro, nova modalidade de visto permanente exclusiva para nacionais haitianos.

Ao visitar o Batalhão brasileiro da MINUSTAH, a Presidenta Dilma Rousseff terá a oportunidade de manifestar de público seu apreço pela dedicação e pelo profissionalismo dos militares e policiais brasileiros que integram a Missão das Nações Unidas.

O Brasil lidera o componente militar da MINUSTAH desde sua criação, em 2004, além de ser o maior contribuinte de tropas da Missão, hoje com 2.193 efetivos, de um total de cerca de 11,6 mil.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA  
VISITA OFICIAL DA PRESIDENTA  
DILMA ROUSSEFF A CUBA - HAVANA,

30 E 31 DE JANEIRO DE 2012

31/01/2012

1- DECLARAÇÃO CONJUNTA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E DO MINISTÉRIO DA SAÚDE PÚBLICA DA REPÚBLICA DE CUBA SOBRE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO EM SAÚDE

2- MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DO COMÉRCIO EXTERNO E DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DA REPÚBLICA DE CUBA

3- ACORDO SOBRE SERVIÇOS AÉREOS ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE CUBA

4- AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E

O GOVERNO DA REPÚBLICA DE CUBA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “TRANSFERENCIA DE METODOLOGIA PARA O CONTROLE GENÉTICO DE PRAGASEMERGENTES E DA QUALIDADE NUTRITIVA E FUNCIONAL NO TOMATE E NO PIMENTÃO – FASE III”

5- AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E

O GOVERNO DA REPÚBLICA DE CUBA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “FORTALECIMENTO DA ODONTOLOGIA NO BRASIL E EM CUBA - FASE III”

6- AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE CUBA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “LIMITES PERMISSÍVEIS DE METAIS PESADOS NA AGRICULTURA CUBANA: TRANSFERÊNCIA E ADEQUAÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA - FASE II”

7- AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE CUBA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “FORTALECIMENTO DA



ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA CLÍNICA SOBRE CÂNCER”

8- AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE CUBA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS E DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES TÉCNICAS EM CONTROLE BIOLÓGICO DE PRAGAS AGRÍCOLAS ENTRE BRASIL E CUBA – FASE II”

9- AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE CUBA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE TECNOLOGIA E QUALIDADE DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA SIDEROMECÂNICA DE CUBA – FASE III: CAPACITAÇÃO EM IMPLEMENTAÇÃO ASSISTIDA, ENSAIOS DE SUFICIÊNCIA E CALIBRAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE METROLOGIA INDUSTRIAL”

10- AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE CUBA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “APOIO TÉCNICO PARA A EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DA REDE CUBANA DE BANCOS DE LEITE HUMANO”

11- AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA

DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE CUBA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “IMPLEMENTAÇÃO FÍSICA DO BANCO DE DADOS GEOLÓGICOS DA REPÚBLICA DE CUBA”

12- AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE CUBA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “ESTABELECIMENTO DE SUBSTÂNCIAS DE REFERÊNCIA PARA O CONTROLE DA QUALIDADE DOS MEDICAMENTOS”

VISITA AO BRASIL DA ALTA REPRESENTANTE PARA RELAÇÕES EXTERIORES E POLÍTICA DE SEGURANÇA DA UNIÃO EUROPEIA,  
CATHERINE ASHTON

03/02/2012

A Alta Representante para Relações Exteriores e Política de Segurança da União Europeia, Catherine Ashton, realizará visita ao Brasil nos dias 6 e 7 de fevereiro. Será sua primeira visita ao País desde que assumiu o cargo. Em Brasília, no dia 6, será recebida pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota.

No âmbito da Parceria Estratégica Brasil-União Europeia, os Ministros avaliarão os resultados da V Cúpula e lançarão os preparativos para a VI Cúpula, a ser realizada em 2012, no Brasil. Os Ministros examinarão as negociações para um Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia e tratarão, também, das perspectivas da intensificação das parcerias para mobilidade acadêmica e para a cooperação trilateral em prol de países em desenvolvimento.

Serão igualmente tratados assuntos de interesse global, como a situação financeira internacional, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a mudança do clima, direitos humanos, o processo de paz no Oriente Médio e a reforma das instituições de governança política e econômica.

No dia 7, os Ministros participarão de seminário organizado pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) dedicado ao tema “O Brasil e a União Europeia no atual contexto mundial”.

Em 2011, a União Europeia manteve-se como principal parceiro comercial do Brasil. O volume de comércio bilateral atingiu o valor recorde de US\$ 99,3 bilhões, o que representa aumento de 20,7% em relação a 2010. Os investimentos dos países do bloco no Brasil são de aproximadamente US\$ 180 bilhões, correspondendo a quase a metade do estoque de investimentos estrangeiros no País. O Brasil é o sexto maior investidor na União Europeia, com estoque acumulado de cerca de US\$ 80 bilhões.

VISITA AO BRASIL DA MINISTRA  
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA  
GUIANA, CAROLYN RODRIGUES-  
BIRKETT – BRASÍLIA, 6 E 7 DE  
FEVEREIRO DE 2012  
07/02/2012

A Chanceler da Guiana, Carolyn Rodrigues-Birkett, realiza visita à Brasília nos dias 6 e 7 de fevereiro próximo, e será recebida pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, no dia 7. Na ocasião, os Ministros passarão em revista os principais temas da relação bilateral, assim como temas da pauta regional e multilateral, com ênfase em projetos de infra-estrutura e cooperação técnica e fronteiriça.

Entre 2002 e 2011, a corrente de comércio entre Brasil e Guiana passou de US\$ 8,78 milhões para US\$ 35,6 milhões. Entre 2010 e 2011, o intercâmbio comercial registrou aumento de 26%.

VISITA AO BRASIL DO SECRETÁRIO  
DE RELAÇÕES EXTERIORES DE  
HONDURAS, ARTURO CORRALES  
ALVAREZ - BRASÍLIA, 6 A 10 DE  
FEVEREIRO DE 2012  
07/02/2012

O Secretário de Relações Exteriores de Honduras, Arturo Corrales Alvarez, realiza visita oficial ao Brasil de 6 a 10 de fevereiro, à frente de delegação que conta com a participação de mais seis Ministros de Estado e comitiva empresarial. Trata-se da primeira visita do Chanceler hondurenho ao Brasil.

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, receberá o Chanceler Arturo Corrales Alvarez no dia 9 de fevereiro. Na ocasião, passarão em revista a agenda bilateral e conversarão, igualmente, sobre temas regionais e multilaterais, como a CELAC, as relações entre o MERCOSUL e o Sistema de Integração Centro-Americano e sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Em 2011, o fluxo de comércio entre Brasil e Honduras totalizou US\$ 105 milhões, apresentando um crescimento de 30% sobre 2010.

II REUNIÃO DA COMISSÃO  
SINO-BRASILEIRA DE ALTO  
NÍVEL DE CONCERTAÇÃO E  
COOPERAÇÃO – COSBAN  
08/02/2012

A COSBAN é o mecanismo permanente de mais alto nível entre os Governos do Brasil e da China.

Será realizada em Brasília, no próximo dia 13 de fevereiro, a II Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). A delegação brasileira será chefiada pelo Vice-Presidente da República, Michel Temer, e a delegação chinesa, pelo Vice-Primeiro Ministro, Wang Qishan.

No contexto da II Reunião da COSBAN, o Vice-Primeiro Ministro Wang Qishan será recebido em audiência pela Senhora Presidenta da República e participará de reunião de trabalho com o Senhor Vice-Presidente da República, da qual participarão os titulares das partes afetas à agenda da COSBAN. O Vice-Ministro Wang Qishan participará, ainda, de encontro com empresários brasileiros.

A COSBAN é o mecanismo permanente de mais alto nível entre os Governos do Brasil e da China. Integram sua estrutura onze Subcomissões, responsáveis pelos campos político; econômico-comercial; econômico-financeiro; de inspeção e quarentena; de agricultura; de energia e mineração; de ciência, tecnologia e inovação; espacial; de indústria e tecnologia da informação; cultural, e educacional.

Desde 2009, a China é o maior parceiro comercial do Brasil e principal fonte de novos investimentos no País. Em 2011, o comércio bilateral alcançou US\$ 77,1 bilhões, com exportações de US\$ 44,3 bilhões e importações de US\$ 32,8 bilhões. O superávit comercial brasileiro com a China (US\$ 11,5 bilhões) equivale a 38% do superávit global do País.

do Palácio do Planalto estão isentos desse processo de credenciamento.

REUNIÃO BRASIL–MÉXICO  
SOBRE O ACE–55  
10/02/2012

Em seguimento à conversa telefônica entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Felipe Calderón, realizou-se em Brasília, entre os dias 7 e 9 de fevereiro, reunião de consulta entre o Brasil e o México sobre o Acordo de Complementação Econômica nº 55 (ACE–55).

A reunião contribuiu para o esclarecimento de pontos relevantes a respeito da evolução e das perspectivas do relacionamento comercial bilateral no setor automotivo.

Ambos os países estão empenhados em buscar solução satisfatória que atenda aos interesses das duas partes.

Está prevista a realização de diálogo contínuo em nível técnico e de novo encontro nos dias 28 e 29 de fevereiro, na Cidade do México, para avançar nas negociações.

CENTENÁRIO DA MORTE DO  
BARÃO DO RIO BRANCO  
10/02/2012

O Ministério das Relações Exteriores recorda hoje, 10 de fevereiro de 2012, o centenário da morte de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco.

José Maria da Silva Paranhos Júnior nasceu em 1845. Iniciou sua carreira no Serviço Exterior em 1876, como Cônsul em Liverpool. Em duas ocasiões na década de 1890, foi designado Ministro Plenipotenciário em missão especial para defender os interesses brasileiros em disputas fronteiriças relacionadas ao sul do Brasil e ao atual estado do Amapá, obtendo vitórias nos dois casos. Esteve à frente da Missão do Brasil em Berlim de 1901 a 1902.

Serviu como Ministro das Relações Exteriores de 1902 a 1912, durante o mandato de quatro Presidentes: Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca. Como Chanceler, consolidou, de forma pacífica, as fronteiras do Brasil. Considerado o patrono

da diplomacia brasileira, deixou legado de pragmatismo e opção pela solução pacífica de controvérsias.

As comemorações do centenário da morte do Barão do Rio Branco iniciam-se com a Exposição “Rio Branco – 100 Anos de Memória”, aberta à visitação no Palácio Itamaraty, em Brasília.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO  
DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA  
ALEMANHA, GUIDO WESTERWELLE  
– BRASÍLIA, SÃO PAULO E RIO DE  
JANEIRO, 13 A 16 DE FEVEREIRO DE 2012  
10/02/2012

O Ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Guido Westerwelle, realizará visita ao Brasil entre os dias 13 e 16 de fevereiro de 2012.

Em Brasília, será recebido pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e pelo Ministro da Educação, Aloizio Mercadante. Em São Paulo, o Ministro Westerwelle será recebido pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antônio Raupp e pelo Governador Geraldo Alckmin. No Rio de Janeiro, manterá encontro com o Governador Sérgio Cabral Filho.

Em seguimento ao encontro entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Christian Wulff, realizado em Brasília, em maio de 2011, os Ministros Patriota e Westerwelle examinarão o aprofundamento da Parceria Estratégica Brasil-Alemanha. Temas como desenvolvimento sustentável, energia, infraestrutura, educação, ciência, tecnologia e inovação são centrais na cooperação bilateral. Dez mil estudantes brasileiros serão recebidos em universidades alemãs até 2014, no âmbito do programa “Ciência sem Fronteiras”. O Brasil será o país-tema da Feira Internacional de Tecnologias da Informação e das Comunicações (CeBIT), a ser

realizada em Hannover, entre 6 e 10 de março.

Os Ministros tratarão, também, da visita da Presidenta Dilma Rousseff à Alemanha, em março próximo.

Serão igualmente examinados assuntos de interesse global, como a situação financeira internacional, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a reforma das instituições de governança política e econômica. Juntamente com Índia e Japão, Brasil e Alemanha compõem o G-4, grupo empenhado na reforma das Nações Unidas.

A Alemanha é o principal parceiro comercial do Brasil na Europa – e o quarto parceiro comercial brasileiro no mundo. Em 2011, o volume de comércio bilateral atingiu o valor recorde de US\$ 24,25 bilhões, o que representa aumento de 17,2% em relação a 2010. No ano passado, as exportações brasileiras para a Alemanha registraram crescimento de 11,1% em relação ao período anterior, superando US\$ 9 bilhões. Os dois países têm interesse em incrementar a cooperação entre pequenas e médias empresas, com vistas a fortalecer a pesquisa aplicada à indústria. Mais de 1.200 empresas alemãs estão instaladas no Brasil. Estima-se que a contribuição destas empresas para a formação do PIB brasileiro esteja em torno de 8% a 10%.

VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-  
MINISTRO DA FINLÂNDIA, JYRKI  
KATAINEN - BRASÍLIA, RIO DE  
JANEIRO E SÃO PAULO, 12 A 16 DE  
FEVEREIRO DE 2012  
13/02/2012

O Primeiro-Ministro da Finlândia, Jyrki Katainen, realiza visita ao Brasil entre os dias 12 e 16 de fevereiro. Acompanhado pelo Ministro de Assuntos Europeus e Comércio Exterior,

Alexander Stubb, e por expressiva delegação empresarial, cumprirá agenda em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

Em Brasília, no dia 13, o Primeiro-Ministro Jyrki Katainen será recebido pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp. No dia 14, o Primeiro-Ministro Jyrki Katainen será recebido pela Presidenta Dilma Rousseff e se reunirá com o Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota. Brasil e Finlândia examinarão as perspectivas para intensificar a cooperação em educação, ciência, tecnologia, inovação, energia e turismo. Há interesse em estimular a cooperação acadêmica entre os dois países, por meio do programa “Ciência sem Fronteiras”.

Serão tratadas, ainda, as perspectivas para a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e o tema da mediação como instrumento para prevenção de conflitos internacionais.

Há significativo potencial para aprofundamento nas relações comerciais entre Brasil e Finlândia. Em 2011, comércio bilateral alcançou o valor recorde de US\$ 1,47 bilhão. Nesse mesmo ano, as exportações brasileiras atingiram US\$ 742,4 milhões, o que representa crescimento de 55,73% em relação a 2010.

O Primeiro-Ministro Jyrki Katainen também se encontrará com o Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, com o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, e com o Presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

PRONUNCIAMENTO DA  
EMBAIXADORA DO BRASIL JUNTO  
ÀS NAÇÕES UNIDAS, EM SESSÃO DA  
ASSEMBLEIA-GERAL DA ONU DE  
13 DE FEVEREIRO DE 2012, SOBRE A  
SITUAÇÃO NA SÍRIA  
14/02/2012

“Mr. President,

Thank you for convening this meeting. I also thank Madam Pillay for her presentation.

The Brazilian Government is deeply troubled by the rapidly deteriorating situation in Syria.

The level of violence we now see in Syria is extremely serious. Recent episodes in Homs and other cities are particularly disturbing.

We reiterate our repudiation of the violence and human rights violations in Syria and our full support for the work of the High Commissioner for Human Rights and the Commission of Inquiry established by the Human Rights Council.

We renew our call on the Syrian authorities to abide by their international obligations under human rights and humanitarian law and their own commitments to the Arab League in that regard.

Mr. President,

The solution to the Syrian conflict requires a political, nationally-owned process. The Government must do more and faster to establish the necessary conditions for negotiations to start. Political repression must cease immediately. Reforms must allow for real and timely change capable of promoting more democratic governance. The opposition has to contribute through constructive engagement, as soon as the appropriate conditions are established. The future of Syria is obviously in the hands of the Syrians, but the international community can and should help.

The UN should send a clear and unified message of condemnation of human rights violations, while supporting the Arab League’s efforts and the centrality of a Syrian-led political process. Our collective and individual action must be guided by the need to end violence, promote stability and help the parties find a path out of the current political impasse. The international community should not spare diplomatic efforts at this juncture, and seek a consensus platform. Brazil is ready to play its

part.

The engagement of the Arab League will continue to be crucial. We strongly support greater involvement of the United Nations in cooperation with the Arab League. We share the same goals.

This hour requires true cooperation among us and a firm determination above all to avoid even greater bloodshed. We owe it to the people of the country and their neighbors.

I thank you, Mr. President.”

(versão não-oficial em português)

“Senhor Presidente,

Obrigada por convocar esta reunião. Também agradeço a Senhora Pillay por sua apresentação.

O Governo Brasileiro está profundamente preocupado com a rápida deterioração da situação na Síria.

O nível de violência que vemos agora na Síria é extremamente grave. Episódios recentes em Homs e em outras cidades são particularmente perturbadores.

Reiteramos o nosso repúdio à violência e às violações de direitos humanos na Síria e o nosso total apoio ao trabalho da Alta Comissária para os Direitos Humanos e da Comissão de Investigação instituída pelo Conselho de Direitos Humanos.

Renovamos o nosso chamado às autoridades sírias a agirem de acordo com suas obrigações internacionais à luz dos direitos humanos e do direito humanitário e dos seus próprios compromissos com a Liga Árabe a esse respeito.

Senhor Presidente,

A solução para o conflito sírio requer um processopolítico, conduzido pelos próprios sírios. O Governo deve fazer mais e agir mais depressa para estabelecer as condições necessárias para o início as negociações. A repressão política deve cessar de imediato. As reformas devem permitir mudanças reais e tempestivas, capazes de promover uma governança mais democrática. A oposição deve contribuir por meio de um

engajamento construtivo, assim que condições apropriadas sejam estabelecidas. O futuro da Síria está obviamente na mão dos sírios, mas a comunidade internacional pode e deve ajudar.

A ONU deve mandar uma mensagem clara e uníssona de condenação às violações de direitos humanos, ao mesmo tempo em que apoia os esforços da Liga Árabe e a situação central do processo político liderado pelos sírios. As nossas ações coletivas e individuais devem ser guiadas pela necessidade de por fim à violência, promover a estabilidade e ajudar as partes a encontrar uma saída para o atual impasse político. Nessa conjuntura, a comunidade internacional não deve poupar esforços diplomáticos e precisa buscar uma plataforma de consenso. O Brasil está pronto para dar a sua contribuição.

O engajamento da Liga Árabe continuará sendo decisivo. Apoiamos firmemente um maior envolvimento das Nações Unidas, em cooperação com a Liga Árabe. Compartilhamos os mesmos objetivos.

Este momento exige uma verdadeira cooperação entre nós e uma firme determinação, sobretudo para evitar ainda maior derramamento de sangue. Devemos isso ao povo sírio e aos seus vizinhos.

Muito obrigada, Senhor Presidente.”

COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-  
FINLÂNDIA - BRASÍLIA, 14 DE  
FEVEREIRO DE 2012  
14/02/2012

Em 14 de fevereiro de 2012, a Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff, recebeu o Primeiro-Ministro da Finlândia, Jyrki Katainen. Os Chefes de Governo saudaram a intensificação dos laços bilaterais entre os dois países e mapearam áreas de cooperação para os próximos anos. Os dois lados comprometeram-se a desenvolver

relacionamento fortalecido sobre temas de política externa.

### Diálogo político regular

Reconhecendo o desejo de ambos os Governos de garantir diálogo fluido que lhes permita desenvolver relações bilaterais privilegiadas e identificar possibilidades de mais estreita cooperação e de ações conjuntas no cenário internacional, os dois lados manifestaram interesse em aumentar o nível e a frequência das consultas políticas bilaterais, que se deverão realizar em bases anuais.

### Comércio

Brasil e Finlândia continuarão a promover a intensificação do comércio e dos investimentos bilaterais e apoiam fortemente a conclusão de um Acordo de Associação equilibrado e ambicioso entre o MERCOSUL e a União Europeia. Ambos os países reafirmaram seu compromisso em evitar o protecionismo e avançar na Rodada Doha.

### Ciência, tecnologia, inovação e educação

Reconhecendo a ambição e a visão do programa “Ciência sem Fronteiras”, promovido pelo Governo do Brasil, o Governo da Finlândia expressou seu firme compromisso em aprimorar o desenvolvimento de programa de mobilidade para estudantes e pesquisadores de forma a permitir acolhimento de número significativo de estudantes e pesquisadores brasileiros em instituições de ensino avançado e de pesquisa na Finlândia.

Representantes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) deverão assinar, em Helsinque, em

março próximo, acordo que permitirá a execução do Programa “Ciência sem Fronteiras” com a Finlândia.

Essa parceria irá fortalecer a cooperação acadêmica entre os dois países e constituirá contribuição valiosa para o desenvolvimento científico e econômico brasileiro. Espera-se que pesquisadores e estudantes finlandeses também venham ao Brasil no âmbito do Programa “Ciência sem Fronteiras”.

Os dois lados concordaram em incluir o setor empresarial na parceria educacional, como forma de investir na qualificação de funcionários.

Os dois lados destacaram o potencial de cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação, a partir da cooperação entre a Academia da Finlândia (AKA) e instituições brasileiras de fomento à pesquisa, notadamente o CNPq e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Os dois países saudaram ainda a realização, nos dias 25 a 27 de janeiro passado, no Recife, da primeira “Cúpula Internacional Brasil-Finlândia de Inovação Tecnológica”, com a participação de diversas instituições acadêmicas e de pesquisa e desenvolvimento dos dois países, durante a qual foram discutidas propostas de cooperação bilateral envolvendo universidades, indústria e os Governos da Finlândia e do Brasil.

### Cooperação em meio ambiente

Com vistas a intensificar a cooperação em meio ambiente, Brasil e Finlândia estão negociando Memorando de Entendimento em Cooperação Ambiental.

### Turismo

Os dois lados concordaram em intensificar a cooperação na área de turismo, explorando o potencial turístico do Brasil no âmbito dos grandes eventos esportivos vindouros, como

a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016, bem como o potencial turístico da Finlândia como destino associado a atividades de inverno.

## Defesa

Brasil e Finlândia manifestaram interesse em explorar as possibilidades de cooperação em matéria de defesa, tanto no que tange à pesquisa e ao desenvolvimento de produtos, assim como no tocante ao intercâmbio de pessoal para troca de experiências.

## Conselho de Segurança da ONU

Brasil e Finlândia coincidiram na necessidade de promover a atualização das instâncias de governança global a fim de refletir as realidades políticas e econômicas do século XXI. Destacaram a importância do fortalecimento do multilateralismo e da necessidade urgente de proceder à reforma das Nações Unidas, em particular de seu Conselho de Segurança, a fim de torná-lo mais representativo, legítimo e eficaz. Brasil e Finlândia apoiam firmemente a expansão do Conselho de Segurança da ONU nas categorias de membros permanentes e não permanentes. A Presidenta Dilma Rousseff reiterou o apoio do Brasil à candidatura da Finlândia a assento não-permanente do Conselho de Segurança no biênio 2013-2014. O Primeiro-Ministro da Finlândia, Jyrki Katainen, reiterou o apoio da Finlândia ao Brasil como membro permanente de um Conselho de Segurança reformado.

## Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)

Brasil e Finlândia comprometeram-se a trabalhar em conjunto para o êxito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento

Sustentável (Rio+20), que será realizada no Rio de Janeiro, nos dias 20, 21 e 22 de junho de 2012, e reiteraram a importância de buscar garantir representação no mais alto nível.

## PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, EM DEBATE SOBRE RESPONSABILIDADE AO PROTEGER NA ONU – NOVA YORK, 21 DE FEVEREIRO DE 2012 14/02/2012

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota participará, no próximo dia 21 de fevereiro, de debate organizado pelo Brasil na sede da ONU sobre a “responsabilidade ao proteger”.

A “responsabilidade ao proteger” foi lançada pela Presidenta Dilma Rousseff em seu discurso na 66ª Assembléia-Geral da ONU, em setembro último. Subsequentemente, o Brasil circulou, em debate do Conselho de Segurança da ONU, documento conceitual sobre o tema, que pode ser consultado, nas seis línguas oficiais das Nações Unidas, no seguinte endereço internet: [http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/66/551](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/66/551).

O conceito de “responsabilidade ao proteger” baseia-se nos seguintes princípios fundamentais: a valorização da prevenção e dos meios pacíficos de solução de controvérsias; a necessidade de exaurir todos os meios não-violentos para a proteção de civis; a obrigação de que qualquer ação militar seja sempre autorizada pelo Conselho de Segurança, limitada em seus elementos operacional e temporal; e a necessidade de monitoramento e avaliação da implementação das resoluções que autorizem intervenções.

O debate reflete o grande interesse suscitado pelo tema desde o seu lançamento e reunirá



representantes de Estados-Membros da ONU, organizações não-governamentais, acadêmicos e funcionários internacionais.

PRONUNCIAMENTO DO MINISTRO  
ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA EM  
DEBATE SOBRE RESPONSABILIDADE  
AO PROTEGER NA ONU  
21/02/2012

“Minhas calorosas boas-vindas a todos para esta reunião em que, creio, estamos todos - países, organizações e indivíduos - genuinamente comprometidos tanto com o multilateralismo quanto com a proteção de civis. Tenho o prazer de convidá-los a este debate informal sobre a “Responsabilidade ao Proteger”.

Como se sabe, trata-se de uma idéia mencionada pela primeira vez pela Presidenta Dilma Rousseff em seu discurso de abertura da Assembléia Geral da ONU no último mês de setembro. Em novembro, o Brasil circulou uma nota conceitual que discute a noção de que a comunidade internacional, quando exerce sua responsabilidade de proteger, deve demonstrar um alto nível de responsabilidade ao proteger. Ao longo dos últimos meses temos notado um apoio significativo a este debate. Creio termos hoje uma oportunidade de intercambiar de maneira franca e frutífera ideias sobre as várias dimensões desta questão.

As mudanças políticas de nosso tempo representam um desafio à comunidade internacional. A relação entre a manutenção da paz e da segurança internacionais e a proteção de civis evoluiu significativamente desde a criação das Nações Unidas em 1945. Novos marcos conceituais foram desenvolvidos para lidar com os desafios que enfrentamos.

O trabalho sobre a proteção de civis tem avançado consideravelmente desde os anos 1990, quando as discussões sobre essa questão

começaram a receber mais atenção. O sofrimento de civis inocentes e a necessidade de evitar a impunidade dos autores dos crimes mais graves levaram a comunidade internacional a criar o Tribunal Penal Internacional.

Em seu sexagésimo aniversário, a Organização das Nações Unidas adotou o conceito da “responsabilidade de proteger”. Este conceito estabeleceu a responsabilidade dos Estados de protegerem suas populações em casos de genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade. Decidiu-se também que a comunidade internacional deveria encorajar e ajudar os Estados a exercerem essa responsabilidade. Além disso, estabeleceu-se a responsabilidade da comunidade internacional de agir coletivamente, por intermédio da ONU, caso as autoridades nacionais deixassem de proteger suas populações.

O reconhecimento de que existe uma responsabilidade de proteger foi um marco. Ressalte-se que o mesmo Documento Final da Cúpula Mundial de 2005 que estabeleceu uma fórmula de consenso acerca do conceito da “responsabilidade de proteger” também afirmou claramente que essa responsabilidade deve ser exercida, em primeiro lugar, por meio do uso de meios diplomáticos, humanitários e outros meios pacíficos, e que apenas nos casos em que os meios pacíficos se revelam inadequados deveriam ser cogitadas medidas coercitivas.

Ao longo desse processo, é essencial distinguir entre responsabilidade coletiva - que pode ser plenamente exercida através de medidas não-coercitivas - e segurança coletiva - que envolve uma avaliação política caso-a-caso por parte do Conselho de Segurança.

Antes de se empenhar em uma ação militar, espera-se que a comunidade internacional realize uma análise abrangente e criteriosa de todas as consequências que daí podem decorrer. O uso da força sempre traz consigo o risco de causar mortes involuntárias e de disseminar

violência e instabilidade. O fato de que ela seja utilizada com o objetivo de proteger civis não faz das vítimas colaterais ou da desestabilização involuntária eventos menos trágicos.

É por isso que, em nossa opinião, é necessário dar um passo conceitual adicional para lidar com a responsabilidade de proteger, e eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para propor uma nova perspectiva sobre esta questão, uma perspectiva que acreditamos tornou-se essencial na busca de nosso objetivo comum.

A Presidenta Dilma Rousseff, em seu discurso na Assembléia Geral em setembro passado, se referiu a um fato preocupante: o mundo de hoje sofre as dolorosas consequências de intervenções militares que agravaram os conflitos existentes, permitiram ao terrorismo penetrar em lugares onde não existia, deram origem a novos ciclos de violência e aumentaram a vulnerabilidade das populações civis.

Na ocasião ela acrescentou: “muito se tem dito sobre a responsabilidade de proteger, mas muito pouco sobre a responsabilidade ao proteger”.

Como a Organização das Nações Unidas pode autorizar o uso da força, ela tem a obrigação de conscientizar-nos dos perigos envolvidos em sua utilização e de criar mecanismos que possam fornecer uma avaliação objetiva e detalhada de tais perigos, bem como formas e meios de evitar danos aos civis.

Nosso ponto de partida em comum deve basear-se no princípio de “*primum non nocere*” que os médicos conhecem muito bem. Em primeiro lugar, não causar danos - esse deve ser o lema daqueles que são obrigados a proteger os civis. Também seria lamentável, em última análise inaceitável, se uma missão estabelecida sob mandato das Nações Unidas com o objetivo de proteger civis causasse maiores danos do que aqueles que justificaram sua própria criação.

Temos de almejar um maior nível de responsabilidade. Uma vítima civil já é uma

vítima em demasia.

Acredito que os conceitos da “responsabilidade de proteger” e da “responsabilidade ao proteger” devem evoluir juntos, com base em um conjunto acordado de princípios fundamentais, parâmetros e procedimentos, dos quais menciono alguns:

- prevenção é sempre a melhor política. É a ênfase na diplomacia preventiva que reduz o risco de conflito armado e os custos humanos a ele associados. Nesse sentido, saudamos a iniciativa do Secretário-Geral Ban Ki-moon de estabelecer o ano de 2012 como o ano da prevenção, que conta com o total apoio do Brasil. Outras iniciativas, como “Amigos da Mediação”, podem ser vistas como parte do espírito de promoção do exercício da responsabilidade coletiva na busca da paz, por meio da diplomacia, do diálogo, da negociação, da prevenção;

- a comunidade internacional deve ser rigorosa em seus esforços para exaurir todos os meios pacíficos disponíveis nos casos de proteção de civis sob ameaça de violência, em consonância com os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas e conforme incorporado no Documento Final da Cúpula Mundial de 2005;

- o uso da força deve produzir o mínimo possível de violência e de instabilidade. Sob nenhuma circunstância podem-se gerar mais danos do que se autorizou evitar;

- no caso de o uso da força ser contemplado, a ação deve ser criteriosa, proporcional e limitada aos objetivos estabelecidos pelo Conselho de Segurança;

- são necessários procedimentos aprimorados no Conselho para monitoramento e avaliação da maneira como as resoluções são interpretadas e aplicadas, para assegurar a responsabilidade ao proteger.

O estabelecimento desses procedimentos não deve ser entendido como meio de impedir, ou atrasar indevidamente, a autorização de ações militares nas situações estabelecidas pelo

Documento Final da Cúpula Mundial de 2005. A iniciativa do Brasil deve ser vista como um convite a um debate coletivo sobre a forma de garantir, quando o uso da força for cogitado como alternativa justificável e estiver devidamente autorizado pelo Conselho de Segurança, que seu emprego seja responsável e legítimo. Por essa razão, faz-se necessário assegurar a prestação de contas daqueles autorizados a fazer uso da força.

O Brasil iniciou uma série de discussões com países de todas as regiões, bem como com organizações não-governamentais e especialistas sobre o assunto. Queremos contribuir para um debate crucial para a comunidade internacional sobre a manutenção da paz e da segurança internacionais e a proteção de civis. Em recentes eventos sobre a “responsabilidade de proteger”, tivemos a oportunidade de ampliar esse diálogo. O Brasil aprecia o fato de o Secretário-Geral da ONU dar as boas-vindas à iniciativa da “responsabilidade ao proteger”.

O evento de hoje é uma oportunidade para o aprofundamento e a ampliação dessa discussão.

Deixe-me brevemente descrever o planejamento do debate informal de hoje. Estamos honrados em ter o professor Edward Luck como co-presidente do evento. O Assessor Especial do Secretário-Geral sobre a “responsabilidade de proteger” é um interlocutor-chave. Prezamos enormemente sua contribuição, em consulta com os Estados-Membros, para o desenvolvimento conceitual, político e operacional da “responsabilidade de proteger”. Suas idéias serão muito bem-vindas hoje.

A discussão estará então aberta aos participantes. Convidamos todos os Estados-Membros, bem como ONGs e especialistas que trabalharam nesse tema. Gostaria de encorajar os oradores a serem concisos e a limitarem suas declarações a três minutos, para que possamos nos beneficiar da mais ampla participação.

Concluiremos o debate de hoje com as

observações dos co-presidentes.

Dou a palavra ao Professor Edward Luck.”

VISITA À TURQUIA DO MINISTRO DAS  
RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO DE  
AGUIAR PATRIOTA – ISTAMBUL, 24 E  
25 DE FEVEREIRO DE 2012

23/02/2012

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota realizará visita a Istambul nos dias 24 e 25 de fevereiro.

O Chanceler brasileiro participará da Conferência “Contribuindo para a Paz Pela Mediação”, com a presença dos Chanceleres da Turquia e da Finlândia e do Presidente da Assembléia-Geral da ONU, e manterá reunião de trabalho com seu homólogo turco, Ahmet Davutoglu.

O Ministro Patriota também reunirá os Embaixadores brasileiros acreditados junto aos países do Oriente Médio e Norte da África, para avaliação dos recentes desenvolvimentos naquela região, com vistas a subsidiar o planejamento da ação diplomática brasileira, em suas vertentes bilateral, regional e multilateral, nos planos político e econômico-comercial.

MENSAGEM DE SOLIDARIEDADE  
DO MINISTRO ANTONIO DE  
AGUIAR PATRIOTA AO CHANCELER  
ARGENTINO, HÉCTOR TIMERMAN

23/02/2012

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, em telefonema realizado hoje, 23 de fevereiro, ao seu homólogo argentino, Héctor Timerman, transmitiu a solidariedade e o pesar do Brasil pelo acidente de trem ocorrido ontem, 22 de fevereiro, em Buenos Aires, que causou a

morte de dezenas de pessoas.

Os dois Chanceleres acordaram, também, realizar reunião bilateral na primeira quinzena de março.

#### ENCHENTES NA BOLÍVIA

24/02/2012

O Governo brasileiro manifesta seu pesar e transmite ao Governo e ao povo da Bolívia sua solidariedade pelas perdas humanas e materiais causadas pelas fortes chuvas que têm afetado o país nos últimos dias, desabrigando mais de sete mil pessoas. As chuvas também têm atingido partes do Brasil, em particular o Acre.

O Brasil tem cooperado com a Bolívia para prestar assistência humanitária às vítimas, tanto abrigando deslocados em acampamentos temporários em cidades de fronteira como apoiando ações de alívio emergencial e de redução dos danos ocasionados pelas inundações.

#### APOIO PRESTADO AOS BRASILEIROS

##### EVACUADOS DA ESTAÇÃO

##### COMANDANTE FERRAZ

28/02/2012

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, telefonou ontem para o seu homólogo chileno, Alfredo Moreno, para reiterar os agradecimentos da Presidenta Dilma Rousseff e do Governo brasileiro pelo apoio prestado pelo Governo do Chile aos brasileiros evacuados em razão do incêndio na base Comandante Ferraz. Os Ministros também examinaram possíveis datas para a visita da Presidenta da República ao Chile.

O Embaixador do Brasil no Chile, Frederico Cezar de Araujo, embarcou ontem em vôo da Força Aérea Brasileira que partiu de Punta Arenas para recolher os corpos do suboficial Carlos

Alberto Vieira Figueiredo e o sargento Roberto Lopes dos Santos na estação chilena Eduardo Frei. O Embaixador renovou pessoalmente ao comandante da base os agradecimentos da Presidenta Dilma Rousseff por todo o apoio prestado pelo Governo do Chile aos brasileiros atingidos pelo acidente.

O Brasil também manifesta seu reconhecimento pelo inestimável apoio prestado pelos Governos da Argentina, Polônia, Reino Unido e Uruguai, por meio de suas bases no continente antártico, no socorro aos brasileiros.

A Embaixada do Brasil em Santiago tem atuado, em estreita coordenação com o Ministério da Defesa, no auxílio aos brasileiros atingidos pelo acidente. Uma equipe de funcionários encontra-se desde sábado em Punta Arenas, onde presta apoio aos 45 evacuados.

#### VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS

##### RELAÇÕES EXTERIORES DO PERU,

##### RAFAEL RONCAGLIOLO – BRASÍLIA, 1º

DE MARÇO DE 2012

01/03/2012

O Ministro das Relações Exteriores do Peru, Rafael Roncagliolo, realizará visita ao Brasil no dia 1º de março. O Chanceler peruano será recebido pela Presidenta da República e manterá reunião de trabalho com o Ministro Antonio de Aguiar Patriota.

#### SUSPENSÃO DO PROCESSO DE

##### COMPRA DE AERONAVES DA

##### EMBRAER PELA FORÇA AÉREA DOS

##### ESTADOS UNIDOS

01/03/2012

O Governo brasileiro recebeu com surpresa a notícia da suspensão do processo licitatório de compra de aviões A-29 Super Tucano pela Força

Aérea dos Estados Unidos, em especial pela forma e pelo momento em que se deu. Considera que esse desdobramento não contribui para o aprofundamento das relações entre os dois países em matéria de defesa.

O Governo brasileiro continuará a manter diálogo com as autoridades norte-americanas sobre o assunto.

VISITA DA PRESIDENTA DILMA  
ROUSSEFF À ALEMANHA -  
HANNOVER, 4 A 6 DE MARÇO DE 2012  
02/03/2012

A Presidenta Dilma Rousseff realizará visita a Hannover entre os dias 4 e 6 de março, quando participará da inauguração da Feira Internacional de Tecnologia de Informação, Telecomunicações, Software e Serviços (CeBIT) e se reunirá com a Chanceler Federal da Alemanha, Angela Merkel. Acompanhará a visita delegação empresarial composta por cerca de 200 pessoas.

O Brasil será país-tema da edição de 2012 da CeBIT, da qual participarão mais de 4200 expositores de 70 países e que, estima-se, será visitada por cerca de 350 mil pessoas. A atenção conferida ao Brasil na feira criará oportunidades de negócios para empresas produtoras de tecnologias de informação e comunicação. O Brasil é o sexto maior mercado consumidor dessas tecnologias no mundo.

A visita da Presidenta da República à Alemanha contribuirá para intensificar o relacionamento econômico bilateral, fortalecendo o componente de inovação e estimulando novas formas de parceria, especialmente entre pequenas e médias empresas. A Alemanha é o quarto principal parceiro comercial do Brasil. O volume de comércio entre os dois países superou US\$ 24 bilhões em 2011, o que corresponde a aumento

de 17,6% em relação ao ano anterior.

A Alemanha é um dos principais parceiros do programa “Ciência sem Fronteiras”, que concretiza o potencial existente na convergência das vertentes econômica e científico-tecnológica das relações bilaterais. Até 2014, mais de dez mil bolsistas brasileiros estudarão em instituições alemãs.

A Presidenta Dilma Rousseff e a Chanceler Federal Angela Merkel examinarão o aprofundamento da Parceria Estratégica Brasil-Alemanha, estabelecida em 2002. Além de educação, ciência, tecnologia e inovação, temas como desenvolvimento sustentável, energia e infraestrutura são centrais na cooperação bilateral.

Serão igualmente tratados assuntos de interesse global, como a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a atuação do G-20 diante da situação financeira internacional e a reforma das instituições políticas e econômicas de governança global.

EXPLOSÃO EM BRAZZAVILLE,  
REPÚBLICA DO CONGO  
05/03/2012

O Governo brasileiro manifesta sua solidariedade ao Governo e ao povo da República do Congo pelas perdas humanas e materiais resultantes da explosão acidental de depósito de armamentos em Mpila, Brazzaville, ocorrida na manhã de 4 de março.

A Embaixada do Brasil em Brazzaville, cujas instalações também foram atingidas pela explosão, vem mantendo contato com a comunidade brasileira no país e com as autoridades locais, não havendo, até o momento, registro de brasileiros mortos ou feridos no trágico incidente.

SEMINÁRIO CONVENÇÃO 169 DA OIT:  
EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS –  
BRASÍLIA, 8 E 9 DE MARÇO DE 2012  
07/03/2012

Será realizado em Brasília, nos dias 8 e 9 de março, o Seminário “Convenção 169 da OIT: experiências e perspectivas”. Promovido pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Secretaria-Geral da Presidência da República, com o apoio do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Fundação Nacional do Índio, da Fundação Cultural Palmares e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o evento será aberto pelo Ministro Gilberto Carvalho, pela Ministra da Igualdade Racial, Luiza Bairros, e pelo Ministro Antonio de Aguiar Patriota.

Ratificada pelo Brasil em 2002 e vigente desde julho de 2003, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho é o primeiro instrumento internacional que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais. Em seus artigos, prevê um mecanismo de consulta prévia, pelo qual os países signatários se comprometem a ouvir as comunidades indígenas ou tribais sempre que forem previstas medidas legislativas ou administrativas que as afetem diretamente. O Seminário “Convenção 169 da OIT: experiências e perspectivas” discutirá propostas de regulamentação do mecanismo de consulta prévia previsto naquela Convenção.

O Seminário contará com a participação de aproximadamente 160 lideranças indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais, além de acadêmicos e autoridades.

O programa do evento se encontra disponível no site [http://www.secretariageral.gov.br/art\\_social/convencao169](http://www.secretariageral.gov.br/art_social/convencao169).

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS  
RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA  
ARGENTINA, HÉCTOR TIMERMAN -  
SÃO PAULO, 13 DE MARÇO DE 2012  
09/03/2012

O Ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina, Héctor Timerman, realiza visita de trabalho ao Brasil no dia 13 de março.

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, receberá o Chanceler argentino em São Paulo. Os Ministros passarão em revista os principais temas da agenda bilateral, com ênfase em projetos de cooperação em áreas estratégicas, como ciência e tecnologia, integração energética e de cadeias produtivas e abordarão questões de interesse global e regional.

O Brasil é o principal parceiro comercial da Argentina. Em 2011, o intercâmbio bilateral cresceu 20,2% com relação ao ano anterior, atingindo a cifra de US\$ 39,6 bilhões, seu mais alto nível histórico. Produtos manufaturados respondem por mais de 80% desse intercâmbio.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO  
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DOS  
EMIRADOS ÁRABES UNIDOS, XEQUE  
ABDALLAH BIN ZAYED AL NAHYAN

15/03/2012

O Ministro dos Negócios Estrangeiros dos Emirados Árabes Unidos, Xequê Abdallah Bin Zayed al Nahyan, realizará visita ao Brasil, no dia 16 de março. Será sua terceira visita ao País como Chanceler dos Emirados Árabes Unidos desde que assumiu suas funções, em 2006.

Em Brasília, será recebido pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e pelos Ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando

Pimentel, e das Minas e Energia, Edison Lobão. Durante o encontro no Itamaraty, será assinado memorando de entendimento com o objetivo de criar mecanismo de consultas periódicas sobre temas bilaterais, regionais e internacionais de interesse comum.

Entre 2005 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com os Emirados Árabes Unidos saltou de US\$ 805 milhões para US\$ 2,64 bilhões. Os Emirados são o segundo parceiro comercial mais importante do Brasil no Oriente Médio, em termos de corrente de comércio.

PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO DAS  
RELAÇÕES EXTERIORES, ANTONIO  
DE AGUIAR PATRIOTA, EM REUNIÃO  
DO CONSELHO DE MINISTROS DAS  
RELAÇÕES EXTERIORES DA UNIÃO  
DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS –  
ASSUNÇÃO, 17 DE MARÇO DE 2012  
16/03/2012

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota participará em Assunção, no dia 17 de março, de Reunião Ordinária do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

A Reunião discutirá temas de organização administrativa e fortalecimento institucional. Os Chanceleres deverão avaliar os resultados dos Conselhos Ministeriais e Grupos de Trabalho da UNASUL, entre os quais o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), o Conselho de Defesa e o estabelecimento do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS). Também serão abordados mecanismos de diálogo político da UNASUL com países extra-bloco e outros organismos multilaterais.

O intercâmbio comercial entre os Estados Membros da UNASUL quadruplicou na última

década, elevando-se de US\$ 19 bilhões para US\$ 76 bilhões. Em 2011, o Brasil exportou para a América do Sul um total de US\$ 45 bilhões, e importou US\$ 31 bilhões.

ELEMENTOS ACORDADOS ENTRE OS  
GOVERNOS DO BRASIL E DO MÉXICO  
SOBRE PROTOCOLO MODIFICATIVO DO  
APÊNDICE BILATERAL DO ACE-55 - CIDADE  
DO MÉXICO, 15 DE MARÇO DE 2012

16/03/2012

(versão não-oficial em português)

Com respeito à revisão do Acordo de Complementação Econômica nº 55, os Ministros do Comércio e das Relações Exteriores do Brasil e do México acordaram os seguintes pontos:

1) As exportações de veículos leves de cada um dos países serão isentas de tarifa de importação até o limite de US\$1,45 bilhão no primeiro ano de implementação da revisão acordada; US\$1,56 bilhão no segundo ano; e US\$1,64 bilhão no terceiro ano, como segue:

De 19 de março de 2012 a 18 de março de 2013: US\$ 1,45 bilhão;

De 19 de março de 2013 a 18 de março de 2014: US\$ 1,56 bilhão;

De 19 de março de 2014 a 18 de março de 2015: US\$ 1,64 bilhão.

2) Para o cálculo do conteúdo regional dos veículos leves, os dois países utilizarão o método aplicável ao México no ACE-55. Acordou-se elevar esse conteúdo regional de 30% para 35% ao longo do primeiro ano de implementação da revisão acordada, no prazo mais curto possível. Até o final do terceiro ano subsequente ao primeiro ano anteriormente mencionado, o conteúdo regional deverá alcançar 40%. Antes do decurso do quarto ano, examinar-se-á a possibilidade de aumentar o conteúdo regional a 45%. Em resumo:

Até 19 de março de 2013, aplicar-se-á 35% de conteúdo regional;

Até 19 de março de 2016, aplicar-se-á 40% de conteúdo regional;

Entre 19 de março de 2015 e 18 de março de 2016, os países estudarão a possibilidade de elevar o conteúdo regional ao patamar de 45%.

3) No que se refere a veículos pesados, serão realizadas consultas para alcançar acesso recíproco e a homologação de normas técnicas e ambientais.

O Brasil e o México acordaram que o estipulado no item 1) terá um período de vigência de 3 anos. Uma vez transcurrido o referido prazo, os dispositivos estabelecidos no ACE-55 continuarão a ser aplicados.

DECLARAÇÃO DO CONSELHO  
DE MINISTRAS E MINISTROS DE  
RELAÇÕES EXTERIORES DA UNIÃO DE  
NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUL)  
– ASSUNÇÃO, 17 DE MARÇO DE 2012  
17/03/2012

Las Ministras y los Ministros de Relaciones Exteriores de los países miembros de la Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR), reunidos en Asunción, República del Paraguay, el 17 de marzo de 2012.

Convencidos que para lograr la plena y efectiva integración política, económica, social, cultural, energética, ambiental y de infraestructura de la región es fundamental la consolidación de la nueva arquitectura regional, utilizando como principal herramienta los esfuerzos y adelantos realizados por los Consejos Sectoriales y Grupos de Trabajo de UNASUR a fin de dar cumplimiento a sus mandatos específicos y sus Planes de Trabajo.

1. Destacaron la importancia de haber aprobado el presupuesto de UNASUR para

el año 2011-2012 y el Presupuesto Anual de Funcionamiento de la Secretaría General y las Iniciativas Comunes de UNASUR 2013, así como el Mecanismo de Distribución de Cuotas, que permitirá por primera vez contar con fondos comunes para la consolidación de la institucionalidad de UNASUR y la implementación de iniciativas concretas que fortalezcan el proyecto de integración regional. Asimismo, resolvieron establecer un Comité Técnico para asesorar al Consejo de Delegados en materia presupuestaria.

2. Instruyeron al Consejo de Delegadas y Delegados a culminar la redacción del Reglamento General de UNASUR antes de la VI Reunión Ordinaria del Consejo de Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno de UNASUR que se celebrará en la ciudad de Lima, Perú el 30 de noviembre de 2012.

3. Recibieron el informe del Embajador Rodolfo Mattarollo, Representante Especial de la Secretaría Técnica UNASUR – Haití, sobre las actividades desarrolladas, proyectadas y en curso de ejecución, entre otras, la ampliación del proyecto Pro Huerta de Seguridad Alimentaria, la prevención del cólera y otras enfermedades transmisibles, la reparación de hospitales, la construcción de viviendas, el mantenimiento de cantinas escolares, la reforma de los Códigos Penal y de Instrucción Criminal, la ratificación de Tratados Internacionales de Derechos Humanos, en el marco del refuerzo del Estado de derecho.

Coincidieron en la importancia de la labor desarrollada en temas prioritarios para el Gobierno y Pueblo haitianos, aprobaron los nuevos programas y acordaron continuar con los proyectos hasta su finalización, para lo cual decidieron prorrogar el mandato de la Oficina Técnica UNASUR – Haití hasta el 31 de diciembre de 2012. El Canciller de la República del Paraguay, en ejercicio de la Presidencia Pro Tempore de UNASUR, anunció su próxima



visita a Haití e invitó a los demás Cancilleres a acompañarlo.

Asimismo, reflexionaron sobre la modalidad de la Cooperación UNASUR – Haití, en la etapa que se iniciará a partir de ese momento.

4. Encomendaron al Consejo de Delegadas y Delegados la elaboración de una propuesta a fin de reglamentar el relacionamiento con terceros; y de los demás Estados de América Latina y el Caribe que soliciten su participación como Estados Asociados.

▪ Manifestaron su compromiso con el éxito de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Desarrollo Sostenible (Río +20), que se realizará en la ciudad de Río de Janeiro en junio de 2012, y reiteraron la importancia de un enfoque integrado, inclusivo de los tres pilares del desarrollo sostenible y de una participación política de Alto Nivel.

▪ Destacaron la importancia de la próxima realización de la III Cumbre ASPA, a llevarse a cabo en la ciudad de Lima, Perú después del inicio de los Debates en la Asamblea General de las Naciones Unidas, en Nueva York. Asimismo, resaltaron el significado de la mencionada Cumbre a favor de la cooperación con otras regiones en el marco de un foro de concertación y coordinación política de importancia para la proyección externa de UNASUR. En tal sentido, hicieron hincapié en la necesidad de llegar a ese importante encuentro con posiciones sólidas y concertadas entre los países suramericanos.

▪ Pusieron de relieve la realización y participación en la III Cumbre de Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno de América del Sur-África (ASA), a efectuarse en el presente año en la ciudad de Malabo, Guinea Ecuatorial, en el marco del fortalecimiento de este foro de cooperación que profundiza el diálogo sur-sur, en el compromiso de avanzar en la adopción de estrategias y medidas concretas que se traduzcan en beneficios económicos, políticos y sociales para ambas regiones.

▪ Convocaron a los pueblos de UNASUR a participar en la discusión de la “Seguridad Alimentaria con Soberanía”, tema central de la XLII Asamblea General de la OEA a realizarse en Cochabamba, Bolivia en junio del presente año. En este marco, instruyen al Consejo Suramericano de Desarrollo Social incorporar en su agenda de trabajo acciones comunes sobre el tema.

5. Saludaron la decisión del Perú de establecer en Lima el Centro de Estudios de Promoción de la Democracia y Transparencia Electoral, el que estará abierto a la participación de los Estados Miembros para el desarrollo de sus actividades académicas, de investigación y asesoramiento para el fortalecimiento de la Democracia en beneficio de toda la ciudadanía.

6. Tomaran nota de la propuesta de la República del Ecuador relativa a la creación de una coordinación de Derechos Humanos en el ámbito de UNASUR, sobre la cual los Estados Miembros acordaron establecer un Grupo de Trabajo para estudiar una propuesta sobre el tratamiento y promoción de los Derechos Humanos en UNASUR, que tendría su primera reunión en la ciudad de Quito, Ecuador en el mes de mayo.

7. Instruyeron al Consejo de Delegadas y Delegados a evaluar y presentar un informe sobre la posibilidad de dividir el Consejo Suramericano de Educación, Cultura, Ciencia, Tecnología e Innovación en tres Consejos Ministeriales.

8. Alentaron al Consejo Suramericano de Desarrollo Social, a concluir las bases y lineamientos del Plan Estratégico Social de UNASUR, que busca desarrollar un conjunto de acciones para asegurar la integralidad y complementariedad de las políticas sociales del Consejo.

Apoyaron también la iniciativa del Gobierno del Perú de realizar en el mes de agosto la Reunión de Alto Nivel con la participación

de funcionarios y reconocidos expertos de organismos regionales vinculados a políticas sociales y de desarrollo humano.

9. Resaltaron, en el marco de las Medidas de Fomento de la Confianza y Seguridad, el valor estratégico de los avances del Consejo de Defensa Suramericano en su Plan de Acción 2012, especialmente en sus esfuerzos de coordinación y cooperación en materia de intercambio y publicación de información en gastos de defensa, ejercicios combinados y estructura de las fuerzas armadas.

10. Apoyaron la realización de la Reunión de Ministras y Ministros de Defensa, Interior, Justicia y Relaciones Exteriores, que se llevará a cabo en la ciudad de Cartagena de Indias los días 3 y 4 de mayo de 2012, en la que se analizarán las amenazas del crimen transnacional organizado y otras nuevas amenazas a la seguridad de la región.

11. Tomaran nota de los resultados de la XII Reunión del Grupo de Expertos en Energía de UNASUR, realizada en la ciudad de Asunción, los días 14 al 16 de marzo de 2012.

Sugirieron al Consejo Energético Suramericano convocar a una reunión, en el segundo trimestre de 2012, a fin de dar cumplimiento al mandato establecido en las Declaraciones de los Cardales y de Georgetown, en los cuales queda manifiesta la importancia de la elaboración y aprobación del Tratado Energético Suramericano.

12. Destacaron la decisión de los Ministros de Comunicaciones de crear la “Red de Conectividad Suramericana para la Integración”, que permitirá democratizar el acceso a Internet, fortalecer la soberanía de las comunicaciones en Suramérica, disminuir los costos y mejorar la conectividad.

13. Ratificaron la decisión unánime de enfrentar conjuntamente los desafíos de la crisis económica y financiera mundial y mantener la necesidad de preservar a las economías de

la región en la ruta del crecimiento sostenido, con equidad y justicia social y así avanzar en la integración económica para el desarrollo de una Nueva Arquitectura Financiera Regional.

Solicitaron al Consejo Suramericano de Economía y Finanzas a que culminen las tareas que permitan la implementación de mecanismos efectivos de coordinación orientados a mantener los actuales niveles de crecimiento económico y disminuir la vulnerabilidad externa de la región como lo determinaron las Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno en julio de 2011.

14. Solicitaron al Consejo Suramericano de Salud la pronta aprobación del Presupuesto del Instituto Suramericano de Gobierno en Salud (ISAGS), que se constituye en el referente de estudios, debate e investigación de las políticas para el desarrollo de líderes y recursos humanos estratégicos en salud, dirigido a fomentar en la región la gobernanza y conducción articulada de las políticas en este sector tan importante para las naciones suramericanas.

Con el objetivo de tener una sólida presencia de UNASUR en la OPS e impulsar reformas de dicha organización, exhortaron a los Estados Miembros a coordinar posiciones para buscar un consenso en torno a una candidatura única para la Dirección General de la Organización Panamericana de la Salud (OPS), cuya elección se realizará en septiembre de 2012 y deberá inscribirse hasta finales de marzo en curso.

15. Decidieron impulsar el funcionamiento del Mecanismo de Consultas Regulares de Autoridades Judiciales, Policiales, Financieras, Aduaneras y de Órganos de Combate a las Drogas de los Países Suramericanos, creado en noviembre de 2011, en el ámbito del Consejo Suramericano sobre el Problema Mundial de las Drogas.

Instaron al Consejo Suramericano sobre el Problema Mundial de las Drogas, a desarrollar acciones en la Reducción de la Demanda, la Reducción de la Oferta, las Medidas de Control,

el Lavado de Activos, el Fortalecimiento Institucional y Armonización Legislativa, y el Desarrollo Alternativo, Integral y Sostenible, incluido el preventivo.

16. Agradecieron a la República del Paraguay por la cálida acogida al constituirse en sede de la Reunión del Consejo de Ministras y Ministros de Relaciones Exteriores.

FIRMADO en la ciudad de Asunción, República del Paraguay, el 17 de marzo de 2012.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS  
RELAÇÕES EXTERIORES DA BOLÍVIA,  
DAVID CHOQUEHUANCA - BRASÍLIA,

19 DE MARÇO DE 2012

19/03/2012

O Ministro das Relações Exteriores da Bolívia, David Choquehuanca, realizará visita ao Brasil no dia 19 de março, quando será recebido pelo Ministro Antonio de Aguiar Patriota. Na ocasião, os Chanceleres passarão em revista os principais temas da agenda bilateral, com ênfase em integração energética e física, projetos de infraestrutura e cooperação técnica. Serão igualmente tratados assuntos de interesse regional, como a UNASUL, e multilateral, como a Conferência Rio+20.

O Brasil é o principal parceiro comercial da Bolívia. Em 2011, o intercâmbio comercial atingiu US\$ 4,4 bilhões, o que representou aumento de 30% em relação a 2010.

ATENTADO EM TOULOUSE

19/03/2012

O Governo brasileiro manifesta veemente repúdio ao ato de violência cometido hoje na cidade de Toulouse, vitimando crianças e funcionários de escola judaica.

Ao manifestar seu pesar e solidariedade às

famílias das vítimas, o Governo brasileiro reitera sua condenação a atos de violência praticados sob quaisquer pretextos.

MORTE DE CIDADÃO BRASILEIRO NA  
AUSTRÁLIA

20/03/2012

O Governo brasileiro deplora a notícia da morte de cidadão brasileiro em circunstâncias ainda não esclarecidas durante operação policial em Sydney, na Austrália.

O Consulado-Geral do Brasil em Sydney e a Embaixada do Brasil em Camberra foram instruídos a prestar toda a solidariedade e apoio à família da vítima, bem como a solicitar os devidos esclarecimentos às autoridades australianas a respeito do ocorrido.

O Ministério das Relações Exteriores manifesta suas condolências à família do brasileiro morto e reafirma sua confiança de que as autoridades australianas conduzirão as investigações com o rigor necessário.

ELEIÇÕES NA GUINÉ-BISSAU - 18 DE  
MARÇO DE 2012

20/03/2012

O Governo brasileiro felicita o povo e o Governo da Guiné-Bissau pela realização, no último dia 18 de março, do primeiro turno das eleições presidenciais.

O Brasil prestou apoio à Comissão Nacional de Eleições da Guiné-Bissau, por meio de missão técnica do Tribunal Superior Eleitoral. Enviou também contribuição financeira, por intermédio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), para a organização do pleito, bem como destacou representante para integrar a Missão de Observação Eleitoral da CPLP.

O Governo brasileiro reitera sua disposição

em seguir cooperando em benefício da estabilidade e da consolidação da paz na Guiné-Bissau.

FALECIMENTO DO PAPA DE  
ALEXANDRIA E PATRIARCA DA SANTA  
SÉ DE SÃO MARCOS, SHENOUDA III  
21/03/2012

O Governo brasileiro recebeu com grande pesar a notícia do falecimento do Papa de Alexandria e Patriarca da Santa Sé de São Marcos, Shenouda III, líder espiritual copta, no último dia 17 de março.

Em seus 40 anos de pontificado, o Papa Shenouda III envidou esforços em prol da tolerância, da paz e do diálogo entre as religiões. O Governo brasileiro expressa suas condolências a toda a comunidade copta no Egito e no mundo.

II CÚPULA SOBRE SEGURANÇA  
NUCLEAR - SEUL, 26 E 27 DE MARÇO  
DE 2012  
21/03/2012

A II Cúpula sobre Segurança Física Nuclear será realizada em Seul, na Coreia do Sul, nos dias 26 e 27 de março corrente. Serão examinados os compromissos assumidos na I Cúpula, ocorrida em Washington, em 2010, por iniciativa do Presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama. O Brasil será representado na Cúpula de Seul pelo Senhor Vice-Presidente da República, Michel Temer.

O Brasil apoiou a iniciativa do Presidente Obama, por concordar com a necessidade de que a operação das instalações nucleares e o manejo do material nuclear sejam realizados da forma mais segura possível, de acordo com os parâmetros acordados no âmbito da Agência

Internacional de Energia Atômica (AIEA).

O Brasil entende que a segurança física nuclear deve visar à criação de um ambiente global seguro que venha a facilitar e fortalecer a promoção dos usos pacíficos e legítimos da energia nuclear. Entende que a segurança física nuclear, em sua acepção mais ampla, está estritamente relacionada à promoção do desarmamento e não-proliferação nucleares.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA  
REPÚBLICA DO BENIN, BONI YAYI –  
BRASÍLIA, 22 A 24 DE MARÇO DE 2012  
22/03/2012

O Presidente da República do Benin, Boni Yayi, realizará visita ao Brasil entre os dias 22 e 24 de março de 2012.

No dia 23 de março, a Presidenta Dilma Rousseff receberá o Presidente Boni Yayi, para tratar dos principais temas da agenda bilateral, com destaque para investimentos nos setores de energia e infraestrutura.

As relações entre os dois países têm-se intensificado desde a inauguração das Embaixadas residentes em Cotonou, em 2006, e em Brasília, em 2007. Em 2011, o comércio bilateral ultrapassou US\$ 139 milhões, o que representa aumento de 225% em relação a 2006.

O Benin é um dos integrantes do “Cotton-4”, projeto de cooperação técnica que visa ao fortalecimento da cadeia produtiva do algodão por meio do compartilhamento de tecnologias desenvolvidas no Brasil. Os dois países também cooperam em áreas como tratamento de anemia falciforme, educação profissional e cooperativismo, inclusão social por meio do futebol e gestão do patrimônio material e imaterial.

Em janeiro de 2012, Boni Yayi foi eleito Presidente de turno da Assembleia da União Africana, organização regional composta por

cinquenta e quatro países do continente e da qual o Brasil é membro observador.

## SUBLEVAÇÃO MILITAR NO MALI

22/03/2012

O Governo brasileiro acompanha com preocupação os acontecimentos em curso no Mali, que levaram à ruptura da ordem constitucional naquele país.

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, em contato com o Embaixador do Brasil em Bamako, Jorge José Frantz Ramos, assegurou-se de que os cerca de 30 cidadãos brasileiros que se encontram no país estão em segurança e mantêm permanente contato com a Embaixada.

O Governo brasileiro apoia os esforços da União Africana no sentido de buscar o pronto restabelecimento da ordem constitucional e da democracia, conclamando as partes à moderação, ao diálogo pacífico e ao repúdio ao uso da força.

## SEMINÁRIO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO SOBRE TAXAS DE CÂMBIO E COMÉRCIO INTERNACIONAL - GENEVRA, 27 E 28

DE MARÇO DE 2012

22/03/2012

A Organização Mundial do Comércio (OMC) sediará seminário internacional sobre taxas de câmbio e comércio internacional, nos dias 27 e 28 de março corrente, em Genebra.

O evento resulta de iniciativa do Governo brasileiro, que apresentou, em 2011, programa de trabalho sobre a relação entre taxas de câmbio e comércio internacional no Grupo de Trabalho sobre Comércio, Dívida e Finanças da OMC.

O seminário contará com quatro módulos, nos quais serão tratadas as perspectivas do setor privado, de representantes governamentais, de organizações internacionais e da comunidade acadêmica.

## VISITA DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF À ÍNDIA – NOVA DELHI, 30 E

31 DE MARÇO DE 2012

27/03/2012

A Presidenta Dilma Rousseff realizará visita à Índia nos dias 30 e 31 de março de 2012, em seguimento a sua participação na IV Cúpula do BRICS.

Em Nova Delhi, a Presidenta Dilma Rousseff se reunirá com a Presidenta Pratibha Patil e com o Primeiro Ministro Manmohan Singh, com vistas a examinar os principais temas da agenda bilateral, em especial nas áreas de ciência e tecnologia, educação, defesa, cultura, meio ambiente e políticas sociais.

A visita ocorre em momento de aprofundamento do relacionamento estratégico entre os dois países. Além da dimensão bilateral, Brasil e Índia mantêm estreita coordenação nas Nações Unidas e na Organização Mundial do Comércio – de que é exemplo a participação dos dois países no G-4 e no G-20 – e também integram os grupamentos IBAS (juntamente com a África do Sul) e BRICS (ao lado de China, Rússia e África do Sul), contribuindo para o aperfeiçoamento da nova arquitetura do sistema internacional.

A Presidenta participará, também, da “Conferência Empresarial Brasil – Índia: Nova Fronteira para Oportunidades de Negócios”, organizado pelo Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Apex-Brasil, Confederação Nacional das Indústrias e Câmara de Comércio Brasil-Índia, com o apoio das

principais confederações empresariais indianas (FICCI, CII e ASSOCHAM).

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a Índia aumentou quase dez vezes nos últimos nove anos. As trocas evoluíram de US\$ 1 bilhão em 2003 para US\$ 9,28 bilhões em 2011 – e ainda apresentam amplo potencial de crescimento, dado o tamanho e o dinamismo das economias dos dois países. O volume do comércio bilateral cresceu 20% em comparação com 2010. A Índia passou ocupar a 11ª colocação entre os principais parceiros comerciais do Brasil.

#### IV CÚPULA DO BRICS - NOVA DELHI, 28 E 29 DE MARÇO DE 2012 27/03/2012

A Presidenta Dilma Rousseff participará, em Nova Delhi, da IV Cúpula do BRICS, dias 28 e 29 de março, juntamente com o Primeiro-Ministro da Índia, Manmohan Singh; o Presidente da África do Sul, Jacob Zuma; o Presidente da China, Hu Jintao, e o Presidente da Rússia, Dmitri Medvedev.

A Cúpula, intitulada “Parceria do BRICS para Estabilidade Global, Segurança e Prosperidade”, debaterá o crescimento econômico, a paz e a segurança internacionais, o desenvolvimento sustentável, os desafios à urbanização e à biodiversidade, bem como o aperfeiçoamento dos mecanismos de governança global, com o objetivo de adequá-los à nova realidade política e econômica e de ampliar a representatividade e a legitimidade das atuais instituições.

O encontro favorecerá o debate sobre mecanismo de financiamento a projetos de infra-estrutura, não apenas em países do grupo, mas também em outros países emergentes e em desenvolvimento, com a possibilidade de designação de mecanismo para estudar a criação de um Banco Sul-Sul, liderado pelo BRICS.

No dia 28 de março, os Ministros do

Comércio e de Relações Exteriores examinarão o estado global da economia e as oportunidades de comércio e investimento intra-BRICS, além das negociações da Rodada Doha da OMC. Em seguimento ao acordo firmado em 2011, deverá ser assinado novo acordo-quadro entre os bancos de desenvolvimento do BRICS para facilitar a implementação das trocas comerciais em moedas locais. Será lançado o “Relatório BRICS: um Estudo do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul com foco nas Sinergias e Complementariedades”.

O comércio intra-BRICS alcançou US\$ 212 bilhões, em 2010, e a estimativa é de que tenha superado US\$ 250 bilhões em 2011. A título de comparação, em 2002, o volume de comércio entre os membros do agrupamento montava apenas a cerca de US\$ 27 bilhões. Há estimativas de que possa chegar a mais de US\$ 500 bilhões até 2015. Já o comércio Brasil-BRICS passou de US\$ 10 bilhões em 2003 para US\$ 96 bilhões em 2011.

Em 2012, o FMI estima que o BRICS contribuirá com 56% do crescimento do PIB mundial. O BRICS ocupa cerca de 26% da área terrestre do planeta, abriga 41% da população mundial e detém 46% de força de trabalho global.

#### QUARTA CÚPULA DOS BRICS - NOVA DELHI, 29 DE MARÇO DE 2012 PARCERIA DOS BRICS PARA A ESTABILIDADE, SEGURANÇA E PROSPERIDADE - DECLARAÇÃO DE NOVA DELHI 29/03/2012

1. Nós, os líderes da República Federativa do Brasil, da Federação da Rússia, da República da Índia, da República Popular da China e da República da África do Sul,

reunimo-nos em Nova Delhi, na Índia, em 29 de março de 2012, para a quarta Cúpula do BRICS. Nossas discussões, sob o tema “BRICS Parceria para a Estabilidade Global, Segurança e Prosperidade”, foram conduzidas em atmosfera calorosa e de cordialidade, e inspiradas pela vontade comum de reforçar nossa parceria para o desenvolvimento comum e de desenvolver nossa cooperação, na base da abertura, solidariedade, cooperação, compreensão e confiança mútuas.

2. Nós nos reunimos sob o pano de fundo de desenvolvimentos e mudanças de grande importância global e regional - uma recuperação vacilante da economia global tornada mais complexa devido à situação na zona do euro; preocupações quanto ao desenvolvimento sustentável e à mudança do clima, que assumem maior relevância à medida que nos aproximamos da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20) e da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, que serão sediadas no Brasil e na Índia, respectivamente, ao longo deste ano; a próxima Cúpula do G-20 no México e a recém realizada 8ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra; e o cenário político em curso no Oriente Médio e no Norte da África, que vemos com preocupação crescente. Nossas deliberações de hoje refletem nosso consenso no sentido de mantermos nosso engajamento com a comunidade mundial no momento em que fazemos face, de forma responsável e construtiva, a esses desafios ao bem-estar e à estabilidade globais.

3. O BRICS é uma plataforma para o diálogo e a cooperação entre países que representam 43% da população do mundo, para a promoção da paz, segurança e desenvolvimento em um mundo multipolar, interdependente e cada vez mais complexo e globalizado. Por sermos provenientes de Ásia, África, Europa e América

Latina, a dimensão transcontinental de nossa interação ganha em valor e significado.

4. Nós vislumbramos um futuro marcado pela paz mundial, progresso econômico e social e de atitude realista e esclarecida. Estamos prontos a trabalhar em conjunto com outros países desenvolvidos e em desenvolvimento, com base em normas universalmente reconhecidas do direito internacional e decisões multilaterais, para lidar com os desafios e as oportunidades do mundo atual. A representação ampliada de países emergentes e em desenvolvimento nas instituições de governança global aumentará a sua eficácia na consecução desse objetivo.

5. Estamos preocupados com a atual situação econômica internacional. Enquanto os BRICS se recuperaram da crise internacional de modo relativamente rápido, as perspectivas de crescimento em todo o mundo têm sido afetadas pela instabilidade dos mercados, especialmente na zona do euro. A acumulação de dívidas soberanas e preocupações quanto ao ajuste fiscal de médio e longo prazos em economias avançadas estão criando um ambiente de incertezas quanto ao crescimento global. Ademais, a excessiva liquidez decorrente de agressivas políticas adotadas por bancos centrais para estabilizar suas economias têm se espalhado para as economias emergentes, provocando excessiva volatilidade nos fluxos de capital e nos preços de commodities. A prioridade imediata é restaurar a confiança dos mercados e retomar o crescimento econômico. Trabalharemos com a comunidade internacional para assegurar a coordenação ampla de políticas com vistas a manter estabilidade macroeconômica visando à recuperação saudável da economia.

6. Nós acreditamos ser crucial para as economias avançadas adotar políticas macroeconômicas e fiscais responsáveis, que evitem acumulação excessiva de liquidez internacional e que empreendam reformas estruturais para estimular o crescimento que gera

empregos. Chamamos a atenção para o risco de volumosos e voláteis fluxos transfronteiriços de capital que enfrentam economias emergentes. Instamos por mais ampla reforma com maior supervisão financeira internacional, com o fortalecimento de políticas de coordenação e regulação e de cooperação, bem como a promoção de sólidos desenvolvimentos dos mercados financeiros globais e sistemas bancários.

7. Nesse contexto, acreditamos que o papel central do G-20 como principal foro para a cooperação econômica internacional é de facilitar a ampla coordenação de políticas macroeconômicas, de forma a permitir a recuperação econômica internacional e assegurar a estabilidade financeira, inclusive por intermédio de uma arquitetura monetária e financeira internacional mais aperfeiçoada. Aproximamo-nos da próxima Cúpula do G-20 no México com o compromisso de trabalhar juntamente com a Presidência do Grupo, com todos os seus membros e com a comunidade internacional para alcançar resultados positivos e consistentes com o arcabouço de políticas nacionais, para assegurar o crescimento forte, sustentável e equilibrado.

8. Reconhecemos a importância da arquitetura financeira global para a manutenção da estabilidade e da integridade do sistema monetário e financeiro internacional. Em consequência, demandamos uma arquitetura financeira mais representativa, com a ampliação da voz e da representação de países em desenvolvimento e o estabelecimento de um sistema monetário internacional justo e aprimorado, que possa atender o interesse de todos os países e apoiar o desenvolvimento de economias emergentes e em desenvolvimento. Essas economias têm apresentado um expressivo crescimento, contribuindo de forma significativa para a recuperação da economia global.

9. Preocupa-nos, contudo, o ritmo lento das

reformas das cotas e da governança do FMI. Torna-se urgente a necessidade de implementar, antes da Reunião Anual do FMI/Banco Mundial de 2012, a Reforma de Governança e de Cota acordada em 2010, assim como uma revisão abrangente da fórmula de cota de forma a melhor refletir os pesos econômicos e ampliar a voz e a representação dos mercados emergentes e países em desenvolvimento até janeiro de 2013, seguida de finalização da próxima revisão geral de cotas até janeiro de 2014. Esse processo dinâmico de reforma é necessário para assegurar a legitimidade e eficácia do Fundo. Enfatizamos que os esforços em andamento para aumentar a capacidade de empréstimo do FMI somente serão exitosos se houver confiança de que todos os membros da instituição estão verdadeiramente empenhados em fielmente implementar a Reforma de 2010. Trabalharemos junto com a comunidade internacional para garantir que suficientes recursos poderão ser mobilizados para o FMI em tempo hábil, enquanto o Fundo continua sua transição para aperfeiçoar sua governança e sua legitimidade. Reiteramos nosso apoio a medidas voltadas para a proteção de voz e representatividade dos países mais pobres do FMI.

10. Conclamamos o FMI a tornar sua estrutura de supervisão mais integrada e equilibrada, observando que as propostas do FMI para uma nova decisão integrada sobre supervisão sejam consideradas antes da reunião do FMI em abril.

11. No presente ambiente econômico internacional, nós reconhecemos que há uma necessidade premente de se ampliar a disponibilidade de recursos para financiamento do desenvolvimento de economias emergentes e em desenvolvimento. Conclamamos, portanto, o Banco Mundial a atribuir crescente prioridade à mobilização de recursos e ao atendimento das necessidades de financiamento ao desenvolvimento, bem como à redução de custos de empréstimos e à adoção de mecanismos



inovadores de empréstimo.

12. Acolhemos positivamente as candidaturas do mundo em desenvolvimento para o cargo de Presidente do Banco Mundial. Reiteramos que as Direções do FMI e do Banco Mundial devem ser escolhidas com base em um processo aberto e baseado no mérito. Adicionalmente, a nova liderança do Banco Mundial deve se comprometer a transformar o Banco em uma instituição multilateral que verdadeiramente reflita a visão de todos seus membros, incluindo a estrutura da governança de forma a refletir a atual realidade política e econômica. Ademais, a natureza do Banco deve evoluir de uma instituição que atua essencialmente como intermediária da cooperação Norte-Sul para uma instituição que promova parcerias igualitárias com todos os países, de forma a incorporar a temática do desenvolvimento e superar a ultrapassada dicotomia entre doadores-receptores.

13. Consideramos a possibilidade de estabelecimento de um novo Banco de Desenvolvimento voltado para a mobilização de recursos para projetos de infra-estrutura e de desenvolvimento sustentável em países do BRICS e em outras economias emergentes e países em desenvolvimento, com vistas a suplementar os esforços correntes de instituições financeiras multilaterais e regionais de promoção do crescimento e do desenvolvimento internacionais. Instruímos nossos Ministros de Finanças a examinar a viabilidade e possibilidade de implementação dessa iniciativa e a estabelecer um grupo de trabalho conjunto para realizar os estudos necessários e reportá-los na próxima Cúpula.

14. O Brasil, a Índia, a China e a África do Sul aguardam com expectativa a Presidência russa do G-20 em 2013 e oferecem sua cooperação.

15. O Brasil, a Índia, a China e a África do Sul congratulam a Federação da Rússia por sua acesso à OMC. Esse fato torna a OMC mais representativa e fortalece o sistema multilateral

de comércio baseado em regras. Nós nos comprometemos a trabalhar juntos para proteger esse sistema, e conclamamos outros países a resistir a todas as formas de protecionismo comercial e restrições disfarçadas ao comércio.

16. Continuaremos nossos esforços para uma conclusão bem sucedida da Rodada Doha, com base no progresso já alcançado e mantendo seu mandato original. Para tanto, exploraremos resultados em áreas específicas onde progressos sejam possíveis, preservando, ao mesmo tempo, a centralidade do desenvolvimento e mantendo o arcabouço geral do empreendimento único (“single undertaking”). Não apoiamos iniciativas plurilaterais contrárias aos princípios fundamentais da transparência, da inclusão e do multilateralismo. Acreditamos que tais iniciativas não apenas desviam os membros da busca de um resultado coletivo, mas também deixam de resolver o déficit de desenvolvimento herdado de rodadas anteriores. Uma vez concluído o processo de ratificação, a Rússia tenciona participar de forma ativa e construtiva da Rodada Doha visando um resultado equilibrado da Rodada que auxiliará no fortalecimento e desenvolvimento do sistema multilateral de comércio.

17. Considerando que a UNCTAD é o ponto focal do sistema das Nações Unidas para o tratamento dos temas de comércio e desenvolvimento, tencionamos investir no aprimoramento de suas atividades tradicionais de construção de consensos, cooperação técnica e pesquisa em temas de desenvolvimento econômico e comércio. Reiteramos nosso desejo de contribuir ativamente para o sucesso da UNCTAD XIII, em abril de 2012.

18. Concordamos em mobilizar nossas sinergias e em trabalhar juntos para intensificar os fluxos de comércio e investimento entre nossos países, de modo a fazer avançar nossos respectivos objetivos de desenvolvimento industrial e de geração de emprego. Acolhemos

positivamente os resultados da segunda reunião de Ministros do Comércio dos países do BRICS realizada em Nova Delhi, em 28 de março de 2012. Apoiamos a realização de consultas regulares entre nossos Ministros de Comércio e examinamos a adoção de medidas adequadas para facilitar a progressiva consolidação de nossos laços comerciais e econômicos. Também com satisfação, acolhemos a conclusão, entre nossos bancos de desenvolvimento/eximbanks, do Acordo-Quadro para Extensão de Facilitação de Crédito em Moeda Local no âmbito do Mecanismo Interbancário de Cooperação do BRICS e do Acordo para Facilitação de Confirmação de Cartas Multilaterais de Crédito. Estamos certos de que esses acordos servirão como instrumentos úteis para estimular o comércio intra-BRICS nos próximos anos.

19. Reconhecemos a importância vital que a estabilidade, a paz e a segurança do Oriente Médio e do Norte da África têm para todos nós, para a comunidade internacional e, acima de tudo, para esses próprios países e seus cidadãos, cujas vidas têm sido afetadas pela turbulência que eclodiu na região. Desejamos ver esses países vivendo em paz, recuperando a estabilidade e prosperidade, como respeitáveis membros da comunidade internacional.

20. Concordamos que esse período de transformação em curso no Oriente Médio e no Norte da África não deve ser usado como pretexto para o adiamento de resoluções de conflitos duradouros, mas sim que sirva como incentivo para solucioná-los, em particular o conflito árabe-israelense. A resolução desse e de outros temas regionais de longa duração melhora, de forma geral, a situação no Oriente Médio e no Norte da África. Assim, reiteramos nosso compromisso de uma solução abrangente, justa e duradoura para o conflito árabe-israelense que esteja baseada no arcabouço legal internacionalmente reconhecido, incluindo as resoluções relevantes das Nações Unidas, os princípios de Madri e

a Iniciativa Árabe para a Paz. Encorajamos o Quarteto a intensificar seus esforços, e requeremos maior envolvimento do Conselho de Segurança das Nações Unidas na busca da resolução desse conflito. Também sublinhamos a importância de negociações diretas entre as partes para se alcançar soluções definitivas. Conclamamos palestinos e israelenses a adotar medidas construtivas, restabelecer a confiança mútua e criar as condições favoráveis à retomada das negociações, evitando medidas unilaterais, em particular atividades de assentamento nos Territórios Palestinos Ocupados.

21. Manifestamos nossa profunda preocupação com a atual situação na Síria e apelamos pelo fim imediato de toda violência e violações de direitos humanos naquele país. O interesse de todos seria mais bem atendido mediante o tratamento da crise por meios pacíficos que encorajem amplos diálogos nacionais refletindo as legítimas aspirações de todos os setores da sociedade síria e o respeito à independência, à integridade territorial e à soberania da Síria. Nosso objetivo é facilitar um processo político inclusivo conduzido pelos sírios, e acolhemos positivamente os esforços das Nações Unidas e da Liga Árabe nesse sentido. Incentivamos o governo sírio e todos os setores da sociedade síria a demonstrar disposição política para iniciar tal processo, o único capaz de criar um novo ambiente para a paz. Acolhemos positivamente a nomeação do Sr Kofi Annan como Enviado Especial para a crise da Síria, bem como o progresso em curso na busca de uma solução política para a crise.

22. A situação relativa ao Irã não pode permitir escalada rumo ao conflito, com consequências desastrosas que não interessam a ninguém. O Irã tem um papel crucial a desempenhar no desenvolvimento pacífico e na prosperidade de sua região, de grande relevância política e econômica, e esperamos que faça sua parte como membro responsável

da comunidade internacional. Preocupa-nos a situação que envolve a questão nuclear iraniana. Reconhecemos o direito do Irã ao uso pacífico da energia nuclear, consistente com suas obrigações internacionais, e apoiamos a resolução das questões envolvidas mediante diálogo e meios políticos e diplomáticos entre as partes, inclusive entre a AIEA e o Irã, e de acordo com as resoluções relevantes do Conselho de Segurança.

23. O Afeganistão necessita de tempo, assistência ao desenvolvimento e cooperação, acesso preferencial a mercados internacionais, investimentos estrangeiros e clara estratégia nacional com vistas à obtenção da paz duradoura e estabilidade. Apoiamos o compromisso da comunidade internacional com o Afeganistão, anunciado na Conferência Internacional de Bonn, em dezembro de 2011, no sentido de manter o engajamento durante a década de transformação de 2015 a 2024. Afirmamos nosso compromisso em apoiar a emergência do Afeganistão como um Estado pacífico, estável e democrático, livre do terrorismo e do extremismo, e sublinhamos a necessidade de cooperação regional e internacional mais eficaz para a estabilização do Afeganistão, inclusive no que diz respeito ao combate ao terrorismo.

24. Estendemos nosso apoio aos esforços no sentido de combater o tráfico ilícito de ópio originário do Afeganistão no âmbito do Pacto de Paris.

25. Reiteramos não existir justificativa de qualquer ordem para atos de terrorismo em todas formas de manifestação. Reafirmamos nossa determinação de reforçar a cooperação no enfrentamento dessa ameaça, e acreditamos que as Nações Unidas desempenham papel central na coordenação de ações internacionais contra o terrorismo, no marco da Carta das Nações Unidas e em consonância com os princípios e normas do direito internacional. Sublinhamos a necessidade de uma próxima conclusão

do projeto da Convenção Abrangente sobre Terrorismo Internacional durante a Assembléia Geral das Nações Unidas, e sua adoção por todos os estados-membros de forma a propiciar uma abrangente estrutura legal para enfrentar esse flagelo internacional.

26. Manifestamos nosso forte compromisso com a diplomacia multilateral, com a Organização das Nações Unidas desempenhando papel central no trato dos desafios e ameaças globais. Nesse sentido, reafirmamos a necessidade de uma reforma abrangente das Nações Unidas, incluindo seu Conselho de Segurança, para assegurar maior eficácia, eficiência e representativa, de modo a que possa melhor enfrentar os desafios globais da atualidade. China e Rússia reiteram a importância que atribuem a Brasil, Índia e África do Sul nos assuntos internacionais e apóiam sua aspiração de desempenhar papel mais protagônico nas Nações Unidas.

27. Recordamos nossa coordenação no Conselho de Segurança durante o ano de 2011 e sublinhamos nosso compromisso de atuar conjuntamente nas Nações Unidas, de continuar nossa cooperação e de reforçar o tratamento multilateral de temas relativos à paz e à segurança internacionais nos próximos anos.

28. A aceleração do crescimento e desenvolvimento sustentável, em conjunto com segurança alimentar e energética, encontram-se entre os desafios mais importantes da atualidade e são centrais para o tratamento do desenvolvimento econômico, erradicação da pobreza, combate à fome e desnutrição em muitos países em desenvolvimento. Faz-se premente a criação de empregos necessários à melhoria dos níveis de vida. O desenvolvimento sustentável é também um elemento-chave de nossa agenda para a recuperação global e investimentos para estimular o crescimento futuro. Temos essa responsabilidade para com nossas futuras gerações.

29. Congratulamos a África do Sul pelo êxito como sede da 17ª Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e da 7ª Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes do Protocolo de Quioto (COP17/CMP17), em dezembro de 2011. Acolhemos positivamente os significativos resultados da Conferência e estamos dispostos a trabalhar com a comunidade internacional para a implementação dessas decisões, de acordo com os princípios de equidade e responsabilidades comuns porém diferenciadas e respectivas capacidades.

30. Estamos inteiramente comprometidos a fazer nossa parte na luta internacional para enfrentamento das questões de mudança do clima e contribuiremos para os esforços internacionais no tratamento da temática de mudança do clima por meio de crescimento sustentável e inclusivo e não limitativo ao desenvolvimento. Sublinhamos que os países desenvolvidos que são Parte da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima devem prover ampliado apoio financeiro, tecnológico e capacitação para a preparação e implementação, por parte dos países em desenvolvimento, de ações nacionalmente apropriadas de mitigação.

31. Estamos certos de que a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) oferece oportunidade única para que a comunidade internacional renove seu compromisso político de alto-nível de apoiar a ampla estrutura de desenvolvimento sustentável, abrangendo crescimento e desenvolvimento econômico sustentável, progresso social e proteção ambiental, de acordo com os princípios e provisões da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, incluindo o princípio de responsabilidades comuns porém diferenciadas, a Agenda 21 e o Plano de Implementação de Joannesburgo.

32. Consideramos que o desenvolvimento sustentável deve ser o principal paradigma

em questões ambientais, assim como para estratégias econômicas e sociais. Reconhecemos a relevância e foco dos principais temas da Conferência, especialmente a Economia Verde no contexto do Desenvolvimento Sustentável e da Erradicação da Pobreza assim como a Estrutura Institucional para o Desenvolvimento Sustentável.

33. A China, a Rússia, a Índia e a África do Sul esperam trabalhar com o Brasil, sede dessa importante Conferência, em junho, para um resultado exitoso e prático do encontro. O Brasil, a Rússia, a China e a África do Sul também empenham seu apoio à Índia, que sediará a 11ª reunião da Conferência entre as Partes para a Convenção sobre Diversidade Biológica, em outubro de 2012, e esperam um resultado positivo. Continuaremos nossos esforços para a implementação da Convenção e seus Protocolos, com especial atenção ao Protocolo de Nagóia sobre o Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa de Benefícios Derivados de sua Utilização, ao Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020 e à Estratégia para a Mobilização de Recursos.

34. Afirmamos que o conceito de “economia verde”, ainda a ser definido na Rio+20, deve ser entendido no contexto mais abrangente de desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, como um meio para se alcançar essas prioridades de maior hierarquia e não um fim em si mesmo. Deve-se dar às autoridades nacionais flexibilidade e espaço político para que façam suas próprias escolhas com amplo leque de opções, e definam caminhos rumo ao desenvolvimento sustentável, baseado no estágio de desenvolvimento do país, estratégias nacionais, circunstâncias e prioridades. Resistimos a introdução de barreiras de comércio e investimento, independentemente de seu formato, vinculada ao desenvolvimento da economia verde.

35. Os Objetivos de Desenvolvimento

do Milênio (ODM) permanecem um marco fundamental na agenda de desenvolvimento. De forma a capacitar os países em desenvolvimento a obter os máximos resultados no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no prazo acordado de 2015, devemos assegurar que o crescimento desses países não será afetado. Qualquer desaceleração aportará sérias consequências para a economia mundial. Alcançar os ODMs é fundamental para assegurar o crescimento inclusivo, equitativo e sustentável, e requererá continuado foco nesses objetivos mesmo depois de 2015, requerendo ampliados esforços de financiamento.

36. Atribuímos a mais alta importância ao crescimento econômico que apóie o desenvolvimento e a estabilidade na África, dado que muitos desses países ainda não realizaram completamente seu potencial econômico. Levaremos adiante nossa cooperação em apoio aos esforços de aceleração da diversificação e modernização de suas economias. Isso se fará por meio do desenvolvimento de infraestrutura, intercâmbio de conhecimento e apoio à ampliação do acesso à tecnologia, aumento da capacitação com investimento em capital humano, inclusive no contexto da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD).

37. Expressamos nosso compromisso com o alívio da crise humanitária que ainda afeta milhões de pessoas no Chifre da África e apoiamos os esforços internacionais nesse sentido.

38. A excessiva volatilidade nos preços dos produtos de base, particularmente de alimentos e energia, coloca riscos adicionais para a recuperação da economia mundial. A regulamentação aprimorada dos mercados derivados de produtos de base é essencial para evitar impactos desestabilizadores sobre o suprimento de alimentos e energia. Consideramos que a capacidade ampliada de produção de energia e o fortalecimento do

diálogo produtor-consumidor são importantes iniciativas que contribuirão para diminuir essa volatilidade de preços.

39. A energia baseada em combustíveis fósseis continuará a dominar as matrizes energéticas em futuro previsível. Expandiremos as fontes de energia limpa e renovável e o uso de tecnologias alternativas eficientes para atender a demanda crescente de nossas economias e nossos povos, e também para responder às preocupações relativas ao clima. Nesse contexto, enfatizamos que a cooperação internacional no desenvolvimento de energia nuclear segura para fins pacíficos deve continuar sob condições de estreita observância dos padrões relevantes de segurança e requisitos relativos a desenho, construção e operação de plantas de energia nuclear. Sublinhamos o papel essencial da AIEA nos esforços conjuntos da comunidade internacional no sentido de ampliar os padrões de segurança nuclear, com o objetivo de aumentar a confiança pública na energia nuclear como uma fonte de energia limpa, economicamente acessível e segura, vital para atender à demanda mundial de energia.

40. Tomamos nota dos substantivos esforços realizados para aprofundar a cooperação intra-BRICS em inúmeros setores. Estamos convencidos de que há um grande estoque de conhecimento, know-how, capacidades e “boas práticas” disponível em nossos países que podemos compartilhar e a partir do qual podemos construir uma significativa cooperação para o benefício de nossos povos. Com esse objetivo, endossamos o Plano de Ação para o próximo ano.

41. Apreciamos os resultados do Segundo Encontro dos Ministros de Agricultura e de Desenvolvimento Agrário do BRICS, realizado em Chengdu, China, em outubro de 2011. Instruímos nossos Ministros a levar esse processo adiante com foco particular no potencial de cooperação entre os BRICS para contribuir

efetivamente para a segurança alimentar e a nutrição mundiais por meio da produção agrícola aprimorada e da produtividade, transparência em mercados, reduzindo a excessiva volatilidade nos preços dos produtos de base, de forma a elevar a qualidade de vida dos povos, particularmente do mundo em desenvolvimento.

42. A maioria dos países do BRICS faz face a numerosos desafios similares no campo da saúde pública, incluindo o acesso universal aos serviços de saúde, o acesso a tecnologias de saúde, inclusive medicamentos, os custos crescentes e o aumento nos gastos com doenças transmissíveis e não transmissíveis. Recomendamos que os encontros de Ministros de Saúde do BRICS, cujo primeiro realizou-se em Pequim, em julho de 2011, sejam de agora em diante institucionalizados de forma a enfrentar esses desafios comuns da maneira mais eficaz em termos de custos, mais equitativa e sustentável.

43. Tomamos nota do encontro de Altos Funcionários em Ciência e Tecnologia em Dalian, China, em setembro de 2011, e, em particular, da crescente capacidade de pesquisa e desenvolvimento e inovação em nossos países. Incentivamos esse processo tanto em áreas prioritárias como alimentos, produtos farmacêuticos, saúde e energia, quanto em pesquisa básica nos campos interdisciplinares emergentes de nanotecnologia, biotecnologia, ciência de materiais avançados etc. Incentivamos o fluxo de conhecimentos entre nossas instituições por meio de projetos conjuntos, seminários e intercâmbio de jovens cientistas.

44. Os desafios da rápida urbanização, enfrentados por todas as sociedades em desenvolvimento, inclusive as nossas próprias, são de natureza multidimensional e cobrem uma diversidade de temas interligados. Instruímos nossas respectivas autoridades a coordenar esforços e aprender com as “melhores práticas”

e tecnologias disponíveis, de modo a trazer benefícios para nossas sociedades. Constatamos, com satisfação, a realização do primeiro encontro de Cidades Irmãs no âmbito do BRICS, em Sanya, em dezembro de 2011, e levaremos adiante esse processo com a realização de um Fórum de Urbanização e Infraestrutura Urbana conjuntamente com a realização do Segundo Encontro de Cidades Irmãs no âmbito do BRICS e do Fórum de Cooperação de Governos Locais.

45. Dadas nossas crescentes necessidades de fontes de energia renovável e de energia eficiente e de tecnologias favoráveis ao meio ambiente, assim como nossas potencialidades complementares nessas áreas, concordamos em intercambiar conhecimento, know-how, tecnologia e “melhores práticas” nesses setores.

46. Temos satisfação em lançar o primeiro Relatório do BRICS, coordenado pela Índia, com foco especial nas sinergias e complementaridades de nossas economias. Acolhemos com satisfação os resultados da cooperação entre os Institutos Nacionais de Estatística do BRICS e tomamos nota que a edição atualizada da Publicação Estatística do BRICS, lançada hoje, serve como uma útil referência sobre os países do BRICS.

47. Expressamos nossa satisfação com a realização do III Fórum Empresarial do BRICS e do II Fórum Financeiro e reconhecemos seu papel para estimular relações comerciais entre nossos países. Nesse contexto, acolhemos com satisfação o estabelecimento da “BRICS Exchange Alliance”, uma iniciativa de bolsas de valores relacionadas com o BRICS.

48. Incentivamos os canais de comunicação, troca e contatos diretos entre as pessoas, inclusive nas áreas de juventude, educação, cultura, turismo e esporte.

49. O Brasil, a Rússia, a China e a África do Sul estendem seu caloroso apreço e seus sinceros agradecimentos ao Governo e ao povo da Índia por sediar a IV Cúpula do BRICS em Nova Delhi.

50. O Brasil, a Rússia, a Índia e a China agradecem a África do Sul pelo oferecimento de sediar a V Cúpula do BRICS em 2013 e oferecem seu pleno apoio.

#### Plano de Ação de Nova Delhi

1- Encontros de Ministros de Relações Exteriores à margem da AGNU.

2 - Encontros de Ministros de Finanças e Governadores de Bancos Centrais à margem das reuniões do G20/outras reuniões multilaterais (FMI/BIRD).

3 – Encontros de autoridades financeiras e fiscais à margem de eventos multilaterais ou, quando requeridos, encontros específicos.

4 – Encontros de Ministros de Comércio à margem de eventos multilaterais, ou, quando requeridos, encontros específicos.

5- Terceiro Encontro de Ministros de Agricultura do BRICS, precedido de reunião preparatória de especialistas em produtos agrícolas e segurança alimentar e do segundo encontro do Grupo de Trabalho de Especialistas em Agricultura.

6 – Encontro de Altos Representantes responsáveis por segurança nacional.

7 – Segundo Encontro do BRICS de Altos Funcionários em C&T.

8 – Primeiro Encontro do Fórum de Urbanização do BRICS e o segundo encontro de Cidades Irmãs no âmbito do BRICS e o Fórum de Cooperação de Governos Locais em 2012 na Índia.

9 – Segundo Encontro dos Ministros de Saúde do BRICS.

10 – Encontro intermediário de Sub-Sherpas e Sherpas.

11 - Encontro intermediário do GCTEC (Grupo de Contato para Temas Econômicos e Comerciais).

12 – Terceiro Encontro de Autoridades de Concorrência do BRICS em 2013.

13 – Encontro de Especialistas sobre o novo Banco de Desenvolvimento.

14 – Encontro de autoridades financeiras para acompanhamento dos resultados do Relatório do BRICS.

15 – Consultas entre as Missões Permanentes dos países do BRICS em Nova York, Viena e Genebra, quando requeridas.

16 – Encontros de consultas entre Altos Funcionários do BRICS à margem dos foros internacionais relevantes relacionados a meio ambiente e mudança do clima, quando requeridos.

17 – Novas áreas de cooperação a serem exploradas:

(i) Cooperação multilateral em energia no âmbito do BRICS.

(ii) Avaliação acadêmica geral sobre a futura estratégia de longo termo para o BRICS.

(iii) Diálogo do BRICS sobre Políticas para a Juventude.

(iv) Cooperação sobre temas relacionados à População.

#### COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-ÍNDIA SOBRE A VISITA DE ESTADO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL À ÍNDIA - NOVA DELHI, 30 DE MARÇO DE 2012

30/03/2012

“Sua Excelência, a Senhora Dilma Rousseff, Presidenta da República Federativa do Brasil, realizou Visita de Estado à Índia entre 27 e 31 de março de 2012, a convite do Primeiro-Ministro da Índia, Sua Excelência Dr. Manmohan Singh. A Presidenta do Brasil e o Primeiro-Ministro da Índia encontraram-se para passar em revista temas das agendas bilateral, regional e internacional de interesse comum.

2. Durante a visita, a Presidenta do Brasil encontrou-se com a Presidenta da Índia, Sua Excelência Sra. Pratibha Devisingh Patil. Após a cerimônia de recepção em Nova Delhi, a Presidenta do Brasil visitou Rajghat para prestar homenagem à memória de Mahatma Gandhi. A Presidenta da Índia ofereceu banquete em homenagem à dignitária visitante. A Presidenta da Aliança Progressista Unida, Sra. Sonia Gandhi e a Líder da Oposição, Sra. Sushma Swaraj avistaram-se com a Presidenta do Brasil. A Universidade de Delhi outorgou o título de Doutora Honoris Causa à Presidenta do Brasil durante a visita.

3. Os seguintes atos bilaterais foram assinados durante a Visita de Estado:

- Programa de Intercâmbios Culturais para o Período 2012-2014;

- Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Educação, ao amparo do Programa brasileiro “Ciência sem Fronteiras”;

- Programa de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2014;

- Memorando de Entendimento sobre Cooperação no campo da Biotecnologia;

- Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica;

- Memorando de Entendimento entre o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e o National Accreditation Board for certification Bodies (NABCB), sobre reconhecimento mútuo de órgãos de certificação.

- Declaração de Intenções sobre a promoção da igualdade de gênero e a proteção dos direitos da mulher.

#### Parceria Estratégica

4. Os dois Chefes de Governo reconheceram a importância da visita bilateral da Presidenta do Brasil e ressaltaram que a Parceria Estratégica Brasil-Índia, estabelecida em 2006, alcançou

patamar mais elevado, de natureza privilegiada. Reconheceram que as relações bilaterais entre Brasil e Índia são baseadas em sólidos laços de amizade, os quais se apóiam nos valores compartilhados de democracia, Estado de Direito e comunhão de interesses. O encontro entre os dois Líderes transcorreu em atmosfera de cordialidade e amizade. Ambos registraram, com satisfação, que a abrangência do relacionamento se expandiu e foi intensificada a frequência das atividades conjuntas entre os dois países e reiteraram o compromisso de elevar a cooperação bilateral a um nível mais alto. Também reafirmaram que pretendem trabalhar conjuntamente pelo aprimoramento de sua parceria multifacetada.

5. Ambos os Líderes expressaram satisfação com a cooperação e a parceria mutuamente benéficas em todos os níveis entre o Brasil e a Índia, que abrangem as áreas política, econômica e comercial, investimentos, defesa, energia, agricultura, ciência e tecnologia, espaço, educação e cultura. Recordaram que a cooperação Sul-Sul promove uma visão compartilhada da ordem internacional em evolução, o que possibilita cooperação e coordenação mais estreita em todos os foros multilaterais. Destacaram que a atual cooperação por meio do G-4, G-20, IBAS, BRICS e BASIC representa outra importante dimensão de suas relações.

6. Os dois Líderes cumprimentaram os Ministros das Relações Exteriores de seus países pelo excelente trabalho realizado em todas as áreas da Parceria Estratégica durante a V Reunião da Comissão Mista Ministerial Brasil-Índia, em Nova Delhi, em dezembro de 2011. Avaliaram os resultados da Reunião da Comissão Mista Ministerial e recomendaram que a VI Reunião tenha lugar em 2012. Os Co-Presidentes da Comissão Mista Ministerial foram instruídos a promover a revisão da implementação das decisões tomadas durante a Visita de Estado.



## Diálogo Econômico e Financeiro

7. Ambos os Líderes saudaram o estabelecimento, em 2011, do mecanismo de Diálogo Econômico e Financeiro. Considerando as rápidas transformações dos mercados financeiros globais, tal mecanismo assume especial relevância para que os dois países, como grandes economias e membros do G-20, possam intercambiar opiniões sobre questões macro e microeconômicas e financeiras. Os dois Líderes demonstraram grande preocupação com a crise econômica e financeira internacional e realçaram a importância de manter coordenação frequente no âmbito do G-20.

## Comércio e Investimentos

8. Os dois Líderes demonstraram satisfação com o crescimento constante do comércio e dos investimentos entre Brasil e Índia. Registraram que o comércio bilateral já alcançou a marca recorde de US\$9,3 bilhões em 2011 e concordaram em estabelecer a meta de US\$15 bilhões para o intercâmbio comercial até 2015. Os dois países trabalharão para identificar e implementar as ações destinadas a remover os diversos entraves ao comércio para atingir esse objetivo. Reconheceram que existe significativo potencial ainda inexplorado para expansão das trocas comerciais, considerando a dimensão das duas economias e também o volume total do comércio exterior em ambos os países. Nesse contexto, também tomaram nota das recomendações das reuniões da V Comissão Mista Ministerial, do Mecanismo de Monitoramento de Comércio (MMC) e da “Conferência de Negócios Brasil-Índia: uma Nova Fronteira para Oportunidades de Negócios”. Ao se dirigir à platéia de empresários brasileiros e indianos presentes à Conferência, a Presidenta do Brasil fez uma apresentação a

respeito das relações econômicas bilaterais e das perspectivas futuras de fortalecimento dos laços econômico-comerciais entre os dois países.

9. Os dois Chefes de Governo destacaram a importância do Fórum Brasil-Índia de CEOs para a promoção do comércio e dos investimentos bilaterais e recomendaram a convocação da próxima reunião do referido Fórum tão logo possível. Ambas as partes reconheceram que a diversificação da pauta comercial, a participação recíproca em feiras comerciais organizadas pelos dois países e o compartilhamento de informações sobre as respectivas políticas de investimento em setores específicos, por meio de seminários e simpósios, ajudariam a fortalecer ainda mais os vínculos de comércio e de investimentos. Ambos os Líderes instaram as respectivas autoridades responsáveis a discutir e encontrar soluções para barreiras tarifárias e não-tarifárias, casos de antidumping e de direitos compensatórios, por meio de consultas mútuas. O lado indiano convidou o Brasil a participar na 20ª Feira Internacional de Engenharia e Tecnologia (FIET), que terá lugar em Nova Delhi em 2013 como principal participante.

10. A Presidenta do Brasil e o Primeiro Ministro da Índia discutiram oportunidades de expansão futura do comércio bilateral e expressaram sua satisfação com a implementação do Acordo de Preferências Comerciais Índia-Mercosul. Também reafirmaram seu compromisso de analisar alternativas possíveis para expandir a abrangência do Acordo e aprofundar as preferências concedidas por ambas as partes.

## Agricultura

11. Ao reconhecer o enorme potencial nos setores de agricultura e processamento de alimentos, os dois Líderes manifestaram interesse em intensificar a cooperação para parcerias mutuamente proveitosas. Ambos exortaram as autoridades competentes e

suas equipes técnicas a tomar as medidas necessárias para ampliar a cooperação nesses setores, no contexto da segurança alimentar de ambos os países no futuro próximo. Ademais, destacaram o desejo mútuo de aprofundar a cooperação em pesquisa agrícola entre o “Indian Council of Agricultural Research” (ICAR) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e receberam com satisfação relatório das áreas identificadas para pesquisa em intercâmbio de germoplasma, agroenergia (biocombustível), etanol de cana de açúcar, cultivo e processamento de soja para biodiesel e reprodução animal, programas que terão início em 2012. Demonstraram apreço pela simplificação da certificação para importação de embriões bovinos da Índia para o Brasil. O exitoso intercâmbio de material genético bovino é um exemplo de como ambos os países podem auxiliar um ao outro no melhoramento da qualidade de sua cooperação na área de reprodução animal. Reiteraram o interesse em cooperar para o estabelecimento de Cadeias Frigoríficas e Centrais de Abastecimento para frutas, vegetais e outros perecíveis, com instalações de ponta na Índia. A esse respeito, reconheceram a importância de convocar o Grupo de Trabalho Conjunto em Agricultura para discutir propostas específicas e fazer avançar a cooperação bilateral em Agricultura.

#### Turismo, Serviços Aéreos e Esportes

12. Ambos os Líderes reconheceram o vasto potencial turístico de seus países e reiteraram seu interesse em colaborar em prol de uma parceria mutuamente benéfica no setor do Turismo. Concordaram em facilitar o rápido movimento de turistas de um país ao outro. Em vista dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro e da Copa do Mundo de Futebol em 2014, no Brasil, ambos os Líderes expressaram interesse em explorar a possibilidade de investimentos, em “joint venture”, nos setores de hotelaria e turismo. Instaram os dois lados a operacionalizar

o Acordo Bilateral de Serviços Aéreos entre Brasil e Índia, assinado em março de 2011, de modo a facilitar e estimular a interação comercial, turística e o intercâmbio entre os povos dos dois países. Ademais, destacaram seu interesse em promover a cooperação nas áreas de Esportes e Intercâmbio de Juventude.

#### Defesa

13. A Presidenta do Brasil e o Primeiro Ministro da Índia demonstraram satisfação com a cooperação em curso na área de defesa. Recordaram a bem-sucedida visita do Ministro da Defesa do Brasil, Senhor Celso Amorim, à Índia, em fevereiro de 2012. Também registraram com satisfação as visitas recíprocas de oficiais de alto nível e o intercâmbio de pessoal da área de defesa. Reiteraram o desejo de colaborar conjuntamente em treinamento, bem como na troca de informação em matéria de operações de manutenção da paz e outras áreas de interesse mútuo. Concordaram em trabalhar em propostas específicas para o desenvolvimento conjunto de projetos no setor de defesa, em particular com relação a engenharia e construção de navios. Também acordaram explorar possibilidades de cooperação em áreas como espaço, propulsão nuclear, defesa cibernética e sistemas de defesa, entre outras. Expressaram satisfação com o bem-sucedido vôo inaugural da “Airborne Early Warning and Control System” indiana acoplada à aeronave brasileira da EMBRAER, um excelente exemplo de sua parceria colaborativa em curso no campo de Pesquisa e Desenvolvimento. Os dois Líderes reconheceram que o Comitê Conjunto de Defesa é um mecanismo de grande relevância para a discussão dessas questões e para o avanço da cooperação bilateral em defesa.

14. Tomaram nota do progresso alcançado na consecução dos objetivos contidos no Acordo

sobre Cooperação em Defesa Brasil-Índia, assinado em 2003, e reafirmaram o interesse mútuo em estabelecer cooperação adicional no setor de defesa. Ambos concordaram com o fato de que há escopo para promover a cooperação técnico-militar por meio de pesquisa científica conjunta e de atividades de desenvolvimento tecnológico em armamentos e equipamento militar; intercâmbio de experiências, tecnologias e informações relacionadas ao desenvolvimento, produção e teste de armamentos e equipamentos militares; e outras iniciativas semelhantes.

### Ciência e Tecnologia

15. Os dois Líderes expressaram sua satisfação com a realização da I Reunião da Comissão Mista Brasil-Índia sobre Cooperação Científica e Tecnológica, em 22 e 23 de março de 2012, em Nova Delhi. A Comissão Mista é mecanismo de relevância para o intercâmbio de experiências e programas e para o estabelecimento de novas parcerias científicas e corporativas, nos campos de biocombustíveis de segunda geração e energias renováveis; nanotecnologia; biotecnologia; tecnologia da informação e de comunicações; inovação; cooperação no setor aeroespacial; e ciências do mar. Ambos saudaram o estabelecimento de um Programa de Cooperação Bilateral em Ciência, Tecnologia e Inovação para o biênio 2012-2014, com mecanismos de implementação, assim como com a assinatura de Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Biotecnologia, com ênfase em iniciativas nas áreas de saúde (especialmente câncer e terapia de células-tronco); agricultura; biocombustíveis e bioenergia; nanotecnologia; taxonomia; e vacinas, entre outros.

16. Ambos os Líderes enfatizaram o potencial para cooperação bilateral na área de Tecnologia da Informação e Comunicações, com base nas complementaridades e no desenvolvimento

tecnológico de seus países. Notaram com satisfação o diálogo convergente acerca de Sociedade da Informação, especialmente com relação à cooperação trilateral no Foro IBAS. Também reafirmaram seu compromisso com os princípios estabelecidos pela Agenda de Túnis, durante a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (WSIS), destacando a importância da democratização dos foros que discutem essa questão e da participação efetiva dos países em desenvolvimento no regime de governança global da internet, como um meio de solucionar os efeitos do “hiato digital”.

### Espaço

17. Os Líderes manifestaram o desejo de fortalecer a cooperação em pesquisa espacial em áreas tais como sensoriamento remoto, compartilhamento de dados e previsão do tempo. Nesse sentido, expressaram seu interesse no intercâmbio regular de especialistas. O Brasil reiterou o desejo de receber imagens do satélite indiano Resourcesat-2, dada a exitosa cooperação no recebimento de dados do Resourcesat-1 na Estação Terrestre de Cuiabá. Com relação ao Projeto do Satélite IBAS, os dois líderes manifestaram seu grande interesse em trabalhar juntos para o êxito da Reunião Técnica programada para realizar-se em Bangalore ainda em 2012.

### Meio Ambiente

18. Ambos os Líderes demonstraram interesse em promover a cooperação no campo de conhecimentos tradicionais, áreas protegidas e gerenciamento de recursos aquáticos. Expressaram satisfação pelo fortalecimento da cooperação em Meio Ambiente, em áreas que incluem o manejo científico de florestas, mudança do clima, gerenciamento de resíduos e reutilização de efluentes tratados.

## Energia

19. Ambos os Líderes expressaram satisfação com o progresso da cooperação bilateral na área de energia para uma parceria mutuamente benéfica. Reconheceram o potencial das oportunidades desse setor e encorajaram empresas públicas e privadas a participarem da exploração e produção de gás e

petróleo no Brasil. Solicitaram às autoridades pertinentes celeridade na organização da próxima reunião do Grupo de Trabalho em Hidrocarbonetos, para que se dê continuidade às discussões nessa área e também para trocar informações em matéria de biocombustíveis, geração de energia elétrica, energia solar e eólica, privatização e distribuição de eletricidade. Reconhecendo a importância das fontes de energias novas e renováveis como instrumento de fortalecimento da segurança energética nacional, promoção do desenvolvimento sustentável, incremento tecnológico e superação da pobreza com inclusão social, acordaram criar mecanismo permanente de intercâmbio de informações técnicas para tratar dessas questões. Ademais, reiteraram o interesse em cooperar na área de energia nuclear para usos civis.

## Saúde

20. Ambas as partes reconheceram a importância de manter coordenação ativa no que concerne à questão de medicamentos abaixo do padrão/espúrios/falsamente rotulados/falsificados/contrafeitos, no âmbito da Organização Mundial da Saúde (OMS) e às questões relativas à propriedade intelectual no caso dos medicamentos genéricos. Também concordaram em cooperar e trocar experiências em outras áreas prioritárias da Saúde, tais como determinantes sociais da saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento de HIV/AIDS, cuidados elementares de saúde, doenças

não-transmissíveis, medicina tradicional e, ainda, doenças negligenciadas, com foco na Hanseníase.

## Educação

21. A Presidenta da República Federativa do Brasil, Senhora Dilma Rousseff, apresentou ao Primeiro-Ministro Manmohan Singh o Programa Ciência sem Fronteiras, de sua iniciativa. O Primeiro-Ministro demonstrou especial interesse sobre o programa, sobretudo no que concerne às áreas de tecnologia e ciências básicas. Reconhecendo o potencial da Índia em algumas áreas específicas, concordaram em dar início a um programa de intercâmbio de alunos entre as instituições de excelência de ambos os países. Registraram, ainda, o progresso alcançado pelo Grupo de Trabalho Conjunto em Educação e decidiram que os intercâmbios poderiam ter início em diferentes níveis nos dois países ainda em 2012. Ambos os Líderes expressaram satisfação com a assinatura do “Memorando de Entendimento em Educação, no âmbito do programa brasileiro Ciência sem Fronteira”, para recepção de estudantes bolsistas brasileiros na Índia. O Brasil saudou a criação de uma Cadeira sobre a Índia na Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro.

## Cultura

22. A Presidenta do Brasil e o Primeiro-Ministro da Índia reafirmaram o papel fundamental da cultura para o fortalecimento dos laços de amizade entre os povos da Índia e do Brasil. Nesse sentido, decidiram estimular relações mais próximas entre artistas, produtores e instituições culturais de ambos os países. Expressaram satisfação com a assinatura do Programa de Intercâmbio Cultural para o Período 2012-2014 e destacaram que este dará novo ímpeto aos laços culturais já existentes.

Saudaram os intercâmbios culturais mais freqüentes, entre eles o bem-sucedido Festival Cultural indiano realizado em quatro cidades do Brasil em 2011; os Festivais de Cinema organizados em diferentes cidades e a abertura do Centro Cultural Indiano em São Paulo em 2011, assim como o anúncio do programa de residência para artistas visuais brasileiros em Nova Delhi e Mumbai em 2012. Concordaram, igualmente, em estreitar a cooperação na área audiovisual e em explorar oportunidades mutuamente benéficas nessa área para a produção de filmes.

### Regional e Multilateral

23. Os dois Chefes de Governo discutiram amplamente assuntos regionais e internacionais de interesse mútuo e trocaram informações e pontos de vista sobre desenvolvimento nas regiões sul-asiática e latino-americana. Reafirmaram o compromisso com as Metas de Desenvolvimento do Milênio para o combate à fome e à pobreza. Concordaram, ainda, em dar continuidade à coordenação em assuntos de interesse mútuo da agenda internacional.

24. A Presidenta e o Primeiro-Ministro congratulam-se pela frutífera cooperação ao longo dos nove anos de existência do Fórum IBAS. A continuidade dos trabalhos do IBAS em todas as suas vertentes segue sendo prioridade de suas políticas externas. A última Cúpula do IBAS, em outubro de 2011, marcou um momento singular da existência do Fórum, quando os três países integravam simultaneamente o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ressaltaram que a cooperação dos países do IBAS no CSNU, em 2011, enriqueceu os debates na agenda do Conselho e contribuiu para aumentar sua legitimidade e efetividade.

25. A Presidenta do Brasil parabenizou o Primeiro Ministro Singh pela organização da IV Cúpula do BRICS, bem como dos eventos

que culminaram com o encontro dos Chefes de Estado. Brasil e Índia manifestam sua satisfação com o crescente dinamismo do agrupamento BRICS e com os importantes consensos alcançados na IV Cúpula. Com grande satisfação constatarem que o escopo da cooperação intra-BRICS se amplia constantemente, e que os cinco países convergem sobre importantes temas da agenda internacional.

26. Os dois Chefes de Governo salientaram a importância da atuação conjunta dos dois países no âmbito do G20 e de outros foros econômicos internacionais. À luz da atual situação da economia global, que apresenta crescimento desigual, moderado e ainda sujeito a riscos, os esforços de Brasil e Índia para combinar políticas financeiras e monetárias, com crescimento inclusivo e geração de emprego, tornam-se cada vez mais relevantes. Também ressaltaram a importância da pronta implementação das reformas acordadas na estrutura de governança das instituições financeiras internacionais. Tais reformas devem levar em consideração a crescente influência das economias dos países.

27. Os Líderes reafirmaram o compromisso com a reforma das Nações Unidas, particularmente a do Conselho de Segurança, por meio da sua expansão nas categorias de membros permanentes e não-permanentes, com aumento da representação de países em desenvolvimento em ambas, de forma a aumentar sua representatividade e legitimidade, e para que possa melhor responder aos desafios contemporâneos enfrentados pela comunidade internacional. Os Líderes reiteraram o apoio mútuo à aspiração de seus países por assento permanente em um CSNU reformado.

28. Os Líderes clamaram pelo aprimoramento dos procedimentos do Conselho de Segurança de forma a monitorar e avaliar a maneira pela qual as resoluções são interpretadas e implementadas. Nesse sentido, apóiam a ideia de que o conceito de Responsabilidade ao Proteger (RwP) deve

ser discutido de forma aprofundada nas Nações Unidas.

29. A respeito do Oriente Médio e Norte da África, os dois Chefes de Governo expressaram seu apoio ao movimento em prol de maior democracia, crescimento econômico inclusivo, dignidade humana e justiça social na região.

30. Ambos expressaram profunda preocupação com a deterioração da situação na Síria e demandaram a cessação imediata da violência, a qual condenam veementemente. Salientaram que um processo político pacífico e liderado pelos sírios é essencial para a resolução da crise atual. Também saudaram a designação do ex-Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, como Enviado Especial Conjunto da ONU e da Liga Árabe para a Crise Síria e apoiaram seus esforços para encontrar uma solução pacífica.

31. Ambos os Líderes sublinharam a necessidade urgente de solução justa e duradoura para o conflito Israelo-Palestino. Brasil e Índia reiteraram seu apoio a um Estado Palestino soberano, independente, democrático e economicamente viável, tendo Jerusalém Oriental como sua capital, dentro das fronteiras de 1967, convivendo em paz e segurança com Israel. Considerando que a questão da Palestina é possivelmente o desafio mais complexo na agenda internacional de paz e segurança, consideraram ser necessário maior envolvimento do Conselho na busca por uma solução para o conflito.

32. A Presidenta do Brasil e o Primeiro-Ministro da Índia consideram que o desenvolvimento sustentável é o principal paradigma para o crescimento econômico inclusivo, a igualdade social e a conservação ambiental, em cumprimento aos Princípios do Rio a esse respeito. Salientaram que a economia verde deve contribuir para que sejam alcançadas as metas de erradicação da pobreza, segurança alimentar e crescimento sustentável, inclusivo,

igualitário e gerador de empregos. Os Líderes destacaram a coordenação de seus países, no grupo BASIC, a respeito de negociações sobre mudanças no clima, que teve papel importante em 2011 para os resultados positivos da Conferência das Partes (COP 17) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Durban, em 2011.

33. Ambos os Líderes reafirmaram seu apoio mútuo no que diz respeito aos importantes eventos da agenda ambiental que terão lugar na Índia e no Brasil em 2012: a 11ª Conferência das Partes (COP-11) da Convenção sobre Diversidade Biológica, que terá lugar em outubro de 2012, em Hyderabad, Índia; e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Nesse contexto, destacaram que a Conferência Rio+20 representa oportunidade única para a comunidade internacional garantir comprometimento político renovado em relação ao desenvolvimento sustentável. A Presidenta Dilma Rousseff reiterou o convite para que o Primeiro-Ministro Manmohan Singh participe da Rio+20, que ocorrerá entre 20 e 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro.

34. A Presidenta da República Federativa do Brasil agradeceu ao Primeiro-Ministro da República da Índia pela calorosa hospitalidade estendida a ela e a sua delegação. Convidou o Primeiro-Ministro Manmohan Singh a visitar o Brasil em data mutuamente conveniente a ser acordada pelos canais diplomáticos.

Nova Delhi, 30 de março de 2012”.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA  
VISITA OFICIAL DA PRESIDENTA  
DILMA ROUSSEFF À ÍNDIA - NOVA  
DELHI, 30 DE MARÇO DE 2012  
02/04/2012

1- PROGRAMA DE COOPERAÇÃO  
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA ENTRE O

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DA REPÚBLICA DA ÍNDIA E O MINISTÉRIO  
DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO  
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
(2012-14)

2- MEMORANDO DE ENTENDIMENTO  
SOBRE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O  
GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA  
DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA  
DA ÍNDIA

3- MEMORANDO DE ENTENDIMENTO  
ENTRE A COORDENAÇÃO GERAL  
DE ACREDITAÇÃO DO INSTITUTO  
NACIONAL DE METROLOGIA,  
QUALIDADE E TECNOLOGIA – CGCRE/  
INMETROEONATIONALACCREDITATION  
BOARD FOR CERTIFICATION BODIES –  
NABCB

4- MEMORANDO DE ENTENDIMENTO  
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA  
REPÚBLICA DA ÍNDIA EM COOPERAÇÃO  
NA ÁREA DE BIOTECNOLOGIA

5- MEMORANDO DE ENTENDIMENTO  
ENTRE O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, O  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA  
E INOVAÇÃO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO  
DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS  
HUMANOS DA REPÚBLICA DA ÍNDIA NO  
ÂMBITO DO PROGRAMA BRASILEIRO  
“CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS”, RELATIVO  
À RECEPÇÃO DE ESTUDANTES  
BOLSISTAS BRASILEIROS NA ÍNDIA

6 - PROGRAMA EXECUTIVO DE  
INTERCÂMBIOS CULTURAIS ENTRE O  
GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA  
DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA  
DA ÍNDIA PARA O PERÍODO 2012-2014

7 - DECLARAÇÃO DE INTENÇÕES  
PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE  
GÊNERO E A PROMOÇÃO DOS DIREITOS

DA MULHER E DA CRIANÇA

ELEIÇÕES PARLAMENTARES EM  
MYANMAR

05/04/2012

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com satisfação, da realização das eleições parlamentares realizadas em 1º de abril último, em Myanmar, transcorridas em ambiente de normalidade.

Ao saudar o Governo de Myanmar por esse importante passo em seu processo de transição democrática, o Governo brasileiro reitera sua disposição de contribuir para os esforços de conciliação nacional e de desenvolvimento de Myanmar.

SITUAÇÃO NO MALI

05/04/2012

O Governo brasileiro segue acompanhando com preocupação a situação no Mali desde o último dia 22 de março, quando uma sublevação militar levou à ruptura da ordem constitucional naquele país.

O Governo brasileiro apoia os esforços da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) no sentido de fomentar diálogo pacífico que possibilite o retorno do Mali à normalidade institucional – dentre os quais, a designação do Presidente de Burkina Faso, Blaise Compaoré, para atuar como mediador da organização junto às partes do conflito.

VISITA DA PRESIDENTA DILMA  
ROUSSEFF AOS ESTADOS UNIDOS -  
WASHINGTON E BOSTON, 9 E 10 DE

ABRIL DE 2012

05/04/2012

A visita da Presidenta Dilma Rousseff aos Estados Unidos, dias 9 e 10 de abril, permitirá aprofundar a parceria Brasil-EUA, além de avançar o diálogo bilateral mantido desde a visita do Presidente Barack Obama ao Brasil, em março de 2011.

Figuram com proeminência na agenda do encontro temas relacionados a comércio, investimentos, ciência e tecnologia, inovação, cooperação educacional e energia, além de assuntos da agenda regional e global.

Em Washington, dia 9, a Presidenta Dilma Rousseff se reunirá com o Presidente Barack Obama, participará do Fórum Brasil-EUA de Altos Empresários (“CEO Forum”) e fará o encerramento do Seminário “Brasil-EUA: Parceria para o Século XXI”. O Seminário reunirá representação expressiva das comunidades empresarial, acadêmica e governamental dos dois países.

Dia 10 de abril, em Cambridge (Massachusetts), a Presidenta visitará o Massachusetts Institute of Technology (MIT), ocasião em que manterá encontros com a comunidade acadêmica e científica, e a Universidade de Harvard, onde terá encontro com bolsistas brasileiros selecionados pelo programa “Ciência sem Fronteiras”. Em Boston, a Presidenta se encontrará com Governador de Massachusetts, Deval Patrick.

Brasil e EUA possuem vinte e quatro mecanismos bilaterais de diálogo, coordenação e consulta em nível ministerial, três dos quais considerados prioritários: o Diálogo de Parceria Global (MRE/Departamento de Estado); o Diálogo Econômico e Financeiro (Fazenda/Tesouro) e o Diálogo Estratégico sobre Energia (MME/Departamento de Energia).

Os Estados Unidos foram o 2º principal parceiro comercial brasileiro em 2011, após a China. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 37%, passando de US\$ 44 bilhões para US\$ 60 bilhões.

A participação dos Estados Unidos no comércio exterior brasileiro foi de 12,4%, em 2011. Em janeiro e fevereiro de 2012, o intercâmbio comercial com o Brasil aumentou em 20% em relação ao mesmo período de 2011, evoluindo de US\$ 7,9 bilhões para US\$ 9,5 bilhões. As exportações brasileiras cresceram em 38% e as importações, em 6%, no mesmo período.

Em 2011, o Brasil foi a 6ª maior fonte de visitantes para os EUA (após Canadá, México, Japão, Reino Unido e Alemanha) e os EUA a segunda maior fonte de visitantes para Brasil (atrás apenas da Argentina).

COMUNICADO CONJUNTO DO  
PRESIDENTE BARACK OBAMA E DA  
PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF -  
WASHINGTON, 9 DE ABRIL DE 2012

09/04/2012

A convite do Presidente Barack Obama, a Presidenta Dilma Rousseff realizou visita oficial aos Estados Unidos em 9 de abril de 2012 para tratar do estado do relacionamento entre os dois países em amplo leque de assuntos de natureza bilateral, regional e multilateral. Os dois líderes manifestaram sua satisfação com a parceria construtiva e equilibrada, baseada nos valores comuns e confiança mútua que existem entre os dois países, as duas maiores democracias e economias das Américas.

Para a formação de uma Parceria Estados Unidos-Brasil para o século XXI, os líderes passaram em revista o progresso dos principais diálogos elevados ao nível presidencial em março de 2011 – o Diálogo Econômico e Financeiro, o Diálogo de Parceria Global e o Diálogo Estratégico de Energia. Com vistas a contribuir para a Parceria do Século XXI, os Presidentes determinaram a criação de novo Diálogo de Cooperação em Defesa entre seus Ministros da Defesa, que também se reportará



regularmente aos Presidentes. Saudaram o trabalho e reconheceram a importância de outras numerosas interações e consultas entre seus governos para aprimorar a cooperação bilateral.

Coincidiram sobre a importância das contribuições da sociedade civil e do setor privado para criar as bases para a Parceria Estados Unidos-Brasil. Os Presidentes participaram do Fórum de Altos Executivos, sublinhando o papel importante que o setor privado desempenha no relacionamento comercial, e saudaram as atividades da conferência “Parceria Estados Unidos-Brasil para o Século XXI”, realizada em 9 de abril de 2012, em Washington, centrada em comércio e investimento, energia, inovação, competitividade e educação.

Os líderes enfatizaram que parcerias entre governos estaduais e locais contribuem para promover a amizade e o entendimento entre seus países e para a promoção de objetivos nacionais compartilhados. Saudaram a assinatura do Memorando de Entendimento para Apoiar Cooperação Estadual e Local, estimulando entidades subnacionais a unir esforços para alcançar objetivos em áreas de interesse comum que complementem o fortalecimento das relações bilaterais Estados Unidos-Brasil, tais como comércio e investimento, oportunidade econômica, ciência, tecnologia e inovação, inclusão social, sustentabilidade ambiental e a preparação para a Copa do Mundo da FIFA de 2014, os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e outros megaeventos.

Os líderes destacaram as importantes tratativas que têm ocorrido no marco do Diálogo Econômico e Financeiro (DEF). Os Presidentes manifestaram sua satisfação com a ampliação do foco do DEF para infraestrutura e investimentos nos dois países e saudaram a criação do diálogo sobre investimento no âmbito do Acordo de Comércio e Cooperação Econômica. Os líderes ressaltaram igualmente a importância do Diálogo Comercial e do Diálogo de Parceria

Econômica entre os dois países. O Presidente Obama anunciou a visita ao Brasil do Conselho Presidencial de Exportações em setembro de 2012 e a Presidenta Rousseff salientou que serão organizadas missões setoriais comerciais de alto nível para os Estados Unidos, em áreas como serviços de alimentação, tecnologia de informação, saúde e maquinaria.

A Presidenta Rousseff sublinhou a importância do investimento em infraestrutura – inclusive tendo em vista a próxima Copa do Mundo da FIFA de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 – assim como no setor de energia, em particular o desenvolvimento de tecnologia e capacidade produtiva no Brasil.

Saudaram o crescimento da relação em comércio e investimentos entre Estados Unidos e Brasil, ilustrada pelo recorde de US\$ 74 bilhões de fluxo de comércio em 2011. Enfatizaram, ainda, a importância dos benefícios mútuos de estimular o aumento do comércio e dos investimentos. Reiteraram seu compromisso com o sistema multilateral de comércio e com o trabalho conjunto para garantir que a Organização Mundial do Comércio contribua para o crescimento econômico global e para a criação de empregos. Os Presidentes reafirmaram o compromisso de ambos os países em promover o comércio de serviços e bens manufaturados e reforçar a cooperação em política e pesquisa agrícolas, medidas sanitárias e fitossanitárias com base científica, assim como em se empenhar, nos foros bilaterais e multilaterais, para a remoção de barreiras ao comércio de produtos agrícolas.

Realçaram a educação como uma prioridade estratégica de importância crescente para fortalecer e apoiar todos os aspectos da parceria EUA-Brasil, particularmente em ciência, tecnologia, inovação e competitividade. Reconhecendo as vantagens econômicas, para ambos os países, de incrementar os contatos entre norte-americanos e brasileiros,

os Presidentes saudaram o dinamismo e o apoio obtidos pelas iniciativas de intercâmbio “100.000 nas Américas”, norte-americana, e “Ciência sem Fronteiras”, brasileira. Exaltaram o início das atividades do primeiro grupo de estudantes e pesquisadores participantes do programa “Ciência sem Fronteiras”, e esperam receber milhares de outros estudantes em ambos os países.

Os Presidentes saudaram o apoio do VII Fórum de Altos Executivos às iniciativas “100.000 nas Américas” e “Ciência sem Fronteiras”, assim como suas recomendações conjuntas e seu compromisso com um maior engajamento para fortalecer o ambiente de negócios, aumentar o comércio e os investimentos bilaterais, melhorar a infraestrutura, reforçar o empoderamento econômico das mulheres, encorajar a cooperação em energia e aviação e acompanhar o progresso em direção àqueles objetivos.

No contexto do Diálogo Econômico e Financeiro, os Presidentes discutiram uma maior colaboração no âmbito das instituições financeiras internacionais e, com a perspectiva da Cúpula do G-20 no México, para a redução dos desequilíbrios globais, para a promoção da estabilidade e inclusão financeiras, e para a criação de condições para um crescimento robusto, sustentado e equilibrado. Ressaltaram a necessidade de aprofundar a reforma das instituições financeiras internacionais, as quais precisam refletir as novas realidades econômicas e, nesse sentido, sublinharam a importância de trabalharem conjuntamente nas reformas das cotas e da governança do Fundo Monetário Internacional.

Saudaram a consolidação do G-20 como o mais alto foro para a coordenação de políticas econômicas internacionais e reafirmaram o papel do G-20 na promoção de medidas de incentivo ao crescimento inclusivo, à criação de empregos e à superação dos desequilíbrios globais. Recomendaram que os altos representantes dos

dois países no G-20 continuem a manter consultas bilaterais regulares. Notaram a persistência das incertezas na economia internacional, ao mesmo tempo em que ressaltaram os importantes passos recentemente adotados pelos formuladores de políticas na Europa. Saudaram os continuados sinais de recuperação econômica nos Estados Unidos. Os líderes também ressaltaram a oportunidade para cooperação mais estreita nos bancos de desenvolvimento multilaterais.

Os Presidentes notaram a convergência de posições a respeito da aplicação do “Regime de Comércio de Emissões” (ETS) da União Européia sobre o transporte aéreo internacional. Enfatizaram ainda que questões relacionadas às emissões da aviação civil internacional devem ser resolvidas multilateralmente.

Os Presidentes sublinharam a importância da próxima Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), no Brasil, como oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável por meio da inovação e do amplo engajamento das partes interessadas. Enfatizaram a importância de ampla participação no Segmento de Alto Nível da Conferência, de 20 a 22 de junho de 2012. Em apoio a esta cooperação ampliada, reconheceram progressos na mobilização de investimentos em infraestrutura inteligente e sustentável no Rio de Janeiro e na Filadélfia, no âmbito da Iniciativa Conjunta EUA-Brasil em Sustentabilidade Urbana.

Os líderes elogiaram o fortalecimento do diálogo Estados Unidos-Brasil em desenvolvimento sustentável e saudaram a adoção de um Memorando de Entendimento entre a Agência de Proteção Ambiental e o Ministério do Meio Ambiente, com foco em avaliação de impacto ambiental, análise de risco, inclusão social e justiça ambiental. Os líderes também elogiaram a assinatura de um Memorando de Entendimento sobre Moradias Sustentáveis e Desenvolvimento Urbano para

estimular esforços cooperativos e aprofundar o intercâmbio de aprendizagem no campo da habitação sustentável e desenvolvimento urbano em apoio à Parceria das Américas em Clima e Energia (EPCA).

Saudaram os resultados da 17ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática realizada em Durban, em dezembro de 2011, que alcançou um resultado abrangente e equilibrado. Sublinharam ainda a importância do sistema multilateral no tratamento da mudança do clima por meio da implementação eficaz dos resultados de Durban.

Os líderes elogiaram a assinatura do Memorando de Entendimento sobre a Parceria em Aviação, bem como o progresso feito em direção à facilitação de um maior fluxo turístico e de viajantes entre seus países ao mesmo tempo em que é mantida e melhorada a segurança em suas fronteiras. Notaram que a Parceria Estados Unidos-Brasil em Aviação promoverá cooperação bilateral em infraestrutura, transporte aéreo e tráfego aéreo, o que contribuirá para o crescimento, competitividade e desenvolvimento socioeconômico em ambos os países. Essa cooperação pode incluir áreas como intercâmbio de melhores práticas, pesquisa e desenvolvimento, inovação, novas tecnologias, sustentabilidade, treinamento, logística, cadeias produtivas e outros tópicos.

Os Presidentes revisaram a implementação de medidas para facilitar o fluxo de turistas e executivos entre os dois países. Comprometeram-se a trabalhar em estreita colaboração para atender aos requisitos do Programa de Dispensa de Vistos dos Estados Unidos e da legislação brasileira aplicável, de maneira a possibilitar que cidadãos dos EUA e do Brasil viagem entre os dois países sem necessitar de visto. Discutiram o programa-piloto “Global Entry” e elogiaram os esforços de ambos os Governos para facilitar viagens, para o benefício de seus respectivos cidadãos. O Presidente Obama recordou sua

instrução de que seja acelerada em 40% neste ano a capacidade dos Estados Unidos de processar vistos no Brasil, bem como o recente anúncio do Departamento de Estado de sua intenção de abrir novos consulados em Belo Horizonte e Porto Alegre.

Expressaram sua satisfação com o avanço de um projeto-piloto de “Green-Lane” em transporte aéreo de cargas, destinado à adoção de um amplo programa de reconhecimento mútuo de operadores econômicos autorizados, para facilitar o comércio entre os dois países.

Os Presidentes saudaram a adoção do Plano de Ação Estados Unidos-Brasil em Cooperação em Ciência e Tecnologia, que reflete o resultado da reunião de março de 2012 da Comissão Mista em Ciência e Tecnologia (CMCT) e ressaltaram a criação de um grupo de trabalho em inovação para explorar o papel da inovação na promoção da competitividade e criação de empregos. A CMCT também abordou a cooperação em ciências do mar, tecnologia e observação, prevenção e mitigação de desastres, ciência básica, padrões de medidas, inclusive para biocombustíveis avançados, e a importância do acesso aos dados do Sistema de Observação da Terra. Também saudaram as discussões sobre saúde, biomedicina e ciências da vida, mulheres na ciência e nanotecnologia, durante a III CMCT.

Os líderes ressaltaram a importância da cooperação espacial bilateral e instruíram as agências apropriadas a examinar a viabilidade de desenvolver projetos espaciais conjuntos. Tomaram nota da recente reunião em Brasília do Diálogo de Segurança Espacial.

Ressaltaram a crescente importância de assuntos relacionados à Internet e às tecnologias de informação e comunicação (TICs), bem como a necessidade de aprofundar discussões e aumentar a cooperação entre os Estados Unidos e o Brasil em assuntos tão vitais para suas economias e sociedades. Notaram com apreço a duradoura colaboração nessas áreas e saudaram

o estabelecimento de novo mecanismo para consultas em temas como governança da Internet, políticas para Internet/TICs e segurança cibernética.

Os Presidentes conversaram detidamente sobre temas globais e saudaram o continuado progresso do Diálogo de Parceria Global (DPG). Saudaram os avanços em cooperação educacional, científica e trilateral no âmbito do DPG. Os líderes assinalaram seu compromisso de promover democracia, respeito aos direitos humanos, conscientização cultural e inclusão socioeconômica no mundo.

Os Presidentes concordaram que, da mesma forma que outras organizações internacionais precisaram mudar para se tornarem mais aptas a responder aos desafios do Século XXI, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) também precisa ser reformado, e expressaram seu apoio a uma expansão limitada do Conselho de Segurança que aprimore suas efetividade e eficiência, bem como sua representatividade. O Presidente Obama reafirmou seu apreço à aspiração do Brasil de tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança e reconheceu as responsabilidades globais assumidas pelo Brasil. Os dois líderes concordaram em manter consulta e cooperação contínuas entre os dois países com vistas a alcançar a visão delineada na Carta das Nações Unidas de um mundo mais pacífico e seguro.

Ao trocar impressões sobre recentes desafios na África e no Oriente Médio, os Presidentes ressaltaram a importância de esforços cooperativos para produzir resolução de conflitos que seja sustentável e contribua para a paz e a estabilidade. Manifestaram seu compromisso de apoiar, com urgência, soluções multilaterais abrangentes e duradouras para as prementes questões e crises globais atuais.

Os líderes reafirmaram seu compromisso com a transparência e a prestação de contas dos Governos e com o engajamento dos cidadãos

como elementos-chave para o fortalecimento da democracia, dos direitos humanos e da boa governança, bem como para a prevenção da corrupção. Celebraram o lançamento conjunto da Parceria sobre Governo Aberto (PGA), em Nova York, no último mês de setembro, saudaram a estreita colaboração dos dois países como co-presidentes da Parceria e discutiram a próxima reunião da PGA em Brasília, durante a qual mais de quarenta novos países deverão lançar seus Planos de Ação Nacionais com novos compromissos concretos para combater a corrupção, promover a transparência e desenvolver novas tecnologias para empoderar seus cidadãos.

O Presidente Obama felicitou a Presidenta Rousseff pela promulgação da Lei de Liberdade da Informação no Brasil e por seu papel de liderança regional e global, no engajamento da sociedade civil e na atração de grupo diversificado de países para a segunda reunião de alto nível da PGA. A Presidenta Rousseff também felicitou o Presidente Obama pela implementação do plano de ação dos EUA na PGA, incluindo o recente lançamento do Ethics.gov e da nova iniciativa “Green Button”, que garante aos consumidores acesso sobre seus próprios dados de consumo de energia.

Os líderes também revisaram e notaram os progressos alcançados em sua cooperação trilateral para o desenvolvimento na América Latina, no Caribe e na África, em temas como segurança alimentar, energia, agricultura, saúde, trabalho decente e cooperação humanitária. Os líderes recordaram o trabalho em colaboração já desenvolvido e determinaram maiores esforços na área de cooperação trilateral em segurança alimentar. Saudaram a assinatura de acordo sobre atividades de cooperação técnica para aprimorar a segurança alimentar em terceiros países.

Encorajaram maior cooperação trilateral em segurança e saudaram o recente lançamento

do projeto-piloto de sistema de monitoramento integrado para a redução do cultivo de coca na Bolívia.

Os Presidentes elogiaram a cooperação promovida pelo Plano de Ação Conjunta para a Promoção da Igualdade Étnico-Racial e Promoção da Igualdade Racial nas áreas de saúde, justiça ambiental, acesso à Justiça, educação e empreendedorismo na área de megaeventos esportivos. Notaram que, à medida que suas economias crescem, é importante que os benefícios alcancem todos os setores, incluindo crianças e idosos e grupos historicamente vulneráveis como mulheres, afrodescendentes, povos indígenas, deficientes físicos e pessoas LGBT. Também saudaram a colaboração adicional sobre o tema LGBT nos fóruns multilaterais de direitos humanos. Ressaltaram o progresso na cooperação bilateral para a igualdade de gêneros e o avanço na condição da mulher, incluindo os esforços voltados para maior participação política e econômica das mulheres na área de ciência e tecnologia, bem como a priorização da prevenção e combate à violência baseada em gênero, em nível global.

Os Presidentes reafirmaram o compromisso de ambos os países com a conclusão de um instrumento internacional efetivo na Organização Mundial da Propriedade Intelectual que assegure que os direitos autorais não sejam uma barreira ao acesso igualitário à informação, à cultura e à educação para pessoas com deficiência visual e pessoas com deficiência para leitura.

Expressaram sua satisfação com o resultado propiciado pelo diálogo a propósito da Convenção da Haia sobre Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças na implementação desse instrumento nos Estados Unidos e no Brasil.

Os líderes expressaram seu apoio ao tema da próxima Cúpula das Américas, “Conectando as Américas: Parceiros para a Prosperidade”, a qual tem como foco o papel da integração física,

cooperação regional, pobreza e desigualdades, segurança cidadã, desastres e acesso a tecnologias como meios para alcançar níveis superiores de desenvolvimento e superar os desafios das Américas.

Os Chefes de Estado discutiram a importância de progresso econômico continuado e estabilidade política no Haiti, incluindo a formação de um novo governo e a realização tempestiva de eleições. Sublinharam os resultados alcançados pela Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti e encorajaram o governo do Haiti a trabalhar para o fortalecimento da governança e do estado de direito. Encorajaram também o Haiti a continuar a buscar o desenvolvimento da Polícia Nacional Haitiana. Com vistas a promover novas parcerias público-privadas para o setor energético do Haiti, os líderes comprometeram-se a trabalhar com o governo do Haiti no desenvolvimento e implementação de um plano nacional de energia, incluindo seus planos de modernização dos serviços elétricos e de desenvolvimento de novas fontes renováveis de energia, como a Hidrelétrica Artibonite 4C, para garantir suprimento de energia para o desenvolvimento futuro do Haiti.

Os Presidentes tomaram nota do lançamento do Diálogo Estratégico em Energia (DEE) com significativa colaboração entre os órgãos responsáveis dos dois países. Sublinharam a cooperação crescente em petróleo e gás natural, biocombustíveis, energia renovável e eficiência energética, ciência e energia limpa. Ao ressaltar a importância do desenvolvimento destes recursos-chave para a segurança energética global, os líderes instruíram seus governos a buscar maiores oportunidades de trabalho com parceiros do setor de maneira a contribuir para estabilizar os mercados de petróleo e gás, aumentando o acesso à energia, aprofundando e promovendo o desenvolvimento e uso de tecnologias de energia limpa, renovável e de

baixo uso de carbono.

Os líderes tomaram nota da importância de uma colaboração mais ampla em matéria de exploração de petróleo e gás; em particular da produção segura, limpa e eficiente das reservas de petróleo e gás de seus países. Enfatizaram seu compromisso em proporcionar oportunidades para incentivar empresas a investir em produção e a compartilhar tecnologias e experiências para desenvolver capacidades no setor de petróleo e gás. Realçaram a importância de que seus governos e indústrias compartilhem informações sobre melhores práticas, inclusive sobre desenvolvimento de gás não-convencional e por meio da colaboração técnica em andamento sobre operações de petróleo e gás em águas profundas.

Os líderes se comprometeram a continuar a avançar na colaboração de seus países em pesquisa, desenvolvimento e sustentabilidade de tecnologia de bioenergia; incluindo biocombustíveis para aviação e cooperação em terceiros países, como a promoção de capacidades na África Ocidental no âmbito da Parceria Global de Bioenergia. Exaltaram os esforços conjuntos que resultaram na conclusão da primeira fase dos estudos de viabilidade para produção de bioenergia em terceiros países no âmbito do Memorando de Entendimento para Avançar a Cooperação em Biocombustíveis.

Os Presidentes realçaram a importância de sua cooperação regional em energia renovável por meio da identificação de potenciais recursos financeiros de organizações multilaterais. Em relação a eficiência energética, comprometeram-se a apoiar esforços regionais para aumentar a cooperação no setor de energia e incrementar a colaboração sob os auspícios da Parceria em Energia e Clima das Américas.

Como parte dos diálogos presidenciais, os líderes determinaram o estabelecimento de um Diálogo de Cooperação em Defesa (DCD) e anunciaram sua primeira reunião para o dia 24

de abril, no Brasil. Tomaram nota da importância de um diálogo aprimorado para permitir uma cooperação bilateral em defesa mais próxima entre os dois países, baseada no respeito mútuo e na confiança. Observaram também que o DCD servirá como um foro para o intercâmbio de visões e para identificar oportunidades de colaboração em assuntos de defesa no mundo.

Reiteraram a forte determinação dos dois países em apoiar esforços internacionais para o desarmamento e a não-proliferação, com vistas a alcançar a paz e a segurança em mundo sem armas nucleares. A esse respeito, expressaram apoio ao ciclo de revisão do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) e aos objetivos identificados no Plano de Ação adotado pela VIII Conferência de Revisão do TNP, que inclui a entrada em vigor do Tratado Abrangente para a Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT), o início de negociações de um tratado para proibir a produção de materiais físséis para armas nucleares ou outros propósitos explosivos, e iniciativas correlatas. Decidiram intensificar a cooperação bilateral e multilateral na área de proteção física e segurança nuclear, bem como no uso de energia nuclear para fins pacíficos.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO  
DA VISITA DA PRESIDENTA DILMA  
ROUSSEFF AOS ESTADOS UNIDOS DA  
AMÉRICA - WASHINGTON, 9 DE ABRIL  
DE 2012  
09/04/2012

1 - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO  
SOBRE A PARCERIA EM AVIAÇÃO  
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO  
DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

2 - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO  
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA

FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA PARA APOIAR A COOPERAÇÃO ESTADUAL E LOCAL

3 - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO TÉCNICA EM TERCEIROS PAÍSES PARA A MELHORIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR

4 - REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS SOBRE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (12-13 DE MARÇO DE 2012)

5 - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O MINISTÉRIO DAS CIDADES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NOS CAMPOS DA HABITAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEIS

6 - RECONHECIMENTO MÚTUO DA CACHAÇA COMO PRODUTO TÍPICAMENTE BRASILEIRO E DO UÍSCUE BOURBON/TENNESSEE COMO PRODUTO TÍPICAMENTE ESTADOUNIDENSE

FALECIMENTO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO MALÁUI, BINGU WA MUTHARIKA

10/04/2012

O Governo brasileiro apresenta suas sinceras condolências ao Governo e ao povo da República do Maláui pelo falecimento, em 5 de abril último, do Presidente Bingu wa Mutharika.

O Brasil saúda a observância do processo de

sucessão previsto na Constituição do Maláui, que levou a Vice-Presidente Joyce Banda a assumir a Presidência, no último sábado, tornando-se a primeira mulher a liderar aquele país.

VI CÚPULA DAS AMÉRICAS -  
CARTAGENA DAS ÍNDIAS, 14 E 15 DE  
ABRIL DE 2012  
12/04/2012

A Presidenta Dilma Rousseff participará, em 14 e 15 de abril, da VI Cúpula das Américas, em Cartagena das Índias, Colômbia. A Cúpula terá como tema “Conectando as Américas: Sócios para a Prosperidade”, com ênfase em pobreza e desigualdade; gestão e redução de risco de desastres; acesso e utilização de tecnologias; segurança cidadã e delinquência organizada transnacional; e integração física regional.

Na manhã do dia 14 de abril, a Presidenta participará, junto aos Presidentes da Colômbia, Juan Manuel Santos, e dos Estados Unidos, Barack Obama, do painel Comércio e Investimentos, no âmbito da “Cúpula Empresarial das Américas”, evento que precederá a Cúpula das Américas.

VISITA DA PRESIDENTA DILMA  
ROUSSEFF À COLÔMBIA - CARTAGENA  
DAS ÍNDIAS, 15 DE ABRIL DE 2012  
12/04/2012

A Presidenta Dilma Rousseff manterá encontro com o Presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, em Cartagena das Índias, no dia 15 de abril, após o encerramento da VI Cúpula das Américas.

Os Presidentes examinarão formas de estimular o comércio e o investimento entre os dois países e de aprofundar a cooperação em áreas como bioenergia, defesa, saúde, cultura, educação, ciência e tecnologia. Tratarão,

também, de temas da agenda regional e global.

Na sequência do encontro presidencial, o Brasil será o país homenageado na Feira do Livro de Bogotá de 2012, com a participação da Ministra da Cultura, Ana de Hollanda, na abertura da Feira no dia 16.

Os estudantes colombianos são os maiores receptores das bolsas oferecidas pelo Brasil no marco dos Programas do Convênio de Graduação e de Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG).

Em 2011, a corrente de comércio aumentou 17%, em relação ao ano anterior, totalizando US\$3,9 bilhões. No mesmo período, as exportações brasileiras cresceram 17,36%, e as importações, 28,7%. O estoque de investimentos brasileiros na Colômbia é estimado, hoje, em US\$ 2,5 bilhões.

#### SITUAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU

12/04/2012

O Governo brasileiro acompanha, com grave preocupação, os incidentes violentos ocorridos hoje na capital da Guiné-Bissau.

O Brasil se fará representar em reunião emergencial convocada pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que será realizada amanhã, em Lisboa.

A Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas está em coordenação com os Embaixadores dos países da CPLP, em Nova York, com vistas a solicitar o exame da situação em Bissau pelo Conselho de Segurança da ONU.

#### VISITA AO BRASIL DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO REINO UNIDO PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL, ANDREW MITCHELL

13/04/2012

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio

de Aguiar Patriota, recebeu ontem o Secretário de Estado do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional, Andrew Mitchell, ocasião em que assinaram carta de intenções para apoiar a segurança alimentar e nutricional em países de baixa renda.

O documento tem por objetivo estabelecer parcerias entre Brasil e Reino Unido para projetos de cooperação humanitária internacional de caráter sustentável, que envolverão o intercâmbio de experiências e tecnologias – a exemplo da prática brasileira nas áreas de segurança alimentar, de segurança nutricional e de compras locais de alimentos em países em desenvolvimento.

O primeiro projeto que será beneficiado por essa parceria é o Programa de Aquisição Local de Alimentos desenvolvido pelo Itamaraty, em conjunto com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e com o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e que atualmente opera em cinco países africanos - Etiópia, Maláui, Moçambique, Níger e Senegal.

#### VISITA AO BRASIL DA SECRETÁRIA DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, HILLARY CLINTON – BRASÍLIA, 16 E 17 DE ABRIL DE 2012

13/04/2012

A Secretária de Estado dos Estados Unidos da América, Hillary Clinton, realizará visita ao Brasil entre os dias 16 e 17 de abril.

No dia 16, será recebida pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, no contexto da 3ª Reunião do Diálogo de Parceria Global (DPG) Brasil-Estados Unidos. Criado em 2010, o DPG envolve encontros anuais para conferir direcionamento político à coordenação bilateral em diversas áreas, a exemplo de educação, ciência e tecnologia, inclusão social e direitos humanos.



Também serão examinados temas de interesse global, como a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), questões de paz e segurança internacionais e a reforma de instituições multilaterais.

Os Estados Unidos são o 2º principal parceiro comercial do Brasil. Em 2011, o fluxo de comércio entre os dois países atingiu US\$ 60 bilhões, o que representa aumento de 37% em relação ao registrado em 2007. O Brasil é a sexta maior fonte de visitantes para os Estados Unidos. Os Estados Unidos são a segunda maior origem de visitantes para o Brasil.

PRIMEIRA CONFERÊNCIA ANUAL DE  
ALTO NÍVEL DA PARCERIA PARA UM  
GOVERNO ABERTO - BRASÍLIA, 17 E 18  
DE ABRIL DE 2012  
13/04/2012

A Primeira Conferência Anual de Alto Nível da Parceria para um Governo Aberto (“Open Government Partnership”) será realizada nos dias 17 e 18 de abril, em Brasília. O evento, copresidido pelos Governos do Brasil e dos Estados Unidos, será aberto pela Presidenta Dilma Rousseff. Também participarão da abertura o Primeiro-Ministro da Geórgia, Nikoloz Gilauri, o Presidente da Tanzânia, Jakaya Kikwete, o Vice Primeiro-Ministro da Líbia, Omar Abdelkarim, a Secretária de Estado dos Estados Unidos, Hillary Clinton, o Ministro das Relações Exteriores da Estônia, Urmas Paet, o Ministro das Relações Exteriores da Letônia, Edgars Rinkevics, e o Ministro das Relações Exteriores da Libéria, Augustine Ngafuan.

Criada formalmente à margem da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2011, quando os Governos dos países fundadores adotaram a Declaração para um Governo Aberto, a Parceria é um fórum de participação voluntária que reúne governos

e entidades da sociedade civil e tem como principal objetivo fortalecer políticas nacionais de transparência e combate à corrupção, valendo-se do intercâmbio de experiências entre seus participantes.

Na Primeira Conferência Anual de Alto Nível, está prevista a adesão formal à iniciativa de 42 novos países.

SITUAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU

14/04/2012

O Governo brasileiro condena veementemente o golpe militar na Guiné-Bissau e a interrupção do processo eleitoral naquele país.

O Brasil exorta as lideranças das Forças Armadas a garantir a integridade e a segurança das autoridades civis que se encontram sob sua custódia, que devem ser libertadas imediata e incondicionalmente; a evitar quaisquer atos de violência; e a restabelecer a ordem constitucional no país.

O Governo brasileiro seguirá acompanhando atentamente o desenvolvimento da situação na Guiné-Bissau, no âmbito das Nações Unidas, em estreita coordenação com os demais membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que se reunirão neste sábado, em Lisboa, para examinar a situação naquele país.

O Brasil apoia o envolvimento e os esforços dos grupos regionais, como a CPLP, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental e a União Africana, e endossa a declaração presidencial divulgada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-  
MINISTRO DA GEÓRGIA, NIKA  
GILAURO – BRASÍLIA E SÃO PAULO, 13  
A 19 DE ABRIL DE 2012

14/04/2012

O Primeiro-Ministro da Geórgia, Nika Gilauri, realiza visita ao Brasil entre os dias 13 e 19 de abril. Trata-se da primeira visita de um Chefe de Governo georgiano ao País.

Em Brasília, o Primeiro-Ministro da Geórgia será recebido pelo Vice-Presidente da República, Michel Temer, e pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, bem como participará da 1ª Conferência Anual de Alto Nível da Parceria para um Governo Aberto. Em São Paulo, manterá encontro com o Governador Geraldo Alckmin e visitará empresas brasileiras.

O Ministro Patriota e o Primeiro-Ministro Gilauri examinarão o aprofundamento das parcerias em áreas como cooperação econômica e técnica. Também serão tratados temas de interesse global, como as perspectivas para a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e a reforma de instituições multilaterais.

As relações entre Brasil e Geórgia têm se intensificado desde a inauguração das Embaixadas residentes em Brasília, em 2010, e em Tbilisi, em 2011. No ano passado, o volume de comércio entre os dois países atingiu US\$ 211 milhões, o que representa aumento de 82% em relação a 2010.

## RESOLUÇÃO DA CPLP SOBRE A SITUAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU

14/04/2012

O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunido em Lisboa, no dia 14 de Abril de 2012, na sua VIII Reunião Extraordinária, para analisar a situação na República da Guiné-Bissau, na sequência do golpe militar de 12 de Abril de 2012;

Recordando que o primado da paz, da democracia, do Estado de Direito, dos direitos humanos e da justiça social são princípios fundadores da CPLP;

Tendo tomado conhecimento, com consternação, do golpe militar perpetrado na Guiné-Bissau, em flagrante violação daqueles princípios fundamentais;

Tendo em consideração a circunstância agravante do golpe militar ter ocorrido na véspera do início da campanha eleitoral para a 2ª volta que levaria à escolha do Presidente da República, num processo eleitoral cuja transparência foi reconhecida pelas instâncias nacionais e internacionais;

Tendo ouvido a exposição detalhada e informada do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades da República da Guiné-Bissau sobre a situação no país;

DECIDE:

1. Condenar, com veemência, todas as ações de subversão ocorridas na Guiné-Bissau, exigindo a imediata reposição da ordem constitucional, da legalidade democrática e a conclusão do processo eleitoral;

2. Instar todos os implicados a cessarem de imediato os atos violentos e ilegais, que são objeto de condenação por parte de toda a comunidade internacional;

3. Exigir o estrito respeito e a preservação da integridade física de todos os titulares de cargos públicos e demais cidadãos que se encontram sob custódia dos militares sublevados, assim como a sua libertação imediata e incondicional, sublinhando que qualquer ato de violência será considerado intolerável e acarretará graves consequências para os seus perpetradores, implicando a responsabilização dos envolvidos, no plano do direito penal internacional;

4. Afirmar, perante o povo guineense e a comunidade internacional que as únicas autoridades reconhecidas pela CPLP na Guiné-Bissau são as que resultam do exercício do voto popular, da legalidade institucional e dos imperativos da Constituição, repudiando quaisquer atos de entidades que possam vir a ser

anunciadas na sequência do golpe militar;

5. Apoiar o importante papel desempenhado pela MISSANG, no quadro do acordo celebrado, em prol da estabilização, pacificação e reforma do setor de defesa e segurança da Guiné-Bissau, reconhecido pela sociedade civil e pelas autoridades legítimas guineenses, bem como pela comunidade internacional;

6. Manter uma estreita articulação com os Estados da Sub-Região da África Ocidental e com os seus parceiros regionais e internacionais, nomeadamente a Organização das Nações Unidas, União Africana, CEDEAO e União Europeia, com vista ao estabelecimento de uma parceria efetiva que possa contribuir para a pacificação e a estabilização duradoura da Guiné-Bissau;

7. Tomar a iniciativa de, no quadro das Nações Unidas, em articulação com a CEDEAO, a União Africana e a União Europeia, tendo em conta a experiência da MISSANG no terreno, constituir uma força de interposição para a Guiné-Bissau, com mandato definido pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, visando:

- a. A defesa da paz e da segurança;
- b. A garantia da ordem constitucional;
- c. A proteção das instituições, das autoridades legítimas e das populações;
- d. A conclusão do processo eleitoral;
- e. A concretização da reforma do setor de defesa e segurança.

8. Advertir todos os implicados na alteração da ordem constitucional na Guiné-Bissau, civis e militares, de que a persistência na ilegalidade conduzirá a que os Estados membros da CPLP proponham a aplicação de sanções individualizadas por parte das organizações internacionais e regionais pertinentes, nomeadamente:

- a. proibição de viagens;
- b. congelamento de ativos;
- c. responsabilização criminal.

9. Reafirmar a necessidade imperiosa de

concretizar a reforma do sector de defesa e segurança da Guiné-Bissau, enquanto condição para o estabelecimento da paz e estabilidade duradoura no País;

10. Reiterar que somente o pleno respeito pela ordem constitucional, pelo Estado de Direito, pelas autoridades democraticamente constituídas e pelo processo eleitoral em curso, garantirá que o povo guineense – a principal vítima da presente situação – alcance a paz e o desenvolvimento;

11. Aprovar um “plano de ação imediata” visando a concretização das decisões enunciadas na presente resolução.

VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-  
MINISTRO DE MOÇAMBIQUE, AIRES  
BONIFÁCIO BAPTISTA ALI – 13 A 18 DE  
ABRIL DE 2012  
16/04/2012

O Primeiro-Ministro de Moçambique, Aires Bonifácio Baptista Ali, realizará visita ao Brasil no período de 13 a 18 de abril. Em Brasília, o Senhor Baptista Ali será recebido pelo Vice-Presidente Michel Temer, no dia 17, e manterá encontros com os Ministros de Minas e Energia e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. No Rio de Janeiro, reunir-se-á com o Presidente do BNDES. Haverá, ainda, encontros com representantes de empresas brasileiras que atuam em Moçambique.

Durante sua estada em Brasília, participará do lançamento da pedra fundamental da nova Embaixada de Moçambique na capital.

O relacionamento econômico bilateral tem crescido, impulsionado pela presença de empresas brasileiras no país. A cooperação brasileira para Moçambique conta com projetos nas áreas de saúde, educação, agricultura, segurança alimentar e energia.

Em 2011, o intercâmbio comercial entre Brasil

e Moçambique foi de US\$ 85,3 milhões, o que representa crescimento de 101,2% em relação ao ano anterior. As exportações brasileiras de produtos manufaturados representam 56,5% do total.

O Brasil reconheceu a independência de Moçambique no dia de sua proclamação, em 25 de junho de 1975, e estabeleceu Embaixada em Maputo em 1976. A Embaixada de Moçambique em Brasília foi aberta em 1998.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO  
DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA  
REPÚBLICA DO CHILE, ALFREDO  
MORENO  
17/04/2012

O Ministro das Relações Exteriores da República do Chile, Alfredo Moreno, realizará visita a Brasília, no dia 18 de abril, para encontro de trabalho com o Ministro Antonio de Aguiar Patriota.

Na ocasião, será realizada a III Reunião da Comissão Bilateral Brasil-Chile, para revisar temas da agenda bilateral, com ênfase em cooperação antártica e nas áreas de energia, integração física, ciência e tecnologia, comércio e investimentos.

Os Chanceleres tratarão, ainda, da cooperação no âmbito da UNASUL e da CELAC, bem como da participação de ambos os países na MINUSTAH.

A corrente de comércio, em 2011, foi da ordem de US\$ 10 bilhões, mantendo tradicional equilíbrio – o Brasil exportou US\$ 5,4 bilhões e importou US\$ 4,5 bilhões.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO  
URUGUAI, JOSÉ MUJICA - BRASÍLIA, 19  
DE ABRIL DE 2012  
18/04/2012

O Presidente da República Oriental do Uruguai, José Mujica, virá ao Brasil no dia 19 de abril para encontro de trabalho com a Presidenta Dilma Rousseff.

Os mandatários examinarão setores prioritários da cooperação bilateral, dentre eles integração física e energética, ciência, tecnologia e inovação, biotecnologia e TV Digital. Tratarão, também, de integração regional.

Em 2011, o Uruguai completou nove anos consecutivos de crescimento. O desemprego chegou a 6% em fevereiro de 2012, um dos mais baixos índices da série histórica, e a pobreza extrema vem sendo reduzida de forma pronunciada no país – de cerca de 5% em 2004 para 1% em 2011.

O Brasil consolidou-se nos últimos anos como o principal parceiro comercial do Uruguai. Em 2011, o comércio bilateral chegou a mais de US\$ 3,9 bilhões, o que representou um aumento 26,4% em relação ao ano anterior.

DIÁLOGO DE PARCERIA GLOBAL  
BRASIL-EUA - BRASÍLIA, 16 DE ABRIL  
DE 2012 - COMUNICADO CONJUNTO  
18/04/2012

O Ministro das Relações Exteriores Antonio de Aguiar Patriota e a Secretária de Estado Hillary Clinton conduziram o III Diálogo de Parceria Global (DPG) no dia 16 de abril, para passar em revista o estado da relação bilateral, à luz da exitosa visita da Presidenta Dilma Rousseff aos Estados Unidos, em 9 e 10 de abril, e para realçar o considerável progresso no desenvolvimento da cooperação conjunta desde o II DPG, realizado em junho de 2011. Os Participantes também notaram com satisfação o importante papel do DPG na formação da Parceria Brasil-EUA para o Século XXI. Concordaram que o DPG é mecanismo cada vez mais importante

para fazer avançar a cooperação bilateral e promover interesses compartilhados ao redor do mundo. O Ministro Patriota e a Secretária Clinton também revisaram os progressos de diversos outros diálogos bilaterais, incluindo o Diálogo de Parceria Econômica, em outubro de 2011; a reunião do Comitê Gestor Brasil-EUA para Avançar a Cooperação em Biocombustíveis, em fevereiro de 2012; as reuniões do Grupo de Trabalho Bilateral sobre a Convenção da Haia de 1980 sobre Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, em agosto de 2011 e em março de 2012; o Diálogo Político-Militar, em fevereiro de 2012; a reunião da Comissão Conjunta em Ciência e Tecnologia, em março de 2012; o Diálogo sobre Desarmamento e Não-Proliferação, em março de 2012; e o Diálogo sobre Segurança Espacial, em abril de 2012.

Ressaltaram que diversas iniciativas impulsionadas no II DPG foram implementadas por ocasião da visita da Presidenta Rousseff a Washington, tais como a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Parceria em Aviação e do Memorando de Entendimento para Implementação de Atividades de Cooperação Técnica para Aprimorar a Segurança Alimentar em Terceiros Países, bem como o anúncio de iniciativas concretas para promover o incremento do fluxo de bens e pessoas entre os dois países. Os Participantes sublinharam que a colaboração acadêmica e de pesquisa é uma prioridade entre os dois países, e que o objetivo da iniciativa dos EUA “100 mil Unidos Pelas Américas” complementa o programa brasileiro “Ciência sem Fronteiras” (CsF). Celebraram a implementação exitosa do Plano de Ação em Educação, com centenas de estudantes já tendo sido enviados aos Estados Unidos no âmbito do CsF. Os participantes também saudaram a assinatura de um Memorando de Entendimento sobre Cooperação Descentralizada durante a Visita Presidencial.

O III DPG foi precedido por discussões de alto nível em temas bilaterais e internacionais. Grupos de Trabalho reuniram-se para discutir sobre África; América Latina; assuntos econômico-comerciais; ciência, tecnologia, inovação e meio ambiente; comunicação via Internet e assuntos cibernéticos; e educação e cultura. Os participantes do DPG discutiram, ademais, assuntos relacionados à inclusão social.

Expressaram satisfação com a cooperação ampliada no âmbito da Comissão Conjunta em Ciência e Tecnologia e saudaram a criação de um grupo de trabalho em inovação. Também notaram o compromisso mútuo para o aprofundamento da cooperação e da colaboração em um leque de assuntos, incluindo oceanos, espaço, biotecnologia, saúde, nanotecnologia e prevenção e mitigação de desastres. Repassaram o anúncio pela Secretária Clinton de sua intenção de enviar ao Brasil uma Delegação de Inovação, constituída de empreendedores, representantes de universidades e funcionários governamentais de alto nível.

Saudaram, igualmente, a criação de novo mecanismo de diálogo sobre a Internet e os temas ligados a tecnologias de informação e comunicação (TICs), tais como governança da Internet, política pública para Internet, segurança cibernética, bem como políticas de TICs e telecomunicações. Os Participantes acordaram manter uma primeira discussão interministerial abrangente, na segunda metade de 2012, para tratar do assunto prioritário de governança da Internet e cooperação em outros assuntos de políticas para Internet, com planos de manter outras discussões ao longo do ano.

Sublinharam a educação e a inovação como fatores-chave para promover a inclusão social, a competitividade e o crescimento econômico. Apoiaram os esforços para incluir as faculdades comunitárias norte-americanas e alunos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica brasileira nos programas “Ciências sem

Fronteiras” e “100 mil Unidos Pelas Américas”. Saudaram, igualmente, a assinatura de um Memorando de Entendimento entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Associação de Faculdades e Universidades Historicamente Negras dos Estados Unidos (HBCU) no âmbito do Plano de Ação Conjunto para a Eliminação da Discriminação Étnico-Racial e Promoção da Igualdade.

Os Participantes concordaram em aprofundar o diálogo que associa educação, pesquisa científica e inovação por meio de bolsas Fulbright-Ciência sem Fronteiras para pesquisadores sêniores e catedráticos. Concordaram, igualmente, em intensificar o diálogo com órgãos dos EUA que realizam pesquisas científicas, como a Fundação Nacional de Ciências (NSF) e os Institutos Nacionais de Saúde (NIH), bem como com empresas e associações do setor privado, a fim de explorar maneiras como elas poderiam incrementar seu apoio aos programas “Ciência sem Fronteiras” e “100 mil Unidos Pelas Américas”.

Os Participantes enfatizaram a importância dos benefícios mútuos de estimular maiores investimento e comércio. Nesse contexto, saudaram a criação de diálogo em investimento durante a Visita Presidencial. Comprometeram-se, igualmente, a trabalhar em estreita colaboração para satisfazer as exigências do Programa de Dispensa de Vistos dos Estados Unidos e da legislação brasileira aplicável, de maneira a possibilitar que cidadãos brasileiros e norte-americanos viagem entre os dois países sem necessitar de visto.

Os Participantes tomaram nota de que o fortalecimento de intercâmbios culturais é prioridade comum para Brasil e Estados Unidos. Acordaram em facilitar colaborações e intercâmbios na área musical entre os dois países. As atividades poderiam ser sediadas em Nova Orleans, Louisiana, e Salvador, Bahia – cidades que são emblemáticas das ricas tradições

musicais dos dois países – e promover shows de grupos musicais brasileiros e estadunidenses, oficinas de trabalho, programas destinados a jovens, e mídia social. Outra prioridade da parceria será explorar as possibilidades de apresentação de grupos musicais brasileiros e norte-americanos em terceiros países, possivelmente no Haiti e Moçambique.

Anunciaram a intenção de buscar maior diálogo e cooperação sobre segurança e luta contra o crime organizado transnacional, e manifestaram o desejo de trocar experiências e intensificar a colaboração no assunto. Para alcançar esse objetivo, saudaram a próxima visita do Secretário-Adjunto para Aplicação da Lei e Narcóticos em Nível Internacional, William Brownfield, ao Brasil para encontrar-se com seus homólogos.

Os Participantes do III DPG apoiaram o diálogo intensificado em discussões regionais para incluir intercâmbios sobre o Oriente Médio, África, América Latina e Ásia Oriental e Pacífico. Reconhecendo a importância de diálogo regular sobre interesses compartilhados nessas regiões, os Participantes comprometeram-se a realizar discussões no decorrer de 2012.

Os Participantes, reconhecendo valores e objetivos compartilhados, concordaram na importância de manter um diálogo aberto sobre a África para expandir a exitosa cooperação trilateral existente e trocar opiniões sobre desenvolvimentos políticos, com vistas a identificar contribuições comuns para alcançar a paz, a estabilidade e o desenvolvimento econômico sustentável na região. Os Participantes também identificaram novas áreas para cooperação trilateral nos setores de energia e agricultura.

Os Participantes saudaram o começo de parceria trilateral com o governo do Haiti para melhorar práticas e tecnologias agrícolas. Os Participantes concordaram em cooperar na Iniciativa Financiamento Doméstico para o

Desenvolvimento(DF4D), articulada com órgãos públicos especializados do Brasil para promover uma gestão fiscal eficaz e transparência em terceiros países, inclusive na África. Ademais, os Participantes concordaram em expandir a cooperação trilateral em tecnologia agrícola em terceiros países, com ênfase especial na América Central e na África lusófona, bem como em trabalhar em prol de um instrumento que venha a refletir sua concordância em promover a cooperação em matéria de regulamentação e sensibilização pública, entre outros. Notando as atividades em andamento na África e no Haiti, os Participantes manifestaram seu interesse em expandir a cooperação trilateral conjunta na América Central e no Caribe, assim como em outras partes do mundo.

Os Participantes reafirmaram a intenção de ambos os países de continuar a cooperar com o Haiti com vistas a promover seu desenvolvimento econômico e social. Para estimular novas parcerias público-privadas no setor energético do Haiti, comprometeram-se a trabalhar com o governo do Haiti no desenho e implementação de seu plano nacional de energia, incluindo seus planos de modernizar sua infraestrutura de energia elétrica e valer-se de fontes de energia renováveis, como a usina hidrelétrica de Artibonite 4C, para prover de energia o desenvolvimento futuro do Haiti. Os Participantes reiteraram seu compromisso com a segurança do Haiti e concordaram em buscar parcerias para capacitar a Polícia Nacional do Haiti.

Os Participantes fizeram um balanço do progresso alcançado no âmbito do Memorando de Entendimento sobre o Avanço da Condição da Mulher no âmbito do Plano de Ação Conjunto para Eliminação da Discriminação Étnico-Racial e Promoção da Igualdade ao longo do último ano, inclusive um novo foco na maneira que nossos governos e setores privados irão colaborar para criar oportunidades econômicas

e treinamento profissional para grupos étnicos historicamente marginalizados e vulneráveis, mulheres e jovens na preparação para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Manifestaram, igualmente, seu compromisso conjunto de buscar novos modos de promover colaboração adicional em assuntos LGBT em foros multilaterais de direitos humanos.

Os Participantes trocaram opiniões sobre a recente Cúpula das Américas, que teve lugar em Cartagena, Colômbia. Ressaltaram a importante contribuição dos processos regionais e sub-regionais em andamento para o desenvolvimento econômico e social das Américas.

O Chanceler Patriota e a Secretária Clinton também enfatizaram a importância da próxima Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20) no Brasil como uma oportunidade para promover o desenvolvimento sustentável por meio da inovação e amplo engajamento das partes interessadas.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO  
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA  
SÉRVIA, VUK JEREMIĆ - BRASÍLIA, 20  
E 21 DE ABRIL DE 2012  
19/04/2012

O Ministro de Negócios Estrangeiros da Sérvia, Vuk Jeremić, realizará visita ao Brasil nos dias 20 e 21 de abril. Em sua quinta visita ao País desde 2008, será recebido pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e pelo Ministro da Defesa, Celso Amorim.

Os Ministros Patriota e Jeremić examinarão o aprofundamento da cooperação em áreas como infraestrutura e energia. Tratarão, também, de temas de interesse global, como a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), questões de paz e segurança internacionais, sobretudo aquelas

relacionadas aos Balcãs, e a reforma de instituições multilaterais.

Em 2011, o fluxo comercial superou US\$ 46 milhões, o que representa aumento de 71% em relação ao registrado no ano anterior.

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE  
AGUIAR PATRIOTA À ETIÓPIA – ADIS  
ABEBA, 23 E 24 DE ABRIL DE 2012  
22/04/2012

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota visitará a Etiópia, em 23 e 24 de abril, onde será recebido pelo Primeiro-Ministro Meles Zenawi e manterá reunião de trabalho com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Hailemariam Desalegn.

O Ministro deverá, ainda, participar de Reunião Ministerial do Conselho de Paz e Segurança da União Africana sobre a situação na Guiné-Bissau e no Mali, bem como sobre o processo de paz entre o Sudão e o Sudão do Sul.

A visita reflete o estreitamento das relações bilaterais, desde a abertura da Embaixada do Brasil em Adis Abeba, em 2005, e a abertura da Embaixada da Etiópia em Brasília, em 2011. Em 2011, o comércio entre Brasil e Etiópia foi de US\$ 34,28 milhões.

Segundo país mais populoso da África e 10ª economia do continente, a Etiópia figura entre os países cujas economias mais crescem na região. Por abrigar a sede da União Africana (UA) e da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (ECA), Adis Abeba projeta-se como importante pólo diplomático, desempenhando relevante papel nos processos de paz no continente.

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE  
AGUIAR PATRIOTA À TUNÍSIA - TÚNIS,  
24 E 25 DE ABRIL DE 2012  
24/04/2012

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, visitará a Tunísia em 24 e 25 de abril, atendendo a convite do Ministro dos Negócios Estrangeiros tunisiano, Rafik Abdessalem. Manterá encontro de trabalho com o Chanceler Abdessalem e será recebido pelo Presidente Moncef Marzouki e pelo Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Mustapha Ben Jaafar.

As manifestações populares na Tunísia, em dezembro de 2010, puseram em marcha pioneiro processo de transição democrática no mundo árabe. A visita constituirá ocasião para reafirmar o apoio do Brasil ao processo de transição no país e impulsionará a cooperação bilateral.

O Brasil representa cerca de 50% do comércio da Tunísia com a América do Sul. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial entre os dois países cresceu 66%, passando de US\$ 290 milhões para quase US\$ 481 milhões. Em 2011, foram exportados à Tunísia US\$ 376 milhões em mercadorias, e importados bens no valor de US\$ 104 milhões.

APOIO A REFUGIADOS NA  
MAURITÂNIA  
25/04/2012

O Governo brasileiro comunicou ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em Genebra, sua decisão de contribuir com US\$ 300 mil para apoiar as ações da organização na Mauritânia, em benefício dos refugiados malienses. Desde fevereiro último, cerca de 60 mil cidadãos do Mali buscaram refúgio em território mauritano. A contribuição brasileira cobrirá parte dos custos de aquisição e instalação de novas barracas para abrigo de refugiados

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE



AGUIAR PATRIOTA À MAURITÂNIA –  
NOUAKCHOTT, 25 E 26 DE ABRIL DE  
2012  
26/04/2012

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota visita a Mauritânia em 25 e 26 de abril. Trata-se da primeira visita de um Ministro das Relações Exteriores brasileiro ao país.

A visita será oportunidade para a consolidação do processo de aproximação iniciado com a decisão recíproca, em 2007, de abertura de Embaixadas residentes. A Embaixada mauritana em Brasília funciona desde 2008, enquanto que o governo brasileiro inaugurou sua representação em Nouakchott em 2010.

O Ministro Patriota foi recebido dia 25 pelo Presidente da República Islâmica da Mauritânia, Mohamed Abdel Aziz e manterá reunião de trabalho com o Chanceler Hamadi Ould Hamadi e outras autoridades locais para examinar possibilidades de investimento e de desenvolvimento das relações comerciais, bem como de cooperação técnica, humanitária e militar.

Durante a visita serão assinados acordos bilaterais sobre cooperação na área de aquicultura e formação em agricultura, além de acordo que cria comissão mista bilateral e outros que facilitam as relações diplomáticas bilaterais.

Desde 2003, o crescimento do comércio bilateral foi de 400%. O Brasil já é o quinto principal exportador para a Mauritânia, destacando-se produtos como açúcar, trigo e pneus. O principal eixo rodoviário do país – a “rota da esperança”, que tem 1.100 km e liga Nouakchott à cidade de Néma – foi construída por empresa brasileira.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS  
RELAÇÕES EXTERIORES, COMÉRCIO E

INTEGRAÇÃO DO EQUADOR, RICARDO  
PATIÑO – BRASÍLIA, 30 DE ABRIL DE  
2012  
30/04/2012

O Ministro das Relações Exteriores, Comércio e Integração da República do Equador, Ricardo Patiño, visitará Brasília, no dia 30 de abril, para encontro de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota.

Na ocasião, será realizada reunião do Mecanismo de Consultas Bilaterais Brasil-Ecuador, para examinar temas da agenda bilateral, com ênfase em cooperação nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, educação, cultura e investimentos.

Serão tratados, igualmente, a integração regional, com destaque para a consolidação das instituições da UNASUL – cuja Secretaria Geral está sediada em Quito – e da CELAC, o aprofundamento do relacionamento do Equador com o MERCOSUL e a Conferência Rio+20.

Entre 2004 e 2011, o intercâmbio comercial entre Brasil e Equador praticamente dobrou, passando de US\$ 575 milhões para pouco mais de US\$ 1 bilhão.

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE  
AGUIAR PATRIOTA A WASHINGTON – 2  
DE MAIO DE 2012  
02/05/2012

O Ministro Patriota participará, como convidado especial, em Washington, em 2 de maio, do Foro Global do “American Jewish Committee”, que reunirá representantes de 50 comunidades judaicas de todo o mundo, inclusive do Brasil. Na ocasião, participará do painel “Bric by bric: building a New World Order”.

O Ministro Patriota manterá ainda encontro com o Presidente da “American Task-Force on Palestine”, Ziad Asali, e com o Diretor Nacional da Sociedade Islâmica da América do Norte, Sayyid M. Syeed.

VISITA DO MINISTRO ANTONIO DE  
AGUIAR PATRIOTA AO SURINAME -  
PARAMARIBO, 4 E 5 DE MAIO DE 2012

03/05/2012

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota se encontra em visita ao Suriname, onde participa como convidado especial da 15ª Reunião do Conselho de Relações Exteriores e Comunitárias da Comunidade do Caribe (COFCOR-CARICOM).

A presença do Ministro na reunião do COFCOR-CARICOM, no dia 4, reforça o compromisso mútuo de estreitamento de laços entre o Brasil e os países do Caribe – cujo marco importante foi a realização, em abril de 2010, da I Cúpula Brasil-CARICOM. A participação do Brasil enfatizará a cooperação nas áreas de segurança alimentar, agricultura familiar e desenvolvimento social.

Constituída em 1973, a Comunidade do Caribe possui 15 países-membros. Em 2011, a corrente de comércio entre o Brasil e os países da CARICOM apresentou o valor recorde de US\$ 4,54 bilhões. Entre 2003 e 2011, o intercâmbio com a Comunidade aumentou 447%.

No dia 5, o Ministro Patriota manterá reunião de trabalho com o Chanceler Winston Lackin. Os dois ministros examinarão a agenda bilateral, com ênfase na cooperação em energia, agricultura e políticas sociais. Serão realizadas, no contexto da visita, missões a Paramaribo da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), da Caixa Econômica Federal, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), da Embrapa, da Eletrobras e do Ministério do

Desenvolvimento Social (MDS). O Ministro Patriota será recebido, ainda, pelo Presidente do Suriname, Desiré Bouterse.

As relações comerciais entre Brasil e Suriname evoluíram de forma considerável nos últimos anos. Entre 2002 e 2011, o intercâmbio entre os dois países aumentou em 687%, passando de US\$ 10,7 milhões para US\$ 73,6 milhões.

DECLARAÇÃO DE CARTAGENA -  
REUNIÃO DE MINISTROS DE DEFESA,  
JUSTIÇA, INTERIOR E RELAÇÕES  
EXTERIORES DA UNASUL

07/05/2012

Os Ministros das Relações Exteriores, da Defesa, da Justiça, do Interior e Segurança dos Estados membros da UNASUL reunidos na cidade de Cartagena D.T.C., em 3 e 4 de maio de 2012, e com a participação da Secretaria Geral da UNASUL:

Reafirmando que o irrestrito respeito à soberania, integridade e inviolabilidade territorial dos Estados, a não intervenção nos assuntos internos e a autodeterminação dos povos e o pleno respeito aos Direitos Humanos são elementos essenciais para consolidação da visão e a integração regional, segundo o Tratado Constitutivo da UNASUL;

Considerando a importância de fortalecer a América do Sul como uma zona de paz graças ao diálogo e ao entendimento em assuntos da defesa, segurança e cooperação regional multilateral;

Levando em conta o direito soberano que possui cada Estado para identificar suas próprias prioridades nacionais de segurança e definir suas ações em face delas e segundo seu ordenamento jurídico, respeitando o direito internacional;

Recordando a Convenção das Nações Unidas contra a Delinquência Organizada

Transnacional do ano 2000 e demais instrumentos internacionais na matéria, os quais visam promover a cooperação para prevenir e combater com maior eficiência a Delinquência Organizada Transnacional;

Recordando que as condições da Segurança Cidadã melhoram mediante o pleno respeito à Dignidade, os Direitos Humanos e as Liberdades Fundamentais das pessoas, assim como a necessidade de promover o desenvolvimento econômico e social, a inclusão social, a educação e a luta contra a pobreza, as doenças e a fome;

Decidem:

1. Fortalecer as ações de cooperação contra a Delinquência Organizada Transnacional em todas as suas manifestações e as novas formas da criminalidade, assim como os desafios em matéria de Segurança Cidadã;

2. Apresentar como recomendação ao Conselho de Chefas e Chefes de Estado da UNASUL, por meio do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores, a criação de um Conselho com o intuito de fortalecer a cooperação em matéria de Segurança Cidadã, de Justiça e a coordenação de ações contra a Delinquência Organizada Transnacional, procurando evitar a duplicação de funções com outras instâncias existentes na UNASUL.

3. Recomendar a criação de um Grupo de Trabalho que elabore, com o apoio da Secretaria Geral da UNASUL, o Estatuto e o Plano de Ação do referido Conselho.

O Grupo avaliará a possível coordenação ou a integração deste novo Conselho com o Conselho Sul-americano sobre o Problema Mundial das Drogas (CSPMD). A avaliação, o Estatuto e o Plano de Ação serão submetidos por meio do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores da UNASUL, para a aprovação definitiva pelo Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo.

Agradecem ao Governo da Colômbia a atenção e a organização desta reunião.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS  
RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA  
REPÚBLICA ARGENTINA, HÉCTOR  
TIMERMAN - BRASÍLIA, 15 DE MAIO

DE 2012  
14/05/2012

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, manterá reunião de trabalho com o Chanceler da República Argentina, Héctor Timerman, no dia 15 de maio, em Brasília, no contexto de encontros periódicos entre altas autoridades dos dois países. Passarão em revista os principais temas da agenda bilateral, com ênfase na integração econômico-comercial, e tratarão de questões regionais e globais.

O Brasil é o principal parceiro comercial da Argentina. Em 2011, o intercâmbio bilateral cresceu 20,2% com relação ao ano anterior, alcançando o montante de US\$ 39,6 bilhões, seu mais alto nível histórico.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO  
DE ASSUNTOS EXTERIORES E  
COOPERAÇÃO DA ESPANHA, JOSÉ  
MANUEL GARCÍA-MARGALLO -  
BRASÍLIA, SÃO PAULO E RIO DE  
JANEIRO, 16 A 19 DE MAIO DE 2012

15/05/2012

O Ministro de Assuntos Exteriores e Cooperação da Espanha, José Manuel García-Margallo, realizará visita ao Brasil entre os dias 16 e 19 de maio. Em Brasília, será recebido pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota.

Os Chanceleres examinarão os principais temas da agenda bilateral, como os fluxos de investimento e comércio, parcerias em educação, ciência, tecnologia e inovação,

questões consulares e cooperação trilateral em benefício de países latinoamericanos, caribenhos e africanos.

Os Ministros examinarão, igualmente, assuntos de interesse global, a exemplo do cenário econômico e financeiro internacional, da reforma das instituições de governança global, da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e da situação no Oriente Médio e no norte da África.

Com estoque de investimentos no Brasil superior a US\$ 85 bilhões, a Espanha é o segundo maior investidor estrangeiro no País. Em 2011, o volume de comércio entre os dois países registrou US\$ 7,97 bilhões, o que representa aumento de 20% em relação ao ano anterior.

#### ATENTADO EM BOGOTÁ 16/05/2012

O Governo brasileiro recebeu com consternação a notícia do atentado a bomba em ônibus em Bogotá ocorrido ontem, 15 de maio, que, segundo fontes oficiais da Colômbia, causou ao menos 2 vítimas fatais e deixou 25 feridos, dentre os quais o ex-ministro colombiano do Interior e da Justiça, Fernando Londoño.

Ao expressar sua solidariedade às famílias das vítimas, bem como ao Governo e ao povo colombianos, o Governo brasileiro reitera sua mais enérgica condenação a todo e qualquer ato de terrorismo.

#### FORMAÇÃO DO NOVO GOVERNO DO HAITI 16/05/2012

O Governo brasileiro saúda a conclusão do processo de formação do novo Governo do Presidente Michel Martelly, no Haiti, e expressa confiança em que o aval concedido

pelo Parlamento haitiano ao Gabinete e à Direção de Política Geral apresentados pelo recém-confirmado Primeiro Ministro, Laurent Lamothe, permitirá a intensificação dos esforços voltados para o desenvolvimento do país.

#### VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA HUNGRIA, JÁNOS MARTONYI 17/05/2012

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Hungria, János Martonyi, realiza visita ao Brasil de 15 a 18 de maio. Após passagem pelo Rio de Janeiro e São Paulo, será recebido, amanhã, em Brasília, pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota.

Os Chanceleres examinarão o aprofundamento das relações comerciais e da cooperação técnica e científica entre os dois países, bem como a possibilidade de inclusão de universidades húngaras no programa “Ciência sem Fronteiras”. O Foro Mundial de Ciências, realizado a cada dois anos em Budapeste, terá o Rio de Janeiro como sede de sua próxima edição, em novembro de 2013.

Os Ministros tratarão, também, de temas multilaterais como a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e governança internacional.

Em 2011, o fluxo comercial entre Brasil e Hungria foi de US\$ 417,2 milhões, representando um crescimento de mais de 90% em cinco anos.

#### ATENTADO NO IÊMEN 23/05/2012

O Governo brasileiro recebeu, com grande consternação, a notícia do atentado a bomba contra militares iemenitas ocorrido em Sana, em 21 de maio, que causou mais de 90 mortes

e deixou centenas de feridos.

O ataque foi perpetrado dois dias antes da realização da conferência internacional “Amigos do Iêmen”, que ocorre hoje, em Riade, Arábia Saudita. O Brasil participa da conferência e acredita se tratar de importante oportunidade para incentivar a cooperação internacional com o Iêmen.

Ao expressar sua solidariedade às famílias das vítimas, bem como ao Governo e ao povo iemenitas, o Governo brasileiro reitera seu repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO  
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E  
COMÉRCIO DA REPÚBLICA DA COREIA  
(COREIA DO SUL), KIM SUNG-HWAN

25/05/2012

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio da República da Coreia (Coreia do Sul), Kim Sung-hwan, realiza visita ao Brasil de 26 a 28 de maio. Em Brasília, será recebido pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, no dia 28.

Os Chanceleres examinarão os principais temas da agenda bilateral, como cooperação em ciência, tecnologia e inovação, comércio e investimentos e cooperação educacional. Os Ministros tratarão, também, de temas multilaterais, em particular a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Por ocasião da visita, será assinado Memorando de Entendimento relativo à cooperação em capacitação de diplomatas entre o Instituto Rio Branco e a academia diplomática sul-coreana (“Korea National Diplomatic Academy”).

A Coreia do Sul foi o sétimo parceiro comercial do Brasil no mundo em 2011, quando

o fluxo de comércio bilateral totalizou US\$ 14,8 bilhões, registrando um aumento de mais de 274% em cinco anos. Com aporte de US\$ 1,08 bilhão em 2011, a Coreia do Sul é também importante investidor no Brasil com presença nos setores petrolífero, eletro-eletrônico e de transportes.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO  
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DOS  
PAÍSES BAIXOS, URI ROSENTHAL

28/05/2012

O Ministro de Negócios Estrangeiros dos Países Baixos, Uri Rosenthal, realiza visita ao Brasil entre os dias 28 e 29 de maio. Em Brasília, será recebido pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp.

No dia 29, os Ministros Patriota e Rosenthal abrirão a conferência “Abordagens para a Segurança Internacional: as experiências do Brasil e dos Países Baixos”, organizada pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) e pelo Instituto Clingendael.

Os Chanceleres tratarão do aprofundamento das parcerias bilaterais em áreas como educação, ciência, tecnologia e inovação. Serão examinadas, também, oportunidades para a expansão dos fluxos de comércio e investimento entre os dois países. Os Ministros tratarão, igualmente, de assuntos de interesse global, em particular da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Os Países Baixos são o sexto parceiro comercial do Brasil e o quarto principal destino das exportações brasileiras. Em 2011, o comércio bilateral registrou US\$ 15,9 bilhões, o que representa aumento de 32,6% em relação ao ano anterior. Os investimentos neerlandeses no Brasil estão concentrados nos setores de

agronegócio, construção naval, logística e infraestrutura portuárias.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO  
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA  
NAMÍBIA, UTONI NUJOMA  
29/05/2012

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Namíbia, Utoni Nujoma, realizará visita ao Brasil, no dia 30 de maio. Em Brasília, será recebido pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e pelos Ministros da Defesa, Celso Amorim, do Desenvolvimento Agrário, Gilberto Vargas, e da Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella.

No encontro de trabalho, os Chanceleres abordarão temas relacionados às áreas de defesa, educação, agricultura, comércio e investimentos. Os Ministros tratarão, também, de temas regionais e multilaterais, como o dinamismo econômico e o contexto político no Continente Africano, a revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

O intercâmbio comercial bilateral foi de US\$ 25,6 milhões em 2011, registrando crescimento de 30% em relação ao ano anterior. No acumulado até abril de 2012, o comércio bilateral manteve tendência de crescimento, totalizando US\$ 8,3 milhões, aumento de cerca de 62% em relação ao montante alcançado no mesmo período do ano anterior.

VISITA AO BRASIL DO REI DA  
ESPANHA, JUAN CARLOS I – BRASÍLIA,  
4 DE JUNHO DE 2012  
01/06/2012

O Rei da Espanha, Juan Carlos I, realizará

visita ao Brasil no dia 4 de junho e será recebido pela Presidenta da República, Dilma Rousseff.

O Rei da Espanha estará acompanhado por delegação empresarial e, durante a visita, serão examinadas oportunidades de intensificar o relacionamento econômico entre os dois países. A Espanha é o segundo maior investidor estrangeiro no Brasil, com estoque de capital superior a US\$ 85 bilhões. Em 2011, o comércio bilateral registrou US\$ 7,97 bilhões – o que representa aumento de 20% em relação ao ano anterior.

SESSÃO ESPECIAL DO CONSELHO  
DE DIREITOS HUMANOS DA  
ONU SOBRE A SITUAÇÃO NA  
SÍRIA – PRONUNCIAMENTO DA  
EMBAIXADORA DO BRASIL, MARIA  
NAZARETH FARANI AZEVÊDO -  
GENEBRA, 1º DE JUNHO DE 2012  
01/06/2012

Senhora Presidente,

O Brasil associou-se à convocação desta reunião para que o Conselho de Direitos Humanos trate, com senso de urgência, dos acontecimentos na Síria que provocaram indignação em todo o mundo.

Na última segunda-feira, expressamos nosso total apoio à Declaração à Imprensa do Presidente do Conselho de Segurança, que condenou nos termos mais fortes possíveis os assassinatos, confirmados por observadores das Nações Unidas, de dezenas de homens, mulheres e crianças e ferimentos de centenas na aldeia de El-Houleh, perto de Homs.

O Brasil reafirma seu apoio ao plano de seis pontos do Enviado Especial Kofi Annan e salienta, em particular, a necessidade de um fim imediato do combate e efetiva cessação de todas as formas de violência. Nesse sentido,

é imperativo que o Governo sírio coopere plenamente com a Missão de Supervisão das Nações Unidas na Síria (UNSMIS) e ponha fim imediato ao movimento de tropas em direção às áreas urbanas.

Não há solução militar para a atual crise na Síria, e o Governo sírio é o principal responsável por criar as condições necessárias para que o plano de seis pontos possa prosperar.

Estamos extremamente preocupados com os relatos que descrevem a atual situação na Síria como de pré-guerra civil, conforme assinalado por Jean-Marie Guehenno em seu briefing ao Conselho de Segurança no início desta semana.

Em conformidade com o nosso apoio a todas as resoluções anteriores sobre abusos de direitos humanos na Síria adotadas por este Conselho, pela Assembléia Geral da ONU e pela Unesco, o Brasil insta a Comissão de Inquérito a investigar as mortes e estabelecer responsabilidades por esses crimes.

Reiteramos nossa profunda solidariedade e condolências às famílias das vítimas.

Os próximos dias serão cruciais para que os esforços da ONU na Síria cumpram seus objetivos de acordo com seu mandato. O Brasil renova o seu apoio total à UNSMIS e ao Enviado Especial Kofi Annan.

Obrigada.”

VISITA AO BRASIL DO CHANCELER  
DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA  
VENEZUELA, NICOLÁS MADURO  
MOROS – RIO DE JANEIRO, 2 DE  
JUNHO DE 2012

01/06/2012

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, manterá encontro com seu homólogo venezuelano, Nicolás Maduro Moros, no Rio de Janeiro, em 2 de

junho.

No encontro, os Chanceleres tratarão de temas da agenda entre os dois países, como a cooperação em habitação, agricultura e saúde; infraestrutura; comércio; e investimentos. Os Ministros também conversarão sobre os processos de integração regional e de iniciativas como o Banco do Sul e o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN). No plano multilateral, tratarão, ainda, de temas como o relacionamento com a África e com países árabes e a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

A Venezuela é um dos principais parceiros comerciais do Brasil na América do Sul e tem o quarto maior PIB sul-americano. Desde 2003, o comércio bilateral quintuplicou, alcançando US\$ 5,86 bilhões em 2011.

ACIDENTE AÉREO NA NIGÉRIA

04/06/2012

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com grande pesar, do acidente aéreo ocorrido em Lagos, que vitimou ao menos 153 pessoas.

O Governo brasileiro transmite sua solidariedade e suas condolências aos familiares das vítimas, bem como ao povo e ao Governo nigerianos.

FUNDO IBAS – PROJETO AGRÍCOLA NO  
LAOS

05/06/2012

Lançou-se, hoje, em Paksane, Laos, projeto de irrigação agrícola do Fundo IBAS, intitulado “Apoio à agricultura irrigada integrada em 2 Distritos Bolikhamxay”. Com orçamento de US\$ 1,323 milhão, o projeto tem por objetivo o aprimoramento da agricultura irrigada,

prejudicada pelos tufões Haima e Nockten (agosto e setembro de 2011), a melhoria da segurança alimentar, a redução da pobreza e a promoção da participação local na gestão dos recursos hídricos.

Além dessa iniciativa, o Fundo concluiu projetos em Cabo Verde, Guiné Bissau, Haiti e Palestina. Executa, atualmente, projetos nos seguintes países: Burundi, Cabo Verde, Camboja, Guiné-Bissau, Palestina, Serra Leoa e Vietnã. Criado em 2004, o Fundo objetiva, com base nas capacidades disponíveis nos países do IBAS e em suas experiências nacionais exitosas, apoiar projetos autossustentáveis e reproduzíveis, atendendo particularmente a demandas de países de Menor Desenvolvimento Relativo (MDRs) ou saídos de conflitos. O Fundo busca, ainda, contribuir para a consecução das Metas do Milênio.

Pelo reconhecimento do êxito de suas iniciativas, o Fundo IBAS recebeu, em 2006, o Prêmio “Parceria Sul-Sul para Aliança Sul-Sul”, concedido pelo PNUD, e, em 2010, o Prêmio “Millennium Development Goals Awards”, outorgado pelo “Millennium Development Goals Awards Committee”, ONG voltada à promoção das Metas do Milênio.

## COMUNICADO CONJUNTO - REUNIÃO TÉCNICA BRASIL-ESPANHA SOBRE TEMAS CONSULARES E MIGRATÓRIOS 05/06/2012

No dia 4 de junho, em Madri, reuniram-se delegações do Brasil e da Espanha, presididas pelos Diretores dos Departamentos Consulares e compostas por altos funcionários diplomáticos e por autoridades policiais dos dois países.

O principal tema da reunião foi a facilitação recíproca de entrada nos dois países por visitantes nacionais dos respectivos países.

O encontro começou com o deslocamento de ambas as delegações ao Aeroporto de

Barajas, onde visitaram o local designado para os inadmitidos, presenciaram a fiscalização imigratória para viajantes oriundos de países que não integram a União Europeia e visitaram a sala na qual são realizadas entrevistas com viajantes que ingressam na Espanha.

Após intensa sessão de trabalho, na qual foram analisadas as legislações, normas e práticas de ambos os países, as delegações acordaram o seguinte:

1. Foi definida lista detalhada e exaustiva dos requisitos mútuos para o traspasso de fronteiras e essa lista será incluída nas páginas eletrônicas das Embaixadas e Consulados de ambos os países, de modo a fornecer informação clara aos viajantes. Nesse sentido, acordou-se que esses requisitos serão atualizados diante de possíveis modificações que possam ocorrer.

2. A delegação espanhola informou que, conforme o novo regime simplificado para a carta-convite, será necessário que do documento conste apenas a identidade da pessoa que convida, a identidade da pessoa convidada e o local da hospedagem. Acordou-se que essa informação, assim como modelo do documento, também será publicada nas páginas eletrônicas das respectivas Embaixadas e Consulados.

3. Acordou-se que brasileiros que viajam à Espanha tendo como destino outro Estado Schengen deverão registrar o lugar ao qual se dirigem e a identidade da pessoa que os hospedará, quando não comprovarem outro modo de hospedagem, juntamente com os demais requisitos de entrada no espaço Schengen.

4. Ambas as partes acordaram um novo procedimento de comunicação por linha direta entre as autoridades consulares e de fronteira nos aeroportos de ambos os países, bem como entre as Divisões de Assistência Consular de seus Ministérios das Relações Exteriores para consulta e assistência em casos de inadmissão na fronteira.

Acordou-se, também, mecanismo específico



para a assistência consular dos nacionais que se encontrarem nas salas e zonas designadas para inadmitidos nos aeroportos de ambos os países enquanto aguardam por seu voo de regresso.

Acordou-se, igualmente, que será prestada toda a ajuda possível aos nacionais da outra parte enquanto permanecerem nessa situação.

Com a finalidade de facilitar o acima acordado, foram designados como pontos focais os Diretores dos Departamentos Consulares de ambos os Ministérios das Relações Exteriores, os Cônsules-Gerais do Brasil e da Espanha, o Coordenador-Geral da Polícia de Imigração do Brasil e o Comissário-Geral de Estrangeiros e Fronteiras da Espanha, e os Chefes da Polícia de Imigração dos respectivos aeroportos.

Para tanto, cada delegação disponibilizou à outra os dados de contato dos pontos focais designados.

5. Ambas as partes concordaram que os viajantes que se encontrem em zona designada para inadmitidos receberão sua bagagem pessoal após solicitação às autoridades competentes em cada aeroporto, quando sua permanência na referida zona for superior a 24 horas ou em casos de extrema necessidade, desde que não existam situações de força maior que o impeçam.

6. Por fim, ambas as partes acordaram que serão elaborados folhetos informativos destinados aos viajantes cuja entrada no outro país não tenha sido permitida.

As delegações registraram o excelente ambiente de cooperação e pelos importantes avanços obtidos na reunião, bem como pela disposição para a cooperação mútua nessa matéria.

Madri, 4 de junho de 2012

ELEIÇÃO DE ROBERTO FIGUEIREDO  
CALDAS PARA A CORTE  
INTERAMERICANA DE DIREITOS  
HUMANOS  
05/06/2012

O Governo brasileiro recebeu com satisfação a eleição do Dr. Roberto Caldas ao cargo de juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Com 19 votos, foi o candidato mais votado em votação ocorrida hoje, na XLII Sessão da Assembleia Geral da OEA, em Cochabamba, na Bolívia.

O Dr. Roberto Caldas é bacharel em Direito pela Universidade de Brasília. Atua como advogado nas áreas de direitos humanos, constitucional, trabalhista, administrativo, ambiental, do consumidor, eleitoral e internacional. É, também, membro da Comissão de Ética Pública da Presidência da República desde 2006 e, desde 2010, membro da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, onde também atuou entre 2003 e 2007.

CONCESSÃO DE ASILO  
08/06/2012

O Governo brasileiro decidiu conceder asilo ao nacional boliviano Roger Pinto Molina, à luz das normas e da prática do Direito Internacional Latino-Americano e com base no artigo 4.º, inciso X, da Constituição Federal.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO  
CONSELHO DE MINISTROS DAS  
RELAÇÕES EXTERIORES DA UNASUL -  
BOGOTÁ, 11 DE JUNHO DE 2012  
08/06/2012

O Ministro Antonio de Aguiar Patriota participará, no dia 11 de junho, em Bogotá, de Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

A reunião marcará o término do mandato

de María Emma Mejía como Secretária-Geral da UNASUL e a transmissão do cargo para Alí Rodríguez Araque, que iniciará mandato de um ano. A gestão da colombiana María Emma Mejía contribuiu de modo importante para a consolidação institucional da UNASUL, esforço que deve permanecer no Secretariado do venezuelano Alí Rodríguez. Instalou-se, por exemplo, a sede provisória do Secretariado em Quito e aprovou-se orçamento comum do Bloco, dotando-o de estrutura operacional enxuta e de baixo custo. O Governo brasileiro expressa sua satisfação ante a excelente coordenação entre a atual titular e seu substituto.

Os Chanceleres examinarão temas como o Regulamento Geral da UNASUL e a criação de Conselho Eleitoral e de Conselho de Segurança Cidadã, Justiça e Coordenação de Ações contra o Crime Organizado Transnacional.

A UNASUL conta atualmente com Conselhos Ministeriais que dinamizam as relações entre os países da região, tais como o Conselho de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), o Conselho de Defesa (CDS) e o Conselho Energético. Conta, ainda, com órgãos setoriais plenamente operativos, como o Centro de Estudos Estratégicos em Defesa (CEED), em Buenos Aires, o Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS), no Rio de Janeiro, e a Secretaria Técnica UNASUL-Haiti.

## SITUAÇÃO NA SÍRIA

08/06/2012

O Governo brasileiro vê com crescente preocupação a escalada da violência na Síria. O Brasil repudiou de maneira veemente os atos de agressão contra dezenas de mulheres, homens e crianças em Houla, nos termos da declaração da Presidência do Conselho de Segurança da ONU, e considera extremamente graves as alegações de continuada violência contra a população civil síria.

Em conformidade com o apoio brasileiro às resoluções anteriores do Conselho de Direitos Humanos da ONU, o Governo brasileiro copatrocinou a convocação de sessão especial, em 1º de junho último, que aprovou resolução sobre a deterioração da situação de direitos humanos na Síria e sobre os assassinatos em Houla. O Ministro Antonio de Aguiar Patriota transmitiu pessoalmente ao coordenador da Comissão Internacional de Inquérito para a Síria, Paulo Sérgio Pinheiro, apoio à condução de processo independente de investigação dos crimes ocorridos em território sírio, de modo a identificar e responsabilizar os culpados.

Em contato telefônico em 5 de junho último, o Enviado Especial Conjunto das Nações Unidas e da Liga Árabe para a crise síria, Kofi Annan, e o Ministro Antonio de Aguiar Patriota coincidiram sobre a necessidade de intensificação de mobilização diplomática internacional que vise a evitar a deflagração de um conflito civil, assim como a encontrar solução negociada para a Síria, plenamente respaldada pelo sistema multilateral.

No debate informal da Assembleia Geral de ontem, 7 de junho, o Governo brasileiro condenou, por meio de sua Representante Permanente junto às Nações Unidas, Maria Luiza Ribeiro Viotti, o uso da força contra a população desarmada e instou o Governo sírio, principal responsável pela integridade de seus cidadãos, a honrar seu compromisso com o Plano Annan e criar as condições necessárias para que esse esforço internacional de mediação possa prosperar.

O Governo brasileiro insta o Governo sírio a cooperar com a Missão de Supervisão das Nações Unidas na Síria (UNSMIS), integrada por observadores brasileiros, permitindo-lhe acesso irrestrito aos locais conflagrados por conflitos, conforme mandato do Conselho de Segurança da ONU, por meio das Resoluções 2042 e 2043.

ATENTADO CONTRA MEMBROS DA  
OPERAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM  
CÔTE D'IVOIRE (COSTA DO MARFIM) –  
UNOCI  
10/06/2012

O Governo brasileiro deplora o atentado perpetrado contra membros da Operação das Nações Unidas em Côte d'Ivoire (Costa do Marfim) – UNOCI, que deixou saldo de 7 mortos entre o contingente militar do Níger. O Governo brasileiro transmite sua solidariedade e seu pesar às famílias das vítimas e ao Governo nigerense.

Sob o amparo legal das Resoluções 1528 (2004), 1609 (2005) e 1739 (2007) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a UNOCI foi estabelecida com a finalidade de assegurar a paz e a segurança da região. Atos de violência contra membros da UNOCI constituem inaceitável violação do direito internacional.

O Governo brasileiro reitera seu repúdio a todas as formas de violência, praticadas sob qualquer pretexto.

PARTICIPAÇÃO DA PRESIDENTA  
DILMA ROUSSEFF NA VII CÚPULA DO  
G20 - LOS CABOS, 18 E 19 DE JUNHO  
DE 2012  
14/06/2012

A Presidenta da República, Dilma Rousseff, participará da VII Cúpula do Grupo dos 20 (G20) em Los Cabos, México, de 18 a 19 de junho de 2012.

Os Chefes de Estado e de Governo do G20 se reunirão em três sessões de trabalho, nas quais serão discutidos os seguintes temas: economia global e Marco para o Crescimento Forte, Equilibrado e Sustentável; fortalecimento da arquitetura financeira internacional e promoção

da inclusão financeira; comércio internacional e criação de empregos; desenvolvimento, crescimento verde inclusivo, infraestrutura e segurança alimentar.

O G20 foi estabelecido em 1999, como consequência das crises de balanço de pagamentos ocorridas ao longo da década de 90. A partir de 2008, em reconhecimento da necessidade de cooperação ampliada para superar a crise nos países desenvolvidos, passou a reunir-se em nível de Chefes de Estado e Governo. São membros do G20: África do Sul; Alemanha; Arábia Saudita; Argentina; Austrália; Brasil; Canadá; China; Coreia do Sul; Estados Unidos; França; Índia; Indonésia; Itália; Japão; México; Reino Unido; Rússia; Turquia; União Europeia. Esses países representam, aproximadamente, 85% do comércio mundial, 90% do produto interno bruto e 2/3 da população do planeta.

Para a VII Cúpula do G20, comparecerão, como convidados da presidência mexicana, os seguintes países: Benin (país que preside a União Africana -UA); Camboja (país que preside a Associação dos Países do Sudeste Asiático -ASEAN); Etiópia (país que preside a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África -NEPAD); Chile (país que preside a Comunidade dos Estados da América Latina e do Caribe - CELAC); Colômbia e Espanha.

FALECIMENTO DO PRÍNCIPE  
HERDEIRO DO REINO DA ARÁBIA  
SAUDITA  
16/06/2012

O Governo brasileiro recebeu com pesar a notícia do falecimento do Príncipe Nayef bin Abdulaziz Al Saud, Ministro do Interior e herdeiro do trono da Arábia Saudita.

O Brasil apresenta suas sinceras condolências ao Rei Abdullah bin Abdulaziz al Saud, à família

do Príncipe Nayef Bin Abdulaziz, e ao Governo e povo da Arábia Saudita.

COMUNICADO CONJUNTO ENTRE  
BRASIL E TURQUIA – RIO DE JANEIRO,  
21 DE JUNHO DE 2012  
21/06/2012

A reunião entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Primeiro-Ministro Recep Tayyip Erdoğan, realizada em 21 de junho de 2012, à margem da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), que teve lugar no Rio de Janeiro, no período de 20 a 22 de Junho de 2012, é indicação clara da importância atribuída por Brasil e Turquia ao fortalecimento das relações bilaterais.

Os dois países, que superaram o obstáculo da distância geográfica por meio do estabelecimento e da manutenção de relações estreitas, valorizam a importância de atuarem em conjunto para enfrentar os desafios da ordem global em transformação. Ambos os países reconhecem que as bases atuais do multilateralismo oferecem amplas oportunidades para que atores emergentes como Brasil e Turquia desempenhem papel-chave no oferecimento de soluções para complexas questões internacionais.

Brasil e Turquia continuam a moldar seus vínculos bilaterais e sua cooperação internacional com base no respeito mútuo aos valores universais, incluindo a paz, a segurança, a estabilidade, a democracia, o Estado de Direito, a boa governança e a promoção dos direitos humanos.

Neste contexto, os dois mandatários examinaram o estado das relações bilaterais, que testemunharam desenvolvimento substancial nos últimos anos. Saudaram a continuidade dos contatos de alto nível e os processos de consulta política, realizados como resultado de forte vontade política de ambos os lados.

Os mandatários sublinharam, especificamente, a importância da reunião da Comissão de Cooperação de Alto Nível entre Chanceleres, bem como dos mecanismos de consulta política em nível de Subsecretário/Secretário-Geral das duas Chancelarias, ambos realizados anualmente. Os dois países concordaram, ademais, em manter consultas regulares entre as áreas responsáveis pelo planejamento de políticas.

Congratularam-se com o avanço das relações econômicas e com o crescimento do volume de comércio bilateral, que, segundo dados turcos, alcançou quase 3 bilhões de dólares em 2011, em meio à crise da financeira internacional. Reiteraram sua determinação de atingir a meta de 10 bilhões de dólares no comércio bilateral. Destacaram a importância da entrada em vigor do Acordo para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, assinado em dezembro de 2010, com vistas à promoção de investimentos recíprocos. Concordaram, também, em realizar no Brasil, em 2012, a Terceira Reunião da Comissão Mista Econômica.

No domínio da defesa, os dois mandatários saudaram os resultados positivos da visita oficial efetuada ao Brasil pelo ministro da Defesa Nacional da Turquia, İsmet Yılmaz, em maio de 2012, a convite do Ministro da Defesa do Brasil, Celso Amorim. Na ocasião, empresas públicas e privadas do setor de defesa mantiveram reuniões produtivas. A esse respeito, os mandatários sublinharam o fortalecimento da cooperação entre as indústrias de defesa dos dois países e destacaram a importância de se dar continuidade a tal processo.

Os dois mandatários destacaram, também, seu interesse em explorar oportunidades para desenvolver a cooperação no campo aeroespacial.

Enfatizaram a necessidade de continuar a fortalecer a cooperação no domínio da energia.

Realçaram a importância de se criar, em 2012, um Subcomitê de Energia.

Os mandatários também expressaram satisfação com estreitamento dos laços culturais entre Brasil e Turquia. Apreciaram a decisão do Governo turco de abrir Escritório de Turismo e Promoção junto ao Consulado-Geral em São Paulo. Destacaram o impacto positivo dos vãos diretos entre São Paulo e Istambul na promoção e no aumento das atividades culturais e turísticas.

Examinaram detidamente a estreita colaboração entre os dois países nos foros multilaterais. Destacaram a importância da sinergia criada a partir da ação conjunta voltada para o entendimento e enfrentamento das complexas dinâmicas do sistema internacional.

Os mandatários saudaram o êxito da Conferência Rio+20, fazendo referência especial à expressiva participação de alto nível. Consideraram a Conferência esforço fundamental na consecução do desenvolvimento sustentável e salientaram a necessidade da implementação dos objetivos acordados.

Ao saudar os papéis cada vez mais importantes desempenhados por Brasil e Turquia como doadores e atores dinâmicos nos esforços de desenvolvimento global, os mandatários concordaram em intensificar a cooperação e a coordenação entre os dois países no tocante à arquitetura internacional para o desenvolvimento, em particular na área da Cooperação Sul-Sul. Nesse sentido, comprometeram-se com o engajamento de Brasil e Turquia, de forma sustentada, em esforços conjuntos em todas as plataformas internacionais pertinentes para a promoção de soluções duradouras para os problemas e desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento, especialmente aqueles de menor desenvolvimento relativo.

Os mandatários expressaram satisfação com o nível existente de cooperação entre Brasil e Turquia no âmbito das organizações internacionais, particularmente nas Nações

Unidas, que têm papel central no estabelecimento e na manutenção da paz global, estabilidade e prosperidade. Concordaram sobre a necessidade e urgência de uma abrangente reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas com vistas a torná-lo mais representativo, legítimo e apto a enfrentar de forma eficaz os desafios de nosso tempo. O Brasil reiterou seu apoio à candidatura turca a assento não-permanente no CSNU no biênio 2015-2016.

Os mandatários sublinharam a importância do G-20 e suas políticas econômicas internacionais num momento em que a crise econômica atinge a maior parte dos países. Concordaram sobre a necessidade de se manter consulta mais intensa entre os dois países com relação às questões do G-20.

Enfatizaram a importância das relações entre MERCOSUL e Turquia. O Primeiro-Ministro Erdoğan reiterou o forte interesse da Turquia na retomada das negociações entre o MERCOSUL e a Turquia de Acordo de Livre Comércio, assim como na realização da primeira reunião do Mecanismo de Diálogo Político e Cooperação e solicitou o apoio do Brasil a esse respeito.

A Presidenta Dilma Rousseff agradeceu o apoio da Turquia à postulação do Brasil à condição de observador na Organização de Cooperação Islâmica (OIC).

Os dois Mandatários manifestaram pleno apoio às legítimas aspirações das populações do Oriente Médio e do Norte da África por democracia, direitos humanos, Estado de Direito, dignidade e justiça social. Sublinharam a necessidade de que os movimentos populares conduzam tais demandas de modo pacífico e o imperativo de que os governos respondam da mesma maneira. Condenaram o uso da força e da violência contra populações que tentam fazer ouvir suas justas e legítimas reivindicações por meios pacíficos. Reafirmaram, também, seu pleno apoio ao estabelecimento de um Estado palestino independente, dentro das fronteiras de

04 de junho de 1967, com Jerusalém Oriental como sua capital.

Passando em revista os últimos acontecimentos na Síria, os dois mandatários expressaram profunda preocupação com a continuação da violência contra civis, que, concordaram, deve acabar de forma imediata e incondicional. Expressaram total apoio aos esforços do Enviado Especial das Nações Unidas e da Liga Árabe, Kofi Annan, e apelaram para a implementação completa e imediata do plano de seis pontos, em conformidade com as Resoluções 2042 e 2043 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Sublinharam a importância de iniciar sem demora processo político inclusivo, conduzido pelos próprios sírios e que contemple de forma democrática e efetiva as legítimas aspirações do povo sírio.

Os dois mandatários destacaram, também, a importância de outras áreas de cooperação conjunta, incluindo a Aliança das Civilizações, a Conferência de Mediação de Istambul e a Iniciativa de Parceria para um Governo Aberto.

Reconheceram o interesse recíproco no aprofundamento das relações com os países africanos. Nesse sentido, decidiram realizar consultas regulares entre as Chancelarias, com vistas à troca de experiências com relação à África.

A Presidenta Dilma Rousseff e o Primeiro-Ministro Erdoğan coincidiram na necessidade de atuar em conjunto e buscar soluções pacíficas comuns para problemas regionais com ramificações globais.

A este respeito, os mandatários concordaram com o fortalecimento dos mecanismos de cooperação existentes, bem como, caso necessário, com o desenvolvimento de novos instrumentos, havendo encorajado a implementação do Plano de Ação para a Parceria Estratégica, como seu mapa do caminho.

Os mandatários concluíram que a parceria duradoura entre Brasil e Turquia, países que

compartilham uma cultura de paz e um mesmo conjunto de valores universais, é capaz de continuar a contribuir, de forma efetiva, para a paz e a estabilidade internacionais.

Ambos mandatários exploraram a possibilidade de cooperação no campo do desenvolvimento e renovação urbana. A esse respeito, o Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente da Turquia, Erdoğan Bayraktar, visitará o Brasil no segundo semestre de 2012.

COMUNICADO CONJUNTO ENTRE  
BRASIL E AUSTRÁLIA – RIO DE  
JANEIRO, 21 DE JUNHO DE 2012  
21/06/2012

Sua Excelência a Senhora Julia Gillard, Primeira-Ministra da Austrália, realizou visita oficial ao Brasil no período de 20 a 22 de junho de 2012, a convite de Sua Excelência a Presidenta Dilma Rousseff e participou da Conferência Rio+20. As duas Líderes mantiveram diálogo a respeito de questões bilaterais, regionais e internacionais de interesse mútuo.

Considerando o progresso alcançado nos últimos anos no fortalecimento das relações bilaterais, e com vistas a dar expressão ao aprofundamento dos laços e crescimento do papel desempenhado pelos dois países no mundo, a Presidenta Dilma Rousseff e a Primeira-Ministra Julia Gillard concordaram em elevar as relações entre Brasil e Austrália ao nível de parceria estratégica.

As duas Líderes acordaram o seguinte Comunicado:

Agenda Bilateral

1. As Líderes expressaram sua determinação de fortalecer o diálogo bilateral entre Brasil e Austrália e ampliar a cooperação bilateral, com

base nos valores compartilhados de democracia, direitos humanos, diversidade cultural, liberalização do comércio, multilateralismo, proteção do meio-ambiente, defesa da paz e da segurança internacionais e promoção do desenvolvimento com justiça social.

2. As duas Líderes expressaram satisfação com a crescente cooperação bilateral mutuamente benéfica no contexto da Parceria Reforçada, acordada em setembro de 2010. Realçaram os resultados da implementação do Plano de Ação sobre relações políticas, sociais e econômicas, em áreas como comércio, investimento, energia, agricultura, ciência e tecnologia, educação, questões jurídicas, esportes e cultura.

3. Ambas saudaram a programada assinatura do Acordo de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, o qual apoiará e fortalecerá a colaboração entre as instituições de pesquisa e as indústrias de ambos os países.

4. As duas Líderes concordaram em dar início a programa de colocação de estudantes e acadêmicos em instituições de excelência de ambos os países, no contexto do Programa Brasileiro Ciências sem Fronteiras. Saudaram a assinatura dos Memorandos de Entendimento, entre o “Grupo dos Oito” e a Agência de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e entre o Australian Technology Network of Universities (ATN) e a CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq. Esses instrumentos promoverão a cooperação bilateral entre instituições de excelência de ambos os países em pesquisa e pós-graduação, assim como o intercâmbio de cientistas, estudantes e professores.

5. A Presidenta Dilma Rousseff e a Primeira-Ministra Julia Gillard também saudaram o progresso alcançado na área de cooperação jurídica e expressaram sua satisfação com a próxima assinatura do Acordo de Cooperação em Matéria Penal.

6. Ambas as Líderes reconheceram o importante papel desempenhado por cidadãos brasileiros na Austrália e por cidadãos australianos no Brasil. Decidiram aprimorar a cooperação bilateral em assuntos consulares.

7. Expressaram ainda sua satisfação com a parceria entre o Brasil e a Austrália para o desenvolvimento de projetos de cooperação trilateral e saudaram o progresso alcançado na implementação de projetos para a construção de cisternas de água limpa no Haiti. Saudaram igualmente o trabalho conduzido pela Agência Brasileira de Cooperação e pela AusAID, com vistas a identificar outras áreas para cooperação trilateral em países da África e no Timor Leste.

8. A Presidenta Dilma Rousseff e a Primeira-Ministra Julia Gillard registraram com satisfação os crescentes vínculos de comércio e investimento entre o Brasil e a Austrália. Sublinharam o importante papel da sociedade civil e do setor empresarial para promover o aumento dos fluxos de comércio e investimento.

9. Ambas enfatizaram o progresso alcançado no campo da energia e identificaram potencial de cooperação e investimento, em áreas como energia renovável, biocombustíveis, petróleo e gás e mineração.

10. As duas Líderes registraram com satisfação o aumento nos fluxos de investimento bilateral no setor de agronegócio e reiteraram o interesse na promoção de missões técnicas e empresariais recíprocas com o objetivo de aprimorar a cooperação, o comércio e o investimento no agronegócio.

11. A Presidenta Dilma Rousseff recebeu com satisfação o anúncio da Primeira Ministra Julia Gillard de que a Austrália implementará programa específico de atividades culturais no Brasil em 2016.

12. As Líderes confiam em que a entrada em vigor do Acordo de Serviços Aéreos propiciará as condições apropriadas para a consolidação das linhas de transporte aéreo entre o Brasil e a

Austrália.

### Agenda Multilateral

13. As duas líderes expressaram satisfação com os resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20. A Primeira-Ministra Julia Gillard parabenizou a Presidenta Dilma Rousseff pela bem-sucedida organização da Conferência e de diversos outros eventos que tiveram lugar no Rio de Janeiro na ocasião. Também congratulou a Presidenta Dilma Rousseff por sua atuação como Presidente da Conferência. A Presidenta Dilma Rousseff reconheceu a importância da contribuição da Primeira-Ministra Julia Gillard para os resultados da Conferência. As duas Líderes se mostraram confiantes de que ambos os países continuarão a fortalecer a cooperação e o diálogo em questões ambientais e de desenvolvimento sustentável, inclusive em suas dimensões social, econômica e ambiental.

14. Destacaram que Brasil e Austrália têm crescentes interesses comuns em um mundo que está sendo redesenhado pela globalização e por novos padrões de crescimento econômico. Esse mundo em modificação demanda diferentes redes de parcerias internacionais. Uma relação mais ampla e profunda entre o Brasil e a Austrália representa o reconhecimento dessas profundas mudanças.

15. O ritmo acelerado da globalização aproxima ainda mais os interesses dos dois países. A distância geográfica tem menos influência do que os valores e interesses que ambos compartilham.

16. A Austrália e o Brasil compartilham o compromisso histórico com as instituições multilaterais, desde a condição de membros-fundadores das Nações Unidas até a condição atual de membros do G-20. Ambos vêem essas instituições como vitais para reunir países desenvolvidos e emergentes e para ajudar a

garantir a prosperidade e a segurança em um mundo em transformação.

17. Ambas as Líderes discutiram a situação econômica atual e concordaram com a importância das medidas fiscais e monetárias que estão sendo implementadas nacionalmente e em outros fóruns para assegurar a estabilidade global. Reafirmaram a vontade de aprofundar a cooperação nos temas no âmbito do G-20 e enfatizaram a importância de rápida implementação das reformas de governança já acordadas e de se chegar a um acordo sobre a revisão das quotas do FMI.

18. As Líderes reafirmaram a importância da reforma das Nações Unidas para melhor refletir a complexa agenda internacional da atualidade. Reafirmaram o compromisso de contribuir para a reforma das Nações Unidas, incluindo a reforma do Conselho de Segurança. Reiteraram a importância de aumentar o número de membros permanentes e não-permanentes do CSNU e de aprimorar os métodos de trabalho do Conselho, de forma a torná-lo mais representativo e com maior capacidade de resposta aos desafios políticos e econômicos do mundo atual. A Presidenta Dilma Rousseff agradeceu a reiteração do apoio da Austrália ao Brasil como membro permanente em um Conselho de Segurança ampliado. O Brasil enfatizou a constante contribuição da Austrália para a paz e a segurança internacionais na esfera das Nações Unidas e, neste contexto, reconheceu as credenciais da Austrália para assento não-permanente no Conselho de Segurança para o período 2013-2014.

19. Ambas também destacaram o firme compromisso com a resolução de conflitos por meios pacíficos e sublinharam a importância de esforços permanentes da diplomacia preventiva e da mediação. Compartilharam a opinião de que a comunidade internacional deve ser rigorosa em seus esforços para valorizar, buscar e exaurir todos os meios pacíficos e diplomáticos



disponíveis para proteger populações sob ameaça de violência, de acordo com os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas, como refletidos na Declaração da Cúpula Mundial de 2005. A Austrália saúda os esforços do Brasil de aprofundar as discussões e aprimorar conceitos relacionados a esse tema.

20. As Líderes reiteraram a firme intenção de ambos os países em apoiar os esforços internacionais com vistas ao desarmamento nuclear, com o objetivo de alcançar a paz e a segurança em um mundo livre de armas nucleares. Nesse sentido, ambas expressaram seu apoio ao ciclo de revisão do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP). Deram alta prioridade aos objetivos identificados no Plano de Ação adotado na VIII Conferência de Revisão do TNP, que inclui a entrada em vigor do Tratado de Interdição Total de Testes Nucleares (Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty, CTBT), o início das negociações sobre tratado relativo a materiais físséis com objetivos explosivos e à adoção de esforços adicionais para a redução e posterior eliminação de todos os tipos de armas nucleares.

21. As duas Líderes reafirmaram seu compromisso compartilhado com a democracia e a promoção da cidadania internacional. Esses valores conformam a visão de mundo de Brasil e Austrália, tanto no que respeita ao cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio e a proteção do meio-ambiente, quanto a suas contribuições conjuntas à manutenção da paz internacional. Esses valores comuns estão na base do empenho dos dois países em atuar internacionalmente em prol dos benefícios mútuos e dos povos das nações mais necessitadas.

22. Ambas reconheceram que o Brasil e a Austrália também têm muito em comum em suas estruturas econômicas, pois os dois países estão entre os maiores exportadores de produtos agrícolas, minério e energia. Como seus mercados são globais por natureza, é de

mútuo interesse compartilhar conhecimento em preocupações compartilhadas, como segurança alimentar e de recursos naturais e cooperação em ciência e tecnologia. A cooperação bilateral contribuirá para o crescimento econômico sustentável em ambos os Países e, também, para a segurança nas áreas de alimentos, recursos naturais e energia.

23. A Presidenta Dilma Rousseff e a Primeira-Ministra Julia Gillard compartilharam a opinião de que o comércio internacional tem um papel central na promoção do crescimento e do desenvolvimento. Nesse sentido, reafirmaram o compromisso com o sistema multilateral de comércio e o papel da Organização Mundial do Comércio (OMC) em sua defesa. Reafirmaram seu compromisso com a busca de uma conclusão exitosa da Rodada Doha do Desenvolvimento no mais breve prazo.

24. O compromisso do Brasil com a integração regional da América do Sul e o compromisso da Austrália com a região da Ásia-Pacífico também foram abordados. Ambas as Líderes concordaram em trabalhar conjuntamente para promover um diálogo regular entre o MERCOSUL, a Austrália e a Nova Zelândia, conforme acordado em Dezembro de 2010 em Foz do Iguaçu.

#### Parceria Estratégica - Reuniões de Alto Nível

25. Reconhecendo a importância do diálogo político de alto nível na promoção da cooperação bilateral, as Líderes concordaram em intensificar os contatos entre as duas nações, comprometendo-se a promover encontros regulares de líderes para discutir questões centrais de mútuo interesse e ações compartilhadas em instituições multilaterais.

26. Ambas incentivaram o intercâmbio de visitas de nível Ministerial e de outros funcionários de alto nível dos Estados, para discussões mais aprofundadas em áreas e

mútuo interesse, conforme estabelecido neste Comunicado e no Memorando de Entendimento sobre o estabelecimento de uma Parceria Reforçada. Instruíram, igualmente, funcionários de ambos os Governos a organizarem tão logo possível a reunião do Grupo de Promoção e Facilitação do Investimento e Comércio bilaterais.

### Áreas Prioritárias de Diálogo e Cooperação

27. Funcionários de ambos os Estados foram instruídos a dar seguimento ao trabalho conjunto, no âmbito do Plano de Ação estabelecido pelo Memorando de Entendimento sobre o estabelecimento de uma Parceria Reforçada, com o objetivo de aumentar o nível de comprometimento e de cooperação entre o Brasil e a Austrália em áreas tais como comércio e investimento, mudança do clima e meio-ambiente, agricultura, mineração e energia (incluindo biocombustíveis), educação, cultura e outras formas de contato entre os povos dos dois países. Sublinharam, igualmente, a importância do mecanismo bilateral de consultas políticas entre as duas Chancelarias para promover as relações bilaterais e intercambiar opiniões sobre questões regionais e internacionais.

28. As duas Líderes enfatizaram a importância que atribuem ao desenvolvimento de diálogo ainda mais profundo nas seguintes áreas:

\* Economia Global: Como membros do G-20, os dois países reconhecem que a prosperidade depende da estreita cooperação entre as maiores economias desenvolvidas e emergentes. Concordam que o G-20 se estabeleceu como principal foro para a cooperação econômica internacional, com papel central na busca de respostas à crise econômica internacional e aos desafios de longo prazo, inclusive as reformas nos sistemas financeiros e monetários globais. Concordaram em trabalhar conjuntamente para apoiar respostas eficazes aos desafios

econômicos internacionais, estabelecendo o caminho para a recuperação durável e sustentável da economia global e para a prosperidade global de longo prazo.

\* Segurança internacional: Brasil e Austrália compartilham forte tradição no sentido de apoiarem medidas internacionais eficazes para enfrentar desafios à segurança global, incluindo proliferação nuclear e terrorismo. As duas Líderes acordaram que, em face dos crescentes interesses globais em comum, altos funcionários das áreas de política externa e defesa do Brasil e da Austrália deverão se encontrar proximamente, para iniciar diálogos regulares.

\* Comércio e Investimento: As Líderes reiteraram seu firme compromisso com o sistema multilateral de comércio e, como membros do G-20, seu apoio ao comércio livre e eficaz para minimizar medidas que distorcem o comércio. Como membros do Grupo de Cairns, concordaram em fortalecer ainda mais os esforços de coordenação no sentido de fazer progredir a reforma multilateral do comércio agrícola, buscando um sistema de comércio justo e definido pelo mercado. Concordaram em aprofundar os laços de comércio e investimento bilaterais, inclusive por meio por meio das Câmaras de comércio de ambos os países.

\* Recursos naturais e energia: Ambas registraram que as duas nações estão entre as maiores detentoras mundiais de recursos naturais e energia. Concordaram que os dois Governos aprofundarão o diálogo e, quando pertinente, a cooperação efetiva em questões de mútuo interesse, tais como segurança energética e volatilidade dos preços de mercado, energia renovável e biocombustíveis. Registraram exemplos concretos de ação em futuro próximo, dentre as quais a visita por delegação parlamentar do Brasil à Austrália Ocidental para estudar questões relativas a mineração e terras indígenas.

\* Educação: Concordaram que as instituições

e os mais altos órgãos dos respectivos sistemas universitários e de ensino técnico deverão aprofundar a cooperação. Registraram que ambos os países desenvolveram amplos programas de bolsas de estudo por meio do Australian Awards, do Governo Australiano, e do Programa Ciências Sem Fronteiras, do Governo brasileiro. Tais programas darão incentivo e apoio a laços mais efetivos entre os dois países e promoverão maior entendimento entre futuros líderes governamentais e de áreas como educação e indústria, bem como aprofundarão o conhecimento mútuo das respectivas regiões.

\* Ciência e Tecnologia: Brasil e Austrália compartilham diversas condições ambientais e estruturas econômicas, tais como grandes indústrias agrícolas exportadoras. Tais indústrias serão beneficiárias do Acordo em Ciência e Tecnologia a ser proximamente concluído pelos dois países. As duas Líderes concordaram em aumentar a cooperação em produção agrícola e em fazer avançar a cooperação pragmática entre organizações científicas, tais como CSIRO e ACIAR na Austrália e EMBRAPA no Brasil.

\* Cooperação em Desenvolvimento: Como Brasil e Austrália possuem significativos programas de cooperação internacional, concordaram em intensificar a cooperação entre agências de desenvolvimento, inclusive no contexto da agenda de desenvolvimento do G-20. Com base no Memorando de Entendimento sobre Cooperação para o Desenvolvimento, assinado em dezembro de 2010, as agências de ambos os países compartilharão seus conhecimentos no gerenciamento e governança de programas de ajuda.

\* Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: reconhecendo a alta prioridade que deve ser atribuída à agenda do desenvolvimento sustentável, as duas Chefes de Governo decidiram estabelecer diálogo regular sobre desenvolvimento sustentável e meio ambiente, incluindo mudança do clima, florestas,

biodiversidade e governança ambiental. As duas Líderes reiteraram sua firme intenção de dar continuidade a seus esforços, nos âmbitos bilateral e multilateral, em favor de políticas de sustentabilidade.

\* Desastres Naturais: Como líderes de países vastos e expostos e eventos climáticos extremos, especialmente nos trópicos, e como líderes em ajuda humanitária a países menos desenvolvidos, concordaram em implementar o Memorando de Entendimento para cooperação em resiliência a desastres, que promoverá o intercâmbio de conhecimentos entre as duas nações e garantirá que suas comunidades e Governos se encontrem em melhores condições de enfrentar e se recuperar de desastres naturais, tanto no âmbito doméstico quanto internacional.

COMUNICADO CONJUNTO ENTRE  
BRASIL E CHINA – RIO DE JANEIRO, 21  
DE JUNHO DE 2012  
21/06/2012

A Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, reuniu-se com o Primeiro-Ministro do Conselho de Estado da República Popular da China, Wen Jiabao, no Rio de Janeiro, em 21 de junho de 2012, durante sua visita oficial ao Brasil.

2. O Primeiro-Ministro Wen Jiabao congratulou o Brasil pelo êxito da Conferência Rio+20. A Presidenta Dilma Rousseff agradeceu o apoio da China na preparação e realização da Conferência. Os dois mandatários reiteraram o firme propósito de continuar a somar esforços no plano bilateral, no âmbito do BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China), e de outros fóruns multilaterais, para reforçar a cooperação em favor de políticas de sustentabilidade.

3. Em clima amistoso, os dois líderes avaliaram detidamente as relações bilaterais e trocaram opiniões sobre temas regionais e internacionais

de interesse comum, sobre os quais obtiveram consensos importantes. Reconheceram o aprofundamento da confiança política mútua e o dinamismo do relacionamento entre os dois países, em sua vertente bilateral e em sua crescente projeção multilateral, com perspectiva de longo prazo. Reiteraram o compromisso de promover salto qualitativo das relações sino-brasileiras, por meio da intensificação do diálogo político e da ampliação da agenda de cooperação bilateral. Registraram também os entendimentos na área de defesa, o intercâmbio sobre políticas sociais, as consultas bilaterais sobre direitos humanos, e o intercâmbio parlamentar.

4. A Presidenta Dilma Rousseff e o Primeiro-Ministro Wen Jiabao anunciaram a elevação do relacionamento sino-brasileiro ao patamar de Parceria Estratégica Global. Assinalaram que essa decisão atesta o reconhecimento da crescente influência estratégica e global dos dois países, cuja cooperação será cada vez mais abrangente, numa conjuntura internacional marcada por mudanças profundas. Decidiram estabelecer Diálogo Estratégico Global a ser efetuado por pelo menos uma reunião anual em nível de Chancelares.

5. As Partes destacaram os resultados muito positivos da II Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), realizada em Brasília, em 13 de fevereiro passado, e os avanços propiciados pelas atividades de suas onze Subcomissões e Grupos de Trabalho.

6. A Presidenta Dilma Rousseff e o Primeiro-Ministro Wen Jiabao saudaram a assinatura, durante a visita, do Plano Decenal de Cooperação (2012-2021), que vem somar-se ao Plano de Ação Conjunta Brasil-China, na promoção de avanços substanciais na cooperação pragmática bilateral e no fortalecimento do conteúdo estratégico das relações sino-brasileiras. O Plano Decenal orientará ações de cooperação, nos próximos dez anos, nas áreas de ciência e

tecnologia e inovação e cooperação espacial; energia, mineração, infra-estrutura e transportes; investimentos, parcerias industriais e cooperação financeira; cooperação econômico-comercial; cooperação cultural e educacional e intercâmbio entre sociedades civis.

7. Os dois mandatários assinalaram a ênfase atribuída pelo Plano Decenal à cooperação em ciência e tecnologia e inovação, fundamental para promover o bem-estar de seus povos e a adequada inserção internacional de ambos os países na economia do conhecimento no século XXI. Avaliaram positivamente as novas iniciativas conjuntas nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, notadamente nos segmentos de nanociência e nanotecnologia; meteorologia; biotecnologia e tecnologias agrícolas; meio ambiente, mudança do clima, energias limpas e renováveis e economia verde; tecnologias de bambu; tecnologias da informação e das comunicações (TIC); e promoção do diálogo entre parques tecnológicos, com vistas a associações entre pequenas e médias empresas de base tecnológica de ambos os países. Saudaram a assinatura dos Acordos sobre a instalação do Centro Conjunto Brasil-China de Satélites Meteorológicos e do Centro Brasil-China de Biotecnologia, que poderão contemplar atividades de pesquisa conjunta em áreas como informação meteorológica, alerta sobre desastres naturais, biomedicina, bioinformática e biomateriais.

8. A Presidenta Dilma Rousseff e o Primeiro-Ministro Wen Jiabao confirmaram a decisão de envidar esforços conjuntos com vistas ao lançamento dos Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres CBERS-03, em 2012, e CBERS-04, em 2014, e concordaram quanto ao interesse em estimular o trabalho conjunto para a distribuição internacional dos dados daqueles satélites. Acordaram aprofundar as discussões com vistas a agilizar a elaboração do Plano Decenal de Cooperação Espacial.

9. Os dois mandatários congratularam-se pela capacidade revelada por Brasil e China de utilizar de forma equilibrada políticas fiscais e monetárias de crescimento e de melhoria das condições de vida de seus povos, em um momento em que a economia mundial passa por severas dificuldades. Reconheceram os benefícios mútuos advindos da decisão de ir além da complementaridade em suas trocas comerciais e da ampliação e diversificação significativa dos fluxos bilaterais de comércio e investimentos. Sublinharam a importância de que os fluxos bilaterais de investimentos contribuam para a agregação de valor nas cadeias produtivas do país receptor. Reiteraram o compromisso de resolver questões comerciais por meio de consultas e diálogo conduzidos de forma amistosa pelos canais institucionais estabelecidos e condenaram o recurso a medidas de protecionismo comercial.

10. A Presidenta Dilma Rousseff e o Primeiro-Ministro Wen Jiabao anunciaram que a joint venture Harbin Embraer Aircraft Industry (HEAI) iniciará brevemente as operações para a produção de jatos executivos na China. Expressaram a expectativa de conclusão, em breve, de negociações quanto à joint venture entre a empresa brasileira Marcopolo e a empresa chinesa SG Automotive Group.

11. Os dois líderes ressaltaram a importância do intercâmbio humanístico no aprofundamento da amizade sino-brasileira. Destacaram, nesse sentido, a promissora parceria no âmbito do Programa Ciência Sem Fronteiras, que deverá possibilitar que estudantes e pesquisadores brasileiros sejam enviados à China. A parte chinesa oferecerá, anualmente, 200 bolsas de estudo do Governo chinês e isentará mensalidade e taxa de matrícula neste âmbito. Registraram, ainda, as iniciativas em favor do aprofundamento do conhecimento mútuo e aproximação entre as sociedades brasileira e chinesa, por meio do ensino do mandarim em universidades brasileiras

e do português na China; do estímulo ao turismo; do estabelecimento de centros culturais nos dois países; e da cooperação no campo dos esportes. Saudaram, nesse contexto, a organização em 2013, no Brasil, do mês da China no Brasil e do mês do Brasil na China.

12. Os dois mandatários reafirmaram a importância que atribuem ao Foro BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que se consolida como ator cada vez mais relevante no cenário internacional.

13. Ao avaliarem a presente conjuntura econômica internacional, expressaram preocupação com as dificuldades na situação econômica mundial. Tanto a China como o Brasil têm interesse em manter a tendência de crescimento de suas economias, para que contribuam mais ao crescimento forte, sustentado e equilibrado da economia mundial. As duas partes concordam que os países emissores das principais moedas de reserva devem levar em conta a influência de suas políticas tanto sobre a economia doméstica como sobre a mundial. Nesse sentido, reafirmaram a disposição de aprofundar a discussão sobre a economia internacional no âmbito do BRICS e do G-20, com vistas à adoção de ações coordenadas, para superar a atual conjuntura adversa. Enfatizaram a importância, nesse contexto, da implementação tempestiva das reformas de quota acordadas em 2010, bem como do avanço na reforma da governança e do quadro de vigilância do FMI.

14. Os dois líderes anunciaram a decisão de estabelecer um mecanismo bilateral de swap agreement entre os dois Bancos Centrais, no valor máximo de R\$60 bilhões/CNY 190 bilhões, e instruíram os Bancos Centrais a implementar rapidamente o entendimento alcançado.

15. Os dois líderes reiteraram avaliação de que as atuais instâncias de governança global precisam ser reformadas, a fim de responder adequadamente às demandas da nova ordem internacional. Nesse sentido, Brasil e China

apóiam uma reforma abrangente da ONU, incluindo o aumento da representação dos países em desenvolvimento no Conselho de Segurança, como uma prioridade, de forma a torná-lo mais eficiente e apto a responder aos desafios globais atuais. A parte chinesa saudou a contribuição prestada pelo Brasil ao encaminhamento de temas relevantes da agenda internacional e compreende e apóia a aspiração brasileira de vir a desempenhar papel mais proeminente nas Nações Unidas.

16. A Presidenta Dilma Rousseff e o Primeiro-Ministro Wen Jiabao sublinharam o papel central das Nações Unidas na busca de solução pacífica para conflitos na África e no Oriente Médio. No tocante à questão israelo-palestino, enfatizaram a importância de retomada urgente das negociações entre as partes. Instaram a comunidade internacional a redobrar seus esforços em apoio ao diálogo e à superação das dificuldades para retomada de negociações. Os mandatários coincidiram quanto à importância de que o Quarteto mantenha o Conselho de Segurança e, por seu intermédio, a comunidade internacional informada sobre o andamento de seus esforços. Com relação à Síria, manifestaram grave preocupação com a situação no país e reiteraram apelo à cessação imediata da violência e ao início de diálogo político que permita solução pacífica para a crise. Reafirmaram seu firme apoio à efetiva implementação dos seis pontos do plano do Enviado Especial Conjunto das Nações Unidas e da Liga dos Estados Árabes, Kofi Annan, com vistas à imediata cessação da violência e das violações dos direitos humanos, à garantia de acesso à ajuda humanitária e à instauração de um processo político inclusivo que, por meio do diálogo e da negociação, leve à superação da atual crise e atenda às legítimas aspirações do povo sírio. Reiteraram ainda seu compromisso com a soberania e a integridade territorial da Síria. Acolheram com satisfação a retomada das

conversações entre o Irã e o P5+1 com vistas a uma solução negociada da questão nuclear iraniana e encorajaram as partes a continuarem empenhadas na construção gradual da confiança. Exortaram também o Irã e a AIEA a aprofundar o diálogo e a cooperação. Reafirmaram, ainda, o direito do Irã ao uso da energia nuclear para fins pacíficos, nos termos do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares.

17. Durante a visita, além do Plano Decenal de Cooperação, foram assinados atos bilaterais nas áreas econômico-comercial, financeira, de cooperação aduaneira, agricultura, ciência e tecnologia, cultural, intercâmbio educacional, entre outros.

18. A Parte chinesa agradeceu a calorosa e amistosa acolhida pela Parte brasileira durante a visita do Primeiro-Ministro Wen Jiabao à República Federativa do Brasil.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO  
DA REUNIÃO DA PRESIDENTA DA  
REPÚBLICA, DILMA ROUSSEFF, COM O  
PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLICA  
POPULAR DA CHINA, WEN JIABAO –  
RIO DE JANEIRO, 21 DE JUNHO DE 2012  
21/06/2012

1 - PLANO DECENAL DE COOPERAÇÃO  
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO  
DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA;

2 - ACORDO DE ASSISTÊNCIA  
MÚTUA ADMINISTRATIVA EM MATÉRIA  
ADUANEIRA, ENTRE A RECEITA  
FEDERAL E A ADUANA DA CHINA;

3 - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO  
PARA O ESTABELECIMENTO DE  
CENTROS CULTURAIS DO BRASIL NA  
CHINA E DA CHINA NO BRASIL;

4 - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

ENTRE MINISTÉRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO BRASIL E O MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA CHINA SOBRE A CRIAÇÃO DE CENTRO CONJUNTO PARA SATÉLITES METEOROLÓGICOS;

5 - PLANO ESTRATÉGICO PARA O FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO AGRÍCOLA ENTRE O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA DA CHINA;

6 - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO BRASIL E O MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA CHINA PARA A CRIAÇÃO DO CENTRO BRASIL-CHINA DE BIOTECNOLOGIA;

7 - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DO BRASIL, O MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO BRASIL E O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DA CHINA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS NA CHINA;

8 - RELATÓRIO DAS DIVERGÊNCIAS ESTATÍSTICAS DO COMÉRCIO BILATERAL DE MERCADORIAS;

9 - ACORDO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS ENTRE A CAPES E O CHINA SCHOLARSHIP COUNCIL (CSC).





### **“BRASIL E HAITI: PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO” (FOLHA DE S. PAULO, 15/01/2012)**

Neste mês de janeiro, o mundo recorda um momento de dor: o terremoto que vitimou mais de 300 mil pessoas no Haiti, em 2010. Entre elas, estavam os brasileiros Zilda Arns, Luis Carlos da Costa e 18 militares. O Brasil, já comprometido com a causa do desenvolvimento haitiano, aprofundou seu apoio à reconstrução do país.

O Brasil lidera a missão de paz da ONU, colaborando para a manutenção da segurança e estabilização do Haiti. Além da promoção do diálogo político e o fortalecimento institucional do Estado haitiano, a missão passou a trabalhar, com a ajuda do Brasil, pelo desenvolvimento econômico e social do país.

No plano bilateral, temos cooperado nas áreas agrícola, de saúde e de infraestrutura, entre outras. Destacam-se a implementação de unidades de saúde, o fortalecimento da segurança alimentar do povo haitiano e o projeto de construção de uma usina hidrelétrica na região de Artibonite.

A viagem da Presidenta da República, prevista para o início de fevereiro, reflete o contínuo engajamento do Brasil com o povo haitiano, assim como o espírito de solidariedade que tem guiado as ações brasileiras. Os resultados resultados são positivos, apesar do

grande desafio de reconstrução.

Esse espírito nos leva a tratar da questão migratória com sensibilidade humanitária e solidária. Preocupa que cidadãos haitianos sejam vítimas de intermediários inescrupulosos, que sejam objeto de extorsão, de violência e de abusos.

Tornou-se necessário, assim, implementar medidas de ordenação do fluxo migratório de haitianos para o Brasil, de modo a garantir o respeito à dignidade e aos direitos humanos dos migrantes.

O Conselho Nacional de Imigração (CNIg) adotou uma resolução que permitirá a concessão de até 1.200 vistos de trabalho por ano, além dos concedidos normalmente. Por instrução da Presidenta da República, os mais de 4.000 haitianos que já ingressaram em território nacional terão sua situação regularizada. O governo brasileiro está comprometido em oferecer condições aos migrantes haitianos para que eles possam se estabelecer no país de forma digna.

É importante salientar que as novas medidas contam com o apoio do governo haitiano e das instâncias relevantes das Nações Unidas em temas migratórios. Erra quem vê na nova medida uma restrição à entrada de

haitianos no Brasil. Pelo contrário, trata-se de uma abertura, em caráter excepcional, que estabeleceu condições especiais de ingresso no Brasil, para além da liberdade de ingresso já permitida.

Essa manifestação adicional de solidariedade é bem recebida por todos aqueles, inclusive as autoridades haitianas, que se insurgem contra o tráfico de imigrantes.

O Brasil está cooperando com as autoridades dos países vizinhos no aprimoramento do controle e da fiscalização das fronteiras, com o objetivo de reprimir as redes de intermediários. Nesse contexto, acolhemos com satisfação a decisão peruana de exigir visto aos haitianos que ingressem em seu território.

O governo brasileiro responde, assim, ao desafio de estabelecer mecanismos de regularização migratória, em defesa dos direitos humanos, com espírito de solidariedade fraterna, em repúdio à exploração de imigrantes vulneráveis.

Dois anos depois do terremoto, há sinais animadores no Haiti. A democracia ganha raízes sólidas, com a transferência de poder entre governos eleitos em 2011. A epidemia de cólera está sob controle. O crescimento econômico é significativo.

O Brasil vê com otimismo o futuro do nosso país irmão do Caribe, ao qual nos unem laços de fraternidade e a crença em um destino comum e próspero para a América Latina e o Caribe.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO, 52, É  
MINISTRO DA JUSTIÇA.

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, 57, É  
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

**“BRICS MEMBERS BRAZIL AND INDIA ARE STRATEGIC  
PARTNERS FOR A NEW WORLD VISION”  
ARTIGO DE AUTORIA DA PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF PUBLICADO  
NO JORNAL INDIANO “THE ECONOMIC TIMES” (29/03/2012)**

As BRICS countries meet in New Delhi today, it is with great satisfaction - and high expectations - that I visit India for the first time as President of Brazil. Geographically distant from each other, our countries share unique experiences. Both of them are multicultural, multi-ethnic, multi-religious and democratic nations. But that is not all. The gigantic internal process of social ascension that led tens of millions of families into the consumer market, by creating opportunities for all, has made India and Brazil examples for the world. In a time when economic crisis, unemployment and recession are on the agenda, Brazil and India stand out as growth models.

This is the framework in which I had the satisfaction to accept Prime Minister Manmohan Singh's invitation to pay a state visit to India, after the BRICS summit meeting. It will be a privilege to represent Brazil as a guest of the government of India and to pay my tribute to Mahatma Gandhi, the symbol of a revolutionary vision in asserting national identity.

This visit will allow our countries to consolidate a substantive bilateral agenda and to strengthen similar foreign policy principles, including the staunch defence of

the interests of our poorest populations, the promotion of sustainable economic growth and an independent international position that is coherent with the new world order.

These are reasons why Brazil and India strongly converge for the reform of international organisations, whether it is expansion of the UN Security Council and the creation of a new responsibility model within the IMF, or the establishment of new high-level forums, such as G20, IBSA, BASIC and BRICS, whose fourth summit meeting is taking place in New Delhi.

This current meeting of the leaders of Brazil, Russia, India, China and South Africa is an undeniable demonstration of how geographically distant countries, with different social and economic challenges, can become partners and generate a convergence that changes the axis of international politics. BRICS contain roughly a third of the world's population and a fifth of its GDP. Our economies and markets can strongly benefit from one another. Trade among BRICS rose from \$27 billion in 2002 to \$212 billion in 2010. This year it may reach \$250 billion. BRICS will be responsible for 56% of world growth in 2012. In this forum, Brazil and

India have been sharing their points of view and expanding their partnerships.

Brazil and India have had diplomatic relations since 1948, but only in the 21st century has our integration truly begun. In this period, our countries have signed more than 30 bilateral agreements, in fields ranging from science to trade. Indian-Brazilian trade rose from under \$500 million in 1999 to \$9.3 billion in 2011 - an increase of almost 2,000%. This makes India our 12th largest trade partner - a relevant position that, however, is obviously not reflective of our economies' dynamism. There still is much to be done.

Recently, Embrapa (Brazilian Agricultural Research Corporation) and the Indian Council of Agricultural Research have sealed a partnership for the exchange of experience in the strategic sectors of food production and biotechnology research. Knowing Embrapa's successful work in seedling selection and expansion of production in regions with climate and soil similar to India's, i am positive this partnership will bear fruit for both countries.

In the defence area, a pioneer project integrating our technologies is currently underway: the installation of Indian airborne radars onto Brazilian Embraer-145 airplanes. The maiden flight of the first aircraft will take place in less than one month. In the health sector, we have been carrying out joint projects, through the Indo-Brazilian Science Council, in areas such as parasitology (leishmaniasis and malaria), microbiology (tuberculosis) and virology ( HIV/AIDS).

Among the great examples India has given the world recently, the quality leap in education and scientific research, especially in information technology, has drawn much attention. For this reason, this official visit will be a great opportunity for Brazil to sign an agreement with India under my government's

programme 'Science without Borders', which will make it possible for Brazilian teachers and students to study in Indian universities. Likewise, the doors of our teaching institutions will remain open for Indian academics. It is also our goal to increase the flow of tourists, so that more Indians and Brazilians can have the opportunity to enjoy each other's natural beauty, unique cuisines and the joy of our peoples.

During this visit, we intend to foster our converging interests in other areas, such as environmental issues. The Convention on Biological Diversity, to be held in India, and the United Nations Conference on Sustainable Development Rio+20, to be held in Brazil, are rare opportunities for our countries to show their commitment to sustainable economic development, which protects the environment and expedites the social inclusion of the poorest.

Brazil and India are two emerging, dynamic economies committed to the challenge of combining sustainable economic growth with income distribution and social inclusion. Our countries have come a long way in the recent past. The fact that our association has become so much more intense in the same period is by no means just a happy coincidence. Although physically distant, Brazil and India are strategic partners for a new world vision. One that is inclusive, sovereign and democratic.

Recently, Embrapa (Brazilian Agricultural Research Corporation) and the Indian Council of Agricultural Research have sealed a partnership for the exchange of experience in the strategic sectors of food production and biotechnology research. Knowing Embrapa's successful work in seedling selection and expansion of production in regions with climate and soil similar to India's, i am positive this partnership will bear fruit for both countries.

In the defence area, a pioneer project integrating our technologies is currently underway: the installation of Indian airborne radars onto Brazilian Embraer-145 airplanes. The maiden flight of the first aircraft will take place in less than one month. In the health sector, we have been carrying out joint projects, through the Indo-Brazilian Science Council, in areas such as parasitology (leishmaniasis and malaria), microbiology (tuberculosis) and virology ( HIV/AIDS).

Among the great examples India has given the world recently, the quality leap in education and scientific research, especially in information technology, has drawn much attention. For this reason, this official visit will be a great opportunity for Brazil to sign an agreement with India under my government's programme 'Science without Borders', which will make it possible for Brazilian teachers and students to study in Indian universities. Likewise, the doors of our teaching institutions will remain open for Indian academics. It is also our goal to increase the flow of tourists, so that more Indians and Brazilians can have the opportunity to enjoy each other's natural beauty, unique cuisines and the joy of our peoples.

During this visit, we intend to foster our converging interests in other areas, such as environmental issues. The Convention on Biological Diversity, to be held in India, and the United Nations Conference on Sustainable Development Rio+20, to be held in Brazil, are rare opportunities for our countries to show their commitment to sustainable economic development, which protects the environment and expedites the social inclusion of the poorest.

Brazil and India are two emerging, dynamic economies committed to the challenge of combining sustainable economic growth with income distribution and social inclusion. Our

countries have come a long way in the recent past. The fact that our association has become so much more intense in the same period is by no means just a happy coincidence. Although physically distant, Brazil and India are strategic partners for a new world vision. One that is inclusive, sovereign and democratic.

THE WRITER IS THE PRESIDENT OF BRAZIL.



## **“ECONOMIA VERDE, SEM POBREZA” (O GLOBO, 20/04/2012)**

Em junho, o Brasil sediará a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20.

O momento é oportuno: são claros os sinais de que os modelos de desenvolvimento vigentes devem ser reformulados. Países, sem distinção de grau de riqueza, enfrentam graves crises econômico-financeiras, a desigualdade social, a fome, o desemprego, a perda da biodiversidade e a mudança do clima. Essas múltiplas crises apontam a atualidade e urgência da implementação de modelos de desenvolvimento sustentável, ou seja, de projetos nacionais que contemplem, de forma equilibrada e integrada, o crescimento econômico, a inclusão social e a proteção ambiental.

A Rio+20 é a oportunidade para que esse debate ocorra no mais alto nível. A Conferência será fundamentalmente diferente de sua antecessora, a Rio-92. A Cúpula realizada há 20 anos representou a finalização de longos processos de negociação, culminando na assinatura de importantes documentos e convenções. A Rio+20, por sua vez, olha para o futuro, construindo uma nova agenda para o desenvolvimento sustentável. Se a Rio-92 representou um ponto de chegada, a Rio+20

pode ser vista como um ponto de partida.

Uma das prioridades do Brasil na Rio+20 é a discussão da erradicação da pobreza e do fortalecimento de fluxos financeiros e tecnológicos para a implementação dos compromissos de desenvolvimento sustentável, que exigem significativos recursos públicos, privados e políticos.

A agenda da Rio+20 se organiza em torno de dois grandes temas. O primeiro é a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. Sobre esse tema, vem-se observando acordo geral entre os países sobre alguns aspectos: não existe um modelo único de economia verde; e não se pode considerar a economia verde sem relacioná-la à erradicação da pobreza - ou seja, a objetivos de inclusão social.

Cada país formulará sua própria concepção de economia verde, de acordo com sua realidade nacional, os recursos de que dispõe e seus desafios de desenvolvimento. No Brasil, por exemplo, estará baseada no amplo uso de energias renováveis, no efetivo combate ao desmatamento, na elevação dos níveis de renda de milhões de brasileiros. A adoção de padrões únicos de economia verde a todos os países poderia gerar distorções,

tais como a criação de barreiras comerciais, o que aprofundaria disparidades entre os países, agravando problemas sociais, sobretudo nos países em desenvolvimento.

O segundo tema é a governança para o desenvolvimento sustentável. Em outras palavras, trata-se de adequar as estruturas do sistema ONU de forma a fortalecer o multilateralismo, reduzir o déficit democrático e proporcionar maior integração entre as dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento sustentável.

ARio+20 poderá prestar contribuição decisiva ao enfrentamento do aquecimento global, pois o desenvolvimento sustentável é a melhor resposta aos desafios associados à mudança do clima. O Brasil teve papel-chave na recente Conferência de Durban, contribuindo, por meio de sua liderança e propostas, para resultados positivos. Graças a Durban, estão dadas as condições para um intercâmbio construtivo sobre aquecimento global na Rio+20, com impacto potencialmente relevante em favor do fortalecimento do regime internacional. Isso, claro, sem pretender duplicar as negociações intergovernamentais, cujo espaço legítimo é a Convenção Quadro de Mudança do Clima das Nações Unidas.

O mundo olha para o Brasil, anfitrião da Rio+20, com expectativa de liderança. Dispomos de credenciais sólidas para isso, como nação que se encontra na vanguarda das energias limpas e renováveis e também das políticas de crescimento econômico inclusivo. O Brasil demonstra que é possível crescer e incluir, proteger e conservar.

Como disse em janeiro a Presidenta Dilma Rousseff, no Fórum Social Mundial em Porto Alegre, queremos que, a partir da Rio+20, a palavra “desenvolvimento” apareça sempre associada ao adjetivo “sustentável”.

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA,  
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.



## **“DIREITOS HUMANOS: O BRASIL EM EXAME” (O GLOBO, 23/05/2012)**

No próximo dia 25, o Brasil participará voluntariamente, pela segunda vez, do Mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos da ONU. O governo brasileiro apresentará suas políticas e ações em matéria de direitos humanos.

A Revisão Periódica conta com a participação dos governos, da sociedade civil e do sistema de Direitos Humanos da ONU. Mais que mero exercício de crítica, a Revisão Periódica representa uma oportunidade de cooperação e troca de experiências, permitindo aos países não apenas identificar desafios e propor recomendações ao país sob análise, mas também elogiar iniciativas que considerem inovadoras e bem-sucedidas e solicitar seu compartilhamento.

O Brasil foi um dos principais apoiadores do estabelecimento de um mecanismo de avaliação universal de promoção e proteção dos direitos humanos. Este mecanismo representa passo fundamental para superar a seletividade e a politização da defesa dos direitos humanos no plano internacional por oposição a exercícios unilaterais que carecem de necessária legitimidade.

Como disse a Presidenta Dilma Rousseff, no discurso de abertura da 66ª Assembleia Geral

da ONU, “há violações em todos os países, sem exceção. Reconheçamos esta realidade e aceitemos, todos, as críticas. Devemos nos beneficiar delas e criticar, sem meias-palavras, os casos flagrantes de violação, onde quer que ocorram”.

Em 2011, concluiu-se a primeira revisão de todos os 193 países-membros da ONU. Esse primeiro ciclo permitiu a avaliação de conjunto significativo de experiências e demonstrou que todos os países enfrentam, em diferentes graus e em diferentes áreas, desafios em direitos humanos.

No caso brasileiro, foi reconhecida a objetividade da autoavaliação da situação dos direitos humanos no país e o valor de nossos programas e políticas. As 15 recomendações dirigidas ao país foram incorporadas ao 3º Programa Nacional de Direitos Humanos.

É com o mesmo espírito de transparência e de cooperação que, nesse segundo ciclo de revisão, vamos apresentar o trabalho desenvolvido nos últimos quatro anos pelo país, bem como as insuficiências que requerem esforços adicionais. Trata-se de momento alvissareiro, em que o Brasil inaugurou uma Comissão da Verdade e uma moderna Lei de Acesso à Informação.

O relatório apresentado pelo Brasil, disponível na página eletrônica da Secretaria de Direitos Humanos, foi o resultado de amplo processo de consulta aos três poderes do Estado brasileiro para identificar as dificuldades e os avanços registrados no país. Contou, também, com a participação de organizações da sociedade civil, de pesquisadores, de conselhos de representação paritária, assim como de órgãos públicos de todas as regiões do país, bem como com audiência pública no Senado Federal. Essas contribuições foram essenciais para a elaboração da versão final do relatório.

O mesmo esforço de ampla participação e reflexão doméstica será observado na análise das recomendações dirigidas ao Brasil, após a conclusão da Revisão Periódica.

O novo ciclo de revisões se realiza no contexto de fortalecimento do mecanismo da Revisão Periódica. Ilustra como a promoção e a proteção dos direitos humanos constituem obrigação inadiável e inesgotável. Nesse novo ciclo, o Brasil dará a máxima transparência à sua revisão, para aprofundar as iniciativas em curso no país e permitir a adoção de novos compromissos que contribuam para a superação dos desafios que ainda enfrentamos.

MARIA DO ROSÁRIO NUNES É MINISTRA-CHEFE DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA É MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

**“RIO+20: PROTECTING THE ENVIRONMENT IS NOT ENOUGH”  
(THE GUARDIAN - 20/06/2012)**

A three-dimensional approach to development is now needed – one that combines social, economic and environmental concerns

Rio+20 is a landmark for the future. As more than 190 countries gather in Rio, we are witnessing a historic moment. The recent global crisis has shown that old-fashioned views about development are misleading. It is now time to rethink the very foundations of how we consider development, wellbeing and wealth.

Over the past four decades, the world has increasingly realised that our natural resources are under serious pressure. A growing awareness of the need to ensure sustainability has led a whole new generation to consider the requirements of sustainable development in its decisions to produce or consume. This is no small achievement. Rio 92 was a major step forward. Important legal texts on key issues were adopted. These conventions ensured important progress that we must maintain and build on.

We now face a complex challenge. Protecting the environment is not enough. We need to encourage public and private decision-makers to incorporate environmental

and social concerns into economic planning and growth strategies. This will require a new thinking from policymakers, experts, business people, project managers and many other public and private actors in order to plan and implement sustainable development initiatives.

From now on, a three-dimensional approach to development is crucial, one that combines social, economic and environmental concerns. Rio+20 is endeavouring to become the launch pad for this new development model. This is why one of the main topics of Rio+20 is building consensus around the need for “sustainable development goals”. They will offer a blueprint for international co-operation on sustainable development for years to come. Future strategies, be it for governments, entrepreneurs or civil society, must offer a balanced and integrated approach encompassing the three pillars of sustainable development.

In order to achieve this result, Brazil decided to adopt new methods. Innovative tools for multilateral meetings were introduced, bringing national governments and global civil society together. The Dialogues for Sustainable Development, a

Brazilian initiative enthusiastically embraced by the UN, opened straightforward means of communication between interested groups and civil society on key aspects of decision-making. Through an online platform, more than 1 million votes were cast, expressing views on 10 issues related to the conference. Topics ranged from energy and water to sustainable cities and food security. During four days in Rio, sharing the venue of the summit, experts, businessmen, activists and journalists engaged in live debates and streamlined the proposals that will be handed to the heads of state and government. The “Rio dialogues” were so successful that the UN is now considering turning this initiative into a standard practice for future summits.

Another key objective of Rio+20 is the strengthening of the UN framework for sustainable development, with a view to greater efficiency and consistency across issues.

Rio+20 has launched an important debate on green economy in the context of sustainable development and poverty eradication, based on the understanding that there is no one-size-fits-all solution. A green economy only makes sense for developing countries if it is accompanied by a significant improvement in the living standards of the population, with special attention to the most vulnerable.

Rio+20 involves an assessment of the past 20 years and a look into the next few decades. We are confident that this message will echo through the years, fostering new initiatives which can lead to a more sustainable future for all.

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA,  
BRAZIL’S MINISTER OF FOREIGN  
AFFAIRS.

## ENTREVISTAS

### “GOVERNING BRAZIL”

#### ENTREVISTA CONCEDIDA À PUBLICAÇÃO “BRAZIL CONFIDENTIAL”

(06/01/2012 A 18/01/2012)

#### **Brazil’s Foreign Minister says the country has adopted a multi-polar but co-operative approach to world affairs.**

Like her predecessor Luis Inácio Lula da Silva, President Dilma Rousseff has been quick to stress the importance of Brazil’s relationships with the emerging nations of Asia, Latin America, Africa and the Middle East. She made her first foreign trip to Argentina, and followed that up by meeting Chinese leaders in Beijing. The president toured Africa in October, underlining the continent’s importance for Brazilian diplomats.

There has also been something of a southwards move in Brazil’s trade and investment relations. European and US demand may be depressed, but Brazil’s exports to China and other Asian partners continue to grow. It would be easy to assume that all this is indicative of a more profound shift in foreign policy, with Brazil playing a pivotal role in the new alliances of southern nations. The unconventional world map hanging in Antônio Patriota’s office in the Itamaraty Palace in Brasília seems to confirm that view. On it, Africa, Latin America, and Asia sit above the subordinate northern continents.

But Ms Rousseff’s foreign minister does not share this perspective, arguing that his country has simply adopted a more diversified approach that is in line with new international economic realities. Mr Patriota flatly denies that there has been any dilution of the US relationship. “In fact, when I was ambassador [to the US under Lula] we enhanced our relationship. We had record trade figures in 2008, right before the economic crisis hit the Us, increasing visits by ministers, governors, new mechanisms such as the joint programme of action on combating racial discrimination.”

Nor were ties with Europe weakened, he argues. “We became strategic partners with the European Union and if anything, Lula enjoyed warm, close dialogue, unprecedented familiarity with leaders in the developed world; [in particular there were regular] phone calls and meetings and frequent contact between him and Gordon Brown.”

Instead, Mr Patriota says, Brazil has simply put greater emphasis on its dealings with other parts of the world. Latin America has been one priority. There has, he says, been great importance attached to South American

integration, underlined by the creation in 2008 of the South American community of nations, Unasur. “For the first time we started looking seriously at infrastructure projects, closer trade relations, mechanisms to diffuse tensions.”

Taking care to distinguish it from Latin America (which includes Mexico and Central America), Mr Patriota describes South America “a very strong regional anchor... with certain very unique characteristics when you look at the world, extraordinary mineral wealth, potentially an agricultural powerhouse, self-sufficient in food production and water, democratic governments, [and] a zone of peace.”

Another has been the amount of attention given to smaller and poorer countries, an aspect of policy which Mr. Patriota labels the “innovative aspects of universalisation”. Brazil has opened a large number of embassies in Africa; it now has stronger diplomatic representation on the continent than the UK.

In many cases that representation has helped Brazilian business, although Mr Patriota stresses that commercial links have been accompanied by “genuine concern for the dissemination of modern governance and policies that have worked in Brazil”.

Brazil has also eyed the potential of other poorer countries. “When the Lula government started, there were several countries in Africa and Central Asia and South Pacific – Nepal, Bhutan, Vanuatu, Central African Republic, Comoros Islands – with which we didn’t have even diplomatic relations. now we do.”

Brazil has also eyed the potential of other poorer countries. “When the Lula government started, there were several countries in Africa

and Central Asia and South Pacific – Nepal, Bhutan, Vanuatu, Central African Republic, Comoros Islands – with which we didn’t have even diplomatic relations. Now we do.”

New coalitions have been created, such as IBSA, joining India, Brazil, South Africa, three large multi-ethnic democracies from the south or the forums that link Brazil with Africa and the Arab World. “This caught the attention because it was original... but it was not to the detriment to relations with the north.

“I remember in Washington the head of the Inter-American Development Bank (IADB) for example telling other countries, listen, you should do what Brazil’s doing, diversify your partners,” says Mr Patriota.

Mr Patriota describes this policy as a kind of “cooperative multi-polarity”, cooperative in the sense that it is clearly different from the rather more conflictive anti-American version of this same approach described in the local media.

“The Brazilian press [initially] tried to depict this foreign policy as oriented toward the south in an ideological way, but what the actual movement of foreign policy demonstrated was an ability to place Brazil ahead of the curve, because it led to diversification of partnerships.”

Those criticisms, though, have begun to die down, he says. At “some point along the road, and especially the crisis in 2008 contributed indirectly to this, you started hearing less and less criticism because it became obvious that this was a very pragmatic policy. If ideology were mixed into it, I think it was just the ideology of interacting with the entire international community and creating an international system that works.”

## ENTREVISTA AO “BOLETIM EM QUESTÃO” (SECOM/PR, 23/01/2012)

**“A Rio+20 deve ser o início de um período de ação, em que os atores sociais serão cada vez mais importantes para a promoção concreta do desenvolvimento sustentável”**

**Em entrevista ao Em Questão, o Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, destacou a importância da participação da sociedade para a realização da Rio+20.**

**Em Questão:** O que está em jogo na Rio+20?

**Antonio Patriota:** A Rio+20 representa um chamado à responsabilidade coletiva diante dos desafios impostos à comunidade internacional nas esferas ambiental, econômica e social. O Brasil entende que devem ser alcançados progressos reais em quatro direções: 1) a incorporação definitiva da erradicação da pobreza como elemento indispensável à concretização do desenvolvimento sustentável, acentuando sua dimensão humana; 2) a plena consideração do conceito de desenvolvimento sustentável na tomada de decisão dos atores dos pilares econômico, social e ambiental, com vistas à geração de sinergia, coordenação e integração entre estas três dimensões; 3)

o fortalecimento do multilateralismo e a adequação das estruturas das Nações Unidas e das demais instituições internacionais ao desafio do desenvolvimento sustentável; e 4) refletir, na estrutura de governança global, o reordenamento internacional em curso, com devida atenção ao papel dos emergentes.

**Em Questão:** A realização de um evento com tamanha importância traz que tipo de expectativas ao governo brasileiro?

**Antonio Patriota:** O governo do Brasil espera atingir resultados positivos nas esferas internacional, nacional e da sociedade civil. Na esfera multilateral, o objetivo é estabelecer rumos concretos para o longo prazo, em que se apontariam direções para o crescimento mundial no contexto do desenvolvimento sustentável. Na dimensão nacional, pretende-se estimular o debate interno necessário para que o País exerça liderança na implementação e na criação de soluções sobre desenvolvimento sustentável nos próximos anos. O governo brasileiro entende que o aumento da participação da sociedade civil é um dos elementos indispensáveis para a promoção de avanços rumo ao desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, da mesma forma que a Rio-92 foi um marco para a conscientização acerca da importância da sustentabilidade, a Rio+20 deve ser o início de um período de ação, em que os atores sociais serão cada vez mais importantes para a promoção concreta do desenvolvimento sustentável.

**Em Questão:** Que posição esperar dos países desenvolvidos?

**Antonio Patriota:** Os países desenvolvidos têm imensa dívida com relação ao mundo em desenvolvimento na área de desenvolvimento sustentável. Na Rio+20, devemos nos concentrar em assegurar que os Estados mais desenvolvidos cumpram os compromissos assumidos no passado. Uma questão-chave para os países mais pobres: Na Rio+10 (Cúpula de Johannesburgo), os países desenvolvidos comprometeram-se a transferir uma média de 0,7% de seu PIB para ajudar as nações pobres a atingirem as metas acordadas, mas os níveis de apoio desde então não atingiram esse patamar e ainda sofreram uma queda nos últimos anos.

**Em Questão:** Como o Brasil vem participando dos debates internacionais sobre o desenvolvimento sustentável?

**Antonio Patriota:** O Brasil se situa no centro dos debates internacionais sobre o tema desde, pelo menos, 1971. Na ocasião, foi uma das primeiras vozes que trouxeram às discussões ambientais suas dimensões indissociáveis do desenvolvimento econômico e social. O Brasil posteriormente trabalhou intensamente para que um dos principais resultados da Conferência Rio-92 fosse a aceitação universal do conceito de desenvolvimento sustentável e da inter-relação entre o social, o econômico e o ambiental. Temos

demonstrado, portanto, capacidade de liderança na consolidação e no fortalecimento do conceito de desenvolvimento sustentável. Além disso, podemos ser considerados o país-síntese do desenvolvimento sustentável nas últimas décadas. O Brasil foi das poucas nações, senão a única, capaz de crescer economicamente, combater a pobreza e diminuir as desigualdades sociais, reduzir desmatamentos e manter a matriz energética limpa simultaneamente. Caberá ao País, agora, defender esse duplo legado - o histórico papel protagônico nas discussões multilaterais e o exemplo de políticas internas que têm gerado resultados positivos. Na Rio+20, defenderemos que não há receita única para o desenvolvimento sustentável, mas sim diversos caminhos, a partir das realidades específicas de cada país ou região. Reforçaremos a convicção de que o estímulo ao desenvolvimento sustentável nunca foi tão importante. Se ele já era consenso há 20 anos, tornou-se indispensável em um contexto de crescente aquecimento global, que exige respostas urgentes, em escala global e com sentido de responsabilidade coletiva de longo prazo.



**“NUESTRA INFLUENCIA ES CRECIENTE Y TENEMOS CAPACIDAD PARA  
EJERCERLA EN TODOS LOS GRANDES TEMAS”  
ENTREVISTA CONCEDIDA AO JORNAL EL MERCÚRIO  
(CHILE, 29/01/2012)**

**El encargado de la diplomacia de Brasil analiza el nuevo estatus mundial de su país, destaca la alianza con Chile y asegura que la región sigue siendo su prioridad: “Sudamérica es nuestro escenario privilegiado de cooperación”.**

**Tamara Avetikian Bosaans, Enviada Especial**

Que Brasil es una potencia de nivel mundial, ya nadie lo cuestiona. Que Brasil busca la integración regional y ejercer ahí su liderazgo, no es una sorpresa. Que Brasil ha tenido diferencias con las grandes potencias, por ejemplo en los temas de Irán o Libia, es indudable. Pero que el Mercosur esté en crisis y que Brasil ha perdido fe en esa instancia es algo que el canciller brasileño Antonio Patriota niega terminantemente. Que Brasil haya dejado de ser el estrecho aliado histórico de Chile es otra cosa que el diplomático desmiente. “La familia sudamericana la consideramos nuestra familia y es nuestro escenario privilegiado de cooperación”, afirma.

En una larga entrevista en su espectacular oficina vidriada estilo Niemeyer, en Itamaraty, la sede de la cancillería en Brasilia, Patriota hace un profundo análisis sobre la política

exterior de Brasil, y envía un mensaje de amistad a los chilenos. “Estoy siempre en contacto con mi colega Moreno, tengo una buena amistad, y apreciamos mucho el papel de Chile en Haití. Tenemos una relación muy cercana en lo económico. Chile es el segundo socio comercial en América Latina, lo que no es poca cosa si uno toma en cuenta que la economía chilena es el 11% de la de Brasil, con casi US\$ 10 mil millones de comercio bilateral, bastante equilibrado. Y somos el segundo destino de las inversiones chilenas”.

**EL MERCÚRIO:** A pesar de eso, hay sectores en Chile que piensan que Brasil, con el rol global que está jugando, ha dejado a un lado esa alianza tan estrecha que hubo en el pasado. ¿Qué dice a eso?

**Antonio Patriota:** Mi opinión sincera es que en la diplomacia, cuando la relación se establece en un marco de cooperación activa, con contactos entre distintos niveles de gobierno, entre la sociedad, en el sector privado, no hace falta tanta inversión política como se necesita cuando se está abriendo una nueva frontera diplomática.

El mensaje que me gustaría transmitir es que todos los países de Sudamérica son prioritarios para Brasil. La familia sudamericana la consideramos nuestra familia y es nuestro escenario privilegiado de cooperación. Hoy tenemos la oportunidad histórica de garantizar para Sudamérica un espacio de democracia y de paz. En el mundo en desarrollo en particular, no hay otra región con democracia, crecimiento, progreso social, paz y ausencia de armas de destrucción.

Patriota destaca que los bloques como Mercosur, Unasur y Celac son muy importantes para Brasil, y que al mismo tiempo éstos son espacios de cooperación donde trabajan juntos países con gobiernos de distintas orientaciones, como Venezuela, Chile y Cuba. “Hay un gran aprecio por la forma muy pragmática, constructiva, con que Chile asumió este papel”, dice.

Para el canciller, la integración debe estar por encima de diferencias ideológicas. “Hubo un momento de Unasur en el que surgieron tensiones entre los países de centroizquierda y los de centroderecha o los más cercanos a EE.UU. En esa reunión, en Argentina, en 2010, lo que se escuchó fue una manifestación, un deseo de integración por encima de todo. Y en ese encuentro, tanto el Presidente Chávez como Piñera defendieron la misma línea de pensamiento”.

**EL MERCÚRIO:** ¿Considera usted que Mercosur está en crisis?

**Antonio Patriota:** No estoy de acuerdo en absoluto. Mercosur es una gran historia de éxito, y hoy se beneficia de una convergencia política muy importante. Los cuatro dirigentes emanan del mismo tipo de trayectoria política, de lucha por los derechos de los menos

favorecidos, de los sectores más pobres de las sociedades. Mujica es un símbolo de la lucha contra la dictadura en Uruguay. Lo mismo Dilma Rousseff, y el Presidente Lugo a su manera, y la Presidenta Kirchner también. En términos comerciales, la multiplicación es impresionante: en veinte años pasamos de cuatro a más de cuarenta mil millones de dólares en comercio”.

**EL MERCÚRIO:** Pero hay dificultades...

**Antonio Patriota:** Son las dificultades de la prosperidad, las dificultades del éxito. Si uno no se acerca al vecino, tendrá menos dificultades. Las hay entre Canadá y EE.UU., entre los miembros de la Unión Europea. Es normal cuando la relación se vuelve intensa. Hasta un matrimonio feliz tiene dificultades. Se debe tener negociaciones permanentes, y así debe ser, porque si hay negociación, quiere decir que no hay una dominación de una parte sobre la otra.

**EL MERCÚRIO:** ¿Ve competencia entre Mercosur y la Alianza del Pacífico?

**Antonio Patriota:** Son ejercicios distintos de búsqueda de inserción internacional. Para nosotros, lo fundamental es el compromiso de Chile con Unasur. Cuando el corredor bioceánico esté plenamente en operación, Chile será un excelente puente hacia Asia Pacífico para los países del Atlántico.

**Liderazgo mundial**

**Antonio Patriota:** Brasil llegó este año a ser la sexta economía mundial, sobrepasando a Gran Bretaña. Las cifras de superación de la pobreza dan cuenta que 28 millones dejaron esa condición en los últimos años y que 39,5 millones entraron a la clase media.

Las empresas brasileñas salieron al mundo y empresarios extranjeros corren con sus inversiones al país. Con una presencia mayor en el entorno internacional, Brasil se siente destinado a sumarse al grupo de los países influyentes.

**EL MERCÚRIO:** El papel de Brasil en el mundo parece que hubiera llegado sin aviso, que de repente se dio cuenta de que podía jugar un papel importante.

**Antonio Patriota:** Esa es una simplificación. Lo que pasa es que Brasil siempre tuvo circunstancias objetivas que uno podía decir que le llevaría a participar de los organismos de decisión global con alguna capacidad de influir sobre las decisiones, en función de su territorio, el quinto más grande del mundo, de la población que está entre las cinco más grandes, la sexta economía, pero eso es más reciente.

Creo que lo que ha dado a Brasil algo más en términos de influencia en los últimos años es que hemos hecho las tareas para la casa. Estamos creciendo con disminución de desigualdad; creamos empleo, tenemos una de las tasas de desempleo más bajas del mundo; hemos desarrollado la agricultura en el plano tecnológico, y todo eso en un ambiente democrático, de paz y cooperación con todos los vecinos.

Podemos ser un actor de paz y cooperación. Si caminamos a un mundo más multipolar, Brasil puede ser un líder en la búsqueda de la ‘multipolaridad de la cooperación’. Porque no hay garantías de que la multipolaridad será positiva. Puede haber multipolaridad con competencia, con rivalidad, con quiebre, con bloques. Nos interesa el sistema internacional de la cooperación.

**EL MERCÚRIO:** Sin embargo, esa influencia ha sido difícil de ejercer. Como en el caso de Irán, cuando Brasil intentó mediar junto a Turquía.

**Antonio Patriota:** Fernando Pessoa escribió: ‘Todo vale la pena cuando el alma no es pequeña’. Esa iniciativa no era una solución, sino una medida de creación de confianzas. Creíamos que contábamos con el pleno apoyo de las potencias principales. El acuerdo de Teherán seguía puntos y parámetros que habían sido objeto de manifestaciones por escrito del Presidente estadounidense hacia Brasil y Turquía. Sin embargo, en el momento, circunstancias políticas distintas y evaluaciones que no eran las nuestras llevaron a otra política. Bueno, yo creo que valió la pena, porque la motivación era auténticamente la de disminuir tensiones por la vía del diálogo y examinar las alternativas, que demostraron que no eran mejores. Después de las sanciones, estamos peor de lo que estábamos en mayo de 2010.

El canciller destaca que Brasil seguirá “trabajando con independencia, pero también con realismo”: “Nuestra influencia es creciente, y creo que tenemos capacidad para influir en todos los grandes temas internacionales: en cuestiones financieras; comerciales; discusiones del medio ambiente, y desarrollo sustentable”.

**EL MERCÚRIO:** Influir con independencia, ¿ésta será la marca de Brasil?

**Antonio Patriota:** Sí, con independencia, pero en función de valores que son compartidos, como la paz.

**EL MERCÚRIO:** ¿Sería ésa la razón de por qué, por ejemplo, Brasil se abstuvo en la

resolución de ONU que aprobó la intervención en Libia?

“El desarrollo de los acontecimientos nos dio la razón. Hoy hay pruebas de que no era exclusivamente una misión para proteger civiles lo que se tenía en mente al proponer la resolución 1973; era otro tipo de agenda”.

**EL MERCÚRIO:** ¿Un cambio de régimen?

**Antonio Patriota:** Eso puede ser discutido, pero hagámoslo de forma transparente. Brasil fue a la guerra contra el régimen nazi, en la II Guerra Mundial. (El uso de la fuerza) no se excluye de antemano.

Lo que no es positivo para la ‘multipolaridad de la cooperación’ que pretendemos entre los miembros del Consejo de Seguridad es defender una iniciativa militar en un país bajo el argumento de la protección de civiles cuando lo que se tiene en mente es un cambio de régimen. Eso debilita la autoridad del Consejo”.

**EL MERCÚRIO:** Con esa postura, ¿aceptarán a Brasil como miembro permanente en el Consejo?

**Antonio Patriota:** Yo creo que es una postura de gran respetabilidad. Ésa es la ventaja de aquellos países de la región, los que estamos en Haití, por ejemplo, que buscan la paz por medios pacíficos. No hay que sucumbir a la ideología que sostiene que la paz se garantiza por medios militares. Hay que luchar contra esa ideología. La imprevisibilidad que conlleva una intervención militar es enorme; puede muchas veces obtener el resultado contrario del objetivo”.

## **El caso de Cuba**

**Antonio Patriota:** El caso de CubaLa especificidad cubana tiene que ver con las consecuencias de la Guerra Fría, la situación del embargo norteamericano que crea condiciones que son distintas de las de otros países de la región.”

## **Democracia y DD.HH.**

**Antonio Patriota:** Yo no voy a decirlo que tiene que hacer Chile (en materia de democracia y derechos humanos), pero seguimos con mucho interés las manifestaciones estudiantiles.”

## **La abstención en Libia**

**Antonio Patriota:** Si uno ingresa (a un país) con una intervención para defender civiles y causa la muerte de civiles, destruye hospitales e infraestructura, si entra con una agenda no declarada, nosotros no queremos ser parte de esa intervención.”

**EL MERCÚRIO:** La Presidenta Rousseff va a Cuba. ¿Mencionará el tema de la democracia y el cumplimiento de la cláusula democrática iberoamericana y de Celac?

**Antonio Patriota:** Con Cuba hay una relación cercana en el plano político, y en el plano económico cada vez más. Estamos involucrados con empresas privadas brasileñas pero con aportes del Banco de Desarrollo, con proyectos de infraestructuras ambiciosos, como el del puerto de Mariel. Hay gran interés de las empresas brasileñas en seguir allá, entre otras cosas porque hay una mano de obra de excelente calidad (...) Hay que tomar en cuenta que la situación cubana es consecuencia de la Guerra Fría.

**EL MERCÚRIO:** Pero esa situación ya está normalizada hace tiempo.

**Antonio Patriota:** Todos los países de América y el Caribe tienen relaciones. Trabajamos mucho con Cuba en Haití. Fueron médicos cubanos los que controlaron la epidemia de cólera. Lo importante es que Cuba pueda participar de mecanismos regionales de concertación y haya un reconocimiento de la especificidad cubana en la región...

**EL MERCÚRIO:** ¿Cuál es esa “especificidad cubana”?

“Esa especificidad cubana tiene que ver con las consecuencias de la Guerra Fría, la situación del embargo norteamericano que crea condiciones que son distintas de las de otros países. Y el hecho de que Cuba asuma la coordinación de Celac a partir de 2013, creo que es simbólico e interesante, porque demuestra que evolucionó mucho en la reintegración plena al diálogo con toda la región. Además, Cuba adoptó la cláusula democrática de Celac”.

**EL MERCÚRIO:** ¿Quiere decir que va a ser democrática de aquí al 2013?

**Antonio Patriota:** En materia de derechos humanos y de democracia se aplica un poco lo que dijo la Presidenta Rousseff ante la ONU: ‘Todos tenemos progresos que hacer’. Yo no voy a decir lo que tiene que hacer Chile, pero seguimos con mucho interés las manifestaciones estudiantiles. En Brasil tenemos conciencia de los retos que tenemos.

Patriota también se refiere a la misión en Haití, defendiendo la reducción de efectivos “gradualmente, en coordinación con el gobierno haitiano, porque hay que tomar en cuenta su percepción de la necesidad de apoyo internacional”.

**EL MERCÚRIO:** ¿Retirá las tropas Brasil?

**Antonio Patriota:** Tenemos que coordinarnos con los demás. Escuchar a ONU y a los haitianos, pero lo normal es que sí. Hubo dos sucesiones democráticas en Haití, los que eran gobierno hoy son oposición. La preocupación por la inestabilidad ya no es tanta. Hay relativa estabilidad (...) Para mí, es una señal de que el trabajo de la misión ha tenido éxito.

**EL MERCÚRIO:** ¿Pero hay un plazo?

**Antonio Patriota:** Hasta el fin del gobierno de Martelly, que son cinco años... y ya pasó medio.

Antonio Patriota estudió Filosofía en La Universidad de Ginebra Diplomático desde 1979, fue embajador en Washington (2007-2009) y representante en la misión permanente de Brasil en la ONU. Fue Viceministro de Exteriores hasta 2010.



**“A SHINING EXAMPLE”**  
**ENTREVISTA CONCEDIDA À PUBLICAÇÃO “THE CAPITAL”**  
**(ETIÓPIA, 09/05/2012)**

**Brazil’s 26 states and 200 million people make it the fourth largest country in the world. Recently the country overtook the UK to become the world’s sixth largest economy with a GDP of USD 2.5 trillion and a per capita GDP of USD 12,917.**

**Capital’s Elias Gebreselassie talked to Ambassador Antonio Patriota , Brazil’s Foreign Minister. In 2011 he took over from the previous FM Celso Amorim following the swearing in of Brazil’s first female president Dilma Vana Rousseff who took over from the popular Luiz Inacio Lula Da Silva.**

**Capital:** Please tell us about your mission here in Addis Ababa?

**Antonio Patriota:** I came to Addis Ababa, first of all to have bilateral contact with the Ethiopian government. I was very honored to be received by Foreign Minister Hailemariam Desalegn and then by Prime Minister Meles Zenawi, followed by a meeting with the Peace and Security Council of the African Union (PSCAU). At the AU meeting I held talks with Commissioner Ramtane Lamamra who deals with peace and security in the African Union Secretariat.

**Capital:** Brazil is one of the BRICS members’ countries (Brazil, Russia, India, China, South Africa). What role does Brazil play in this group?

**Antonio Patriota:** We are very engaged integrating South America, which is a region that’s experiencing high economic growth, reducing inequality, and bringing democracy to all countries. In addition to that Brazil has been developing what we call global outreach where we look at established powers like the United States, and emerging powers as partners. BRICS is a special coordination mechanism; financial and economic issues, science and technology and political issues are very important to us. However, let me add that we place a high importance on Africa; we are one of the countries with the largest number of embassies in Africa worldwide. Africa is experiencing several success stories in terms of economic growth and Ethiopia is a very good example of stability, both in social progress and economic potential. This is a country of great possibilities; so as we engage globally with the BRICS we wish to pay special attention to Africa also, not only South Africa which is a BRICS member but

all the leaders in the continent and certainly Ethiopia is in a leadership position right now.

**Capital:** How far along is the idea of a BRICS bank for developing countries?

**Antonio Patriota:** We began considering this at the last BRICS summit in New Delhi, India where my president Dilma Rousseff attended. We supported the idea of a BRICS bank, because it would provide resources for the developing world. Also, again I think Africa should be a focus, we're still in the initial stages of the studies for the establishment of the bank. But at the political level there have been expressions of support and we will continue to be engaged in the efforts to see this materialize in the nearest possible future.

**Capital:** The former Colombian Finance Minister Jose Antonio Ocampo unsuccessfully ran for the World Bank presidency. As is often the case, the position was taken by an American, based on longstanding agreements between Europe and America. What is your view on this issue?

**Antonio Patriota:** We feel that the time for oligarchic approaches to the distribution of positions internationally is over. And we believe that the heads of the IMF and WB should be chosen on the basis of merit and the curriculum and not nationality. If you look at the economic situation for 2012 more than 50 percent of the world's growth will be insured by the BRICS countries and the emerging nations of the world. So there's no reason why Europe and the United States should monopolize positions in the IMF and WB which is why we subsequently supported the Nigerian candidate Ngozi Onkwo- Iweala to make a systemic point. But we also believe the new World Bank President is a very

capable leader and we intend to work very constructively with him. I personally have met with him and I admire his works as a public health specialist in places like Haiti, Peru; so we wish him all the success in his tenure as World Bank President.

**Capital:** What is Brazil doing to increase its role in these financial institutions like the IMF and the WB, while also furthering the interests of developing countries in these institutions?

**Antonio Patriota:** When we look at furthering development with partners in Africa and elsewhere, we don't necessarily go through the World Bank or the International Monetary Fund. Of course they have their own role to play especially in the World Bank because it is a major source of support. But many Brazilian companies are increasingly involved in activities worldwide, here in Africa it's no different, in the spirit of not only looking at profits but of contributing to the social progress of the nations where they have a presence. So in the mining area, the infrastructure development area, there are companies working in several countries like Angola, Mozambique and the West African region. We also hope to be a part of Ethiopia's efforts to increase energy output. Brazil and Ethiopia are countries that place a high value on Hydro Electric Power, also there's the Lamu project that will involve Kenya, South Sudan and Ethiopia which are expected to also involve Brazilian companies. I also spoke to the Chief Executive Officer of the Ethiopian Airlines Tewolde Gebremariam, there are plans to fly directly to Brazil. This will greatly increase the possibilities for government, business, academics or other citizens to engage in cooperation with this part of the world. In addition to that the Brazilian government has a cooperation agency, we work on many



fronts, agriculture is one and here in Ethiopia the conditions are similar to those in Brazil, so there's a lot that we can accomplish through maybe helping Ethiopia develop bio-fuels through sugar cane plantations. These are all avenues that we would like to explore, as well as education as mentioned by Prime Minister Meles. I will go back to Brazil and try to see how we can enhance educational cooperation.

**Capital:** Brazil has a long history of ties with the African continent both socially and economically. What steps is it taking to enhance and develop them?

**Antonio Patriota:** We have forty embassies in Africa and a presence in the African Union and Arab League. We feel enthusiastic about the South America-Africa summit which is a forum that meets at regular intervals. So you can be reassured that in our future diplomatic efforts, Africa will feature prominently. Brazil could not be imagined or conceived without recognizing the strong African contribution to our national identity, and we wish to place a high value on our relations with countries in Africa, and in particular with some of the leaders in Africa. Addis Ababa being the diplomatic capital of Africa is a place where more and more Brazilians will be visiting.

**Capital:** For a two year period -2010-11- Brazil was a non-permanent member of the United Nations Security Council (UNSC). What steps is it proposing to make the UNSC more accountable to the whole international community?

**Antonio Patriota:** We're very active at the United Nations in trying to correct what we call the democratic deficit. In no place is this more obvious than the Security Council, because the composition reflects the world of

the post world war II and not the contemporary world. So we hope to be able to work with African nations very closely in order to render the Security Council representative with permanent members from the developing world, Latin America, Africa, south Asia as well as other new permanent members Japan and Germany who are partners and allies in this agenda. But this is not sufficient, we also need to make the council more transparent, accountable, less prone to adopt coercive action and more ready to exhaust possibilities offered by diplomacy, negotiations, and dialogue.

**Capital:** Brazil currently is the sixth largest economy in the world. What lessons can it give to other developing countries

**Antonio Patriota:** Our reliance on our domestic market made it possible for us, not only to overcome difficulties of the international economic crisis; but also to lift 40 million Brazilians out of poverty allowing them to enter the middle class, where they started to consume. That's one of the main reasons apart from our resources in energy and our ability to trade with the whole world that made us reach this level.



**“MANTEMOS RELAÇÕES CORRETAS COM O IRÃ”**  
**ENTREVISTA CONCEDIDA AO “ZERO HORA”**  
**(13/05/2012)**

**Entrevista com o Ministro Antonio de Aguiar Patriota**

**Carolina Bahia e Klécio Santos**

Cai a tarde sobre Brasília e o Chanceler Antonio Patriota acaba de retornar de uma reunião na Casa Civil onde foram discutidas questões de logística da conferência ambiental Rio+20.

O ministro pede desculpas pelo atraso, mas esbanja tranquilidade ao longo da entrevista concedida a ZH na última sexta-feira, em seu gabinete no Itamaraty. Sobre a mesa, esboços de rostos femininos feitos com esmero pelo próprio Chanceler, fitas coloridas do Senhor do Bomfim e uma xícara de chá de hortelã que permanece intocada.

Patriota demonstra desconforto apenas com questões envolvendo as relações comerciais com a Argentina, porque entende que no campo da diplomacia não pode haver turbulências. Mantém a mesma postura ao ser indagado se está nervoso com a eleição na Venezuela.

– Diplomatas não ficam nervosos – sentencia.

A firmeza da resposta mostra um apego ferrenho às tradições do Itamaraty, fato que Patriota reafirma ao mostrar com orgulho a foto do Barão de Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira. Formado em Filosofia em Genebra, o Chanceler é um homem das artes. Toca piano à noite e lê vários livros ao mesmo tempo, embora agora esteja devorando um manuscrito inédito do livro *Power Inc*, do amigo jornalista David Rothkopf, editor da revista americana *Foreign Policy*, dedicada à análise das relações internacionais.

Aos 58 anos, ex-embaixador em Washington, o Ministro das Relações Exteriores do governo Dilma Rousseff ainda encontra tempo para se exercitar, pelo menos três vezes por semana.

No último aniversário, dia 27 de abril, ganhou uma bicicleta dos auxiliares e costuma pedalar às margens do Lago Paranoá.

Uma vez a cada três meses, descansa das negociações internacionais no conforto de uma casa tropical em Imbassaí, no litoral norte da Bahia.

**Zero Hora:** Como o governo reagiu à decisão

da presidente Cristina Kirchner de nacionalizar a petrolífera espanhola YFP?

**Antonio Patriota:** Foi uma decisão soberana da Argentina. Esse é um momento em que Brasil e Argentina são liderados por duas mulheres que se situam num espectro político convergente. A Argentina passou por crises sérias, começou a se recuperar, teve preocupações com a desindustrialização e, agora, procura uma fórmula que garanta crescimento social. Há uma afinidade entre os dois governos e entre as duas chancelarias. O diálogo é muito amistoso.

**Zero Hora:** Os brasileiros cobram uma reação às barreiras comerciais argentinas. Por que o Brasil não toma medidas de retaliação?

**Antonio Patriota:** Quem mora na fronteira, como no Rio Grande do Sul, vive muito intensamente os problemas de comércio. São situações que nos preocupam, mas que estão relacionadas à prosperidade. Temos um comércio maior do que a Argentina, um superávit importante e não há porque não procurarmos um entendimento. Não nos furtaremos a falar dos entraves comerciais, mas essa conversa não deve ser feita pela imprensa. Queremos evitar que questões comerciais contaminem o relacionamento.

**Zero Hora:** Como o senhor vê o futuro do Mercosul se o bloco comercial mais próspero, que era a Zona do Euro, vive essa crise profunda?

**Antonio Patriota:** Estamos aprendendo com acertos e desacertos. O exercício da integração europeia é bem mais antigo, tem 50 anos – o do Mercosul tem 20. Agora, quando você olha as cifras do crescimento do comércio no Mercosul, elas são muito eloquentes.

Cresceram 10 vezes desde a criação do bloco e hoje alcançam quase US\$ 50 bilhões. Não há retrocesso no Mercosul. Ele é uma conquista histórica extraordinária. O Mercosul ajudou a consolidar a democracia, a avançar em áreas como as salvaguardas nucleares. Hoje em dia, falamos em cooperação espacial.

**Zero Hora:** O governo Lula tinha uma boa relação com o presidente Nicolas Sarkozy, mas as afinidades são maiores com François Hollande. Para o Brasil, quais as vantagens do novo governo da França?

**Antonio Patriota:** A França é uma parceira estratégica. No governo Lula, houve aproximação, inclusive em projetos de Defesa, como a construção do nosso submarino nuclear. Acho que agora haverá uma mudança. Na própria mensagem enviada pela Presidenta Dilma ao presidente Hollande há uma afinidade, por exemplo, na ênfase atribuída à retomada do crescimento como combate à crise econômica. Pode haver convergência no G-20 também. Acho que teremos continuidade na aproximação e uma esperança de explorarmos novas áreas.

**Zero Hora:** Falando em eleição, Ministro, como o governo analisa a disputa na Venezuela e a luta de Hugo Chávez contra o câncer?

**Antonio Patriota:** A América do Sul se distingue por ser uma região onde a democracia cria raízes, há crescimento econômico, progresso social e paz. Torcemos pela pronta recuperação do presidente Chávez e por um pleito que sobretudo reflita a preferência do eleitorado venezuelano.

**Zero Hora:** Como vocês estão acompanhando as eleições nos EUA? A reeleição de Barack Obama seria boa para o Brasil?

**Antonio Patriota:** Quem decide a eleição é o povo do país. Os EUA são a maior economia do mundo, a maior potência, é um parceiro importantíssimo para o Brasil. Em termos de importações, passou a ser o primeiro e, em termos de mercado para as exportações brasileiras, é o segundo. Então, temos grande interesse no que se passa nos EUA de maneira geral e no processo eleitoral. É algo a ser decidido pelo eleitorado americano e continuaremos acompanhando.

**Zero Hora:** Lula atuava como principal articulador da América Latina com os EUA. No governo Dilma, a posição está um pouco mais recatada?

**Antonio Patriota:** Engraçado que se diga isso. Às vezes, o que eu leio na imprensa é um pouco diferente. Não creio que o Brasil seja um interlocutor que fale em nome da América Latina com os EUA. Sempre haverá uma relação muito intensa entre os dois países e essa relação se intensificou no governo Lula. Eu era embaixador em Washington e posso atestar que foram criados inúmeros novos mecanismos, o comércio cresceu, atingiu níveis históricos, mas isso continua acontecendo. Temos agora o desejo de facilitar os vistos.

**Zero Hora:** O governo do Brasil decidiu adotar a reciprocidade no tratamento dos turistas espanhóis. Como está essa relação?

**Antonio Patriota:** Estou recebendo o Chanceler da Espanha quarta-feira. Espero que não tenhamos mais episódios de tratamento de brasileiros que não seja em consonância com aquilo que esperaríamos de uma nação amiga, com a qual temos uma relação bilateral importante. Tenho confiança de que essa seja a disposição do Chanceler e que comecemos a

avançar na direção de uma relação migratória cooperativa.

**Zero Hora:** O Brasil se distanciou do Irã ou a ideia é defender o diálogo em torno da questão nuclear?

**Antonio Patriota:** Mantemos relações diplomáticas corretas com o Irã. Está prevalecendo o diálogo. Eu conversei com a secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, e ela se referiu a uma base para um processo que pode levar a avanços. É uma linguagem diferente da linguagem que ela usava até bem pouco tempo atrás. Há uma expectativa de que a próxima reunião em Bagdá, dia 23 de maio, possa avançar mais. Começamos a identificar vozes até mesmo dentro dos EUA, lembrando que o acordo de Teerã, promovido por Brasil e Turquia, foi um marco importante e talvez uma oportunidade desperdiçada. Se tivéssemos avançado no acordo naquela época, talvez estivéssemos agora em uma etapa subsequente. Seja como for, o que nós temos deixado claro é a inaceitabilidade de um recurso unilateral à força para lidar com alegações de uma natureza militar para o programa nuclear iraniano.



**“SÍRIA TEM ARMA DE DESTRUIÇÃO EM MASSA”, AFIRMA PATRIOTA  
ENTREVISTA CONCEDIDA AO JORNAL “FOLHA DE S. PAULO”  
(18/05/2012)**

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, 58, justificou a posição brasileira de diálogo com a ditadura síria dizendo que o regime de Bashar Assad possui armas de destruição em massa. O conflito no país já matou mais de 10 mil pessoas desde março de 2011, segundo estimativas da ONU.

“Algum tipo de diálogo com Assad é fundamental. Assad tem armas de destruição em massa na Síria. Então, como é que você faz...?”, disse Patriota em sabatina feita pela Folha em parceria com o UOL, ontem, em São Paulo.

Sempre houve fortes suspeitas de que a Síria tenha armas químicas e biológicas, mas é a primeira vez que isso é dito explicitamente.

A sabatina, no Teatro Folha, teve mediação do editor de “Mundo”, Fábio Zanini, e contou ainda com Eliane Cantanhêde, colunista da Folha, Claudia Antunes, repórter especial, e Irineu Machado, gerente de notícias do UOL.

O ministro ainda criticou o modo como o Conselho de Segurança da ONU lida com o conflito entre Israel e palestinos, falou sobre a

possibilidade de a economia da China superar a dos EUA e previu mudanças na “dinâmica” do G20 com François Hollande na Presidência francesa.

Leia os principais trechos.

### **Síria**

A disposição para um diálogo [com o regime Assad] não deve ser caracterizada como elogio; é o mínimo que se espera. O Brasil mesmo já tinha se pronunciado com firmeza no Conselho de Direitos Humanos [da ONU] sobre violações cometidas pelo governo.

É uma questão de realismo: é necessário verificar que [o regime] detém as rédeas das Forças Armadas. (...) Assad tem armas de destruição em massa na Síria. Existem suspeitas sérias de que [sejam] biológicas. Então tem que ver com quem é que ficam essas armas. Você imagine, numa revolução inteiramente caótica na Síria, o potencial destabilizador que isso pode ter.

### **China**

O Plano Quinquenal chinês põe muita ênfase no mercado doméstico; nos últimos anos, o crescimento era muito voltado para fora. Isso envolverá mudanças na economia. Por outro lado, as previsões de que dispomos é de que poderá crescer o comércio nos dois sentidos, com a persistência de superavit para o Brasil.

Há um deficit de conhecimento da China no Brasil. Uma coisa interessante é que, até no auge da bipolaridade, a União Soviética nunca esteve a ponto de superar os EUA economicamente. Neste século, a perspectiva de que a China ultrapasse os EUA no tamanho do PIB é uma realidade.

### **Israel e palestinos**

É um motivo de frustração o fato de que esse tema não é abordado com seriedade no Conselho de Segurança. Talvez seja o principal problema de segurança internacional. Houve a aceitação tácita de que seria terceirizado para o “quarteto” (secretário-geral da ONU, União Europeia, EUA e Rússia), que não está produzindo resultado nenhum.

Não queremos só criticar o “quarteto”, também queremos mostrar que a gente é capaz de dar o exemplo. E o maior exemplo que me ocorre é o das comunidades judaica e de origem árabe no Brasil.

### **Armênia e Turquia**

[Sobre a acusação, pelos armênios, de genocídio cometido pela Turquia:] Nós temos relações muito boas com a Armênia e também com a Turquia. A situação que envolve Turquia e Armênia é complexa, uma questão histórica. É importante nós mantermos esse relacionamento com os armênios e com os turcos.

### **Europa**

A Europa é um parceiro estratégico, e sua situação econômica nos preocupa. De vez em quando a teoria econômica esbarra na realidade política. A Grécia, de certa maneira, está se insurgindo contra a ideologia dominante até agora, da austeridade.

[François] Hollande tem o potencial de alterar um pouco a dinâmica no G20 [grupo das 20 maiores economias globais]. A Grécia não tem opções muito boas diante de si. Mas, ao mesmo tempo, a Europa é uma região extraordinária na capacidade de se reinventar.

### **Eleição nos EUA**

A relação Brasil/EUA já atingiu uma “altura de cruzeiro”, que se sustentará qualquer que seja a decisão do eleitorado americano neste ano.

### **Mundo multipolar**

Logo que acabou a Guerra Fria, houve um período que se poderia descrever como “momento unipolar” [dos EUA]. Não creio que isso seja possível hoje. Já estamos num mundo em que os EUA aceitam a ideia de que precisam cooperar com outros países para determinar cursos de ação. Isso é saudável, positivo.

### **Conselho de Segurança**

O Brasil já desempenha um papel importante. A questão da ampliação é difícil. A China, por razões históricas, resiste à reforma com novos membros permanentes. Mas deixa claro que não são as postulações de países como o Brasil que criam dificuldades.



## **Venezuela**

Tenho conversado com as autoridades venezuelanas [sobre a saúde de Hugo Chávez]. A previsão é que a institucionalidade será cumprida, seja qual for o cenário. Mas, obviamente, nós desejamos ao presidente Chávez a recuperação mais rápida possível.

## **Cuba**

A avaliação [de que a situação dos direitos humanos em Cuba “não é emergencial”] não é individual do Brasil -é do sistema multilateral que lida com direitos humanos. Qualquer problema de direitos humanos em qualquer país é uma preocupação, e todos têm progressos a fazer.

Há quem pense que há situações que preocupam e sem tratamento adequado, como a prisão de Guantánamo [dos EUA]. É muito importante mostrarmos equilíbrio sem nos deixarmos levar pela politização e pela seletividade.

Outro aspecto é que há muito movimento em Cuba. O país está procurando um caminho de atualização econômica e flexibilização de regras. Quando identificamos essa disposição na sociedade, o importante é nos colocarmos a favor.

## **Haiti**

A contrapartida [dos países ricos na recuperação do Haiti após o terremoto de 2010] poderia ser maior. Mas, ao mesmo tempo, não quero minimizar os esforços internacionais.

## **Expropriação da YPF pela Argentina**

O Chanceler da Espanha [José Manuel García-Margallo] deu uma resposta muito boa: é uma decisão de política econômica soberana. Os espanhóis estão preocupados com a negociação de compensação. O Brasil não teme nada.

## **Lei de Acesso à Informação**

É um desafio [conciliar a necessidade de sigilo diplomático e a transparência]. Daqui para a frente, teremos que desenvolver uma disciplina muito grande. Como classificar documentos? Quando o diplomata escreve uma mensagem, ele tem que pensar na pessoa que terá acesso àquele documento daqui a 5, 15, 25 anos.

## **Rio+20**

“Temor” e “fracasso” não são palavras que costumo utilizar. Além disso, a conferência não é ambiental; é sobre desenvolvimento sustentável. Eu não creio que a ausência de um ou outro país vá determinar o seu êxito, até porque entendo que alguns países estão enfrentando situações domésticas muito complexas.

## **Belo Monte e ambiente**

O questionamento de Belo Monte pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos foi eivado de erros. Acho que o Brasil é um exemplo da procura de um consenso que reconcilie desenvolvimento e consciência ambiental.

## **Polêmica com espanhóis**

Foi decisão do governo [ampliação das exigências para espanhóis entrarem no Brasil]. Não chamo de retaliação, mas de medida

recíproca. As medidas são menos rígidas que as do lado espanhol.

### **Brasileiro na Indonésia**

Já foram escritas cartas ao presidente da Indonésia pedindo clemência. A mãe [de Rodrigo Gularte, acusado de tráfico e condenado à morte no país] pode ter certeza de que tudo que pode ser feito será feito.

### **Frases**

“Nós temos que examinar quais são as alternativas. A oposição é muito desorganizada. Ainda não estamos numa situação satisfatória [com o plano de seis pontos da ONU, que inclui cessar-fogo na Síria], porque a violência continua. Mas nós continuamos considerando que o diálogo é fundamental”

ANTONIO PATRIOTA - sobre o conflito na Síria

“O Acordo de Teerã [em que Brasil e Turquia tentaram negociar com o Irã] não foi derrotado. Permanece um marco importante. Acredito que as ideias veiculadas pelo P5+1 [as cinco potências do Conselho de Segurança da ONU mais a Alemanha] e pelo Irã não são muito diferentes daquelas”

ANTONIO PATRIOTA - sobre o programa nuclear iraniano

### **Repercussão**

Helges Bandeira, 27, advogado:

*“Ele cobriu diversos temas e esclareceu uma*

*série de posições. São coisas que a gente costuma ler no jornal, mas é sempre melhor ter a opinião direta do ministro.”*

Priscilla Negreiros, 25, cientista política:

*“A argumentação do ministro é boa. A Eliane Cantanhêde também forçou boas respostas. A sabatina sanou curiosidades sobre os principais temas internacionais.”*

Rafaela Herman, 17, estudante de relações internacionais:

*“Gostei bastante, ele foi objetivo nas respostas. A melhor parte foi sobre o Conselho de Segurança da ONU, que é o assunto que me interessa mais.”*

**BRASILIA DÉFEND LE DIALOGUE AVEC DAMAS  
EN VUE D'UNE TRANSITION POLITIQUE  
ENTREVISTA CONCEDIDA AO JORNAL "LE MONDE"  
(30/05/2012)**

**Par Propos recueillis par Nicolas Bourcier  
(Brasilia, envoyé spécial)**

Philosophe de formation, francophile et ancien ambassadeur du Brésil à Washington pendant le deuxième mandat du président Luiz Inacio Lula da Silva, Antonio Patriota, 58 ans, est le ministre des relations extérieures du gouvernement de Dilma Rousseff.

Depuis mars, le Brésil manifeste une intense activité diplomatique. La présidente Dilma Rousseff a rencontré la chancelière Angela Merkel puis le président américain Barack Obama, il y a eu le sommet des BRICS à New Delhi et celui des Amériques à Carthagène, en Colombie. Quel rôle jouez-vous sur la scène internationale ?

Nous vivons un monde en transition, en proie à un mouvement très accéléré. La diplomatie brésilienne a des atouts extraordinaires pour mener une politique d'intégration régionale approfondie ainsi qu'une politique œcuménique ayant un regard global sur le monde. Notre agenda international est essentiellement basé sur la paix et le développement. Nous n'avons pas d'arme de destruction massive [ADM] et

n'avons pas l'intention de nous en procurer, notre Constitution nous l'interdit. De fait, le Brésil est peut-être idéalement placé pour jouer un rôle de "pont" entre les pays et les différentes régions. Nous sommes un pays sans ennemi, nous avons des relations avec les 193 membres des Nations unies, même avec l'Etat palestinien qui n'en fait pas encore partie.

Cette ambition passe-t-elle par un siège permanent au Conseil de sécurité de l'ONU ?

Dans ce monde multipolaire, il me semble qu'il faut donner une attention spéciale aux questions des gouvernances globales. Le Conseil reflète l'ordre de l'immédiat après-guerre. Or, pour que le fonctionnement de ce système reste satisfaisant, nous insistons sur la réforme de l'ONU. Ce système doit s'ouvrir à des acteurs qui peuvent contribuer à garantir que cette nouvelle multipolarité soit celle de la coopération entre les différents pôles et non pas celle de la compétition, du manque de communication ou de la tension.

Dans le cas syrien, vous maintenez depuis le début des événements une position en faveur

du dialogue avec le régime de Bachar Al-Assad. Que vous inspire le massacre commis le 25 mai à Houla ?

Le Brésil s'associe intégralement à la déclaration faite par le président du Conseil de sécurité [le 27 mai] qui condamne ces attaques. Nous réaffirmons notre soutien à la proposition en six points de l'Envoyé spécial conjoint des Nations unies et de la Ligue arabe, Kofi Annan, en particulier le deuxième point qui fait appel à la cessation immédiate des combats et à un arrêt effectif de toutes les formes de violence. Selon la proposition Annan, il est impératif que le gouvernement syrien mette fin aux mouvements de troupes en direction d'agglomérations et cesse d'utiliser des armes lourdes contre elles. Cela permettra le déclenchement d'un processus politique ouvert, dirigé par les Syriens, capable de stabiliser le pays et de répondre aux aspirations et préoccupations légitimes de la population.

Vous avez évoqué encore récemment la présence d'armes de destruction massive en Syrie comme une sorte de justification à votre politique. Qu'en est-il ?

Ce n'est pas un argument que j'utilise pour justifier notre position. La presse et même le directeur de l'organisation pour l'interdiction des armes chimiques ont déclaré qu'il y avait des soupçons élevés au sujet de la présence d'armes chimiques. Il faut en tenir compte. Nous jouissons désormais d'un consensus au sein du Conseil de sécurité. Ce n'était pas le cas l'année dernière.

Au Conseil de 2010 à 2011, nous avons travaillé de manière très soutenue pour rapprocher les positions, l'idée d'un envoyé

spécial a été adoptée. Il s'agit d'ailleurs d'une idée que nous avons proposée en septembre. La présomption est que l'on va désormais travailler pour qu'il y ait une diminution de la violence et que celle-ci donne lieu à des conditions de stabilité minimales afin qu'un dialogue et une transition politique aient lieu.

Est-ce un préalable ?

C'est implicite. Des contacts avec les autorités sur place seront nécessaires. Lorsque j'ai soulevé la question des ADM, c'était sous forme de question : imaginez le scénario qui pourrait avoir lieu dans la région si de telles armes existent bel et bien. Une des premières choses à faire est d'évaluer les risques qu'entraîne la stratégie que l'on défend.

S'il y a un risque de déstabilisation élevé ou si la situation peut s'avérer encore plus dangereuse pour la population, il faut chercher d'autres solutions. Et les issues possibles en Syrie ne sont pas simples. Le meilleur pari repose, en ce moment, sur le processus en marche, ayant reçu l'appui de tous les membres du Conseil.

Avant sa venue à Brasilia, en février, Catherine Ashton, la haute représentante de l'Union européenne aux affaires étrangères, avait tenu des propos assez durs, vous demandant de choisir entre Assad et le peuple syrien...

Nous choisissons toujours la diplomatie et la paix, les solutions qui entraînent le moins d'instabilité et le moins de danger pour les civils. C'est pourquoi nous avons lancé un débat au Conseil sur la "responsabilité en protégeant" (responsability while protecting) lors d'une action de protection. Même lorsque le Conseil autorise une intervention soi-disant pour protéger les civils, l'histoire n'est pas finie. Il faut que l'action menée sous ce mandat

soit responsable et se tienne aux paramètres de la résolution du Conseil.

Vous pensez à l'intervention en Libye?

Je pense à la crédibilité du Conseil de sécurité. Parce que si l'on ne respecte pas le mandat du Conseil, cela peut créer une situation où chacun fait ce qu'il veut. Ce n'est pas pour cela que les Nations unies ont été créées.

Dans le cas iranien, faut-il tenter une nouvelle médiation entre Brasilia et Ankara, comme en 2010, pour amener l'Iran à discuter sur son programme nucléaire?

D'après les éléments que j'ai pu recueillir d'un côté comme de l'autre ces dernières semaines, il y a le sentiment qu'un processus pourrait être en train de s'établir qui mènerait à une réduction des tensions sur des bases qui ne seraient pas radicalement différentes de celles de l'accord de Téhéran [mai 2010] proposé par le Brésil et la Turquie. Mais je dois préciser que les éléments de cet accord avaient déjà auparavant été proposés par l'Agence internationale de l'énergie atomique. C'est un peu sur des bases semblables que la discussion a lieu aujourd'hui.

Le président Ahmadinejad n'est pas venu au Brésil lors de son voyage dans la région en janvier. Avez-vous pris vos distances avec le régime de Téhéran?

Nous avons des relations correctes avec l'Iran. Je me suis réuni en septembre 2011, en marge de la réunion de l'ONU, avec mon homologue iranien [Ali-Akbar Salehi]. Je viens de le rencontrer à nouveau à Tunis. Les contacts se poursuivent. C'est une relation qui suit son chemin. D'ailleurs, M. Ahmadinejad devrait être présent au sommet Rio+20. Il

est membre des Nations unies, soumis certes à des sanctions, mais d'autres dirigeants soumis comme lui à des sanctions du Conseil participent à des débats et conférences de l'ONU.

Au sujet du conflit israélo-palestinien, vous avez eu des mots très durs envers le Quartet. Que faut-il faire, selon vous ?

Ce qui n'est pas justifiable, c'est l'absence de progrès sur ce dossier qui devrait concentrer l'attention de la communauté internationale. Or, il n'est pas discuté de façon sérieuse et systématique au sein du Conseil. C'est le Quartet qui s'en occupe. Mais ces dernières années, il n'a pas produit de résultats concrets. J'ai transmis mes réflexions au secrétaire général de l'ONU, qui n'est pas totalement en désaccord. Il y a une frustration généralisée.

Le groupe qui réunit l'IBAS [Inde, Brésil, Afrique du Sud] a incorporé dans sa dernière déclaration l'idée que le Quartet devait se rapporter au Conseil de façon plus systématique pour qu'on puisse en discuter. C'est une suggestion de procédure mais qui au moins a l'intention de mettre l'accent sur l'importance d'une considération plus multilatérale du sujet.

Soulevez-vous cette question avec les Etats-Unis ?

De façon directe. Une relation mûre entre pays doit permettre un dialogue franc et ouvert sur les préoccupations de chacun. Le Brésil a la caractéristique de défendre la paix et posséder l'avantage de n'avoir aucun agenda parallèle. Alors oui, j'ai parlé d'Israël-Palestine, de Cuba... Il y a de nombreux sujets où nous sommes aussi sur la même longueur d'ondes, comme sur Haïti par exemple.

On assiste à une amélioration de vos rapports avec Washington. Peut-on parler de “rapprochement” ?

C’est une évolution permanente. Mais ce que vous dites n’est pas faux. Il est vrai qu’il y a une évolution positive, bénigne, et favorable dans la relation, continue, à pas continus. Aujourd’hui, la présidente Dilma Rousseff attribue beaucoup d’importance aux relations avec les Etats-Unis. C’est notre deuxième partenaire commercial quand même !

Déjà sous le deuxième mandat du président Lula, on pouvait identifier une augmentation des relations commerciales. De nouveaux mécanismes se sont créés pour discuter, par exemple, du combat contre la discrimination raciale dans nos deux pays. Nous avons désormais des réunions régulières avec nos ministres de la défense respectifs.

Vous vous montrez inquiets sur la crise européenne.

Nous avons connu dans le passé des crises qui ressemblent à celles que vit actuellement l’Europe, mais sans les atouts dont jouit votre continent. Nous croyons beaucoup à votre capacité à rebondir. Et nous aussi, nous avons ce débat entre discipline fiscale et croissance économique. La présidente a toujours avancé des arguments mettant l’accent sur la deuxième formule. D’une certaine façon, cela créé un peu une affinité spéciale avec le président français.

Mais pour être juste envers le gouvernement du président Sarkozy, nos relations se sont beaucoup développées ces dernières années. La France appuie une réforme du Conseil de sécurité où le Brésil et d’autres pays émergents seraient membres permanents.

Nous avons un partenariat stratégique avec la France, nous construisons des sous-marins nucléaires avec la France...

Et bientôt l’achat d’avions Rafale ?

Sur cela, je ne détiens pas la dernière parole. Le sujet est sur la table de la présidente. Mais ce que l’on peut dire est que nous avons une base très solide pour mener plus loin ce partenariat. C’est dans cet esprit que j’ai appelé Laurent Fabius le jour de sa nomination. Nous l’attendons à Rio+20.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

---

**Africa do Sul** - 32, 47, 77, 78, 79, 101, 102, 105, 107, 108, 110, 111, 147, 155, 157.

**Alemanha** - 84, 93, 120, 147, 194.

**Algodão** - 100.

**Argentina** - 43, 44, 92, 94, 120, 139, 147, 173, 178, 187, 188, 193.

### B

---

**BASIC** - 112, 118, 155, 163.

**Biocombustíveis** - 115, 116, 123, 125, 126, 133, 151, 154.

**Bolívia** - 92, 97, 99, 125, 145.

**Burkina Faso** - 119.

**Burundi** - 144.

### C

---

**Cabo Verde** - 144.

**CELAC** - 37, 40, 50, 60, 82, 132, 137, 147, 178, 180, 181.

**Chile** - 44, 92, 132, 147, 177, 178, 180, 181.

**China** - 32, 70, 83, 101, 102, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 120, 147, 155, 156, 157, 158,

159, 163, 173, 183, 191, 192.

**Conselho de segurança** - 41, 55, 72, 73, 88, 89, 90, 91, 106, 107, 117, 124, 128, 129, 131, 142, 143, 146, 147, 149, 150, 152, 158, 191, 192, 194.

**Cooperação Econômica** - 66, 104, 121, 130, 154.

**Coréia do Sul** - 100, 141, 147.

**COSBAN** - 82, 83, 156.

**CPLP** - 53, 54, 55, 99, 128, 129, 130, 131.

**Cruz Vermelha** - 77.

### D

---

**Democracia** - 21, 23, 24, 30, 32, 35, 37, 41, 49, 61, 97, 101, 112, 118, 124, 130, 148, 149, 151, 153, 162, 178, 180, 181, 188.

**Desenvolvimento Sustentavel** - 22, 23, 37, 40, 66, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 82, 84, 85, 88, 93, 102, 103, 105, 107, 108, 116, 118, 122, 129, 130, 135, 140, 141, 142, 143, 148, 149, 152, 155, 167, 168, 175, 176, 193.

**Direitos Humanos** - 25, 30, 32, 37, 41, 47, 49, 72, 73, 74, 82, 86, 106, 124, 125, 128, 130, 135, 138, 139, 142, 143, 145, 146, 148, 149, 151, 156, 158, 161, 162, 169, 170, 191, 193.

## E

---

**Energia** - 21, 23, 65, 72, 73, 76, 83, 84, 85, 93, 95, 98, 100, 107, 109, 110, 111, 112, 116, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 131, 132, 134, 135, 138, 148, 149, 151, 153, 154, 156, 158.

**Equador** - 137.

**Espanha** - 139, 140, 142, 144, 145, 147, 189, 193.

**EUA** - 40, 43, 120, 121, 122, 123, 124, 132, 133, 134, 188, 189, 191, 192, 193.

## F

---

**FOCALAL** - 57, 58, 64, 85, 97, 101.

**Foro Ibas** - 115.

**França** - 147, 188.

## G

---

**Genebra** - 101, 103, 111, 136, 142, 187.

**Guiana** - 43, 64, 82.

**Guine-Bissau** - 54, 55, 71, 99, 100, 128, 129, 130, 131, 136, 144.

## H

---

**Haiti** - 25, 26, 79, 80, 96, 97, 125, 134, 135, 140, 144, 146, 151, 161, 162, 177, 180, 181, 184, 193, 197.

**Honduras** - 67, 77, 82.

## I

---

**India** - 32, 65, 66, 77, 78, 79, 84, 101, 102, 103, 105, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 147, 155, 157, 163, 164, 165, 174, 183, 184.

**Investimentos** - 49, 72, 75, 82, 83, 87, 100, 107, 112, 113, 114, 120, 121, 122, 127, 128, 132, 137, 140, 141, 142, 143, 148, 156, 157.

**Israel** - 73, 118, 191, 192.

**Italia** - 147.

## J

---

**Jogos Olímpicos** - 75, 114, 121, 135.

## L

---

**Líbia** - 41, 129, 177, 180.

**Londres** - 75.

**Lima** - 96, 97.

## M

---

**Mali** - 54, 55, 101, 119, 136.

**Mercosul** - 37, 40, 44, 50, 75, 81, 82, 87, 113, 137, 149, 153, 188.

**México** - 47, 68, 69, 77, 83, 95, 96, 103, 104, 120, 122, 147, 174.

**Moçambique** - 63, 128, 131, 132, 134.



## **N**

---

**Nações Unidas** - 22, 25, 26, 40, 41, 47, 50, 54, 55, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 79, 80, 82, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 93, 101, 103, 105, 106, 107, 108, 117, 118, 122.

**Negócios Estrangeiros** - 65, 68, 72, 76, 82, 94, 130, 135, 136, 140, 141, 142.

**Nigéria** - 143.

## **O**

---

**OIT** - 94.

**OMC** - 50, 79, 101, 102, 103, 105, 153.

## **P**

---

**Palestina** - 23, 118, 144.

**Paquistão** - 77.

**Paraguai** - 46, 61, 67.

**Paz** - 22, 23, 25, 26, 32, 37, 41, 44, 50, 53, 54, 55, 71, 73, 82, 89, 90, 91, 100, 102, 103, 106, 107, 114, 118, 124, 126, 129, 130, 131, 134, 135, 136, 138, 142, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 161, 178, 179, 180, 188.

**Peru** - 77, 92, 96, 97, 184.

**Programa Nuclear** - 189, 194.

**Propriedade Intelectual** - 116, 125.

## **R**

---

**RIO+20** - 22, 23, 24, 39, 40, 50, 60, 61, 72,

76, 77, 82, 84, 85, 88, 93, 99, 108, 118, 122, 129, 130, 135, 137, 140, 141, 142, 143, 149, 150, 152, 155, 164, 165, 167, 168, 171, 172, 175, 176, 187, 193, 197, 198.

## **S**

---

**Segurança Alimentar** - 23, 63, 65, 66, 74, 77, 107, 110, 111, 114, 118, 124, 127, 128, 131, 133, 138, 144, 147, 153, 161.

**Serra Leoa** - 144.

**Suriname** - 67, 138.

## **T**

---

**Turquia** - 91, 147, 148, 149, 150, 179, 189, 192, 194.

## **U**

---

**Unasul** - 37, 40, 45, 50, 61, 95, 96, 99, 132, 137, 138, 139, 145, 146.

**Capa e Projeto Gráfico**

Karina Barreira  
Vivian Fernandes

**Diagramação**

Karina Barreira

**Formato**

20 x 26 cm

**Mancha**

15,5 x 21,5 cm

**Tipologia**

Times New Roman

**Papel**

Supremo 250 g/m<sup>2</sup>,  
plastificação fosca (capa)  
e 75g/m<sup>2</sup> (miolo)

**Número de páginas**

202

**Tiragem**

500

Endereço para correspondência

Coordenação-Geral de Documentação  
Diplomática (CDO)

Ministério das Relações Exteriores,  
Anexo II, 1º subsolo, Sala 10  
CEP 70170-900, Brasília, DF

Telefones: (61) 2030-9279 / 9037

Fax: (61) 2030-6591

**Impresso pela Dupligráfica Editora Ltda**



**Departamento de Comunicações e Documentação**